UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Brasileiros, por que não? Trajetória e identidade dos migrantes internacionais no esporte olímpico do Brasil

William Douglas de Almeida

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Brasileiros, por que não? Trajetória e identidade dos migrantes internacionais no esporte olímpico do Brasil

William Douglas de Almeida

São Paulo

2020

WILLIAM DOUGLAS DE ALMEIDA

Brasileiros, por que não? Trajetória e identidade dos migrantes internacionais
no esporte olímpico do Brasil

Tese apresentada à Escola de Educação Física
e Esporte da Universidade de São Paulo, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciências

Área de Concentração: Estudos socioculturais
do movimento humano

Orientador: Prof. Dra. Katia Rubio

São Paulo

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca
Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Almeida, William Douglas de
Brasileiros, por que não? Trajetória e identidade dos migrantes internacionais no esporte olímpico do Brasil / William Douglas de Almeida. – São Paulo : [s.n.], 2020.
266p.

Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Katia Rubio

1. Esporte olímpico (Brasil) 2. Atletas 3. Jogos olímpicos

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: ALMEIDA, William Douglas de

Título: Brasileiros, por que não? Trajetória e identidade dos migrantes internacionais no esporte olímpico do Brasil

Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

*Dedicado à Mara e Aurora,
em retribuição ao amor recebido diariamente.
E a Daniel Gomes, exemplo de amigo.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão à espiritualidade amiga, que me guia em todos os momentos, apesar dos meus erros. Obrigado, Deus, que permite passar por todas estas experiências, com o auxílio paternal.

Mara, meu amor, sem seu carinho, compreensão e apoio este trabalho não seria possível. Aurora, minha luz, sem seu brilho este trabalho teria menos alegria.

Augusto, Vanda Marta, Leon e César, vocês são meus alicerces. Ana Paula, Anne, vocês são a certeza de palavras e gestos amigos. Obrigado à minha sogra, Lena, pelo carinho. Aos tios, primos e à minha avó Cida, gratidão pelos momentos compartilhados. Dona Rosa, Karin e Méia, a família que por anos que me adotou em Bauru (SP) e de quem me lembro com gratidão.

Ao meu avô Pedro e ao meu tio Borges, que me assistem de outro plano, obrigado por compartilharem comigo o amor ao esporte, um dos motores deste trabalho.

Daniel, obrigado por todas as palavras, lições e exemplos. Guilherme, Paulo, Helinho e Gustavo Longo, mesmo distantes, vocês são parte desta construção. Aos amigos de Empresa Brasil de Comunicação, em especial Marco Aurélio Dias Pereira, Lincoln Chaves, Juliano Justo, Luciana Campos, Felipe Mendes e Acácio Barros, pela convivência cotidiana. Rafael Cardoso e Alessandra Lago: é bom saber da existência de amizades sinceras. Ao Leonardo Rodrigues, jovem de grande talento e coração ainda maior. Aline Scarso, obrigado por mostrar que, mesmo de longe, é possível contar contigo. Gratidão à Lúcia, pela amizade e carinho com que cuida da minha casa. Aos colegas de outras redações jornalísticas compartilhadas, com quem muito aprendi, obrigado. Antes das redações, e não menos relevantes, muitos foram os aprendizados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e na Santa Casa de Misericórdia, em Franca (SP), instituições que moldaram o profissional que hoje sou.

Aos colegas Flávio Perez, Geisa Teles e Érica Brito, gratidão pela abertura de portas. Ao Centro de Memória do Clube de Regatas Vasco da Gama e ao Grêmio Náutico União, pela gentileza em cederem parte da história dos clubes. Aos trabalhadores da hemeroteca digital, por preservarem a história da imprensa nacional.

Agradeço aos órgãos de fomento: Fapesp, Capes e CNPq. Mesmo sem ter sido bolsista durante o processo de doutoramento, sei que esta pesquisa não existiria sem o apoio financeiro à ciência no Brasil – tão atacada ultimamente.

Aos familiares de atletas: Hilde Roderbourg, Isabella Szabó, Guido Gijzen, Rosa Gijzen, Mindaugas Gorauskas, Dênis Gorauskas, Douglas Gorauskas, Marcos Evangelista e Juliana Menendéz, fica a alegria do contato e a felicidade por ter aprendido um pouco da história da família de vocês.

A todos os atletas com quem pude aprender ao longo deste trabalho, fica o reconhecimento, admiração e a certeza de que me esforcei ao máximo para traduzir em palavras o esforço feito por vocês, razão da existência dos Jogos Olímpicos e tudo o que dele se deriva, tal qual esta tese. Minha gratidão a alguns atletas que generosamente nos abriram suas agendas, tal qual Augusto de Paula Felipe, fundamental para que chegássemos aos demais jogadores do time de hóquei sobre a grama que estive nos Jogos Rio 2016.

Gratidão a todos os professores que me auxiliaram nesta caminhada. Em especial Cristiano Barreira, Soraia Saura, Ana Cristina Zimmerman, Bárbara Schaustek de Almeida e Wanderley Marchi Júnior, pelos apontamentos realizados nos exames de qualificação. À professora Sandra Turtelli, criadora do Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (Gecef) na Unesp de Bauru, pelas oportunidades oferecidas e amizade. Obrigado aos companheiros com quem pude conviver durante um mês no 25º Seminário de Estudos Olímpicos, na Grécia, em 2018, pela oportunidade de tantos aprendizados.

Ao Grupo de Estudos Olímpicos, base de sustentação acadêmica e emocional em muitos momentos. Birigui, muito mais que um assistente acadêmico, um amigo para toda a vida. Edilene, de generosidade e carinho ímpares. Carlos, incansável na busca de atletas e na revisão dos artigos que publiquei. Marcos Nishida, um guerreiro. Rafael, de texto primoroso. Neilton, e Dhênis, acadêmicos nos quais eu me espelho. Júlia, que me deu apoio na primeira entrevista realizada em língua estrangeira. Marjorie, responsável por traduzir artigos e criar novas formas de pensar. Lu Tonon, com quem compartilho o amor pelo paradesporto. Juliana, com quem aprendo também sobre família. Naty, companheira de doçura ímpar. Rovilson, de paixão inigualável pelos Jogos Olímpicos. Waleska, de texto brilhante e comentários inesquecíveis. Aos demais colegas de GEO-USP (Bianca, Gabriela, Isaias, Serginho, Ivan, Juliana Camilo, Júlio, Luciana, Marcelo, Maria Alice, Nina, Takerou, Tiago, Vinícius e tantos outros), obrigado pela companhia ao longo desta caminhada.

Por fim, um enorme e especial agradecimento à Katia Rubio. Obrigado por ensinar pelo exemplo. Por compartilhar conhecimento, e cafés da manhã. Gratidão por cada segundo vivenciado não apenas durante a construção desta tese, mas pela evolução como pessoa. Mais que uma orientadora, uma mestra.

*Laço bom é aquele que prende sem nó
Se dobra, se encontra, formando o nós
(Ana Livia / Vinícius - Laços e Nós, Cancioneiro Espírita)*

Resumo

Todo atleta que participa dos Jogos Olímpicos é vinculado a um Comitê Olímpico Nacional. Apesar de algumas conexões, os critérios que definem a nacionalidade esportiva de um competidor não são, necessariamente, os mesmos da nacionalidade estatal. No Brasil, a primazia é pela adoção do critério *jus soli*, no qual são considerados brasileiros natos todos os nascidos no território nacional. Todavia, a legislação permite em vários casos a concessão de nacionalidade brasileira pelo *jus sanguinis*, levando em conta a ancestralidade. Há, ainda, a possibilidade de naturalizações. Desde 1920, quando enviou uma delegação pela primeira vez para os Jogos Olímpicos de Verão, até os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, o Brasil teve 52 atletas nascidos em outros territórios representando o país nas disputas. Este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória destes esportistas e compreender a construção da identificação e da identidade destes atletas. Para tanto, utiliza-se como método as Narrativas Biográficas, desenvolvido pela pesquisadora Katia Rubio e adotado em pesquisas do Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo (GEO-USP), pelo qual os textos são construídos com base nas falas dos entrevistados sobre suas vidas. Para a compreensão dos conceitos de identidade, nos apoiamos em teóricos como Stuart Hall e Zygmunt Bauman. Há uma releitura de como o assunto das trocas de nacionalidade esportiva e dos migrantes internacionais no esporte são abordados em outros países, com base em literatura internacional. A partir das falas dos atletas e das discussões teóricas realizadas, foi possível constatar que a trajetória esportiva, em muitos casos, está intimamente ligada à construção identitária dos sujeitos – e que tal construção é individual, sendo fruto de uma série de aspectos. Ao descrever tais trajetórias, é possível notar que a migração de esportistas não é um fenômeno isolado e que está vinculada a outros elementos sociais. Diversos migrantes tiveram um papel importante na introdução, fomento e desenvolvimento de modalidades e entidades esportivas dentro do país, e a participação olímpica de alguns deles reflete tal relevância. Elementos históricos, como as duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria, foram determinantes em alguns processos migratórios. Há casos em que atletas com mais de uma nacionalidade optam pela brasileira por fatores ancestrais e outros nos quais tal escolha representou uma cisão com os antepassados. Apesar do aumento do número de atletas que trocaram de nacionalidade nos últimos anos, é possível constatar que os motivadores para tal procedimento vão além de elementos econômicos e financeiros. Em um mundo onde as fronteiras se tornaram cada vez mais fluídas para pessoas altamente qualificadas, a migração de atletas é uma consequência natural, assim como ocorre com outros profissionais ligados ao esporte, tais como treinadores e agentes esportivos. O foco maior nos atletas deve-se ao caráter de representantes nacionais que eles assumem ao participar de uma competição como os Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Imigração e emigração, Jogos Olímpicos, Grupos étnicos, Transnacionalismo, Atletas Olímpicos Brasileiros.

ABSTRACT

Every athlete who participates in the Olympic Games is associated with a National Olympic Committee. Despite some connections, the criteria that define a competitor's sports nationality are not necessarily the same as state nationality. In Brazil, the primacy is the adoption of the *jus soli* criterion, in which all born in the national territory are considered native Brazilians. However, the legislation allows in several cases the granting of Brazilian nationality by *jus sanguinis*, taking into account ancestry. There is also the possibility of naturalization. Since 1920, when it sent a delegation for the first time to compete in the Summer Olympic Games, until the Rio Olympics in 2016, Brazil had 52 athletes born in other territories representing the country in the disputes. This work pursues to present the trajectory of these athletes and understand the construction of their identification and identity. For this purpose, the Biographical Narratives method, developed by the researcher Katia Rubio and adopted in research by the Olympic Studies Group of the University of São Paulo (GEO-USP), is used, by which the texts are constructed based on the interviewees' statements about their lives. To understand the concepts of identity, we rely on theorists like Stuart Hall and Zygmunt Bauman. There is a go over of how the subject of sports nationality exchanges and international migrants in sport are addressed in other countries, based on international literature. From the speeches of the athletes and the theoretical discussions carried out, it was possible to verify that the sport's trajectory, in many cases, is closely linked to the identity construction of the subjects - and that such development is individual, being the result of a series of aspects. When describing such trajectories, it is also possible to note that the migration of athletes is not an isolated phenomenon and that it is related to other social elements. Several migrants played a crucial role in the introduction, promotion and development of sports and entities within the country, and the Olympic participation of some of them reflects this relevance. Historical elements, such as the two world wars and the Cold War, were decisive in some migratory processes. There are cases in which athletes with more than one nationality opt for the Brazilian one for familial factors and others in which such choice represented a split with the ancestors. Despite the increase in the number of athletes who changed nationality in recent years, it is possible to see that the motivators for such a procedure go beyond economic and financial elements. In a world where borders have become increasingly fluid for highly qualified people, the migration of athletes is a natural consequence, as is the case with other professionals linked to the sport, such as coaches and sports agents. The greater focus on athletes is due to the character of national representatives that they assume when participating in a competition such as the Olympic Games.

Keywords: Immigration and emigration, Olympic Games, Ethnic groups, Transnationalism, Brazilian Olympic Athletes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Francisco Todesco, durante a entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, realizada em sua casa, na cidade de Viamão-RS.....	95
FIGURA 2: Uma das equipes que representou o Brasil na década de 1960. Da esq. para a dir. Paulista, Victor Mirshawka, Sucar, Amaury Passos e Wlamir Marques.....	98
FIGURA 3: A equipe que disputou o Mundial de 1963 de basquete: da esq. para a dir. Victor Mirshawka, Amauri, Sucar, Rosa Branca e Wlamir Marques.....	100
FIGURA 4: Victor durante evento corporativo realizado em São Paulo.....	102
FIGURAS 5 E 6: Klaus Hendriksen, em dois momentos: durante competição representando o Brasil e em entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, em sua casa, na cidade de São Paulo.....	103
FIGURA 7: Burkhard Cordes (à esq.) ao lado de Reinaldo Conrad.....	106
FIGURA 8: Chiaki Ishii em primeiro lugar no pódio em competição de veteranos.....	108
FIGURA 9: Andreas Wengert, durante entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros.....	109
FIGURA 10: Equipe do Botafogo no Estadual de 1978. Da esq. para a dir., Suíço é o primeiro jogador de pé.....	110
FIGURA 11: Alex Welter (à frente) e Lars Björkstom durante prova de vela.....	111
FIGURA 12: Peter Erzberger, na Suíça.....	113
FIGURA 13: Denis (à esq.) abraçado ao timoneiro Gauchinho, na abertura dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988.....	115
FIGURA 14: Rodrigo Pessoa durante prova em 2008.....	116
FIGURA 15: Sebastián Cuattrin, nos tempos em que competia.....	118
FIGURA 16: Vitor Santos, durante a passagem da tocha olímpica.....	121
FIGURA 17: Fernando Meligeni abraça a sobrinha, Carolina, durante os Jogos Pan-Americanos de Lima 2019.....	122
FIGURA 18: Em uma das últimas temporadas como atleta, Katia jogou pela equipe de São Bernardo.....	124
FIGURA 19: Flávio Canto desfila com a atleta paralímpica Silvânia Rodrigues, no lançamento dos uniformes paralímpicos para a Rio 2016. Ele é um dos embaixadores do Comitê Paralímpico Brasileiro.....	125
FIGURA 20: Sebastian (à esq.) ao lado do pai, Zdzislaw, que foi seu treinador.....	127
FIGURA 21: Samantha Harvey, com o livro “Atletas Olímpicos Brasileiros”.....	129
FIGURA 22: Patrícia Freitas, durante regata.....	131

FIGURA 23: Rosângela Santos no pódio, durante o Mundial Militar em 2019.....	132
FIGURA 24: Larry Taylor conclui enterrada, em jogo do time de basquete pela equipe de Bauru.....	133
FIGURA 25: Gui Lin durante partida pelo Brasil, em abril de 2019.....	135
FIGURA 26: Isadora Cerullo (com a bola) durante partida dos Jogos Sul-Americanos de 2019.....	138
FIGURA 27: Juliano Fiori, durante evento na Universidade de São Paulo.....	140
FIGURA 28: Laurent com a camisa da seleção brasileira.....	143
FIGURA 29: Paulo Salemi, durante partida de polo aquático.....	144
FIGURA 30: Amanda e Tess, com as credenciais olímpicas.....	146
FIGURA 31: Adrian, como torcedor, no estádio do Maracanã.....	148
FIGURA 32: Soro fala com o grupo de atletas brasileiros, durante o Sul-Americano de 2018, quando ele foi o capitão da equipe.....	150
FIGURA 33: Ives durante atividade na piscina.....	152
FIGURA 34: Adam Imer durante partida.....	154
FIGURA 35: Chris McPherson (de frente) orienta jogadores da equipe Província de São Pedro.....	155
FIGURA 36: Ernst Onnes com a camisa do Brasil.....	156
FIGURA 37: Joaquin Lopez em ação, durante os Jogos Sul-Americanos de 2018.....	158
FIGURA 38: Patrick van der Heijder em partida dos Jogos Sul-Americanos de 2018.....	159
FIGURA 39: Os irmãos Patrick e Yuri, no Rio de Janeiro.....	160
FIGURA 40: Luísa Borges, durante os Jogos Pan-Americanos de 2019.....	161
FIGURA 41: Nathalie Moellhausen durante atividade com crianças, em São Paulo.....	163
FIGURA 42: Katherine (ao centro) na Vila Olímpica, ao lado estão o nadador norte-americano Michael Phelps e a esgrimista canadense Leo Mackinnon.....	165
FIGURA 43: Eduard Soghomonyan durante treino da seleção brasileira com atletas de Cuba, no Rio de Janeiro, em abril de 2019.....	167
FIGURA 44: Xavier (à esq.) e o irmão Pau, no pódio dos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, quando representaram o Brasil.....	169
FIGURA 45: Os atiradores Dario Barbosa e Sebastião Wolf (à dir.), que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de 1920.....	171
FIGURA 46: João Conrado Wolf e Sebastião Wolf em ilustração do jornal <i>A Noite</i>	172
FIGURA 47: Entrevista de Sebastião Wolf ao jornal <i>Diário da Noite</i>	173

FIGURA 48: Representantes do atletismo brasileiro em Los Angeles 1932.....	174
FIGURA 49: À esquerda, reprodução de foto de Carlos publicada no jornal <i>Correio da Manhã</i> em 2 de setembro de 1930.....	175
FIGURA 50: À direita, equipe do Flamengo campeã carioca de atletismo em 1927, em reportagem publicada pelo <i>Correio da Manhã</i> em 3 de janeiro de 1928.....	175
FIGURA 51: Joaquim Roderbourg velejando.....	176
FIGURA 52: Ficha de Paulino Gonçalves Leite no Vasco.....	178
FIGURA 53: Paulino Gonçalves Leite (à dir.) ao lado do remador Edgard Kniriem, durante os Jogos Pan-Americanos de 1963.....	179
FIGURA 54: Mindaugas Gorauskas (ao centro) ao lado dos filhos Dênis e Douglas, sobrinhos de Radvilas. Mesmo com a fala comprometida por uma traqueostomia, Mindaugas contou a história do irmão.....	179
FIGURA 55: Um dos bilhetes escritos por Mindaugas, narrando a trajetória da família Gorauskas.....	180
FIGURA 56: Radvilas Gorauskas com a camisa do Floresta.....	181
FIGURA 57: Equipe durante a regata internacional de 1968, em Porto Alegre. Edgard Gijzen é o terceiro da esq. para a dir., à frente dos demais.....	182
Figura 58: Piso na calçada da fama do Flamengo em homenagem a Belga.....	183
FIGURAS 59 E 60 Registros de Szabó em momentos pessoais. Na primeira, com um filhote de leão, animal que ele criou durante anos. A segunda, na piscina com a filha, Isabella.....	184
FIGURA 61: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele.....	186
FIGURA 62: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele.....	186
FIGURA 63: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele.....	187
FIGURA 64: Eva (a primeira à esquerda) ao lado de colegas de competição.....	188
FIGURA 65: Vrlic em ação pelo Brasil.....	189
FIGURA 66: Obituário de Wolf, publicado no Jornal A Federação, 17 de março de 1936..	198
FIGURA 67: Capa do jornal Bom Dia Bauru, destacando a naturalização de Larry Taylor..	225

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Realização de entrevistas com os atletas envolvidos na pesquisa.....	57
Gráfico 1: Quantidade de nascidos em outros países representando o Brasil nos Jogos Olímpicos.....	95
Gráfico 2: Parentesco dos atletas com brasileiros anteriormente à migração	191
Gráfico 3: Brasileiros nascidos em outros países e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, com ou sem fatores hereditários	192
Gráfico 4: Local de iniciação esportiva dos atletas envolvidos na pesquisa	194
Gráfico 5: Quantidade de atletas olímpicos nascidos em outros países que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, divididos por modalidade	195
Gráfico 6: Atletas que atuaram pelo Brasil e por outras nações	196
Gráfico 7: Países de origem dos migrantes internacionais que representaram o Brasil	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATP: Associação dos Tenistas Profissionais
CBB: Confederação Brasileira de Basquete
CBD: Confederação Brasileira de Desportos
CBDA: Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos
CBE: Confederação Brasileira de Esgrima
CBHG: Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor
CBJ: Confederação Brasileira de Judô
CBRu: Confederação Brasileira de Rugby
CBTM: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
COB: Comitê Olímpico do Brasil
COI: Comitê Olímpico Internacional
Conep: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EBC: Empresa Brasil de Comunicação
ECA: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
FFLCH: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FIH: Federação Internacional de Hóquei
FMU: Faculdades Metropolitanas Unidas
Gecef: Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol
GEO-USP: Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA-USP: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IJF: Federação Internacional de Judô
ISSA: Sociedade Internacional de Sociologia do Esporte
MMA: Artes Marciais Mistas
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG: Organização não governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sesi: Serviço Social da Indústria
UnB: Universidade de Brasília
Unesp: Universidade Estadual Paulista
YCSA: Yacht Club Santo Amaro

SUMÁRIO

1 Memorial – a (des)construção de um pesquisador.....	18
2 Panorama inicial: migrações, trajetórias esportivas e identificações nacionais.....	30
2.1 Migrações e conexões.....	34
2.2 Problema da pesquisa - A descrição de trajetórias e a compreensão identitária	37
2.3 Objetivo geral.....	38
2.4 Objetivos específicos.....	38
2.5 Reflexões sobre identidade e pertencimento	38
2.6 Nacionalidade estatal <i>versus</i> nacionalidade esportiva – dicotomia atual.....	44
3 Narrativas biográficas: um diálogo com as histórias de vida.....	49
3.1 A entrevista com terceiros e o uso de outras fontes.....	53
3.2 Procedimentos.....	55
4 - Identidades e identificações em um mundo transnacional.....	60
4.1 Bauman e a identidade em tempos de liquidez.....	65
4.2 Hall e os sujeitos em tempos de diásporas.....	69
5 Os Jogos Olímpicos e as Representações Nacionais.....	72
5.1 Entre a individualização e a representação.....	79
5.2 Leituras e diálogos sobre a migração de atletas.....	81
5.3 Os migrantes e outro megaevento esportivo.....	87
6 Memórias, trajetórias e identidade.....	89
6.1 Relatos por terceiros e material de apoio.....	170
7 Análise – o simbolismo da representação olímpica	191
7.1 Wolf, Woebcken e as primeiras ligações germano-brasileiras	197
7.2 A Guerra como fator determinante na imigração	199
7.3 Yacht Club Santo Amaro – um ponto em comum em várias trajetórias.....	203
7.4 Os asiáticos naturalizados brasileiros.....	208
7.4.1 Fruto de uma diáspora.....	211

7.5 A identidade independente de território.....	214
7.6 Szabó – um profissional do esporte em tempos de Guerra Fria.....	218
7.7 Oportunismo e profissionalismo: naturalizações instrumentais.....	220
7.7.1 Naturalização negada.....	224
7.7.2 De Chicago a Bauru.....	225
7.8 Dois Sebastians: um residente e um nômade	226
7.9 A identidade independente da família – uma ruptura individual.....	227
7.10 Brasileiros desde sempre.....	230
7.11 Casamento: uma porta para o sonho olímpico.....	233
7.12 <i>Jus sanguinis</i> : ancestralidade e oportunidade.....	236
8 Considerações – a compreensão da epígrafe.....	243
Referências.....	250

1 Memorial – a (des)construção de um pesquisador

*Só depois de muito tempo, fui entender aquele homem
Eu queria ouvir muito, mas ele me disse pouco
Quando se sabe ouvir, não precisam muitas palavras
Muito tempo eu levei pra entender que nada sei... que nada sei*

*Só depois de muito tempo, comecei a entender
Como será meu futuro, como será o seu?
Se meu filho nem nasceu, eu ainda sou o filho
Se hoje eu canto essa canção, o que cantarei depois
Cantar depois*

*Se sou eu ainda jovem passando por cima de tudo
Se hoje canto essa canção, o que cantarei depois*

*Só depois de muito tempo, comecei a refletir
Nos meus dias de paz
Nos meus dias de luta*

*Se sou eu ainda jovem passando por cima de tudo
Se hoje canto essa canção, o que cantarei depois
Se sou eu ainda jovem passando por cima de tudo
Se hoje canto essa canção, o que cantarei depois
(Dias de Luta – Ira! Edgard Scandurra)*

Prólogo

Junho de 2018. É meu aniversário e estou a quilômetros de distância de casa. Mais precisamente em Lausanne, na Suíça, participando de uma edição do Seminário da Sociedade Internacional de Sociologia do Esporte (ISSA). Dias de muitos aprendizados e algumas reflexões. Durante as 12 horas no voo de retorno, converso com a amiga Natália Quintilio sobre vários assuntos: da tese acadêmica, passando por projetos profissionais, a temas familiares.

Chego em casa na noite de domingo. Recebo, então, uma pequena caixa das mãos de Mara, minha companheira. Um presente de aniversário. Muito mais. Era o maior presente que a vida me proporcionou. Um pedaço de plástico, com dois risquinhos, e um pequeno macacão “50% mamãe, 50% papai, 100% feliz”. Começava ali uma nova jornada. Raios que iluminam meu caminho. Minha Aurora.

Como diz a canção, *quando se sabe ouvir não se precisam muitas palavras*. Basta o primeiro choro para que tudo ganhe um novo significado. Desde 18 de janeiro de 2019, descobri que deveria cantar uma nova canção. Uma melodia de amor.

O encontro

O esporte é um fenômeno que me emociona. E a primeira pergunta que faço para compreender tal sentimento é: quando começou a minha relação com o esporte? A resposta, talvez, esteja antes mesmo do momento do meu nascimento. Em 1985, no ano em que isso aconteceu, a equipe de futebol do Cruzeiro tinha um jogador conhecido como Douglas. Volante, revelado pelo próprio time azul celeste de Minas Gerais, teve uma carreira sólida, mas discreta, com algumas passagens pela seleção brasileira. Mesmo sem ser o ídolo do time, Douglas era um dos jogadores favoritos de meu pai, cruzeirense de coração, que resolveu dar ao segundo filho o mesmo nome daquele jogador, que preferia ser chamado apenas pelo nome do meio: William Douglas. Minha mãe, ciente do amor do marido pelo futebol, aceitou a opção.

Apesar de todo amor de meu pai pelo time mineiro, de algumas camisetas celestes usadas durante a infância e de carregar o nome de um jogador cruzeirense, ainda criança eu traí meu pai. Influenciado pelo meu avô materno, pelos amigos e vizinhos (afinal, estava em Franca, no interior paulista), e por uma geração fantástica que ganhou tudo o que era possível, me apaixonei pelo São Paulo Futebol Clube. Meu coração tem cinco pontas, mas confesso que a imagem celeste traz alguma simpatia, talvez ligada ao amor paterno. Fato é que o esporte, mais precisamente o futebol, faz parte da minha vida desde sempre, não apenas como torcedor, mas como um meio de divertimento. Sorte de ter um irmão apenas um ano mais velho, com quem puder jogar ao lado (e tantas vezes contra).

A relação com o esporte ficou mais forte aos seis anos de idade. Ainda em 1991, eu era o menino mais novo a integrar um projeto social pioneiro, chamado “Projeto Criança”, que foi idealizado e mantido pelo Grupo Amazonas, empresa de solados na qual o meu pai trabalhava como operador de prensas. A dinâmica do projeto era simples: duas aulas por semana, com duração de duas horas cada. Em um dos dias, o ensino de modalidades esportivas. No outro, metade da aula era dedicada aos esportes, e a outra a atividades com estagiárias de serviço social.

No clube Amazonas, fiz parte da escolinha de futebol e tive o primeiro contato com outras modalidades esportivas – lá, aprendi a nadar, fundamentos do basquete, vôlei, tênis de mesa, judô e outras atividades mais. Só que a paixão era mesmo o futebol. Sem habilidade para jogar com os pés, logo fui parar debaixo das traves. Sem falsas modéstias, fui um goleiro razoável em um determinado período. Fruto de horas e mais horas pulando de um lado para o outro no chão de terra batida naquela que era a minha segunda casa. Nos dias em que não

havia o “Projeto Criança”, eu ia ao clube encontrar os amigos para jogar bola e aproveitar o horário de almoço do meu pai, no restaurante da empresa, para beliscar um pedaço da carne. Aos poucos, tornei-me um garoto conhecido pelos frequentadores daquele clube. Não só por estar o tempo todo dentro de campo, mas pelos choros, birras e brigas após derrotas que só hoje compreendo o quanto me ensinaram.

Na escola, sempre fui um aluno dedicado. Adorava as redações, tinha um pouco mais de dificuldades com os números – apesar de ter tido boas notas durante a maior parte de minha vida escolar também nas chamadas ciências exatas, com apenas um deslize na quinta série – e tinha aversão a apenas uma disciplina: a educação artística. Por outro lado, a paixão pela educação física era enorme.

Aos 12 anos de idade, passei por algumas mudanças importantes. A primeira delas foi a troca do turno escolar: deixando as aulas da tarde para estudar à noite, afinal, naquele ano, eu começaria a construção de minha trajetória profissional. A adaptação ao período noturno, porém, teve suas agruras. Nas primeiras semanas, vítima do que hoje conhecemos por *bullying*, acabei brigando com colegas mais velhos e fui agredido. No fim do mesmo ano, após a recusa de ceder cola a um colega de sala, uma nova agressão. Um momento triste para meus pais, que eu gostaria de apagar, mas que faz parte de minha trajetória, pois compreendo que nosso caminho não é construído apenas de acertos.

Pouco tempo antes de completar 13 anos de idade, fui chamado para trabalhar na Guarda Mirim de Franca. Fiquei um mês vendendo cartões de Zona Azul durante meio período. Com o bom desempenho nas vendas, foi-me oferecida a oportunidade de transferência. Na mesma semana em que a Copa do Mundo de 1998 começou, passei a ser *office-boy* na Santa Casa de Franca. Trabalhava em dois períodos e estudava à noite. A prática de esporte limitou-se, então, aos finais de semana, principalmente às aulas de judô (no clube da Amazonas) e a incansáveis e extensos duelos de tênis de mesa contra o meu irmão mais velho. Os domingos tinham uma rotina definida: evangelização espírita pela manhã, almoço na casa dos avós maternos e a tarde era concluída com a ida até a casa do tio Borges, onde assistíamos aos jogos de futebol.

Como *office-boy*, enfrentei filas e mais filas em bancos. Enquanto aguardava o atendimento, sempre carregava comigo o jornal *Lance!*. Era um dos poucos gastos que eu tinha com regularidade. Unia ali as paixões pelo esporte e pela leitura. Começava a construir minha relação com o jornalismo esportivo.

Aos 15 anos de idade, recebi uma nova proposta dentro da Santa Casa. Deixei a área administrativa para trabalhar como auxiliar de farmácia. Na nova função, tive aumento de

salário e a oportunidade de trabalhar por apenas meio período, o que me possibilitou cursar o segundo colegial no período da manhã. A troca de turno permitiu o retorno às aulas de educação física, das quais eu estava afastado desde a mudança para o período da noite. Naquele ano, tínhamos a opção de escolher entre duas modalidades. Enquanto a maior parte dos garotos jogava futebol, eu optei pela prática do vôlei ao lado de grandes amigos.

Ainda jovem, eu já havia me decidido pela profissão que gostaria de seguir: o jornalismo. Vislumbrava a possibilidade de acompanhar de perto grandes eventos, principalmente aqueles ligados ao esporte. E, por isso, no terceiro colegial, mudei de escola novamente. Voltei ao turno da noite, mas em um colégio particular, o qual era pago com o salário ganho no hospital.

Apesar da dedicação, os resultados no vestibular foram insuficientes para o ingresso nas três universidades públicas que tentei entrar. Tive, então, mais um ano de estudos complementares, o popularmente chamado “cursinho”. Ao final dele, mais três vestibulares: eliminado na primeira fase da Fuvest, nome na lista de espera da Universidade Federal de Viçosa (MG) e aprovado em primeira chamada na Unesp, em Bauru (SP).

Aos 18 anos de idade, passei, então, pela minha primeira mudança de cidade. O sonho de ser jornalista estava a trezentos quilômetros de distância da casa dos pais e irmãos o que reservava um pouco de insegurança. A saída do hospital, após mais de cinco anos, foi um momento controverso. Feliz pelo que se anunciava no futuro, mas com lágrimas nos olhos por deixar para trás o local que marcou o início de minha trajetória profissional, do qual carregou marcas até hoje.

Antes de me despedir, a Santa Casa abriu-me uma nova porta. A ida a Bauru foi facilitada, pois uma das nutricionistas que trabalhava comigo em Franca era bauruense. Karin indicou-me a mãe dela, que tinha uma edícula de dois cômodos no fundo da casa, onde morei pelos quatro anos seguintes. Com o dinheiro do acerto salarial da Santa Casa, me mantive praticamente durante todo o primeiro ano em Bauru. Na sequência, trabalhei em uma empresa de *call center*, fazendo cobranças, por praticamente um ano. Após isso, fui chamado em um concurso público dos Correios, onde passei a atuar como assistente administrativo na seção de faturamento.

A rotina profissional e os estudos no período noturno me afastaram da prática esportiva, o que não significava distanciamento da paixão pelo esporte, que sempre segui acompanhando. Isso ficou evidente logo nos primeiros trabalhos apresentados na universidade e na aproximação com amigos que, assim como eu, nutriam o sonho de trabalhar com o jornalismo esportivo. No segundo semestre, tivemos a oportunidade de jogar futebol dentro da

sala de aula, em uma apresentação sobre Mário Filho, pioneiro do jornalismo esportivo no país.

Por volta do segundo ano da faculdade, participei da estruturação da “Web-Rádio Mundo Perdido”, que depois viria a se tornar “Web-Rádio Unesp Virtual”. Produzia boletins noticiosos sobre a Fórmula 1 para o programa de esportes e participava de outras produções do núcleo de jornalismo. Apesar de conciliar o estudo com a rotina profissional, pude me dedicar ao projeto de extensão em que fui repórter, editor, apresentador e até me aventurei como operador de áudio em algumas ocasiões. Entre tantos programas, destaco as participações no “Diálogo Aberto”, com entrevistas semanais de 30 minutos, e no “Poliesportivo”, um noticiário que, como o próprio nome diz, tinha a proposta de abordar várias modalidades.

Acostumado a conciliar trabalho e estudo desde os 13 anos, tentei viver a experiência universitária de maneira intensa: assisti a palestras e seminários ligados ao jornalismo (não só a esportes), fiz parte de jornais laboratório e me aventurei até a buscar patrocínio para uma publicação jornalística da universidade – o jornal *Agente*.

Já com a graduação em andamento, acompanhei de perto o esforço do meu melhor amigo, Daniel Gomes, para estruturar dentro da universidade um grupo de estudos sobre comunicação esportiva. Após anos de insistência e trabalho ao lado da professora Sandra Regina Turtelli, eles criaram o Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (Gecef), que se propunha a estudar o jornalismo esportivo. Apesar de não ter apoio oficial de órgãos de fomento, o grupo se aventurou a promover seminários para debater o esporte e jornalismo. Em um destes seminários, Katia Rubio, professora da Universidade de São Paulo, apresentou a pesquisa que desenvolvia com atletas olímpicos.

Já na reta final da graduação, chegava o momento de preparar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Felizmente, a Unesp abria a possibilidade não apenas para a produção de monografias, mas para a execução de projetos experimentais. Como nosso último ano de faculdade seria 2007, fui convidado por Daniel para que fizéssemos um projeto ousado: transmitir os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro pela Web-Rádio Unesp Virtual. Empolgados com a ideia, iniciamos a tentativa de credenciamento em 2006. Após um silêncio retumbante do comitê organizador, descobrimos que nosso pedido foi negado (aliás, nunca soubemos se o mesmo foi sequer analisado). Isso, porém, não nos deteve. Faríamos, então, uma transmissão “*off-tube*”, ou seja, a partir das imagens de televisão. Os conhecimentos acumulados nas reuniões do Gecef seriam usados para enriquecermos a

transmissão e o nosso desafio era mostrar que, mesmo no rádio, era possível transmitir um evento poliesportivo, como o Pan.

Uma nova dificuldade, contudo, surgiu em nosso caminho. O Pan seria realizado em julho, portanto, durante o período que inicialmente estava previsto para férias da universidade. O laboratório de rádio estaria disponível para nossa transmissão. Uma greve no primeiro semestre fez com que as aulas se estendessem para esse período e não seria mais possível utilizar a estrutura da universidade. Restaria, então, procurar alternativas, mais uma vez.

E, como um bom migrante, no momento de dificuldade, eu procurei abrigo no meu porto seguro. Negocieei com meus pais e voltei para casa, em Franca. O quarto de um irmão e a cozinha de casa viraram nossos estúdios (com um buraco na parede, para que a fiação passasse de um lugar a outro) e dali mesmo transmitimos os Jogos Pan-Americanos. Para os momentos em que não havia eventos ao vivo, gravamos perfis de atletas que defenderiam o país no Pan. Preparamos material com curiosidades e histórias sobre os Jogos. E tive a oportunidade de aprender na prática, com o Daniel, a importância da produção de um material prévio para a transmissão esportiva. A rotina de transmissões – que foram de futebol a esgrima – deu origem ao relatório que no final do ano foi aprovado com nota máxima pela banca examinadora. O TCC foi base para o primeiro capítulo de livro que publiquei, além de um artigo e da presença em eventos acadêmicos.

Envolvido com a universidade, mas desgastado pelos problemas institucionais, eu carregava comigo o desejo de manter os estudos, mas não acreditava que aquele seria um bom momento para uma pós-graduação. Fiz um novo vestibular e fui aprovado para o curso de Rádio e TV, na mesma Unesp. Paralelamente pedi para deixar o emprego nos Correios. Acreditava que com trabalho fixo, eu poderia me acomodar e não ir atrás do sonho de ser jornalista. Trocava naquele instante a certeza de uma carreira pública pela insegurança do desemprego (aliviada por alguns trabalhos pontuais realizados com o amigo Douglas Cavallari, jornalista que atua na cobertura automotiva).

Poucos meses depois, fui informado que o jornal *Bom Dia Bauru* estava com uma vaga em aberto para o cargo de repórter na editoria de esportes. No mesmo instante, entrei em contato com o editor e me ofereci para o cargo. Após alguns testes, fui aprovado. Começava ali a minha trajetória no jornalismo esportivo. A rotina de horários – aliada à frustração com as primeiras aulas e à burocracia universitária para o processo de dispensa de disciplinas – fizeram-me desistir do curso de Rádio e TV.

Como jornalista de esportes em Bauru, tínhamos como coberturas principais o Esporte Clube Noroeste e o time de basquete do GRSA Bauru. Outras modalidades também tinham espaço em nossas páginas. Com foco no jornalismo local, acompanhamos equipes de natação, escolinhas de atletismo e até mesmo modalidades menos ortodoxas, como a bocha. Uma das orientações do periódico era a busca incansável por personagens. Todas as matérias deveriam ser humanizadas e ter como foco as pessoas, principalmente os atletas – uma orientação editorial que marcou minha trajetória e o meu modo de pensar o ofício de comunicador.

Após um ano na cobertura local, soube que o jornal passaria por um processo de reestruturação. Certo dia, durante um trabalho externo, fui avisado que um dos diretores gostaria de falar comigo assim que voltasse à redação. O temor de demissão era óbvio, mas logo fui tranquilizado pelo meu editor. Em vez de sair do jornal, recebi o convite para uma nova mudança: rumo a Jundiaí (SP), onde estava a central do periódico e eu me dedicaria apenas ao conteúdo esportivo “de rede”. Desta forma, passaria a produzir matérias sobre os chamados “clubes grandes” do futebol e de acontecimentos esportivos nacionais que fossem noticiados nos seis jornais da rede *Bom Dia*. Empolgado, aceitei o convite para a minha segunda migração. Após cinco anos de envolvimento e gratidão, era chegado o momento de despedir-me de Bauru, local onde não nasci, mas que fui adotado.

A adaptação a Jundiaí foi facilitada com a presença de amigos, com quem pude dividir o local de morada e pela possibilidade de trabalhar diretamente com aquilo que havia me motivado a ser jornalista. Semanas depois, fui informado que havia sido escolhido para trabalhar no jogo entre Brasil e Paraguai, válido pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2010, em Recife (PE). No dia em que completei 24 anos, entrei em um avião pela primeira vez, rumo à cobertura de um jogo da seleção brasileira de futebol.

Dois meses depois, um novo voo fez parte da minha vida. Com a carreira estabilizada, resolvi aproveitar o meu período de férias para a realização de um intercâmbio de três semanas, com o objetivo de aprimorar a fluência na língua inglesa. O destino escolhido foi a África do Sul, que tinha como atrativos um melhor custo em relação a outros países onde há predominância deste idioma e o fato de ser a sede da Copa do Mundo do ano seguinte. Na Cidade do Cabo, visitei o *Green Point Stadium*, em obras, a *Table Mountain* e, obviamente, o Cabo da Boa Esperança, por onde os portugueses passaram cinco séculos antes. Mais que aprender inglês, a viagem até a África do Sul serviu como um momento de reflexão pessoal.

Ao final do mesmo ano, eu estava na cobertura do último jogo do Brasil pelas eliminatórias da Copa, em Campo Grande (MS), quando li pela internet que a rede *Bom Dia* de Jornais, para a qual eu trabalhava, havia comprado o jornal *Diário de São Paulo*. Sabia que

esta, certamente, seria uma decisão com impacto direto na minha vida. Alguns dias depois, a movimentação de chefes entre Jundiaí e São Paulo era intensa. E veio, então, a decisão: o conteúdo esportivo comum à rede, antes produzido em Jundiaí, passaria a ser produzido na Capital Paulista, pela equipe que já trabalhava no *Diário de São Paulo*. Temi ser demitido. No entanto, fui convidado a ir a São Paulo para me apresentar ao diretor do jornal e buscar uma transferência. A proposta que recebi envolvia deixar a editoria de esportes e assumir o desafio de implantar um site para o jornal, que até aquele momento possuía apenas um blog.

Desafio aceito, uma nova migração, rumo à Capital Paulista. Novamente, fui dividir o local de morada com amigos, mas a adaptação à nova rotina não era fácil. Como aspecto positivo, não me afastei completamente do esporte. Na Copa de 2010, assisti a todos os jogos da redação, fazendo o acompanhamento “minuto a minuto” das partidas para o portal na internet. O distanciamento da família e a falta de perspectiva de mudar para a editoria de esportes começavam a me incomodar.

Procurei, então, o contato do jornal *A Cidade*, em Ribeirão Preto (SP), a apenas 80 quilômetros de Franca, onde minha família mora. Currículo enviado, dias depois fui convidado para uma entrevista, e selecionado para uma vaga como repórter. O salário era menor que o recebido em São Paulo e, novamente, a vaga não era na editoria de esportes. Durante uma madrugada de choro e dúvidas, liguei para Mara, então minha namorada há menos de um ano, pedindo ajuda sobre o que fazer. Ouvi seus conselhos e no dia seguinte, os do diretor do *Diário de São Paulo*: recusei o convite de Ribeirão, segui onde estava e tive aumento salarial.

Meses depois, durante uma tarde de trabalho, recebi um telefonema de Ribeirão Preto. Uma nova vaga, desta vez para ser o editor do caderno de esportes – e com um salário similar ao que eu recebia em São Paulo. Não havia motivos para a recusa. Parti, então, para uma nova migração.

A 80 quilômetros da casa dos pais, fui recebido por amigos que me ajudaram no processo de adaptação. O trabalho como editor de esportes envolvia o fechamento das reportagens, acompanhamento e sugestão de diagramação e, esporadicamente, a saída para a produção de reportagens, além da participação nas reuniões com os demais editores do jornal. Apesar de gostar mais da editoria de esportes, sempre compreendi o meu papel como jornalista e durante as reuniões me posicionava com relação às matérias que eram produzidas em outras editorias e opinava em temas como a definição de manchetes e os destaques de capa. Essa postura fez com que, alguns meses depois, eu recebesse um convite do editor-chefe: assumir a editoria do caderno de cidades. O desafio envolvia trabalhar com uma equipe

maior, sem o apoio de agências de notícias, com repórteres que eram muito mais experientes, matérias de grande repercussão e, nos plantões, ser o responsável pela capa do jornal. Apesar de estar feliz na editoria de esportes, eu sabia que aquele passo seria importante para a minha carreira – representava não apenas o reconhecimento, mas a abertura de um novo horizonte.

Aproveitando a oportunidade de morar no interior paulista, decidi tentar retomar a carreira acadêmica. Uma vez por semana, eu acordava às cinco da manhã para percorrer 200 quilômetros até Bauru e na Unesp assistia uma disciplina que relacionava comunicação e esporte, na condição de aluno ouvinte no programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC). Ao final do ano, prestei o exame para tentar o ingresso no mestrado, indicando dois possíveis professores como orientadores. A minha proposta, à época, era estudar as biografias escritas sobre goleiros brasileiros.

Paralelamente a isso, prestei o concurso público para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Sabia que havia sedes da empresa em São Paulo (SP), Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA) e Tabatinga (AM) e, pelo salário e pela estabilidade, acreditava que valeria a pena a mudança, apesar de não ter a confiança que seria aprovado.

No início de 2012 fui duplamente surpreendido. Aprovado no programa de mestrado em Bauru, mas por um terceiro professor, que me conhecia dos tempos de graduação. Ao mesmo tempo, fui aprovado no concurso da EBC, sendo designado para trabalhar em São Paulo, na *TV Brasil*. A aprovação dupla fez com que eu abrisse mão de cursar o mestrado em Bauru, tendo em vista que seria inviável manter uma rotina de idas ao interior com o trabalho na TV.

Na emissora, desde o início, manifestei o interesse em trabalhar com esportes, mas em São Paulo não havia um núcleo específico. Comecei na edição, passei à produção, mas voltei à edição em pouco mais de um ano. Paralelo a isso, procurei meios de me reaproximar dos estudos acadêmicos. Em 2013, iniciei uma pós-graduação em Jornalismo Esportivo e Negócios do Esporte, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Além do curso, decidi procurar algo a mais. Foi quando me lembrei da palestra promovida pelo Gecef, nos tempos de graduação, com a professora Katia Rubio.

Desta forma, cheguei ao Grupo de Estudos Olímpicos (GEO-USP): como um jornalista, que buscava retomar os estudos e fazer uma pós-graduação, mas sem ter um objeto de estudo definido. A proposta do GEO-USP, no entanto, me encantava: contar a história de todos os atletas que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos. No momento em que cheguei, a produção estava a todo vapor, com inúmeras entrevistas sendo realizadas e o trabalho em ritmo acelerado. Apesar do desejo de começar a fazer logo as entrevistas, foi-me

solicitada outra tarefa: realizar as transcrições de entrevistas já realizadas, para que, entre outras coisas, eu compreendesse a diferença entre a entrevista jornalística e a da pesquisa. O trabalho, que à primeira vista poderia parecer maçante, tornou-se um verdadeiro tesouro. A cada história ouvida, eu me encantava mais pelo projeto e aumentava o meu desejo de trabalhar com o tema. No trabalho de conclusão de curso da FMU, utilizei algumas narrativas de boxeadores para produzir um artigo.

Após muitas transcrições realizadas e de ter acompanhado presencialmente algumas entrevistas feitas por outros membros do GEO-USP, enfim comecei a realizar as entrevistas. Já na reta final do projeto percebemos que seria impossível chegar a alguns atletas por questões orçamentárias e de deslocamentos. Parte deles, inclusive, estava fora do país. Após algumas discussões, a saída foi tentarmos fazer entrevistas *online*, com o programa *Skype*. A experiência, inclusive, resultou em outro capítulo de livro, no qual eu descrevo o quanto essa ferramenta foi importante para a finalização do projeto.

Uma destas entrevistas foi realizada com Sebastian Szubski, que competiu pelo Brasil nos Jogos Olímpicos de 2004. Aquela história me chamou a atenção para aquele que seria o meu tema de pesquisa na sequência: os atletas naturalizados que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos. Intrigado pela viabilidade de estudar o tema, levei a possibilidade à professora Katia e pude, então, construir o projeto de pesquisa, que foi aprovado no processo de seleção do mestrado.

Paralelo à carreira acadêmica, o ano de 2014 reservou uma grande surpresa. A EBC, por meio da *Rádio Nacional*, detinha os direitos de transmissão da Copa do Mundo daquele ano. Como não possuía equipe de radialistas em São Paulo, eu e outra jornalista fomos cedidos à rádio e participamos da cobertura do Mundial pela emissora. Dois anos depois, novamente a *Rádio Nacional* abriu-me uma porta inesperada: fui escalado para compor a equipe que fez a cobertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Apesar de não ter a credencial para frequentar os locais de provas, fiz a cobertura “*off-tube*”. Os conhecimentos para tal vieram do trabalho de conclusão de curso da graduação em jornalismo, feito nove anos antes. Um mês e meio depois, de volta à *TV Brasil*, tive a oportunidade de ser um dos narradores dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Particpei das transmissões das cerimônias de abertura e encerramento, além de provas de natação, atletismo e outras modalidades. No retorno dos Jogos Paralímpicos, após eu ter insistido por cinco anos, fui transferido para a editoria de esportes da *TV Brasil*, na qual trabalhei até o fim de 2019, quando fui transferido, mais uma vez, para integrar a equipe de produção.

As coberturas olímpica e paralímpica fizeram com que eu tivesse de deixar um semestre do mestrado praticamente interrompido, tendo em vista que minha estadia no Rio de Janeiro impossibilitou que eu assistisse às aulas durante dois meses. Acabei atrasando o processo de assistir a algumas aulas, mas aproveitei o período para reforçar a revisão bibliográfica, produzir o texto de qualificação e trabalhar em artigos que já foram aprovados e/ou publicados.

A proposta de construir uma tese de doutorado com um olhar multidisciplinar, premissa que guia os trabalhos do GEO-USP, permitiu-me construir uma trajetória curiosa. Algumas disciplinas da Escola de Educação Física e Esporte, além da participação em eventos, ajudaram-me na construção da base metodológica. Jornalista de formação, fui até a Escola de Comunicação e Artes (ECA) cursar “Narrativas da Contemporaneidade: Epistemologia do Diálogo Social”. Permiti-me migrar por outras instituições: na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), fiz um curso de extensão em Antropologia do Esporte, e cursei duas disciplinas “Memória, Tempo e História”, ligada à Antropologia, e “Território e Circulação”, vinculada à Geografia. Tive contato com a Faculdade de Direito, onde cursei “Direito Internacional Privado do Esporte”. Por fim, para atender a uma exigência do programa de cumprir créditos em estatística, fui até a Faculdade de Medicina, de onde consegui sair ileso.

Como doutorando, tive a oportunidade de participar de eventos e trocar experiências em outros locais: Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Lausanne e, finalmente, em Olímpia, na Grécia, berço dos Jogos Olímpicos da Antiguidade. Foram trinta dias distante de casa. Muito além do olimpismo, durante um mês pude aprender por meio da experiência como é conviver com pessoas que nasceram em outros países e que têm uma visão de mundo construída sob outros parâmetros. O acolhimento de alguns, a dificuldade inicial com o idioma e a solidão de alguns momentos formam, em conjunto, uma vivência que vai muito além das teorias e que deixou marcas perenes.

Neste meio tempo, é importante destacar que passei por mais um processo de migração. Deixei São Paulo e regressei a Jundiaí, onde já havia morado. No interior paulista, escapei da grave crise hídrica que assolou a região metropolitana e reencontrei um ritmo mais parecido com aquele que tive durante a maior parte da minha vida. Não sendo ingrato a São Paulo, cidade à qual eu devo o meu trabalho e muitos aprendizados, mas a escolha pela nova migração passou por fatores íntimos.

Nunca vivi em outro país. Nasci e cresci dentro de um mesmo estado. Mas passei por vários processos de migração entre cidades. Precisei me adaptar e os lugares por onde passei

deixaram marcas na construção não apenas do pesquisador, mas da pessoa que sou. Sei que a mudança de país e de nacionalidade é muito mais complexa. Considero, porém, que tenho, de certo modo, um pouco da alma migrante necessária para compreender a história de vida dos atletas que decidi estudar.

2 Panorama inicial: migrações, trajetórias esportivas e identificações nacionais

“A duras penas, a razão científica lida com o indivíduo, ator, identidade, vivência, existência, projeto, cotidiano, descontinuidade”
(IANNI, 2001, p.181)

De 1920, quando enviou uma delegação pela primeira vez para a disputa dos Jogos Olímpicos de Verão, até 2016, o Brasil foi representado por 2.107 atletas. Destes, 52 nasceram em outros países e são brasileiros por fatores hereditários ou naturalização. Este é um fenômeno que sempre existiu: nos jogos em Antuérpia, o Brasil contava com um atleta nascido na Alemanha, o atirador Sebastião Wolf. Quase um século depois, o ano de 2016 foi marcado pelo maior número de pessoas nascidas em outros territórios na delegação brasileira: 24, sendo que três já haviam participado de outras edições olímpicas pelo país.

A presença de atletas nascidos em um país que representam outros em competições esportivas internacionais é um fato universal, conforme registrado nos trabalhos de Maguire (2007), Poli (2007), Houlihan (2010), Spiro (2012), Engh e Agergaard (2013), Chiba, Ebihara e Morino (2001), Dóczy (2011), Shachar (2011), Jansen (2018), Campbell (2010) e Carter (2011), entre outros.

Na busca pela compreensão da motivação das migrações de atletas, Maguire (2007) lança uma série de temas sensibilizadores que auxiliam a trilhar um caminho analítico. Segundo o autor, é importante elencar as modalidades com o maior número de atletas migrantes, compreender os motivos que geraram o envolvimento deles com o esporte, detectar as mudanças culturais promovidas nos locais de destino, identificar a existência de padrões migratórios, relacionar as mudanças dos esportistas com as ocorridas em outras áreas de trabalho, analisar a trajetória esportiva dos atletas migrantes antes e depois da mudança de nacionalidade e, claro, buscar a compreensão do impacto causado na política do esporte nos estados exportadores e importadores de mão de obra atlética. Por envolver tantos aspectos, este é um tema eticamente sensível. Popovic e Bjelica (2014) reiteram que os eventos esportivos reforçam conexões identitárias e apontam que em algumas modalidades esta ligação é mais forte.

A trajetória de pesquisa indicada por Maguire não deve ser comparada a uma via única que leva a respostas objetivas e verdades absolutas. Afinal, esta análise envolve pessoas e as histórias de vida. É possível compará-la a uma viagem por lugares inesperados, onde é preciso seguir estradas alternativas, entender os desvios e motivos que levaram cada um dos sujeitos pesquisados a tomar os rumos que seguiram. Cumprir essa trajetória sem se perder exige cuidados, sendo o rigor ao método o fio condutor que permite fazer esta viagem pelas

histórias de vida. Busca-se a compreensão de trajetórias múltiplas e com motivações distintas, tendo em vista o grande número de pessoas que se enquadram nos critérios estabelecidos. São atletas nascidos em diferentes lugares e períodos históricos. Rosina (2018) conceitua que trabalhar com as narrativas é como construir um mosaico, sendo cada fala uma estilha. Cada pedacinho carrega suas singularidades, e todos eles são dotados de múltiplos potenciais, a depender da maneira como são manuseados. Aproximando-se destes conceitos, Marchi Júnior, Almeida e Souza (2019) definem este tipo de trabalho como artesanania intelectual.

Utilizados como sinônimos em algumas ocasiões, globalização e transnacionalismo são conceitos que se conectam, mas Carter (2011) revela que há distinções importantes entre estes fenômenos. Segundo o autor, ao adotar o termo globalização, assume-se uma ótica de cima para baixo, com uma ênfase em apenas alguns pontos. Já a opção pelo termo transnacional abre espaço para um processo social que envolve relações sociais de várias vertentes, que podem ser aplicadas em diferentes locais, dialogando com várias culturas e disciplinas, sendo esta uma definição teórica que possibilita a discussão de conceitos como a conexão identitária. Isso não significa que uma análise transnacional deixe de lado pontos discutidos pela ótica global, como as questões econômicas e de relações de trabalho.

Houlihan (2010) aponta que há várias formas de se interpretar a migração de esportistas. O autor faz uma relação entre o poder esportivo e o econômico: em 2010, as oito maiores potências mundiais detinham 65% das riquezas do planeta. Nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, estes mesmos países obtiveram 42% das medalhas de ouro. Maguire (2004) reforça que nações menos desenvolvidas economicamente têm uma tendência a subutilização de talentos esportivos, tornando-se, não raramente, meras exportadoras de talentos – ele cita como exemplo o Quênia, país africano mundialmente reconhecido pela exportação de corredores de provas de longa distância no atletismo.

Contudo, o fenômeno esportivo não se limita a fatores financeiros. Marchi Júnior (2015) destaca que o componente econômico é um dos possíveis elementos potencializadores e estruturantes das relações esportivas, mas não o único, sendo necessária uma leitura de múltiplos sentidos, significados, contextos e dimensões. Ao abordar o tema dos atletas transnacionais, Carter (2011) identifica uma necessidade do estudo das relações existentes entre diferentes localidades – segundo o autor, os locais passam por constantes mudanças e o relacionamento entre nações respeita uma intersecção ou distinção, algo que deve sempre ser observado.

Em uma sociedade transnacional, novas conexões entre pessoas e o fluxo cada vez mais intenso de informações e produtos criam situações singulares. Neste contexto, Houlihan

(2009) identifica que são esperadas identidades nacionais fundidas, turvas e ambíguas, uma vez que o deslocamento é mais constante e a sensação de pertencimento a apenas um lugar é algo cada vez mais rara. Esta é uma condição paradoxal no atual modelo esportivo, que utiliza a nação como unidade definidora do esporte internacional. No entanto, esse papel tem passado por várias modificações com o passar dos tempos. Essa relação pode ocorrer de maneira simbiótica, com a acomodação, incorporação e negociação da entrada de novos elementos culturais, mas há casos de conflituosos, nos quais há pouca aceitação de indivíduos e/ou novos elementos, considerados intrusos na cultura local.

Velasco Arroyo (2009) conceitua que o sentimento de pertencimento a mais de um lugar torna-se cada vez mais comum na sociedade atual e que as identidades híbridas são frequentes. Discutir a lealdade a apenas um Estado ou uma identificação única torna-se um risco, tendo em vista que essa é uma maneira obsoleta de compreender a multiplicidade de relações atuais. O autor constata a existência de redes sociais invisíveis, que conectam áreas de origem e destino, nos quais os integrantes têm a possibilidade de atuar de maneira ativa em locais nos quais nunca estiveram fisicamente.

A aceleração das comunicações e deslocamentos em um mundo transnacional faz com que as mudanças ocorram cada vez mais rapidamente, com vertentes distintas. Algumas conceituações propostas por Houlihan (2010) ajudam nessa compreensão. Segundo ele, há a internacionalização, que é a facilitação da circulação de pessoas e ideias por diversos pontos do mundo. Isso ocorre com maior frequência em regiões que adotam uma postura de liberalização, flexibilizando leis e regulações migratórias, para tornar esse fluxo menos burocrático. Um bom exemplo é a adoção, em parte da Europa, da Lei Bosman, que simplificou a circulação dos atletas de futebol dentro do continente. Poli (2007) destaca que esse tipo de mudança causou uma perda em parte do poder dos Estados em algumas áreas, mas isso não significa o fim de qualquer tipo de regulação. Houlihan (2010) cita outras vertentes desse processo, como a universalização, que é a homogeneização da cultura, que passa a ter pontos comuns em pontos distintos do mundo. Os Jogos Olímpicos são um exemplo de competição universalizada. O autor descreve outro processo, a ocidentalização ou americanização, que é a expansão da estrutura social ocidental pelo mundo. Contudo, Lee (2007) analisa que algumas modalidades orientais, como o taekwondo, que tem origem na Coreia do Sul, também conseguiram ser difundidas pelo mundo e hoje fazem parte do programa olímpico. Sob outra ótica, Jarvie e Maguire (1994) contestam a noção de culturas homogêneas e de imposição de elementos de uma cultura em outra. Segundo a análise desses autores, o maior fluxo de pessoas e ideias permite uma hibridização, formado uma policultura,

ou seja, a assimilação de elementos culturais de diferentes pontos do globo, em locais diferentes de suas origens, mas com peculiaridades locais. Van Hilvoorde, Elling e Stoviks (2010) relembram que a difusão de modalidades esportivas pelo mundo, e o modo como as mesmas são incorporadas e praticadas pelos atletas, acabam por criar estilos característicos. É possível falar de um estilo de futebol europeu ou sul-americano, que podem diferir por algumas peculiaridades, mas que continuam compondo uma mesma modalidade. Em outros esportes, como no judô, é comum usar-se a denominação de “estilo japonês” ou “estilo europeu”. Apesar de as regras terem sido criadas e desenvolvidas no Japão, o modo como a luta foi assimilada e hoje é praticada, sofreu variações, mas nem por isso tornou-se uma nova modalidade.

Para Houlihan (2010), há outro componente a ser estudado: a desterritorialização. Quando isso ocorre, as percepções de tempo, espaço e distância são alteradas. Um exemplo é a formação de uma comunidade de torcedores de um determinado clube, mesmo a muitos quilômetros de distância daquela instituição. Além dessas entidades desterritorializadas, algo que se tornou cada vez mais corriqueira são as instituições transnacionais, que assumem o papel de coordenar a relação entre os diferentes países. Assim funcionam órgãos como o Comitê Olímpico Internacional (COI), e por que não dizer, as federações esportivas, que impõem regras e disciplinam comportamentos referentes às modalidades em todo o mundo. Giulianotti e Brownell (2012) veem o esporte como um catalisador da globalização e um dos melhores espelhos para compreensão deste fenômeno. Aqui, o termo globalização é usado de uma maneira próxima ao conceito de transnacional, tendo em vista que ao descrever o fenômeno os autores apontam que o esporte atual promove relações entre indivíduos de diversos pontos do globo e uma constante troca, seja de bens materiais (equipamentos esportivos fabricados em um ponto do mundo, utilizados por atletas de outro lugar), seja pela promoção da circulação de pessoas e ideias e valores, que são disseminados e regulados por entidades supranacionais. Nesse contexto, a representação nacional é algo cada vez mais complexo de ser compreendido, pois os indivíduos, cada vez mais, transitam pelo globo e não mantêm relações apenas com o local de nascimento ou naquele que vivem momentaneamente.

Maguire (2007) situa a necessidade de diálogo com outras dimensões, como, por exemplo, as questões de gênero, que têm um papel importante no modo de vida dos imigrantes. O fenômeno esportivo é complexo e não se limita aos atletas, portanto, é fundamental observar que treinadores, assistentes e até outros profissionais ligados ao esporte, como os gestores esportivos e os cientistas do esporte, migram e, em muitos casos, a mudança de local de atletas está ligada a esses profissionais, que formam uma rede de contato e/ou

apoio ao competidor que muda de país. Ao analisar o contexto das migrações esportivas para os Estados Unidos, Borgese (2009) indica como um fator de atração para diversos talentos não apenas os fatores econômicos e a ambição de representar uma nova pátria, mas o modelo que alia o esporte à educação, exemplificando que é necessário fazer uma leitura ampla do contexto em que as migrações esportivas ocorrem.

2.1 Migrações e conexões

Conforme destaca Maguire (2004) só é possível analisar as migrações de esportistas levando-se em conta toda a história de vida do sujeito e o contexto em que as mudanças ocorreram, sendo falha a tentativa de compreender o fenômeno somente pelo aspecto esportivo. Engh e Agergaard (2013) concluem que não basta constatar a existência de um movimento de pessoas – é preciso investigar como elas se movem pelo mundo e o que esse movimento é capaz de produzir. Em muitos casos, surgem colônias, associações, agrupamentos e elementos são introduzidos na cultura do local de destino. Velasco Arroyo (2009) relembra que, nos dias atuais, são raríssimos os casos de países que não sejam, simultaneamente, receptores e emissores de migrantes, sendo que em algumas situações o fluxo é dominante em um sentido, mas não exclusivo. Carter (2011) salienta a importância de se atentar à forma como os migrantes se referem aos diferentes locais pelos quais passaram e de como ocorre a construção da identificação e do sentimento de pertencimento. Ele pontua que há situações em que a conexão do indivíduo com o local de origem é mantida. Em outras, o vínculo passa a ser maior com o destino e há os chamados pontos intermediários – locais por onde as pessoas passam durante o processo migratório – algumas acabam, inclusive, parando nesses pontos e construindo ali relações e vínculos fortes e duradouros. John e Jackson (2010) veem na migração esportiva uma oportunidade de compreensão de culturas internacionais e sinalizam que esse é um fenômeno que ajuda na compreensão da globalização em geral, tocando em detalhes como a reconstrução e a reprodução de identidades nacionais.

Shachar (2011) questiona as motivações de atletas que aceitam a troca de nacionalidades simplesmente por questões econômicas e recorda que, num contexto de representação nacional, os grandes eventos deveriam ser compostos por atletas que passaram por seletivas nacionais e que praticam o esporte dentro de suas nações. Em um ambiente competitivo, no qual as vitórias esportivas são consideradas um importante componente político, muitas vezes atletas são simplesmente contratados e as nações passam a

desempenhar o mero papel de clubes, abrigando um compilado de jogadores com habilidades extraordinárias. Este modelo clubístico é vislumbrado por Spiro (2012), que não vê mais espaço para as representações nacionais no esporte mundial, devido ao nível de profissionalismo atingido pelos atletas e nações.

Campbell (2010) utiliza o Catar como um exemplo de país onde o esporte não segue mais um modelo de representatividade nacional, mas sim de relação profissional, tendo em vista o grande volume de atletas naturalizados em diferentes modalidades ao longo dos anos. Para a autora, a lógica catari transcende o modelo do Estado-Nação e leva o esporte ao viés da relação de trabalho, mesmo em um ambiente no qual há uma representatividade dos estados nacionais. O caso do Catar, no entanto, é uma exceção diante do modelo dominante na maioria das relações entre nações e esportistas. Jansen (2018) constata que a partir dos anos 1990 há um crescimento no número de atletas que mudam de cidadania para disputar o megaevento esportivo, mas que em Jogos Olímpicos o número total de atletas que trocaram de cidadania varia entre 5 e 9% desde a Segunda Guerra Mundial. O autor relembra que alguns fatores, como o aumento no número de indivíduos com múltiplas cidadanias no mundo, contribuíram para a elevação nesse patamar a partir dos anos 1990, mas afirma que a compreensão dos motivos que levaram a esta expansão não passa por apenas um fator. Um equívoco que leva a constantes erros, de acordo com ele, é analisar a migração esportiva apenas pelo viés dos atletas que conquistaram resultados de destaque e dar uma ênfase exagerada a alguns, deixando de lado um universo complexo, formado por diferentes variáveis.

Houlihan (2010) destaca que o Estado é o principal ponto de referência para o esporte internacional e que, apesar da linguagem do esporte carregar elementos universalistas, o modo como ele é encarado em diferentes sociedades é distinto. Isso explica porque alguns países pouco se importam com as origens dos atletas e os contratam para a participação em grandes eventos, enquanto em outros as naturalizações são um tabu. Van Hilvoorde, Elling e Stokvis (2010) apontam que o esporte é motivo de orgulho nacional e uma ferramenta política, pois é uma forma de batalha entre nações. Como pontua Hargreaves (1992), a ligação entre esporte e nacionalismo está presente desde os primórdios dos Jogos Olímpicos da era moderna, sendo percebida não apenas nos momentos de disputas, mas nos rituais, como as cerimônias de abertura e premiação, nas quais há uma forte conexão dos indivíduos (atletas) aos símbolos nacionais – cores, hinos e bandeiras. A questão das representações nacionais nos Jogos Olímpicos passou por mudanças ao longo dos tempos, principalmente nas cinco primeiras edições olímpicas. Almeida e Rubio (2018) destacam que um dos elementos fundamentais

para a manutenção da realização do evento foi a habilidade diplomática de Pierre de Coubertin ao longo do final do século XIX e início do século XX.

As páginas finais do relatório oficial da primeira edição olímpica, disputada em 1896, trazem o nome completo dos atletas vencedores e seus países de origem. Essa vinculação, porém, não era feita por meio de comitês nacionais. O mesmo se repetiu nos Jogos de Paris, em 1900. Rubio (2015) exemplifica a questão da representação nacional ao esclarecer sobre a polêmica do primeiro brasileiro que teria competido em Jogos Olímpicos: Adolphe Christiano Klingelhoeffer, que esteve naquela edição dos Jogos, no atletismo. Nascido na capital francesa no ano de 1880, ele era filho do vice-cônsul brasileiro na França e teve nacionalidade brasileira até 1940. Os documentos oficiais de sua participação olímpica o creditam como atleta francês. Naquela mesma edição olímpica, nas disputas de polo equestre houve a participação de equipes mistas, com atletas britânicos e americanos competindo em um mesmo time. Outro exemplo sobre a não vinculação dos atletas aos países foi o torneio de polo aquático, no qual participaram duas equipes britânicas e quatro francesas.

Marcada por várias confusões organizacionais, a edição de 1904 dos Jogos Olímpicos, em Saint Louis, não exigia a vinculação de atletas a comitês nacionais. O relatório dos Jogos elaborado por Lucas (1905) deixa claro que a competição era “interna” entre instituições norte-americanas, em especial entre atletas do *New York Athletic Club* e da *Chicago Athletic Association*. Ao final do documento, a lista de medalhas separa os competidores estrangeiros por países, mas não agrupa os norte-americanos como uma nação. Em vez disso, eles são indicados como representantes das universidades e/ou clubes que estavam vinculados.

Já o relatório dos Jogos Olímpicos de Londres, em 1908, traz uma situação distinta, com os atletas divididos por nações. Há uma tabela com uma pontuação atribuída aos países de acordo com o desempenho dos atletas. Sobre esta edição olímpica, vale destacar a presença de dois atletas nascidos no Brasil: o patinador artístico Horatio Tertuliano Torromé, natural do Rio de Janeiro, e Francis Leroy Holmes, do atletismo. O pai de Horatio era argentino e ele escolheu, no momento da competição, a nacionalidade paterna (SKATE GUARD, 2014). Sobre Francis, não há informações da cidade de nascimento, apesar de o Comitê Olímpico Norte-Americano confirmar que ele nasceu no Brasil. Segundo Petrik (2008), Holmes competiu nas provas de salto em altura e salto em distância parado.

A lógica de pontuar países de acordo com o desempenho dos atletas e equipes consta no relatório oficial dos Jogos de Estocolmo, em 1912, apesar do sistema de pontuação ter sido alterado. No Congresso de Paris de 1915, algumas mudanças foram decididas para a edição seguinte dos Jogos Olímpicos. Foram definidas diferentes funções para o COI, as Federações

Internacionais das modalidades e para os comitês olímpicos nacionais. Desde então, a vinculação de atletas aos comitês nacionais passou a ser condição essencial para a inscrição nos Jogos. Segundo documento do COI (CENTRE, 2011) neste congresso foi abolida oficialmente a contagem de pontos por nações. Apesar da inexistência desta somatória, os Jogos Olímpicos permaneceram como um importante campo de batalha para a demonstração de forças políticas, conforme destaca Hobsbawm (1990).

2.2 Problema da pesquisa - A descrição de trajetórias e a compreensão identitária

Apesar de ser considerada uma competição entre atletas, os Jogos Olímpicos exigem a vinculação a um comitê nacional. Como isso é feito em uma sociedade na qual há sujeitos com identidades múltiplas e fundidas? De que modo os agentes envolvidos no esporte brasileiro lidam com esses indivíduos? Ao longo dos anos, a maneira como os atletas se relacionam com suas pátrias mudou e, em um mundo com uma facilidade maior de deslocamento e de comunicação, o indivíduo muitas vezes tem a possibilidade de escolher qual país irá representar. É preciso questionar os efeitos causados pelo profissionalismo e discutir quais as consequências da migração de atletas ao longo dos anos. O debate se pauta na análise sobre qual foi a postura brasileira ao longo dos anos e na discussão de como o país lidou com a questão da escolha desses migrantes internacionais para compor a delegação brasileira.

A descrição das trajetórias percorridas por atletas que nasceram em outras nações e representaram o Brasil ajuda no entendimento de como é construída a identificação com o país. Maguire (2004) destaca que as ciências do esporte não podem se limitar ao estudo da performance, uma vez que a compreensão do fenômeno esportivo nos leva a um melhor entendimento das relações humanas na sociedade, desde que este estudo seja feito de maneira multi ou interdisciplinar. Macneill (2006, p.5) vai além e sentencia

É indispensável que os estudiosos do esporte reconceitualizem uma abordagem não-essencialista de identidade, que levem em consideração as condições materiais, a localização social, os aspectos cognitivos e experienciais da identificação, e que não descartem a identidade. A identidade afeta a agência, a corporificação e as relações sociais.

A análise de trajetórias e a abertura à escuta dos indivíduos é uma forma de fazer essa reconceitualização, buscando a compreensão das histórias de vida e as conexões entre sujeitos e sociedade.

2.3 Objetivo geral

Uma vez que os competidores se tornam representantes nacionais, este trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória dos atletas nascidos em outros países e que representaram o Brasil em edições dos Jogos Olímpicos de Verão, além de descrever e debater o processo de construção das ligações identitárias dos sujeitos com o país, tendo em vista que a adoção de uma nacionalidade diferente daquela baseada em onde se nasceu impacta não só no esporte, mas em outros segmentos da vida.

2.4 Objetivos específicos

Com base no referencial teórico adotado, e ancorado na narrativa dos atletas, será feita uma discussão sobre a relação entre modalidades praticadas, associações e clubes que promovem os diferentes esportes e locais de iniciação esportiva dos migrantes que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de Verão. Busca-se compreender os diferentes sentidos da migração ao longo dos tempos. Afinal, existem pessoas que migraram por motivos distintos e a relação deles com os países de origem, em parte, é alterada pelo modo como saíram de sua terra natal. Haverá um debate sobre como o esporte pode ser uma ferramenta importante na construção de identidade do indivíduo, auxiliando que o mesmo sinta-se pertencente a (ou excluído de) uma determinada sociedade. Outro objetivo é compreender como a questão das nacionalidades e representações nacionais faz parte das discussões recentes do Movimento Olímpico.

2.5 Reflexões sobre identidade e pertencimento

Melo (2014, p.92) constata que ao longo do século XX, o esporte passou por um processo de ressignificação e extrapolou as arenas onde as competições são realizadas.

Em um mundo cada vez mais globalizado, em poucos anos certos fatos esportivos ganharam *status* de tradição nacional. Mesmo quando a ideia de nação tornou-se mais frágil em função do desenvolvimento econômico transnacional, o esporte manteve o seu papel de construtor e consolidador de discursos identitários, de celebração da pátria.

Uma das funções deste trabalho é compreender como este processo de celebração patriótica ocorre, em muitos casos, por meio de atletas que não tinham, inicialmente, uma

relação com o Brasil, ou que construíram esta relação ao longo da vida – dialogando com a linha de raciocínio de Jesus (1999), segundo a qual, ao longo do século XX, o esporte fomentou sentimentos de identidade territorial em diversos níveis.

De acordo com Jarvie e Maguire (1994), o esporte é um subsistema dentro da sociedade e tem o poder de transmitir valores, sendo que isso não ocorre de modo isolado – há outros sistemas, como a família, escolas e religião que interferem na forma de pensar e agir dos indivíduos. Lee e Maguire (2009) pontuam que o esporte sofre e gera influências em outras áreas, uma vez que esses subsistemas não existem isoladamente, mas sim em um contexto de interconexão cada vez mais latente, tendo em vista que o esporte é um veículo para a transmissão de ideologias. Ao debater a importância dos imigrantes no esporte nacional, este trabalho mostra que a existência desses sujeitos não é um fenômeno isolado, mas que ocorre dentro de um contexto maior, ligado a uma série de sistemas que estão inter-relacionados. Essa ligação coloca em xeque temas caros à sociedade atual, como o papel desempenhado pelos imigrantes.

A mesma linha de raciocínio é adotada por outros trabalhos, tais como os desenvolvidos por Marchi Júnior (2015), Marques, Almeida e Gutierrez (2007), segundo os quais o esporte passa por processos de adaptações a diferentes contextos sociais. Foi necessário dialogar com a história do esporte, que não ocorre isoladamente do restante do universo. Melo e Fortes (2010) destacam que este tipo de trabalho sempre cruza com outras dimensões históricas (política, cultural, social, econômica etc.).

Ao discutir vantagens e desvantagens da migração na sociedade atual, Martine (2005, p.12) aborda temas sensíveis, como as dificuldades de comunicação e adaptação destes indivíduos nos locais de destino, o estresse psicológico, a perda de identidade e o referencial afetivo. Além disso, “migrantes são perseguidos e maltratados por xenófobos e considerados cidadãos de segunda classe; tal discriminação – racial e social – retarda a assimilação”. De acordo com Vérasz (2017), “a análise transnacional representa um campo analítico ao interpretar o fenômeno da migração como formado de múltiplas relações entre os imigrantes como seus locais de origem e destino.” Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como a representação esportiva se enquadra nesta relação.

Lee e Maguire (2011) apontam que o esporte é uma importante ferramenta de diplomacia na sociedade atual, servindo muitas vezes como instrumento de abertura de diálogo entre nações e como um meio de identificação nacional para os cidadãos. Segundo os autores, ao participar de uma competição como os Jogos Olímpicos, os atletas ganham um *status* que pode ser comparado ao de embaixadores de uma nação, tendo em vista que

carregam as cores e símbolos de um local e que refletem, nas disputas esportivas, a imagem de um determinado país com o qual se identificam. Marques (2015, p.8) corrobora tal linha de pensamento ao dizer que “investigar o esporte como um fenômeno sociocultural pode ser um dos caminhos para estudar a sociedade globalizada. O espaço do esporte é homológico a demais espaços sociais”.

Soca (2012) afirma que a desterritorialização é um fenômeno recente no esporte, tendo crescido muito nos últimos 40 anos e, por isso, gerado uma série de debates, por ser um fenômeno com implicações sociais tanto para os países receptores quanto para os exportadores de migrantes. Segundo o autor, novos estudos são necessários para compreender melhor a consequência desta migração, que tomou uma dimensão sem precedentes nos últimos anos, principalmente porque o perfil dos migrantes é cada vez mais heterogêneo e há muitas percepções positivas e negativas sobre o fenômeno, o que sustenta uma série de debates.

Ao mesmo tempo, Burdsey (2006) constata que durante um evento esportivo há um grande envolvimento dos espectadores com os competidores e equipes. O autor, no entanto, questiona os motivos dessa empatia do público com os competidores da atualidade. Quais são os traços que ligam os torcedores aos atletas? Como é feita essa distinção entre os “nossos” e os “outros”? Compreender esse comportamento é um grande desafio e exige o estudo das estruturas de inclusão, exclusão e discriminação de indivíduos em diferentes sistemas sociais. Neste ínterim, Macneill (2006) conclui que a mídia, interessada em audiências maiores e na venda de eventos esportivos, adota um discurso de identificação entre os atletas nacionais e o público, buscando salientar ligações culturais, políticas e econômicas para criar empatia entre competidores e torcedores, aumentando o interesse na competição. A autora constata que a identidade nacional é um discurso dominante nas coberturas midiáticas, porque a entrada nos Jogos Olímpicos é organizada essencialmente pelo Estado-Nação. Uma defesa semelhante é feita por Rowe (2009), que percebe no discurso midiático a transformação de indivíduos em representantes nacionais, reforçando o elo de sujeitos e países.

Almeida e Franceschi Neto (2019) indicam que nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, mais de 25 mil jornalistas, de diversos países, foram credenciados, evidenciando um interesse universal pelo evento. De acordo com Rowe, a mídia esportiva não é a responsável por criar o discurso de “nós contra os outros”, mas acaba se tornando uma propagadora deste tipo de pensamento, tendo em vista que o mesmo ajuda a fidelizar audiências. A competição entre atletas de diferentes nações acaba reforçando o conceito de “aldeia global”, desenvolvido por Marshall McLuhan, tendo em vista que há um interesse não

apenas em uma competição universal, mas em saber como os “locais” se saem na mesma. Por outro lado, Poulton e Maguire (2012) creditam à mídia a criação do termo pejorativo “britânicos de plástico”, para fazer referência aos atletas naturalizados pela Grã-Bretanha que competiram nos Jogos Olímpicos de Londres naquele ano. Os autores indicam que havia uma segregação na forma de tratamento entre esses competidores e os britânicos “autóctones”, expondo mais uma vez o esporte como um símbolo nacionalista. Também recordaram que 11% dos atletas que representaram a Grã-Bretanha em 2012 tinham origem no exterior. Entretanto, outro dado presente no mesmo estudo mostra que 12% das pessoas que viviam no país naquele ano haviam nascido em outros lugares.

Jansen e Engbersen (2017) indicam que 44 dos 588 atletas que representaram os Estados Unidos nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, nasceram em países diferentes, sendo estes oriundos de 28 nações. Apesar de todo poderio econômico do país, os autores não atribuem tal número apenas a fatores financeiros, mas pontuam a necessidade de uma leitura mais ampla, compreendendo o histórico norte-americano de receber um grande número de imigrantes como algo fundamental para melhor entendimento dessa questão.

Finalmente, um estudo sobre a migração esportiva se justifica academicamente com diversas abordagens, pois conforme pontua Montagna (2017, p.114)

Temos efeitos universais das migrações sobre os indivíduos, temos efeitos que dependem das condições que circundam o movimento migratório, temos efeitos absolutamente individuais, que dependem, dentro de seus contextos, de reações absolutamente singulares de cada migrante.

Este estudo busca uma análise desde o nível individual até mesmo ao social, abordando questões latentes do Movimento Olímpico na atualidade. Ao longo do século XX, o conceito de identidade e as formas de identificação entre os indivíduos e os espaços passaram por uma série de alterações. Se antes o local de nascimento era um marco definidor de toda a trajetória do indivíduo, hoje identificação com uma nação como sendo a “sua” não é mais algo impossível de ser alterado. Ao migrar, os indivíduos carregam consigo uma série de elementos culturais que podem ser inseridos em seu local de destino, mas abrem-se para a imersão em uma nova cultura e podem absorver novos elementos. Ao analisar a trajetória de imigrantes que fizeram parte do esporte nacional, é possível observar diferentes consequências da imigração: desde a formação de clubes e sociedades ao desenvolvimento de modalidades, além de questões particulares, como a inserção de indivíduos na sociedade brasileira, o aumento na identificação entre os mesmos e o país. Outro fenômeno abordado é

que, em uma sociedade transnacional, os laços identitários ficaram cada vez mais frágeis e possibilitaram a uma parte dos sujeitos escolher com quais locais se identificam.

A explicação para a migração de atletas é um fenômeno que extrapola o campo meramente econômico e deve ser analisada concomitantemente a outros fatores sociais. Segue-se a linha de pensamento desenvolvida por McGovern (2002), segundo a qual acreditar que a globalização produzirá um mercado equânime é uma ideia ingênua, tendo em vista que a relação de poderes que existem entre nações, também no meio esportivo, é desigual.

Confronta-se, então, a linha de pensamento de Spiro (2012), pela qual o modelo de representação nacional nos Jogos Olímpicos estaria em vias de extinção, prestes a ser substituído por uma representação clubística. Tal visão, radicalizada, não encontrará força, pois a representação nacional é um dos sustentáculos do Movimento Olímpico, apesar da série de mudanças pelas quais o mesmo passou. Estas mudanças continuam, conforme periodização proposta por Rubio (2016, p.27) que constata os Jogos Rio 2016 como o final de uma era.

A implementação das recomendações da agenda 20+20 do COI indica não apenas uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como também uma transformação no papel social do atleta, que deixa de ser apenas um executor de gestos habilidosos variados para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central do Movimento Olímpico. Essa alteração de postura do COI aponta para uma tentativa de resgate dos valores olímpicos, virtudes desejadas, mas perdidas ao longo do processo de transformação do Movimento Olímpico e irreconhecíveis para a sociedade atual.

Periodizar é fundamental para compreender as diferenças da relação entre esporte e sociedade ao longo dos anos. Segundo Marques, Almeida e Gutierrez (2007, p.2), há uma diferença entre o esporte moderno e o contemporâneo, ocorrida não por uma ruptura brusca, mas por uma série de adaptações sociais. O esporte contemporâneo “se faz herdeiro do esporte moderno quanto à sua identidade como campo social (campo esportivo), porém, autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus símbolos, signos e objetivos”.

A questão da discussão do conceito de representações nacionais se enquadra nestas mudanças, tendo em vista que os atletas passam a ter papel central e mostram que suas identificações patrióticas não são mais algo estanque e podem ser alteradas de acordo com questões individuais ou sociais. Almeida (2010) ressalta que desde o século XIX, o esporte é utilizado como meio de promoção política e o aumento da visibilidade e do acesso de informações relacionadas ao esporte maximizou tal promoção. Em paralelo a isso, o volume e a velocidade das migrações passaram por diversas alterações nos últimos anos, como destaca Oliveira (2017, p.104)

Os avanços tecnológicos, especialmente nos transportes e comunicações, possibilitaram cada vez mais uma certa democratização nos deslocamentos – por mais que os custos das viagens ainda sejam altos, especialmente para grupos de pouco poder aquisitivo, não é possível negar que eles nunca foram tão acessíveis como agora. Ainda, esses avanços tecnológicos podem nos proporcionar a sensação de estar em dois ou mais lugares diferentes ao mesmo tempo, lá e aqui. O sentimento de migrar, que no passado, via de regra, vincula-se a uma decisão permanente de vida, de abandono de seu local de origem, agora pode ser experienciado em outros sentidos, como o de praticamente viver em dois mundos. Tanto isso é verdadeiro para aqueles aos quais as possibilidades de trânsito são livres. Não havendo impedimentos legais para múltiplas entradas (os que têm dupla cidadania ou um visto permanente ou de residência) nem restrições financeiras, a possibilidade de literalmente habitar dois ou mais lugares não é fictícia.

Seguindo tal linha de raciocínio e compreendendo que, no período inaugurado no profissionalismo nos Jogos Olímpicos (pós-1988), atletas de alto nível técnico são um tipo de mão de obra diferenciada e bem quista, com facilidade de deslocamentos por diferentes nações, é possível concluir que estes avanços tecnológicos, a facilidade de comunicação e as facilidades de deslocamentos são fatores-chave para compreensão da migração esportiva, principalmente aquelas ocorridas nas últimas três décadas. Tais avanços permitiram a pessoas que, mesmo nunca tendo vivido no Brasil, se identifiquem com o país, tendo em vista que os laços consanguíneos são reforçados mesmo sem a presença física.

É importante salientar que, apesar deste estudo partir de alguns pressupostos, seguem-se algumas recomendações de Marchi Júnior (2015, p.57) com relação aos cuidados metodológicos para evitar generalizações, exclusões ou adoções de conceitos incorretos ou fora de contexto.

Procuramos não nos deter, por exemplo, às limitações, maniqueísmos ou reducionismos que muitas vezes interpretações apressadas podem nos conduzir. Trata-se de evitar a adoção induzida das posições de ‘defesa teórica’ a partir das vozes ou dos discursos críticos à adesão, popularmente explorado nos termos de ‘pessimistas’ e ‘otimistas’. São posições invariavelmente definidas por interesses situacionais e localizadas estruturalmente no tecido social.

Bairner (2015) aponta a necessidade de mais análises sobre as relações entre o esporte e a construção de identificações nacionais, relevando a necessidade de rigor teórico e metodológico para tratar deste tema. As hipóteses levantadas nesta pesquisa não nos tornam julgadores dos atletas que migraram, ou das entidades de administração do desporto que optaram por buscar imigrantes, mas adota-se a postura de compreensão do fenômeno e de

discussão sobre as causas e consequências da presença de imigrantes internacionais nas delegações olímpicas brasileiras.

2.6 Nacionalidade estatal *versus* nacionalidade esportiva – dicotomia atual

Um ponto fundamental para a compreensão deste estudo é que a nacionalidade é um critério de elegibilidade para que o atleta participe de uma edição dos Jogos Olímpicos. O documento máximo que rege a competição é a Carta Olímpica, que apresenta dois pontos contraditórios. O item 6 do capítulo primeiro diz: “Os Jogos Olímpicos são uma competição entre atletas individualmente ou eventos de equipes, não entre países”¹. No entanto, no capítulo 4, que é inteiramente dedicado à questão dos comitês olímpicos nacionais, o documento traz a seguinte instrução: “Qualquer competidor nos Jogos Olímpicos deve ser nacional do país do comitê olímpico nacional que o registra”². Apesar de não ser uma competição entre países, somente é permitido a um atleta participar de uma edição olímpica se ele estiver vinculado a um comitê nacional.

Em um movimento inovador, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, o COI abriu espaço para um grupo que não era vinculado a um comitê nacional com a introdução de uma delegação de refugiados formada por dez atletas. Apesar dos países de origem dos mesmos serem membros do COI (Síria, Congo, Etiópia e Sudão do Sul), esses atletas competiram sob a bandeira olímpica, tendo em vista os problemas que os afastaram das nações onde nasceram. Celebrada pelo viés inclusivo, a presença dessa delegação de refugiados evidencia a importância de um debate sobre o conceito de nacionalidade e da necessidade de os atletas representarem uma determinada nação, tendo em vista que, em um mundo onde as pessoas conseguem se mover com uma velocidade cada vez maior, é difícil usar um critério objetivo que as obrigue a defender determinada bandeira.

Daadouch (2016) pontua que o conceito de nacionalidade em esportes não está estritamente relacionado com a nacionalidade legal e/ou administrativa, tendo em vista que o esporte é uma área com um direito privado, na qual as federações e comitês têm autonomia para criar seus próprios regulamentos. Contudo, essas regras não se mostram totalmente independentes do direito público, uma vez que a nacionalidade estatal, em muitos casos, acaba servindo como parâmetro para a esportiva. Ao discutir a relevância do direito privado do esporte e a questão das nacionalidades, Nicolau (2017, p.46) frisa que

¹ Tradução livre da Carta Olímpica, realizada pelo autor

² Idem

As regras de nacionalidade esportiva, as quais condicionam a participação dos atletas em competições internacionais, têm a missão não apenas de assegurar, sob uma perspectiva concreta, a integridade das disputas entre nações, como também de zelar, sob uma perspectiva mais abstrata, pela aqui denominada identidade esportiva, noção que explica porque, em certas situações, atletas e equipes representam mais do que seu clube ou sua federação.

Há uma intersecção entre o direito privado, regido pela Carta Olímpica, e do direito público à nacionalidade, uma questão que é regulada de diversas maneiras em diferentes sociedades. Daadouch (2016) cita que na última década as federações internacionais de atletismo e de tênis de mesa, preocupadas com o crescente número de atletas com mais de uma nacionalidade, adotaram medidas que visam restringir a mudança de nacionalidade esportiva dos competidores. Apesar de conceder a autonomia para que as federações internacionais decidam sobre a elegibilidade dos atletas, o COI impõe algumas condições. Uma delas é que a pessoa que deseje realizar uma troca de nacionalidade esportiva fique pelo menos três anos sem participar de competições oficiais pela nação anterior. Com os Jogos Olímpicos sendo realizados a cada quatro anos, tal intervalo não impede que um mesmo esportista possa participar de duas edições olímpicas seguidas por países diferentes.

Gangas (2016) alerta que traçar um paralelo entre as regras do COI e de outras organizações transnacionais é um caminho perigoso e que pode levar a uma série de conclusões equivocadas, tendo em vista que o Comitê é uma entidade de interesse privado, que dita suas próprias regras. Isso não significa que a organização esportiva esteja à parte daquilo que ocorre na geopolítica mundial ou que as nações estabelecidas diplomaticamente não façam uso do esporte.

Por ser uma entidade privada, o COI usa de suas atribuições para reconhecer 206 nações, número superior às 193 reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme dados das duas instituições até junho de 2020. É válido destacar que o Comitê concede às federações internacionais o poder de regular as suas respectivas modalidades e essas federações têm autonomia para definir seus critérios e reconhecer nações e nacionalidades de um modo diferente. Por exemplo, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) tem 211 filiados e a Federação Internacional de Natação (Fina) 209. No momento da disputa olímpica é preciso um diálogo para que atletas filiados a federações que não são reconhecidas pelo COI possam participar dos Jogos.

Almeida e Rubio (2020) sinalizam que a regulamentação da nacionalidade esportiva com base na nacionalidade estatal é um dos desafios do movimento olímpico atual, tendo em vista que cada país tem autonomia para definir os próprios critérios de concessão de nacionalidade. Ao falar sobre esse tema, é preciso separar as nacionalidades em duas categorias: as originárias, aquelas em que os cidadãos têm ao nascer; e as adquiridas, que são concedidas pelos Estados ao longo da vida do indivíduo. As nacionalidades originárias costumam ser divididas em dois tipos: *jus soli*, para os estados que reconhecem o direito à cidadania a todos os nascidos em seu território; e *jus sanguinis*, quando a concessão de nacionalidade está atrelada a dos pais – de ambos ou de pelo menos um deles – segundo o ordenamento de cada local.

No Brasil, os critérios para definição de nacionalidade são estabelecidos pelo artigo 12 da Constituição Federal, que versa

Art. 12. São brasileiros:

I - Natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - Naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Em complemento à Constituição, o Estatuto do Estrangeiro traz as condições para que as naturalizações sejam concedidas no Brasil. Esta lei passou por mudanças em 2017, mas, tendo em vista que este estudo delimita-se com atletas que competiram até os Jogos Olímpicos de 2016, a maior parte dos atletas esteve vinculada a Lei 6.815/1980, da qual destaca-se o trecho abaixo (Brasil, 1980)

Título XI - da Naturalização
Capítulo I - das Condições

Art. 111. A concessão da naturalização nos casos previstos no artigo 145, item II, alínea b, da Constituição, é faculdade exclusiva do Poder Executivo e far-se-á mediante portaria do Ministro da Justiça.

Art. 112. São condições para a concessão da naturalização:

I - capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - residência contínua no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando;

V - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

VI - bom procedimento;

VII - inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano; e

VIII - boa saúde.

§ 1º não se exigirá a prova de boa saúde a nenhum estrangeiro que residir no país há mais de dois anos.

§ 2º verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de qualquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos arts. 113 e 114 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida.

§ 3º A declaração de nulidade a que se refere o parágrafo anterior processar-se-á administrativamente, no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, concedido ao naturalizado, para defesa, o prazo de quinze dias, contados da notificação.

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, item III, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

I - ter filho ou cônjuge brasileiro;

II - ser filho de brasileiro;

III - haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça;

IV - recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística; ou

V - ser proprietário, no Brasil, de bem imóvel, cujo valor seja igual, pelo menos, a mil vezes o Maior Valor de Referência; ou ser industrial que disponha de fundos de igual valor; ou possuir cota ou ações integralizadas de montante, no mínimo, idêntico, em sociedade comercial ou civil, destinada, principal e permanentemente, à exploração de atividade industrial ou agrícola.

Entende-se o sistema de definição de nacionalidade brasileira originária como *jus soli*, entretanto, há um sistema praticamente misto, haja vista a possibilidade de todos os descendentes de brasileiros de requererem a nacionalidade do país. Este critério, inclusive, justifica a adoção do termo “migrantes internacionais” no título desta tese, tendo em vista que, em algum momento da vida, os atletas abrangidos por este estudo ou seus familiares migraram, para que pudessem ter nacionalidade brasileira e algum vínculo, mesmo que provisório, com outro país. Motta (2012) destaca que as políticas de imigração e nacionalidade são alteradas de tempos em tempos, pois refletem os interesses dos países no

controle populacional, inclusive nos direitos das pessoas que por ele circulam. Essas mudanças geralmente ocorrem em relação às nacionalidades concedidas, e não às originárias.

Outro ponto importante a ser observado é que um indivíduo, ao nascer, pode ter múltiplas nacionalidades originárias, a depender do ordenamento jurídico do local onde ele e seus ascendentes nasceram. Desse modo, uma pessoa nascida no exterior, em um país que adota como critério de nacionalidade o *jus soli*, mas que tenha pais brasileiros, poderá ter como nacionalidades originárias tanto a brasileira quanto a do local que nasceu. Futuramente ela poderá representar tanto o Brasil quanto o país natal. Nicolau (2017) conclui que estes esportistas “binacionais” são obrigados a escolher qual país irão representar no âmbito esportivo, tendo em vista que o regramento esportivo prevê a unicidade da nacionalidade.

Jansen, Oonk e Engbersen (2018) explicam que, em geral, os principais critérios de concessão de nacionalidade (naturalização) são o *jus domicilii* e o *jus matrimonii*, ou seja, nacionalidades são concedidas a indivíduos devido ao cumprimento de um período vivendo no país (no caso da Constituição brasileira, por um ano, para originários de países de língua portuguesa, ou quatro anos, para oriundos de outras localizações) e para aqueles que se casaram com pessoas que possuam determinada nacionalidade. Ao analisar a migração de atletas e os processos de concessão de nacionalidade, Jansen, Oonk e Engbersen (2018) sugerem a criação de um novo tipo de cidadania, ao qual chamam de *jus talenti*, ou seja, um direito adquirido pelo indivíduo graças ao seu talento. O esporte não é a única área onde isso ocorre, mas devido à grande visibilidade e repercussão de eventos, como os Jogos Olímpicos, e do caráter representativo que os atletas assumem ao participar deste tipo de competição, acaba sendo uma ferramenta útil para a ampliação da visibilidade sobre os sujeitos que se enquadram nessa categoria.

Ressalte-se, mais uma vez, que a compreensão jurídica não é o alvo central deste trabalho, mas um componente importante que ajuda na compreensão de termos com os quais é necessário lidar ao longo desta análise. Em muitos casos a prática mostra-se mais simples que a teoria. Para isso, segue-se agora a uma nova etapa: a explicação do método que orienta o trabalho. Um fio condutor, que guia a reconstrução de trajetórias, narradas pelos atletas que as construíram.

3 Narrativas biográficas: um diálogo com as histórias de vida

Não apenas a memória se constrói em torno de episódios vívidos. A vida em si surge deles e decai com eles. (Kotre, 1997, p.111)

Esta tese foi desenvolvida com base em narrativas biográficas, tendo em vista que é um dos frutos da pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, conduzida pela professora Katia Rubio, coordenadora do Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo (GEO-USP). Rubio (2014, p.107) esclarece que “A busca inicial pelas histórias de vida deu-se pelo entendimento de que era preciso permitir que os atletas organizassem suas lembranças, trajetórias e memórias”. Como o objetivo do presente trabalho é a compreensão da trajetória, o resgate da memória e a descrição do processo de construção das identidades dos sujeitos, a opção pelas narrativas se justifica, pois conforme pontua Rubio (2014, p.114), “as representações verbais da memória permitem a recriação da história do sujeito, favorecendo a elaboração de construções identitárias”.

O universo de atletas que faz parte desta pesquisa está inserido no trabalho realizado pelo GEO-USP que culminou com a produção da obra “Atletas Olímpicos Brasileiros” (Rubio, 2015). Diversas das entrevistas que foram utilizadas na produção do livro foram aqui analisadas novamente. No início desta pesquisa, chegou-se a procurar novamente alguns atletas e seis deles concederam uma segunda entrevista ao projeto. Esse procedimento foi deixado de lado ao analisar que diversos momentos dos diálogos tiveram pontos em comum com a primeira entrevista concedida pelos esportistas ao projeto, cujo enfoque não recaiu sobre a confirmação de informações e sim sobre situações e dados não mencionados na primeira entrevista. Esta confirmação não surpreende, pois conforme destaca Bosi (2003), recontar é sempre um ato de criação, e esta criação pode ocorrer de formas distintas, a depender da maneira como a abordagem foi realizada. A semelhança na maneira como os atletas que foram entrevistados mais de uma vez narraram suas trajetórias é compreensível, pois conforme pontua Giglio (2013, p.49)

As entrevistas de história de vida possuem um caráter subjetivo. Ao contar sua história, o entrevistado (re) constrói as partes mais significativas de sua história e apresenta os fatos ao entrevistador. A seleção de fatos é feita a partir de um critério subjetivo, fruto da experiência de vida de cada pessoa.

Observe-se que a pesquisa não utiliza roteiros ou questionários para as entrevistas. O diálogo é sempre iniciado com um pedido ao atleta: conte sua história de vida. Embora houvesse o interesse por uma questão específica, no caso a migração do atleta ou de seus

familiares, foi preciso atenção para que as falas dos entrevistados não fossem direcionadas, uma vez que o interesse da pesquisa é justamente deixar que o sujeito exponha os pontos que julga serem importantes em suas trajetórias, conforme indica Rubio (2016 A, p.52).

Uma das grandes preocupações do método era não contaminar o ato da entrevista com perguntas que pudessem influenciar um pensamento, ou ainda, induzir a uma criação que pudesse minimizar a dor ou o sofrimento de tantos fatos passados que marcam indelévelmente a vida de alguém.

Este zelo se justifica pela profundidade dos diálogos, uma vez que Ferreira Júnior (2014, p.52) pontua que “ao retomar a carreira em uma entrevista, o atleta acaba vivenciando novamente parte de sua vida, pois é um momento onde o atleta tem um reencontro com o passado, recuperando parte de sua subjetividade e identidade”. Nesta mesma linha, Rosina (2018, p.29) esclarece

Nas histórias de vida, o pesquisador irá encontrar as dores e as intensidades subjetivas vividas pelos sujeitos. Assim, a memória não é uma reprodução literal da história ou das experiências vividas, mas uma recriação do passado a partir das vivências acumuladas, do momento vivido e das influências do contexto social e cultural do sujeito.

Desse modo, o entrevistado é o protagonista do momento do diálogo, o que o ajuda a rememorar acontecimentos mais relevantes. Kotre (1997, p.177) esclarece que “A sensação de satisfação causada por uma revisão da vida pode ser ampliada ao se ver a própria vida como parte de uma peça teatral maior.” No caso desta pesquisa, a peça teatral na qual os sujeitos estão envolvidos são os Jogos Olímpicos, e todos desempenharam o papel que é a razão de ser da competição: o de atleta.

Uma observação importante a ser realizada é sobre o momento no qual o atleta concedeu a entrevista ao projeto. Alguns já haviam encerrado a trajetória esportiva, outros seguiam em atividade. Halbwachs (1990, p.48) afirma que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Em constante reconstrução, a memória é fruto de um fato social e não algo objetivo e acabado.

Apesar da amplitude contida no pedido “conte sua história de vida”, é plausível indicar que este trabalho utiliza técnicas do que Meihy (1994, p.38) classifica como história oral temática. Segundo o autor: “O caráter documental decorrente das entrevistas é o cerne

desse ramo. Também é o mais considerado por jornalistas e demais pessoas que se valem de entrevistas como forma dialógica de promover discussões em torno de um assunto específico.” No caso, os assuntos que interessam a esta pesquisa são a trajetória de migração, a construção da identidade e a carreira esportiva de cada indivíduo. Obviamente, a participação olímpica, que serviu como critério base para esta pesquisa, é importante, mas como se percebe, a ênfase dada pelos sujeitos a esta participação não foi a mesma em todos os casos. Alguns valorizaram o momento da disputa – uma “data crítica”, na conceituação feita por Hubert (2016) –, tendo em vista ser aquele um marco importante na carreira atlética. Outros, entretanto, preferiram focar nos intervalos entre uma edição olímpica e outra, os “tempos mortos”, aqueles vivenciados de maneira íntima e anônima, mas que ajudam na constituição pessoal. Mais que a precisão de datas, as memórias são feitas de experiências significativas e Kotre (1997, p.93) indica que as escolhas dos narradores ao falar sobre suas vidas não ocorrem por acaso.

A substituição do quando ao quê na memória autobiográfica é importante porque conduz ao verdadeiro interesse da memória propriamente dita: a criação do significado para o eu. Antes que possamos dar a uma experiência um lugar duradouro na memória, temos de decidir o que ela significa.

Só foi possível chegar a este tipo de construção com entrevistas abertas, sem a aplicação de questionários. Medina (2000) compara os questionários a camisas de força e diz que as entrevistas abertas proporcionam interação social. Na entrevista aberta, não há a postura autoritária da busca da confirmação de uma teoria ou hipótese, mas busca-se a interpretação dos fatos, baseada na ampliação de vozes. Para Medina, o bom entrevistador é aquele que adota uma postura dialógica e democrática, humanizando o contato com o entrevistado, realizando o que ela chama de diálogo possível, e durante a entrevista. “O parto da emoção terá de ser substantivo; a emoção deve passar por meio da atmosfera narrativa, da penetração sutil nas entrelinhas do diálogo, nos silêncios, nos ritmos de cada pessoa” (MEDINA, 2000, p.83).

Segundo a autora, o trabalho não termina na realização da entrevista. Cabe ao entrevistador captar o que ocorre nas entrelinhas, para depois, no momento da construção do texto sobre os sujeitos entrevistados, ser fiel ao que o foi dito, mas também revelar outros detalhes: pausas, suspiros e pensamentos. Até mesmo a observação da relação dos entrevistados com o ambiente pode dar pistas preciosas sobre o indivíduo. Bicudo (2005) define como principal entrave na realização das entrevistas a dificuldade em ouvir. Para ele, a

abertura ao novo e a paciência em permitir que o interlocutor conclua o raciocínio, mesmo que demore para tal, pode ajudar na compreensão de detalhes preciosos. Isso não significa uma postura passiva, apenas de aguardar. É preciso saber os momentos para intervir e lançar novas perguntas, que ajudem o entrevistado a resgatar memórias importantes, que muitas vezes estão “adormecidas”, mas que surgem após o início do diálogo.

Durante este tipo de entrevista, é possível se deparar com respostas claras e objetivas, contudo, muitas vezes, há dúvidas, incorreções e informações incompletas. Em vez de ignorar tais dados é preciso saber lidar com os mesmos, pois conforme destaca Bosi (2003, p.63)

Os lapsos e incertezas das testemunhas são o selo de autenticidade. Narrativas seguras e unilineares correm sempre para o perigo de deslizarem para o estereótipo. Quando a narrativa é hesitante, cheia de silêncios, ele não deve ter pressa de fazer a interpretação ideológica do que escutou, ou de preencher as pausas.

Rosina (2018) afirma que, no campo da história oral, não se deve esperar a certeza de nomes ou data, mas buscar as impressões pessoais do entrevistado – uma busca pela singularidade. Gomes (2008) sugere que cabe ao entrevistador dominar o contexto social do qual o entrevistado faz parte, para poder conduzir o diálogo da melhor maneira possível. A importância de tal domínio é reforçada por Giglio (2013, p.49), que constata a existência de várias conexões entre as histórias de vida dos sujeitos com o momento histórico. Bourdieu (2015, p.190 e 191) ressalta que a compreensão de histórias de vida é um desafio complexo, que exige a interpretação de diferentes dados.

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação de um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

A malha construída pode ser formada tanto das relações entre estes imigrantes e o país quanto dos locais onde viveram, o contato que tiveram com os clubes, técnicos, outros atletas etc. Nessa estrutura de malha, é importante observar que, durante os diálogos, nem sempre os sujeitos entrevistados optaram por seguir uma linearidade temporal. Afinal, o pedido “conte sua história de vida”, abre um leque para que a pessoa hierarquize as informações da maneira como considera mais relevante. Não foram raras as situações em que as falas foram marcadas

por idas e vindas, o que não prejudica em nada a pesquisa, uma vez que segundo Rubio (2014, p.118)

Diante de várias considerações feitas sobre o tempo e seu significado subjetivo e social, é possível, então, reconhecer a dimensão que o relato da história de vida adquire tanto para o narrador como para o pesquisador. Passível de ser analisada numa perspectiva linear ou cíclica, dela se podem extrair elementos históricos coletivos, mas também individuais, capazes de compor uma cartografia do sujeito e do grupo ao qual ele pertence e das transformações significativas ocorridas ao longo dessa trajetória.

Mesmo tendo como um dos focos a compreensão do processo de migração e a construção de identidade dos sujeitos da pesquisa, é preciso estar aberto a novas informações e construir um diálogo, sem buscar a imposição de ideias e conceitos aos entrevistados, que, afinal, são a razão de ser deste trabalho.

Ao analisar a composição dos atletas que integram a comissão do Canadá em Jogos Olímpicos, Middleton et.al (2019) constata a existência de uma grande diversidade étnica. Os autores ressaltam a importância de se trabalhar com a história oral, valorizando os relatos destes atletas para compreender as ligações existentes entre eles e o país. Seguindo o mesmo raciocínio, Melo (2014) defende que as fontes orais deveriam ser utilizadas com mais frequência nas pesquisas relacionadas à história do esporte, sugerindo a criação de um banco de entrevistas – uma das definições possíveis para o acervo construído pela pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”. É importante ressaltar que, apesar de dialogar com a história, o trabalho com memória traz particularidades, dentre as quais o foco na individualidade. Isso não significa simplesmente “embarcar” nas histórias narradas, mas, acima disso, respeitar e dar voz a uma visão subjetiva sobre aquilo que foi vivenciado.

3.1 A entrevista com terceiros e o uso de outras fontes

Alguns atletas que fazem parte da pesquisa já são falecidos. Nestes casos, foram procurados familiares e amigos contemporâneos, para que descrevessem detalhes sobre a trajetória dos indivíduos. Em algumas situações, os entrevistados conviveram pelo período em que o sujeito que faz parte da pesquisa era atleta, em outros não. O marido de Eva Menéndez a conheceu após o fim da carreira esportiva; a neta de Sebastião Wolf nasceu após a morte do avô; Rosa Gijsen era criança quando o pai Edgard Gijsen competia; e Isabela Szabó nasceu após o pai, Aladar Szabó, deixar as piscinas. Todos eles, porém, tinham informações a

fornecer sobre os competidores. Para compreender o motivo de isso ocorrer, pode-se seguir o que diz Kotre (1997, p.228).

Como as lembranças autobiográficas de um indivíduo entram na de uma família? Vamos considerar apenas um modo, observando o que acontece na época da morte de alguém. Aqui, retomamos a história de preparação de uma identidade para a posteridade, mas o fazemos agora da perspectiva da posteridade. Neste ponto, existem mais reviravoltas e distorções na história porque os sucessores nem sempre veem os falecidos da mesma maneira como estes viam a si mesmos. Além disso, os sobreviventes são muitos e podem ter lembranças conflitantes da pessoa que faleceu. E aquelas lembranças mudarão à medida que o tempo passa.

Uma das formas de manter estas lembranças é por meio da manutenção de objetos que pertenceram aos sujeitos. Ao longo das entrevistas, ocorreram situações semelhantes às descritas por Veloso e Rubio (2016), que procuraram a família do ciclista Ricardo Magnani, representante do Brasil nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. No caso descrito, o contato foi feito com a filha do atleta, Clea Magnani, e com uma das netas, Patrícia. Clea tinha apenas 15 anos quando o pai faleceu, mas foi a responsável por narrar a trajetória de Ricardo aos pesquisadores, contando-a com a ajuda do material de acervo sobre o ciclista que estava guardado. Veloso e Rubio (2016, p.240) conceituam

A reconstrução da memória de um personagem falecido através da narrativa biográfica realizada por um terceiro são passíveis das mesmas imprecisões e falhas que observamos nas narrativas diretas dos personagens. Mesmo que o sujeito tenha relatado ao narrador no momento presente do acontecimento suas impressões e análises sobre o fato, estes terão duração apenas no instante do fenômeno, pois a reconstrução da memória opera no instante do presente. Entretanto, este terceiro que possui a missão de narrar nos dará uma impressão do que foi a vida do personagem.

As histórias narradas por terceiros e com o auxílio de objetos biográficos podem ser úteis para um trabalho como este, que busca recuperar a trajetória de diversos atletas que já são falecidos.

Além dos relatos de familiares, outra ferramenta importante para a recuperação da trajetória de alguns dos sujeitos pesquisados foram os jornais de época. Para isso, são necessários cuidados. Giglio (2013) alerta que, da mesma maneira que as falas dos entrevistados, os jornais podem conter erros e imprecisões e o mesmo pode acontecer com os documentos oficiais. Lemos (2008) considera tais elementos importantes, e diz que tanto os jornais quanto os documentos podem ser úteis ao pesquisador, mas seu estudo deve ocorrer

sempre relacionado a outras fontes, o que ajuda na compreensão e evita a imprecisão de dados.

Outro caso que deve ser destacado é a entrevista realizada com Mindaugas Gorauskas, irmão de Radvilas Gorauskas, que apesar de não ter sido atleta olímpico, foi jogador de basquete e era contemporâneo do irmão nas quadras. No momento em que a entrevista foi realizada com Mindaugas, ele se recuperava de uma cirurgia e havia passado por uma traqueostomia, que o impedia de falar. Com a memória intacta, pôde contribuir com a pesquisa por meio de respostas em bilhetes, além de apontar em jornais de arquivo trechos que considerava importantes da carreira dele e do irmão, que faleceu na década de 1980. Halbwachs (1990, p.54) indica que “Cada homem está mergulhado ao mesmo tempo ou sucessivamente em vários grupos. Cada grupo, aliás, se divide e se restringe, no tempo e no espaço”. No caso de Mindaugas e Radvilas, além dos vínculos familiares, eles compartilharam, ao mesmo tempo, a presença em outros grupos, como os clubes nos quais atuaram conjuntamente, conforme demonstrado por Almeida e Rubio (2017 A).

As memórias do irmão são permeadas de pontos de contato que ajudam a compreender um pouco mais sobre o personagem olímpico. Após mais de três décadas da morte de Radvilas, são memórias ressignificadas por tudo aquilo que Mindaugas viveu e, claro, por sentimentos como a saudade. Afinal, como conclui Halbwachs (1990, p.50 e 51)

Nunca a imagem de um falecido se imobiliza. À medida em que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela.

Priorizando os relatos e narrativas individuais, mas sem abdicar de outros instrumentos, como o uso de material de arquivo e o diálogo com familiares e contemporâneos, foi possível reconstruir a trajetória de personagens do olimpismo brasileiro.

3.2 Procedimentos

Este trabalho começou a ser desenvolvido em 2016, como uma parte da pesquisa “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) no processo 0052.0.342.000-09 (Anexo I). Os atletas foram entrevistados e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando o uso dos dados na pesquisa científica (Anexo II).

Um dos grandes desafios foi definir exatamente quais seriam os atletas que integrariam a pesquisa, uma vez que essa seleção ajudaria a incluir ou excluir vários nomes. Apesar de valorizar a subjetividade nas histórias de vida, a opção foi por um critério objetivo: o local de nascimento. Esta pesquisa contempla os 52 esportistas que nasceram em outros países e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos de Verão. Ao definir o termo “migrantes internacionais” este leque poderia ser ampliado com a presença de alguns competidores que nasceram no Brasil, mas que mudaram-se na infância para o exterior (casos de Tom Hintnaus, que esteve nos Jogos Olímpicos de 1984, e de alguns competidores da Rio-2016, como Stéphane Vehrle-Smith, Mahau Camargo Suguimati, dentre outros). Esse critério também exclui do escopo do estudo atletas que nasceram no país, representaram o Brasil e depois optaram pela naturalização para outros países, como a amazona Luciana Diniz (naturalizada portuguesa) e o jogador de polo aquático Felipe Perrone (que competiu em duas edições olímpicas pela Espanha e em uma pelo Brasil).

As entrevistas foram realizadas por membros do GEO-USP, gravadas em vídeo e posteriormente transcritas. Apenas uma entrevista, com o jogador de polo aquático Adrian Baches, foi realizada por uma pessoa que não integrava o grupo – uma jornalista radicada em Barcelona (Espanha) que auxiliou na pesquisa após o atleta mostrar-se resistente em conceder a entrevista de maneira remota. A jornalista foi orientada pelo pesquisador sobre o método utilizado nas entrevistas que compõe o trabalho.

Durante a realização do trabalho foram encontrados vários atletas que não moravam no Brasil. Nesses casos, a opção foi fazer as entrevistas via internet, preferencialmente com o software *Skype*. Uma entrevista foi realizada via software *Appear.in*, que tem funcionamento semelhante, e algumas foram conduzidas pelo aplicativo *WhatsApp*. Tais entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

Mesmo no caso das entrevistas realizadas virtualmente é possível ter acesso a dados importantes, pois conforme apontado por Almeida (2016 A, p.87), o uso da internet permitiu “não apenas realizar uma entrevista ‘protocolar’, ou simples coleta de dados com nossas ‘fontes’ via internet. Mas sim atingir o diálogo”.

Com relação às entrevistas realizadas via *WhatsApp*, cabe destacar o caso de Eduard Soghomonyan. O atleta, que inicialmente demonstrou muita resistência em falar, aceitou participar do projeto, mas pediu para que não fosse realizada uma chamada de voz ou vídeo, e sim que fossem trocadas mensagens de áudio. Ao todo, foram trocadas 42 mensagens em dois dias, em comunicação assíncrona, como define Jungblut (2004, p.105)

Todas essas formas de comunicação mediadas pelo computador que se realizam mais espetacularmente na internet são também matizadas pela forma como o tempo se manifesta em sua efetivação. Duas são as possibilidades: comunicação síncrona e comunicação assíncrona. A primeira é aquela que se dá em tempo real, ou seja, as partes envolvidas na troca de mensagens têm acesso imediato às respostas e reações do outro, uma vez que estão, de alguma forma, compartilhando simultaneamente um canal de comunicação que instantaneamente realiza as trocas de mensagens. A segunda é aquela que a troca de mensagens é intercalada por um algum período de tempo que desfigura o caráter de instantaneidade da comunicação síncrona.

Apesar de defender que a melhor opção era o diálogo em tempo real, compreende-se que o diálogo, mesmo assíncrono, é importante para o desenvolvimento da pesquisa. A tabela abaixo detalha o procedimento adotado referente a cada atleta. Entrevistados pessoalmente, via aplicativos virtuais (*Skype*, *Appear.in* e *WhatsApp*), se foram entrevistados familiares ou se não foram entrevistados.

ATLETA	PAÍS DE NASCIMENTO	MODALIDADE	EDIÇÃO OLÍMPICA	Entrevistado?
Sebastião Wolf	Alemanha	Tiro	1920 e 1932	Familiar
Carlos Woebcken	Alemanha	Atletismo	1932	Não
Joaquim Roderbourg	Alemanha	Vela	1956 e 1964	Familiar
Francisco Todesco	Itália	Remo	1960	Presencialmente
Paulino Gonçalves Leite	Portugal	Remo	1960 e 1964	Não
Antônio Salvador Sucar	Argentina	Basquete	1960, 1964 e 1968	Presencialmente
Aladar Szabó	Hungria	Polo aquático	1964	Familiar
Klaus Hendriksen	Alemanha	Vela	1964	Presencialmente
Vítor Mirshawka	Ucrânia	Basquete	1964	Presencialmente
Edgar Gijzen	Bélgica	Remo	1968	Familiar
Burkhard Cordes	Alemanha	Vela	1968 e 1972	Presencialmente
Chiaki Ishii	Japão	Judô	1972	Presencialmente
Radvilas Gorauskas	Lituânia	Basquete	1972	Familiar
Andreas Wengert	Alemanha	Vela	1976	Presencialmente
Lars Björkström	Suécia	Vela	1980	Presencialmente
Peter Erzberger	Suíça	Vela	1980	<i>Skype</i>
Jean Luc Rosat (Suíço)	Uruguai	Vôlei	1980	Presencialmente
Denis Antonio Marinho	França	Remo	1984 e 1988	Presencialmente

Eva Menéndez Riera	Espanha	Nado artístico	1988	Familiar
Vítor Santos	Portugal	Hóquei sobre patins	1992	Presencialmente
Sebastián Cuattrin	Argentina	Canoagem	1992, 1996, 2000 e 2004	Presencialmente
Rodrigo Pessoa	França	Hipismo	1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012	Presencialmente
Fernando Meligeni	Argentina	Tênis	1996	Presencialmente
Flávio Canto	Grã-Bretanha	Judô	1996, 2000 e 2004	Presencialmente
Kátia Lopes	Colômbia	Vôlei	2000	Presencialmente
Samantha Celeste Harvey	Estados Unidos	Pentatlo moderno	2004	Skype
Sebastian Dominik Szubski	Polônia	Canoagem	2004	Skype
Patrícia Freitas	Estados Unidos	Vela	2008, 2012 e 2016	Presencialmente
Rosângela Cristina Oliveira Santos	Estados Unidos	Atletismo	2008, 2012 e 2016	Presencialmente
Larry Taylor	Estados Unidos	Basquete	2012	Presencialmente
Gui Lin	China	Tênis de mesa	2012 e 2016	Presencialmente
Adrian Baches	Espanha	Polo aquático	2016	Presencialmente
Eduard Soghomonyan	Armênia	Wrestling	2016	WhatsApp
Ives Alonso	Cuba	Polo aquático	2016	Presencialmente
Josip Vrljic	Croácia	Polo aquático	2016	Não
Luisa Borges	Estados Unidos	Nado artístico	2016	Presencialmente
Slobodan Soro	Sérvia	Polo aquático	2016	Presencialmente
Xavier Vela Maggi	Espanha	Remo	2016	Presencialmente
Chris McPherson	Grã-Bretanha	Hóquei sobre a grama	2016	WhatsApp
Isadora Cerullo	Estados Unidos	Rúgbi	2016	Presencialmente
Nathalie Moellhausen	Itália	Esgrima	2016	Skype
Adam Imer	Austrália	Hóquei sobre a grama	2016	Skype
Amanda Oliveira	França	Polo aquático	2016	Presencialmente
Ernest Rost Onnes	Holanda	Hóquei sobre a grama	2016	Skype
Joaquin Eduardo Lopez	Argentina	Hóquei sobre a grama	2016	Presencialmente
Juliano Fiori	Grã-Bretanha	Rúgbi	2016	Presencialmente
Laurent Couhet	França	Rúgbi	2016	Presencialmente

Patrick van der Heijden	Holanda	Hóquei sobre a grama	2016	<i>Skype</i>
Paulo Salemi	Itália	Polo aquático	2016	<i>Skype</i>
Tess Oliveira	França	Polo aquático	2016	Presencialmente
Yuri van der Heijden	Holanda	Hóquei sobre a grama	2016	<i>Skype</i>
Katherine Miller	Estados Unidos	Esgrima	2016	<i>Appear.in</i>

Tabela 1: Realização de entrevistas com os atletas envolvidos na pesquisa

Durante a fase inicial desta pesquisa, o nome do cavaleiro Artemus de Almeida, que esteve nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, chegou a ser incluído na lista de atletas, como se ele tivesse nascido nos Estados Unidos. Após a checagem da informação foi constatado que ele é natural da cidade de Americana, no interior de São Paulo.

Um dos desafios é abranger duas dimensões: tanto a compreensão sistêmica do fenômeno da migração esportiva, tendo uma visão macroscópica sobre o tema, quanto as razões subjetivas que levaram os indivíduos a migrar. Após as transcrições das entrevistas, foi feito um trabalho de busca de elementos comuns aos pesquisados, para tentar compreender semelhanças e diferenças em suas trajetórias: modalidades praticadas, ano de migração para o Brasil, relação familiar com brasileiros anterior à participação olímpica, local de iniciação esportiva e associações às quais estiveram vinculados no Brasil.

Com esses dados, foram produzidos textos sobre as trajetórias desses atletas e análises, que unem as informações das narrativas biográficas com dados teóricos. A compreensão dos dados passa, inclusive, pelo entendimento histórico sobre o movimento olímpico, suas diversas etapas, além de dialogar com diferentes abordagens do conceito de identidade.

4 - Identidades e identificações em um mundo transnacional

A construção do conceito de identidade envolve diversos aspectos, desde os íntimos aos sociais e culturais. Não há um parâmetro único e imutável que possa ser usado como definidor da identidade, conforme conceitua Oliveira (2017, p.94)

O sentimento de pertencer a algum grupo é algo primitivo em nós e nos coloca em condições de luta pela própria sobrevivência, como é fato em tantos outros grupos animais, inclusive. Entretanto, as capacidades humanas foram capazes de racionalizar e refinar esse sentimento dentro de perspectivas historicamente construídas, baseadas, sobretudo, em laços de sangue e simbólicos.

Esses laços simbólicos são alterados com o passar do tempo. MacNeill (2008) destaca que os estudos do esporte ligados à identidade devem atentar-se a uma série de fatores, como a localização social, os aspectos cognitivos e as experiências de identificação dos indivíduos. Desse modo, o debate em torno das questões identitárias ganhou força durante o século XX e início do século XXI, haja vista que o paradigma atual é de um mundo transnacional, onde fronteiras e barreiras físicas de deslocamento e comunicação passaram a ser superadas com uma velocidade cada vez maior. Durante muitos anos, o termo utilizado por especialistas para se referir a estas mudanças foi globalização, mas, por estar muito vinculada às questões econômicas, pode-se considerar que esta não é mais a melhor forma de se referir ao processo atual, sendo o termo transnacionalismo mais abrangente. Todavia, tendo em vista que esse é um conceito recente, é possível encontrar em vários estudos consagrados uma discussão que tange os pontos aqui abordados, mas sob o nome “globalização”. Tal é o caso de Giddens (2000, p.22), ao conceituar que “A globalização é política, tecnológica e cultural, além de econômica”. Santos (2002) corrobora tal visão e complementa, dizendo que a globalização é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, que estão todas interligadas.

Imersa nessa complexidade, a questão identitária passa por conceitos subjetivos. Montagna (2017, p.113) defende que “nossa identidade se plasma no contato com o outro, se configura e reconfigura na interação com o entorno”. Essa construção não é feita apenas com base nas semelhanças, mas também nas distinções, conforme define Mendes (2002, p.505)

As bases e as origens das identidades são os acidentes, as fricções, os erros, o caso, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc... mas sim

do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. Essas identidades são ativadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruída na ação.

Seguindo a linha de pensamento do autor, as identidades são construídas nos discursos e lugares institucionais. Os eventos esportivos transnacionais são o espaço institucional onde os atletas passam a fazer parte de uma representação nacional. MacAloon (2010) destaca que, durante os Jogos Olímpicos, os símbolos de identidades individuais e nacionais são reunidos de modo a tentar criar um modelo de humanidade compartilhada. Contudo, o autor indica que em alguns momentos-chave, como a cerimônia de abertura, a exaltação é nacional e não dos feitos obtidos pelos indivíduos. O apagamento do sujeito e o reforço de uma imagem de várias nações em um mesmo local criam uma atmosfera internacionalista. MacAloon conclui que os Jogos Olímpicos são o único evento capaz de causar engajamento em indivíduos de todo o mundo e que reúne todas as nações que integram a ONU. Segundo ele, uma ênfase apenas no indivíduo minimizaria o senso de responsabilidade coletiva e teria um impacto significativo no valor simbólico das disputas. Houlihan (1997) corrobora tal visão, ao dizer que os rituais em eventos esportivos têm a capacidade de ajudar na construção de uma comunidade imaginada, aproximando-se do conceito cunhado por Anderson (2008, p.32).

Proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos eles tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

Dentre outros elementos, o autor cita o poder dos meios de comunicação na criação de um senso de comunidade: “inventado apenas em 1895, o rádio foi uma alternativa à imprensa e conseguiu criar uma comunidade imaginada nos locais onde a página impressa tinha pouca penetração” (ANDERSON, 2008, p.93). Nos rituais olímpicos, os meios de comunicação usam de elementos como as cores e hinos nacionais a todo tempo, ressaltando a ligação entre sujeitos e países. Costa (2007) diz que, transformadas em espetáculos, as transmissões esportivas tornam-se uma demonstração de patriotismo e amor dos atletas.

Isso ocorre em um momento no qual o Estado-nação perdeu o monopólio na definição de identidades, mas que nem por isso deixou de ter um papel relevante, pois conforme definição de Ortiz (2016, p.627)

Há duas esferas nas quais sua atuação [do Estado] é exemplar: das políticas culturais e na valorização do nacional no espaço mundial. As políticas culturais tendem a enfrentar questões como a elaboração de regras para a circulação dos bens culturais, o incentivo à produção das artes, cinema, teatro, a preservação do patrimônio histórico, a criação de condições favoráveis para manifestações diversas, da música popular aos eventos folclóricos. Seria ilusório imaginar que esta função desapareça, o Estado vê-se na posição de assegurar os direitos, formalizar determinadas linhas de ação e muitas vezes estabelecer uma ponte entre setores estancos como cultura e economia. O tema do nacional é decisivo, ele fundamenta a ação e manifesta-se em orientações concretas desde a promulgação de leis que ampliem a exibição dos produtos audiovisuais no cinema e na televisão, até o incentivo ao turismo na promoção de eventos de caráter internacional (Copa do Mundo, Olimpíadas).

Para Ortiz, toda identidade é uma representação e não existem identidades autênticas ou forjadas. O importante é compreender como essas representações nacionais são construídas e como se dá a apropriação da identidade pelo indivíduo. Pode-se construir uma conexão com os conceitos de Anderson, afinal, sendo a construção de nação algo imaginado, o que impediria indivíduos que nasceram ou vivem em diversas localidades de fazer parte de uma mesma nação? Em tempos de comunicações velozes e barreiras geográficas cada vez mais frágeis, a possibilidade de identificar-se com locais fisicamente distantes é cada vez maior. Mais uma vez, pode-se dialogar com Santos (2002, p.45), para quem

A imaginação pós-eletrônica, combinada com a desterritorialização provocada pelas migrações, torna possível a criação de universos simbólicos transnacionais, “comunidades de sentimento”, identidades prospectivas, partilhas de gostos, prazeres e aspirações.

As comunidades de sentimento são justamente aquelas evocadas por muitos atletas que optaram pela naturalização, ou mesmo pela adoção da nacionalidade por fatores consanguíneos. Pessoas que, mesmo nunca tendo vivido no país que representam durante a disputa olímpica, buscam formas de se identificar com o país. Valderrama (2007) alerta para a necessidade de observar fatores simbólicos, como as construções de afeto, reconhecimento e solidariedade entre os indivíduos, que ajudam a formar um sentimento de inclusão. Mendes (2002, p.56) dá outro indicador importante para a compreensão desse fenômeno, ao dizer que, em tempos atuais, é possível aos indivíduos evocar diferentes identificações de acordo com as situações em que vivem.

A identidade pessoal articula-se na dimensão temporal, num projeto de vida. Esta permanência no tempo, a relação de identidade pessoal com o tempo, pode ser entendida como um trabalho constante num espectro de variações,

como uma síntese do heterogêneo. Ou seja, a linearidade dos relatos é um facto provisório, construído e em constante reelaboração.

Diferentes nacionalidades são evocadas de acordo com as suas conveniências. É isso, por exemplo, que permite a Lei Bosman, ao aceitar como cidadãos europeus vários sul-americanos com ascendência europeia, mesmo que esses indivíduos, nas competições internacionais, como Copas do Mundo e campeonatos continentais, representem os países de nascimento. Tal raciocínio é corroborado por Bartholo e Soares (2006, p.56 e 57), “atletas que antes eram apenas identificados como ídolos nacionais, representantes do Estado-Nação, passam a ter não uma, mas várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”.

Em um período no qual o esporte é cada vez mais profissional, permitindo o fluxo global de pessoas talentosas, é possível notar que o Estado tem um aspecto fundamental quando se estuda o fenómeno esportivo. Conforme pontua Santos (2002, p.55)

Se, para uns, o Estado é uma entidade obsoleta e em vias de extinção ou, em qualquer caso, muito fragilizada na sua capacidade para organizar e regular a vida social, para outros o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania é muito seletiva, como, sobretudo, porque é a própria institucionalidade da globalização.

No caso olímpico, o que percebe-se é que o COI, entidade máxima que responde pelos Jogos, é uma organização internacional que detém o poder de regulamentação. Para isso, precisa dialogar com outras entidades que trabalham na construção do evento, como as federações internacionais das modalidades e, principalmente, os comitês nacionais. Pelo menos para os Jogos Olímpicos, o peso dos estados, por mais que representados por entidades com relativa autonomia (os comitês), é grande.

Lee e Maguire (2011) defendem que os esportes podem ser um fator importante para que sujeitos construam laços de identificação com suas comunidades, regiões ou nações. Segundo os autores, esses laços ficam mais fortes em grandes eventos, quando os atletas assumem o papel de representantes nacionais. Tal raciocínio é abordado por MacClancy (1996), mas o autor vai além, ao questionar com quais nações os indivíduos se relacionam e qual o período de tempo que duram essas relações. Com o advento do profissionalismo, e as possibilidades de naturalizações instrumentais, motivadas visando exclusivamente a participação em eventos esportivos, tal postura crítica mostra-se coerente.

É possível concluir que o esporte permite aos indivíduos moldarem uma identificação social, mas ele é apenas um elemento dentre vários outros. Essa identificação, contudo, nem

sempre é bem aceita por todos os membros de um grupo. É comum que haja questionamentos sobre as conexões entre o sujeito e determinada comunidade ou local, indicando para outros fatores, principalmente para o econômico, como única motivação para a opção da troca de nacionalidade, o que pode levar a uma série de conflitos.

Ao seguir por essa problemática, pode-se pontuar até mesmo o modo como alguns indivíduos se veem e definem. Segundo Ianni (2001), o aumento do fluxo de pessoas pelo planeta permitiu uma hibridização cada vez maior, que leva a uma possibilidade de escolha com qual sociedade o sujeito melhor se identifica. Aspectos do cotidiano ou ligações antepassadas são evocados como forma de conexão com lugares nos quais as pessoas nunca estiveram, mas com os quais mantém uma relação afetiva. Os conceitos de representatividade e pertencimento passam por mudanças

Na medida em que as sociedades nacionais tendem a ‘dissolver-se’ na sociedade mundial, quando esta se torna predominante, pelas determinações que engendra, nesta medida é que se alteram substancialmente as condições e perspectivas de nacionalidades, etnias, culturas, grupos, classes. Tanto se alteram as suas condições e perspectiva em escala nacional como em escala mundial. Neste sentido é que a formação da sociedade global modifica substancialmente as condições de vida e trabalho, os modos de ser, sentir, pensar e imaginar. Assim como modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, sociedades continentais. (IANNI, 2001, p.50)

Adair e Rowe (2010) definem a formação do conceito de identidade como um conjunto de conexões: fatores biológicos, ancestralidade familiar, linguagem e até mesmo práticas religiosas. Todavia, com a possibilidade de circulação cada vez mais ampliada, é possível ter ligações com vários pontos diferentes e optar por diferentes elementos para definir a identificação nacional de acordo com o momento. Iorwerth, Hardman e Jones (2014) afirmam que a lógica do local de nascimento, ou apenas da ancestralidade, tomada isoladamente, é insuficiente para a definição de identidade – sendo necessário um olhar mais amplo, que não desconsidere esses fatores, mas que veja também a imersão dos sujeitos em diferentes espaços sociais. Entretanto, este não é um fato que possa ser ignorado. Tanto que a adoção do conceito de *jus soli*, que liga a concessão de cidadania a um indivíduo ao local de nascimento não é casuística. Levy (2001, p.6) conceitua

Durante muito tempo a relação aos lugares e ao movimento entre os lugares foi marcada pelo selo de coação. Até as últimas décadas, “ser nascido em alguma parte”, significava para um camponês, estar juridicamente subordinado à residência, e, para um trabalhador, estar submetido à localização, às vezes fixa, às vezes mutável, da fábrica.

Entretanto, o autor destaca que atualmente o número de lugares aos quais um indivíduo pertence aumentou. Várias localidades ganham sentidos diferentes e a identificação não está ligada apenas ao nascimento, mas também às origens dos antepassados e aos locais por onde a pessoa circulou ou conviveu, criando uma nova noção de pertencimento, que não necessariamente é duradoura. Ianni (2001, p.94) diz que a “globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias”. Criam-se então, relações etéreas, algumas provisórias, nem por isso inexistentes. Bauman (1999, p.82) pontua

Uma coisa que mesmo os mais experimentados e perspicazes mestres da arte da opção não escolhem e não podem escolher é a sociedade onde nascem — e assim estamos todos viajando, quer a gente goste ou não. De qualquer forma, não perguntaram a nossa opinião.

Apesar desta marca inicial, do nascimento, o autor conclui que hoje as identidades são moldadas de maneira distinta em diferentes ambientes. Um processo que pode ser entendido pela metáfora da liquidez.

4.1 Bauman e a identidade em tempos de liquidez

A compreensão que Bauman faz de identidade é ampla e complexa. Sem menosprezar a individualidade, o autor considera que esta é uma construção que passa por vários outros aspectos, como os sociais, culturais e políticos.

Em nossos dias, nenhum outro aspecto da vida contemporânea atraiu a mesma quantidade de atenção de filósofos, cientistas sociais e psicólogos. Não se trata apenas de os ‘estudos de identidade’ estarem se tornando uma indústria florescente por direito próprio; mais do que isso, podemos dizer que a ‘identidade’ agora se tornou um prisma, através do qual outros aspectos tópicos da vida contemporânea são localizados, agarrados e examinados. Questões estabelecidas de análise social estão sendo desmontadas e renovadas para se adaptarem ao discurso que agora gira em torno do eixo da ‘identidade’. (BAUMAN, 1999, p.178 e 179)

Longe de ser algo fixo e definido, a construção identitária é cada vez mais móvel e adaptável a diferentes tipos de discursos e conveniências. Em tempos de liquidez, não são apenas as pessoas que se movem. Os próprios lugares e comunidades, em si, passam por mudanças constantes que os descaracterizam e recharacterizam.

Não são só os indivíduos que estão em movimento, mas as linhas de chegada das pistas em que correm. O ‘desencaixe’ de hoje é uma experiência que provavelmente se repetirá algumas vezes ao longo da vida de um indivíduo, já que poucas (ou nenhuma) ‘caixas de reencaixe’ parecem ser sólidas o bastante para vaticinar a estabilidade de uma ocupação longa. (BAUMAN, 2008, p. 186)

Se antes a identificação nacional era uma caixa única e exclusiva, à qual o cidadão se moldava, hoje tal possibilidade está mais difícil, tendo em vista que não é preciso ficar preso à nacionalidade de nascimento. A velocidade dos deslocamentos e comunicações permite que os indivíduos criem vínculos e associações distantes dos locais que habitam e passem, mesmo sem viver naqueles pontos, a se identificar como pertencentes àqueles locais. E o fato de se sentirem identificados com um novo país por razões esportivas não significa, necessariamente, um divórcio com a pátria de nascimento. A identidade nacional se liquefez – é possível adaptá-la a diferentes contextos e usar, a cada instante, aquela que seja mais conveniente. A estrutura do Estado-Nação está em crise

Por necessidade, a soberania legislativa e executiva do Estado moderno apoiou-se no ‘tripé’ das soberanias militar, econômica e cultural; em outras palavras, no domínio estatal dos recursos outrora utilizados pelos focos difusos de poder social, mas todos agora necessários para sustentar a instituição e a manutenção da ordem administrada pelo Estado. (BAUMAN, 1999, p.61)

Segundo o autor, a globalização abalou as três pontas deste tripé. As consequências sob a soberania econômica foram as mais evidentes, por isso suscitaram uma série de estudos e acabaram puxando para si o foco da maioria dos trabalhos. Além disso, as soberanias militares e culturais do Estado-Nação passam por transformações. Ao conceituar o esporte como um importante elemento da cultura, não há como negar que a representação de um Estado em uma competição como os Jogos Olímpicos é uma mostra de como essa localidade lida com seus indivíduos. Qualquer atleta, por melhor que seja individualmente, só pode participar de uma edição olímpica sob a égide de uma bandeira nacional, ou seja, como um representante de uma nação. Na maioria dos casos, como estes atletas são naturais dos locais que representam, esta é uma questão inexistente, tendo em vista que a relação daquele indivíduo com o país é algo “natural”, justificada pelo nascimento.

Mesmo passando por todas as barreiras burocráticas e pelos filtros para obter uma cidadania, alguns atletas que trocam de nacionalidade enfrentam uma nova instância de julgamento no momento de uma grande competição: a contestação do público e dos pares,

que não compreendem as ligações daquele sujeito com o país. Por outro lado, participar de uma edição olímpica é uma grande honra e algo buscado pelos competidores, mesmo sabendo que poderão ser alvos de críticas e de comentários, afinal, na sociedade contemporânea

Muitos observam poucos. Os poucos que são observados são as celebridades. Podem ser do mundo da política, do esporte, da ciência, do espetáculo ou apenas especialistas em informação sobre famosos. De onde quer que venham, no entanto, todas as celebridades exibidas colocam em exibição o mundo das celebridades — um mundo cuja principal característica é precisamente a condição de ser observado por muitos e em todos os cantos do globo, de ser global na sua qualidade de observado. (BAUMAN, 1999, p.53)

Em muitos casos, estes atletas que se colocam sob observação do público fizeram a escolha pela nacionalidade antes de começarem a competir, por razões alheias ao contexto esportivo. São indivíduos que se sentem brasileiros pelo tempo que vivem no país ou por questões de ancestralidade. Afinal, não é mais preciso estar em uma localidade para sentir-se ligado a ela.

Com as distâncias não significando mais nada, as localidades, separadas por distâncias, também perdem seu significado. Isso, no entanto, augura para alguns a liberdade face à criação de significado, mas para outros pressagia a falta de significado. Alguns podem mover-se para fora da localidade — qualquer localidade — quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob os seus pés (BAUMAN, 1999, p.21)

Quando se reflete sobre localidades movendo sob os pés de seus habitantes, é inevitável pensar na questão dos refugiados e daqueles que deixam seus países nos contextos bélicos. A insegurança jurídica, nestes casos é enorme, e o próprio indivíduo corre o risco de ficar em um território no qual os seus hábitos culturais e costumes sociais inexistem, sendo mais fácil procurar alternativas de vida em outras localidades. Após o final da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, famílias de países próximos à União Soviética, mas que viviam em campos de concentração na Alemanha, receberam documentos falsos e procuraram outras nações para viver. Caso retornassem, não encontrariam mais ali o local de onde foram retirados (forçadamente) anos antes.

Ao analisar as mudanças ocorridas na sociedade ao longo do século XX, Bauman (1999 p.77 e 78) conceitua

Idealmente, nada deveria ser abraçado com força por um consumidor, nada deveria exigir um compromisso ‘até que a morte nos separe’, nenhuma necessidade deveria ser vista como inteiramente satisfeita, nenhum desejo como último. Deve haver uma cláusula ‘até segunda ordem’ em cada juramento de lealdade e em cada compromisso. O que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto de desejo.

Ao dizer que nada deveria exigir um compromisso eterno, pode-se refletir sobre os conceitos de nacionalidade e de construção identitária. Com tudo movendo-se de acordo com diferentes necessidades, por quais razões a questão de identificação e de respeito a uma pátria teria de ser algo perene e imutável? Em uma sociedade onde as mudanças são cada vez mais ágeis, seria um contrassenso tornar o local de nascimento uma marca infinita e única na definição de identidades, que são cada vez mais adaptáveis em um mundo transnacional

Quem sabe, em vez de falar sobre identidades, herdadas ou adquiridas, estaria mais próximo da realidade do mundo globalizado falar de identificação, uma atividade que nunca termina, sempre incompleta, na qual todos nós, por necessidade ou escolha, estamos engajados. Há pouca chance de que as tensões, os confrontos e os conflitos que essa atividade gera irão subsistir. A busca frenética por identidade não é um resíduo dos tempos pré-globalização que ainda não foi totalmente extirpado, que tende a se tornar extinto conforme a globalização avança; ele é, pelo contrário, o efeito colateral e o subproduto da combinação das pressões globalizantes e individualizadoras e das tensões que elas geram. (BAUMAN, 2008, p.193)

Dessa forma, é possível compreender como um mesmo indivíduo pode ter, simultaneamente, identificações diferentes com o local onde nasceu, a terra de origem de seus ancestrais, do cônjuge ou mesmo com a região para onde se mudou por razões profissionais por um período. Neste ínterim, o esporte é um campo fértil com os mais diversos exemplos.

As novas estruturas de poder podem ser compreendidas por colocarem em lados opostos indivíduos que têm grande capacidade de se mover e aqueles que são sedentários – estão presos a um determinado território. Nesse sentido, é possível fazer um diálogo com Santos (2000, p.21) que questiona a ideia de compressão do tempo e espaço para todos, ao pontuar que durante o século XX. “As fronteiras mudaram de significação, mas nunca estiveram tão vivas, na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de torná-las efetivas dentro do território.”.

Ao analisar as fronteiras atuais, Bauman indica que hoje a distância deixou de ser um conceito físico para tornar-se um produto social, tendo em vista que a capacidade de mobilidade do indivíduo depende de fatores econômicos e políticos (como a necessidade ou

não de obtenção de vistos). A capacidade de se mover nem sempre está ligada ao desejo ou às intenções do indivíduo. Ao estudar a migração, é preciso compreender aqueles que são cortejados no local de destino, como mão de obra especializada, em uma busca por talentos, e aqueles que migram em condições adversas, em busca de melhores condições de vida. Em todos os casos, a desconexão com o ponto de partida não é imediata. Stuart Hall, com o conceito de diáspora, ajuda a compreender tais situações.

4.2 Hall e os sujeitos em tempos de diásporas

Stuart Hall é um dos sociólogos que dá maior relevância à questão da cultura ao estudar a formação de identidade. Em especial, aborda a questão dos migrantes, indivíduos que passam por processos de deslocamento e adaptação a lugares com características diferentes daquelas da origem. Ao ressaltar a necessidade de mais estudos na área, Hall (2006, p.8) atesta que “O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”.

Segundo o autor, este é um conceito em crise por conta de mudanças sociais que impactaram o modo como nossa identidade é construída. Há alguns anos, o que havia era a figura do “sujeito do iluminismo”, um ser totalmente centrado e dotado de capacidades de razão, consciência e ação. Aos poucos, esse indivíduo perdeu espaço para o sujeito sociológico.

A identidade é formada da ‘interação’ entre o seu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ - entre o mundo pessoal e o mundo público. (HALL, 2006, p.11)

O problema do indivíduo sociológico é que a atual velocidade das comunicações e deslocamentos faz com que não seja mais possível associar-se e identificar-se apenas com um lugar. Surge, então, a figura do sujeito pós-moderno.

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de

identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

Tal celebração móvel gera uma crise, tendo em vista que nem todos experimentam essa experiência da mobilidade. Para aqueles que estão enraizados e ligados unicamente a um lugar, é difícil compreender a mobilidade e a possibilidade de criação de relações identitárias com mais lugares. Os discursos de xenofobia e não aceitação de novos cidadãos passam pela falta de entendimento que, em um mundo transnacional, a identidade não é mais algo fixo e imutável. É possível a um mesmo indivíduo ter múltiplas identificações.

Hall argumenta que as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas, também, de símbolos e representações. Silva (2012, p.96 e 97) corrobora este raciocínio

A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação.

No caso dos esportes, os indivíduos têm a possibilidade de se apossarem de símbolos, como as cores e bandeiras e, a partir do momento em que competem, passam a ser ícones da nação. Para isso, muitas vezes assumem um discurso de ligação ao país que estão defendendo, e buscam justificar a escolha por fatores consanguíneos ou pela adaptação cultural que passaram até se tornarem representantes daquela nação. Essa construção identitária vai ao encontro dos conceitos expostos por Hall (2012), que definem a identidade não como algo imposto, mas como fruto de uma articulação, uma construção do indivíduo que passa por aproximações e distanciamentos. A identificação passa pela adoção de um discurso e por práticas assumidas pelo indivíduo.

Nessa visão, as identidades nacionais únicas e estáveis estão em declínio e, com movimentos migratórios cada vez mais constantes, há um hibridismo cada vez maior

As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera. Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades

culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais, e, de fato, do próprio globo. (HALL, 2003, p.44 e 45)

O hibridismo cultural permite aos indivíduos moldar a identificação de acordo com a necessidade e a conveniência de cada momento, mas isso não significa que tal relação não exista. Muitas vezes, as memórias do passado são evocadas para reafirmar as conexões. Em outras oportunidades, a tentativa é de mostrar que o presente une o atleta àquela nação. Mas há uma tentativa, em alguns casos, de criar um legado, deixar uma estrutura e se tornar um “marco” inicial para aquela atividade no local. Os exemplos no esporte estão em atletas que, ligados ao Brasil por fatores de ancestralidade, decidem representar o país em modalidades pouco populares por aqui, mas comuns nos locais onde nasceram. Com uma identidade híbrida, aliam o fato de tais modalidades serem parte da cultura do local onde vivem à possibilidade de representar o Brasil. Alguns defendem que, sendo observados por outros brasileiros, podem contribuir no fomento da modalidade.

Apesar da discussão identitária, é preciso não adotar uma postura ingênua e observar o esporte sob uma ótica profissional. Nem todos os atletas que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos criaram relações de identidade ou identificação com o país. O profissionalismo é um dos pilares do esporte contemporâneo. Na sequência, será feita uma discussão sobre como as nacionalidades esportivas são debatidas segundo a ótica de diferentes especialistas.

5 Os Jogos Olímpicos e as Representações Nacionais

O local de origem já era um dos requisitos para a participação em Jogos Olímpicos da Antiguidade. A honra de competir em Olímpia era reservada apenas aos cidadãos gregos, que eram representantes de suas cidades. A presença na competição, desde aquele período, configurava prestígio. Moraes e Silva (2016) narram que Alexandre I, filho de Amintas, rei da Macedônia – então um território bárbaro, usou de fatores hereditários para provar que era um grego legítimo e que por isso tinha o direito de participar das disputas. Esse fato teria ocorrido por volta do ano 500 a.C.

Vinte e quatro séculos depois, quando os Jogos Olímpicos foram revividos, o componente nacional fez-se presente. A Carta Olímpica prevê que os Jogos Olímpicos Modernos são entre atletas, não nações. Contudo, Rubio (2005) demonstra que essa é uma contradição do sistema, tendo em vista que as exigências necessárias para participar dos Jogos são a obtenção do índice técnico e a vinculação a algum comitê nacional. Apesar da premissa da Carta Olímpica, a competição tomou um rumo diferente, tornando-se um parâmetro para a comparação de projetos políticos e demonstração internacional de força. De acordo com Tavares (2003, p.63)

O Comitê Olímpico Internacional não é de fato mais do que uma das diversas organizações e movimentos internacionalistas de seu tempo. Como quase todos eles, lastreava-se na ideia de uma organização não ideológica, destinada a promover uma ideia.

Criados no final do século XIX, os Jogos Olímpicos da Era Moderna passaram por uma série de modificações ao longo dos tempos, conforme destacam Tavares (2003 e 2011), Rubio (2005, 2010 e 2016) e Proni (2004). Rubio (2016) tipifica cinco momentos: Fase de estabelecimento - de Atenas 1896 a Estocolmo 1912; Fase de afirmação - Antuérpia 1920 a Berlim 1936; Fase de conflito - de Londres 1948 a Los Angeles 1984; Fase profissional - de Seul 1988 até 2016; e uma nova fase, que se inicia com base nos parâmetros da Agenda 20+20. A periodização ajuda a compreender as mudanças pelos quais os Jogos passaram e dá sustentação para assimilar como a questão das representações individuais e nacionais mudou ao longo dos anos.

Durante todas as diferentes fases, houve a participação de atletas naturalizados, uma vez que a ligação a um comitê olímpico nacional é um requisito para a participação dos esportistas nos Jogos Olímpicos desde 1920, quando as inscrições individuais foram vetadas;

mesmo antes disso, a participação dos atletas estava ligada a equipes/representações nacionais.

Jarvie e Maguire (1994) e Washington e Karen (2001) esclarecem que os Jogos Olímpicos da Era Moderna surgiram durante um período em que o nacionalismo crescia no mundo e a interdependência entre os países aumentava. Segundo os autores, a intensificação do fluxo de pessoas e as mudanças ocorridas na sociedade criaram uma espécie de nostalgia, fazendo com que tradições e representações nacionais passassem a ter mais valor, com a busca da construção de um imaginário coletivo em torno de símbolos nacionais. Eventos como jubileus reais, exposições e os Jogos Olímpicos tornaram-se ferramentas para invocar memórias, enfatizar heróis e reforçar a cultura e identidade, fazendo que os indivíduos enxergassem as conquistas esportivas de representantes nacionais como vitórias da nação.

Hargreaves (1992) destaca que uma das estratégias adotadas pelo Barão Pierre de Coubertin para atribuir aos Jogos Olímpicos um caráter internacionalista foi justamente dar força aos elementos nacionais durante os rituais olímpicos. Coubertin (apud Muller 2000, p.329 e 332) revela uma grande satisfação com o uso de símbolos nacionais na primeira edição olímpica moderna, em Atenas 1896.

Na entrada do Estádio, proeminente, encontra-se um mastro em cuja base coloca-se, após cada prova, em ordem, o nome do vencedor, enquanto acima tremula a bandeira do seu país. É uma ideia engenhosa que resume e destaca o caráter internacional dos Jogos. Nesse lugar de honra vimos tremular alternadamente as cores das grandes nações europeias; mas a que mais apareceu é a alegre bandeira estrelada dos Estados Unidos [...] O êxito definitivo tem um preço: para que seus novos destinos possam se igualar ao passado, é preciso que os Jogos Olímpicos sejam profundamente democráticos e rigorosamente internacionais.

Almeida e Rubio (2018) reiteram os esforços diplomáticos realizados pelo idealizador dos Jogos e detalham que a manutenção do caráter universalista da competição foi fruto de um processo de negociação com atores políticos, apesar do discurso oficial do Comitê ser o de neutralidade. Ao dar poderes para as federações internacionais das diferentes modalidades, o Barão conquistou um importante apoio no projeto de expandir os Jogos. Müller esclarece que, em 1908, o COI declarou-se uma entidade supranacional, abrindo a possibilidade de territórios que não tinham independência política pudessem participar dos Jogos de 1912. Essa decisão, obviamente, gerou desconforto em alguns agentes políticos. O movimento olímpico era proeminente, e havia poucos comitês olímpicos nacionais. O principal impacto sobre as decisões relacionadas às representações nacionais não era com relação à participação

de atletas ou equipes, mas sim aos rituais, como a premiação. Coubertin (apud Müller 2000, p. 430 e 431) descreve o dilema vivido pelos organizadores dos Jogos e exalta a solução encontrada da seguinte forma

O assunto apresentava três aspectos: a composição do Comitê Olímpico Internacional encontrava-se, de certo modo, em compasso de espera; logo, a formação e a ordem do desfile dos participantes nos Jogos e, finalmente, a cor da bandeira que deveria ser içada em caso de vitória de um atleta tcheco ou finlandês. O comitê sueco, colocado de sobreaviso pelos primeiros protestos, havia respondido muito corretamente que incumbia ao COI decidir, e que sua decisão seria respeitada. [...] Pedia-se, simplesmente, que após os seus nomes na lista do COI figurassem as palavras: Áustria, em vez de Boêmia, e Rússia em vez de Finlândia. Esperava-se, pois, a decisão do COI, e os membros do COI esperavam a de seu Presidente. Eu estava perplexo, já que de uma parte existia um fato político certo, e de outra uma causa justa e a gratidão que deveríamos testemunhar a alguns países que nos haviam apoiado fielmente. Meus sentimentos pessoais deveriam ser refreados na medida em que o exigissem as minhas funções. Se fosse possível, se haveria de outorgar um lugar próprio não somente a Boêmia e a Finlândia, mas também a Polônia e a Irlanda. Tendo sido colocada a Finlândia espontaneamente, antes da chegada da carta russa, após a Rússia, e a Boêmia entre a Áustria e a Bélgica, eu comecei em uma longa troca de correspondência que foi tão diplomática quanto eu poderia fazer disso. Assim, disposto a fazer concessões, fiz observar que o czar ostentava o título de gran-duque da Finlândia, e o imperador da Áustria, o de rei da Boêmia, pelo qual tinham estes dois Estados um estatuto que os diferenciava de outros territórios de menor autonomia. Neste sentido, insisti algumas vezes na inegável existência de uma “geografia desportiva”, distinta da geografia política, contrastando, por exemplo, as razões que nos haviam levado a reconhecer os direitos da Boêmia e da Finlândia, com a negativa dada um ano antes aos Sokols croatas, cuja demanda não se apoiava em títulos indiscutíveis. Todo meu esforço tendia a ganhar tempo, e por isso enredava quanto podia a correspondência escrevendo a São Petersburgo ou a Viena diretamente, ou a Estocolmo, ou então aos comitês nacionais. Não demorei muito para perceber que tudo isso fatigava em grande medida não somente o embaixador Iswolsky, mas também o ministério russo e, na verdade, São Petersburgo acabou por os tranquilizar. Mas Viena foi mais teimosa e teve que ceder no final, de acordo com o próprio comitê tcheco, cujas iniciais (COT) continuaram, no entanto, figurando solitárias na lista como uma recordação e uma esperança. O assunto das bandeiras nacionais foi solucionado da seguinte forma: Em caso de vitória, seria colocada sobre a bandeira austríaca ou russa uma faixa com as cores tchecas ou finlandesas e graças a isso essas cores subiram ao mastro!

A habilidade diplomática de Coubertin garantiu a realização dos Jogos Olímpicos de 1912, mas, como indica Hargreaves (1992), a força dos elementos nacionais era um componente cada vez mais forte nas disputas, que não se limitavam aos campos esportivos. Tavares (2003) detecta que a estratégia utilizada por Coubertin foi ter um controle na formação dos comitês nacionais, mantendo uma instituição que fosse, ao mesmo tempo,

internacional e independente. Rubio (2010 e 2016) pontua que após duas décadas, e mesmo com uma interrupção devido à Primeira Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos haviam se consolidado. Ao mesmo tempo em que isso demonstrava prestígio, trazia para a organização as tensões internacionais. O ápice foi visto em Berlim, 1936, com o esforço feito pelos alemães para ter um desempenho superior ao dos rivais, sendo tal competição um divisor de águas. Hobsbawm (1990, p.170) destaca

Entre as duas guerras, o esporte como um espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações, o que hoje faz parte da vida global. Até então, ocasiões como os Jogos Olímpicos e partidas internacionais de futebol interessavam principalmente ao público de classe média (apesar de os Jogos Olímpicos já começarem a assumir ares de competições nacionais mesmo antes de 1914).

O historiador conclui que o esporte ganhou ares de lutas nacionais, servindo como motivo de orgulho ou vergonha para os habitantes das nações. Os sujeitos passaram a se enxergar representados nas equipes nacionais, sendo que as equipes em muitos casos se tornaram metáforas de exércitos. Isso foi possível pois

O que fez do esporte um meio único, em eficácia, para inculcar sentimentos nacionalistas, de todo modo só para homens, foi a facilidade com que até mesmo os menores indivíduos políticos ou públicos podiam se identificar como a nação, simbolizada por jovens que se destacavam o que praticamente todo homem quer, ou uma vez na vida terá querido: ser bom naquilo que faz [...] O indivíduo, mesmo aquele que apenas torce, torna-se o próprio símbolo de sua nação. (HOBSBAWN, 1990, p.171)

Analisando por esta ótica, a troca de nacionalidade pelos atletas ganha uma dimensão simbólica, uma vez que ao participar de uma competição internacional, como os Jogos Olímpicos, o atleta extrapola as fronteiras da individualidade e passa a ser um representante nacional. Maguire (sem ano) analisa que este simbolismo atribuído ao esporte teve como efeito uma maior atratividade ao público, que cresceu mais após a criação de um ranking entre nações, para definir qual delas conquistou mais medalhas.

Passada a Segunda Guerra Mundial, o uso político do esporte foi novamente redimensionado, com a Guerra Fria. Segundo Rubio (2010 e 2016), os Jogos Olímpicos tornaram-se um palco para demonstração de forças entre socialistas e capitalistas, que viam no esporte, assim como na corrida espacial, uma forma de fazerem propaganda de seus regimes. Entre o final de década de 1940 e os anos 1980, a competição conviveu com diversos

obstáculos políticos como o exílio de atletas após edições olímpicas e os boicotes, principalmente os ocorridos em 1980 e 1984. Com o fim da polarização entre socialistas e capitalistas, houve outra grande mudança de paradigma: o profissionalismo. Para Rubio (2010, p.64)

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna atravessaram o século XX e sobreviveram a duas Grandes Guerras, dois boicotes declarados e alguns disfarçados, mas não suportou a força do poder financeiro que prevaleceu sobre o espírito do amadorismo após os Jogos de Los Angeles - 1984.

Almeida (2016 B) afirma que as mudanças no Movimento Olímpico ocorreram ao longo do tempo, mas com distinções entre as modalidades, tendo em vista que as federações internacionais, apesar de vinculadas ao COI, mantém independência para tomar algumas decisões. Analisando o mesmo fenômeno, Marques, Almeida e Gutierrez (2007, p.229) elucidam que

O esporte sofreu alterações de sentidos e em sua configuração social frente à sociedade, sendo utilizado para fins diferentes dos observados até o momento. Pôde-se notar que, além do aumento das possibilidades de prática, este fenômeno passou a sofrer um processo de mercantilização, adquirindo o *status* de espetáculo, seja para uso político ou comercial, podendo ser tomado como esporte contemporâneo, uma evolução do moderno.

Nesta nova lógica, a profissionalização e a especialização passaram a ser a tônica. Entretanto, o caráter de representação nacional persiste, como se pode perceber pela cobertura midiática. Ao descreverem a rotina de transmissão dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 em uma web-rádio, Araújo e Almeida (2010) detalham como rotinas diárias da cobertura a informação sobre o quadro de medalhas dos países e a exibição de perfis de atletas com dados biográficos dos competidores. Ao apresentar a trajetória dos atletas como representantes nacionais, evidencia-se a ligação entre os esportistas e os seus países. Uma forma de aproximar os ouvintes dos competidores, criando a comunidade imaginada citada por Anderson (2008).

Entretanto, Proni (2004) destaca que hoje, ao lado das bandeiras dos países, os atletas carregam as marcas de seus patrocinadores esportivos e que, muitas vezes, as relações dos atletas são muito mais fortes com empresas multinacionais do que com as entidades nacionais que eles representam. Apesar dos efeitos da profissionalização, Bairner (2015) salienta que o caráter internacionalista do esporte e de competição entre nações se mantém, tendo em vista

que ele é parte da essência dos mega eventos esportivos. Bartholo e Soares (2006, p.65) refletem sobre a dicotomia entre jogos cada vez mais comerciais e as representações nacionais

Parece que, para o sucesso dos Jogos Olímpicos (inclusive financeiro), é necessário que os discursos identitários façam parte do cotidiano do evento. As empresas multinacionais, ao aliar suas marcas e produtos aos atletas e delegações olímpicas, o fazem por meio do discurso identitário. Por exemplo, Nike ou Adidas, com seus produtos globalizados, utilizam a estratégia de catalisar sentimentos de identidades nacionais para colocar seus produtos em diferentes mercados.

Ao constatar a ligação umbilical entre os negócios do esporte e o discurso identitário, Bartholo e Soares (2006, p.70) lançam uma questão provocativa. “Até que ponto as narrativas da globalização, consideradas a princípio como descentralizadoras das identidades, não estariam atuando em situações específicas como catalisadoras dos sentimentos de identidade nacional?”. Apesar do profissionalismo, Helal e Soares (2003, p.4) sinalizam que

Mesmo diante desse processo de fragmentação das identidades nacionais, da formação de outras formas de identificação híbridas, dos processos de resistência e de reforço das identidades locais, a Copa do Mundo ainda traz uma estrutura narrativa que representa os nacionalismos afirmados entre os séculos XIX e XX.

O paralelo entre a Copa do Mundo masculina de futebol e os Jogos Olímpicos, aqui, é algo natural. Ciente do poder das representações nacionais para a construção da disputa e da manutenção do imaginário de um evento internacional, o COI e as federações esportivas adotam estratégias que ajudam a criar um ambiente que incentive, ao mesmo tempo, a participação de atletas de diversas partes do mundo e, se possível, uma diversidade de vencedores. Houlihan e Zheng (2013) destacam que a nacionalidade é um critério não apenas de elegibilidade, mas de restrição ao número de participantes nos Jogos Olímpicos. Os autores citam como exemplo o tênis de mesa, ciclismo e taekwondo, onde o número de representantes de uma mesma nação é limitado, para evitar pódios que contenham apenas uma nação. É possível ampliar este exemplo a outras modalidades: no judô, por exemplo, só é permitida a inscrição de um atleta por país em cada categoria. Ou seja, caso um atleta esteja entre os melhores do mundo, ele pode ficar fora dos Jogos Olímpicos, se não for o melhor de sua nação. Sob esses argumentos, a ideia de que a competição reúne os melhores atletas do mundo pode ser contestada, tendo em vista que, apesar de ser um potencial medalhista, um competidor pode ser aliado da disputa caso seja superado por um rival de mesma

nacionalidade em um ranqueamento prévio, ou em torneios preparatórios. Shachar (2011) constata que, nos moldes atuais, é mais difícil para um atleta chinês do tênis de mesa superar as seletivas nacionais, do que vencer vários eventos internacionais, tendo em vista o nível técnico das competições no país e fora.

Retomando o levantamento de Houlihan e Zheng (2013), apesar de haver mais de 900 medalhas disponíveis, o limite de pódios para um país nos Jogos Olímpicos de Londres era de 497. Ao mesmo tempo em que limita o número de participantes de um determinado comitê nacional, o COI se esforça para que federações consigam “internacionalizar” as modalidades. Zheng, Tan e Bainer (2017) citam a ginástica artística como exemplo. Em Barcelona, 1992, havia ginastas representando 29 países. Esse número subiu para 53 em Londres 2012 e chegou a 63 no Rio de Janeiro, em 2016. Por um lado, isso demonstra a promoção da modalidade em novos países, por outro, evidencia que mesmo atletas de excelente nível técnico de uma potência do esporte podem ficar fora, perdendo lugar para um competidor menos qualificado, mas que seja oriundo de uma região onde a seletiva olímpica não é tão exigente.

Apesar do caráter profissional, van Hilvoorde, Elling e Stokvis (2010) descrevem que o esporte, principalmente uma grande competição internacional, é um elemento capaz de criar uma comunhão entre pessoas e despertar um senso de identificação nos indivíduos. Segundo os autores, esse senso de identidade passa por fatores como a nostalgia e a empatia com os atletas, sendo o evento esportivo um “espelho” no qual o expectador consegue encontrar um pouco de si. Os autores não ignoram o aspecto profissional, mas destacam que há um impacto não apenas naqueles que participam das disputas, mas também naqueles que a acompanham como meros expectadores. Billings et al (2013) reforçam tal ponto de vista, ao afirmar que os Jogos Olímpicos são utilizados na promoção de meta-narrativas identitárias em diferentes pontos do planeta.

Rubio (2016) pontua que o desenvolvimento de equipamentos e das teorias do treinamento esportivo nos últimos anos levaram os atletas a uma transformação que não se limitou às suas atividades físicas, mas que entranhou em suas identidades, que passam a ser construídas e reconstruídas de maneira cada vez mais veloz. Continuamente a isso, a autora aponta que as mudanças sugeridas pelo COI com a Agenda 20+20 buscam um resgate dos valores olímpicos, perdidos com as constantes mudanças ocorridas durante a fase de profissionalização.

Apesar de não ser um item específico na Agenda 20+20, a presença de delegações de refugiados nas últimas edições de eventos organizados pelo COI demonstra que a questão das

ligações entre atletas e estados nacionais é, mesmo que de maneira indireta, um tema sensível. Ao discorrer que nem todas as naturalizações de esportistas ocorrem por fatores econômicos, Shachar (2011) avalia que um dos dilemas olímpicos contemporâneos é justamente saber lidar com a pressão global causada por concessões e diferentes direitos de cidadania, encaixando isto de um modo que dialogue com os ideais olímpicos.

5.1 Entre a individualização e a representação

Se Alexandre I usou de fatores hereditários para competir nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, Sotades, corredor talentoso em provas de longa distância, encontrou outro meio polêmico para estar em uma edição dos Jogos em Olímpia. Jansen e Engbersen (2017) descrevem a história do atleta, originário de Creta, que competiu representando a cidade-estado de Ephesus. O vencedor foi aclamado pela vitória e recebido com glória na cidade que escolheu representar, mas teve de lidar com o desprezo de seus conterrâneos.

O exemplo da Grécia antiga é usado pelos autores como argumento inicial para discutir a tese sobre os Jogos Olímpicos estarem se tornando uma competição cada vez mais migratória. A comparação histórica mostra que o esporte não é um fenômeno isolado e que os números que chamam a atenção de comunicadores e do público são muito semelhantes ao de migrantes em geral pelo mundo. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que, no ano de 2014, 14% das pessoas no mundo viviam em países diferentes daquele em que nasceram. Dois anos antes, nos Jogos Olímpicos de Londres, o número de atletas naturalizados era de 9%. Os autores destacam que esse não é um levantamento simples de ser realizado, porque o COI não detém um banco de dados em que seja possível identificar atletas que sejam naturalizados e aqueles que nasceram em países diferentes dos que representam, mas que detenham a nacionalidade originária, por fatores hereditários.

Para MacClancy (1996) essa discussão é necessária não apenas pela representação, mas pela construção e entendimento identitário do atleta. Segundo o autor, o esporte não é apenas um marcador da identidade social já estabelecida, mas pode ser uma ferramenta para criar uma nova identidade social. Essa construção passa por uma série de variáveis. Dentre elas, compreensões sobre o senso de comunidade – afinal, os vínculos para a formação desses elos passam por fatores íntimos e sociais, como as relações de tempo e espaço.

Houlihan e Zheng (2014) veem nas disputas esportivas uma oportunidade para que estados pequenos – seja em população, território, ou economicamente, possam fazer frente a

grandes potências, mesmo que por alguns instantes. Ao citar os Jogos da Commonwealth, eles detectam uma igualdade de condições simbólicas, que passa pela representação de atletas como membros nacionais, não simples competidores individuais. De maneira complementar, Hogan (2003) deduz que as competições esportivas instigam rivalidades e alianças internacionais, e que o esporte pode ser usado como uma importante ferramenta para prestígio – obviamente, essa é uma construção que depende dos talentos individuais.

É devido a esse caráter simbólico que autores como Jansen (2018) ressaltam a importância de se discutir a mercantilização e a banalização da concessão de cidadanias. O autor se apoia em uma frase do ex-atleta e presidente da Federação Internacional de Atletismo Sebastian Coe, o qual afirma que os competidores não são *commodities* que podem transitar pelo globo e serem negociados. Apesar de reconhecer no aspecto econômico um ponto central, Jansen ressalta que as naturalizações por aspectos meramente econômicos representam uma minoria, mas que ganham destaque devido aos resultados esportivos conquistados por alguns atletas. Segundo o autor, uma leitura mais ampla sobre esse fenômeno ajudará na compreensão não apenas do esporte, mas de outros fatores da sociedade global. Em outro estudo, Jansen, Oonk e Engbersen (2018) apontam que uma das grandes dificuldades em lidar com o tema das trocas de cidadania esportiva é que esse é um debate que toca temas morais, como a existência ou não de uma cidadania “pura”, em contrapartida aos cidadãos “mercantilizados”. Tais conceitos passam pela construção de noções de cultura, etnia e nacionalidade, elementos sujeitos a interpretações influenciadas pelo local em que ocorrem e momento histórico.

Iorwerth, Hardman e Jones (2014) destacam que a competição esportiva serve para criar uma associação entre identidades, culturas e nações, mas fazem uma ressalva importante: a ligação entre indivíduos e locais não se dá sempre de maneira equânime. Representatividade e identidade, apesar de caminharem próximas, não são, necessariamente, itens que estão juntos. Para os autores, essas construções têm diferentes nuances temporais e espaciais, geralmente permeadas pelos mesmos elementos: local de nascimento, ancestralidade e até mesmo a cidadania adquirida podem ser considerados como elementos legítimos ou não. Esta legitimidade, apesar de poder ser referendada pelo Estado (por meio de leis e concessões documentais) passa pela aceitação social e, principalmente, por uma construção/aceitação individual.

Como se vê, a discussão sobre a cidadania esportiva, conexões entre atletas e países, e a existência de vínculos que vão além do profissionalismo não se limita aos atletas brasileiros.

Com o aumento de atletas circulando pelo globo, cresceu o interesse pela compreensão deste fenômeno nas mais diferentes culturas.

5.2 Leituras e diálogos sobre a migração de atletas

Engh e Agergaard (2013) sustentam que a visibilidade dos migrantes no esporte é diferente daquela dada a atletas autóctones, pois eles sempre são analisados além dos resultados esportivos. Variáveis como o desenvolvimento da modalidade e o aumento da repercussão sobre o esporte se tornam peças-chave na avaliação sobre o desempenho dos indivíduos que decidiram competir por um país diferente daquele em que nasceram. O sucesso ou fracasso dos migrantes muitas vezes é o responsável por atrair ou reprimir a vinda de outros indivíduos do exterior. Segundo as autoras, só é possível compreender as razões das migrações de sportistas se forem levados em conta elementos culturais, como, por exemplo, a formação de grupos e a existência de redes de relacionamento.

A migração causada por razões esportivas está em expansão. Levantamento feito por Campbell (2010) mostra que entre os anos de 1998 e 2007 a Federação Internacional de Atletismo recebeu o pedido de mudança de nacionalidade de mais de 250 atletas. Para a autora, esse volume é resultado de um novo modelo de representação esportiva, baseado no profissionalismo, não mais na representatividade de estados nacionais, sendo o Catar um exemplo de nação que adotou um modelo de profissionalismo extremo, facilitando a concessão de naturalização para indivíduos que possam representar o país em competições esportivas.

A ascensão catari em algumas modalidades desperta atenção, mas o processo de naturalizar atletas ocorre em países com maior visibilidade no cenário esportivo mundial. Poli (2007) cita que o Comitê Olímpico da França mantém um departamento que analisa, a cada quatro anos, quais atletas reúnem condições de serem naturalizados para representar o país em edições olímpicas. De acordo com o autor, outros países europeus, como a Alemanha e Suíça, cada vez mais possuem atletas nascidos em outros países em suas delegações. Um dos facilitadores para isso é a legislação desses locais, que considera como fator de definição da nacionalidade o *jus sanguinis*, o que possibilita aos descendentes de cidadãos “natos” representarem essas nações, mesmo tendo nascido em outros lugares. Analisando os atletas que participaram dos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, Poli (2007) constatou a presença de 270 naturalizados. Ao fazer um balanço da origem e destino dos competidores, foi possível

constatar que áreas economicamente mais desenvolvidas são “importadoras” de atletas, e as regiões mais pobres são “exportadoras”.

Às vésperas dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, um termo passou a ser usado para definir os atletas que se naturalizaram para representar o país sede: os “Britânicos de Plástico”. Segundo Poulton e Maguire (2012), a expressão foi criada pelo jornalista Marin Samuel, do jornal “*Daily Mail*”, que fazia críticas sistemáticas à prática de naturalização de atletas adotada pela Grã-Bretanha, que teve 11% de sua delegação formada por competidores nascidos em outros territórios. Os autores constatarem que alguns naturalizados, como o fundista Mo Farah, originário da Somália, mas que migrou para a Grã-Bretanha jovem e era uma das principais esperanças de medalhas do país nos Jogos Olímpicos, eram apontados como aceitáveis. Poulton e Maguire (2012, p.9) concluem que a justificativa para a aceitação de Mo Farah pelos jornalistas não estava ligada ao desempenho esportivo, mas ao fato de ele ter migrado durante a infância e ter sido “imerso na cultura, educação e treinamentos britânicos”. Para reforçar este ponto de vista dos jornalistas, os autores encontram críticas nos periódicos a atletas como o ciclista Philip Hindes (campeão olímpico em 2012), nascido na Alemanha. Mesmo tendo participado de competições internacionais pelo país de nascimento até os 19 anos, Hindes optou por representar a Grã-Bretanha após adulto. Essa opção foi facilitada por questões de ancestralidade, uma vez que o pai do atleta é britânico.

Poulton e Maguire (2012) exemplificam outras situações complexas, como a da triplista Yamilé Aldama, nascida em Cuba, que competiu durante parte da carreira pelo Sudão e, depois, passou a representar a Grã-Bretanha. Eles citam uma entrevista da atleta ao jornal “*The Observer*” na qual ela defende sua nacionalidade britânica pelos laços construídos com o país: tempo de residência, clube, treinador, marido e filhos britânicos. Apesar de tantas conexões com o país, de acordo com Poulton e Maguire, Aldama é julgada como estrangeira por conta dos resultados esportivos. Spiro (2012) questiona o fato de algumas naturalizações serem aceitas no meio esportivo e outras gerarem polêmicas. Para o autor, não há dúvidas que um grande número de cidadanias é concedido apenas com o objetivo de reforçar delegações esportivas e, o que existe atualmente, é um modelo muito mais próximo das relações clubísticas, nas quais o poder econômico define as contratações, do que um modelo de representação nacionais.

Apesar das conexões com o país de destino, é fato que há casos nos quais o processo está intrinsecamente ligado à lógica do esporte profissional, uma vez que os atletas buscam os locais com melhores condições para treinar e competir, além de melhores pagamentos. Poli (2007) classifica essas migrações como comerciais ou instrumentais. Maguire (2007) define

os migrantes que trocam de nacionalidade sem ter relação com o novo país que vão representar como mercenários. Ao analisar o mesmo fenômeno, é possível comparar o mercado de trabalho esportivo a outros. Na área de tecnologia, por exemplo, é comum que jovens com grande talento e que vivem em países subdesenvolvidos recebam propostas para trabalhar em outros países, mais desenvolvidos tecnologicamente, onde podem explorar todo o seu potencial. Shachar (2011) e Spiro (2012) constatam que o mesmo ocorre no esporte, sendo essa uma fuga de músculos, que leva atletas de países que têm pouco potencial para investir no esporte até outros, economicamente mais fortes. Nesse processo, os ganhos são tanto para o atleta, que passa a ter melhores salários e condições de treinamento, quanto para o país, que vê surgirem resultados em curto prazo, com um investimento mais baixo que o necessário para desenvolver uma política pública de massificação das modalidades e desenvolvimento de talentos autóctones. Essa política, porém, deixa algumas nações mais pobres sem os seus principais talentos.

Na visão de Poli (2007), o esporte é uma área laboral, como outra, e os fluxos dos atletas estão dentro do contexto da Divisão Internacional do Trabalho. Seguindo o mesmo raciocínio, Lee (2010) indica que o fluxo de atletas entre países funciona de maneira semelhante a outros mercados: onde há mão de obra excedente, alguns trabalhadores são exportados e onde há menos trabalhadores qualificados, há a importação. Os exemplos citados pelo autor são os jogadores norte-americanos de basquete. O mesmo ocorre com jogadores de futsal, conforme indicado por Marques e Marchi Júnior (2020).

Muitas vezes, por buscar um local com menor tradição em determinada modalidade, estes indivíduos acabam encontrando um campo mais amplo para trabalhar. Chiba, Ebihara e Morino (2001) usam como exemplo o jogador de futebol Lopes, nascido no Brasil e que em 1998 defendeu a seleção japonesa na Copa do Mundo. A naturalização era um processo interessante tanto para o Japão, que gostaria de contar com o atleta, quanto para Lopes, que dificilmente teria espaço para jogar pela Seleção Brasileira de Futebol. Apesar de não ter ligações familiares com o Japão, o processo de naturalização de Lopes foi mais rápido que o normal, sendo esse um fenômeno comum em casos de migração esportiva, conforme ilustrado por Evans (2014).

O caso de Lopes ilustra uma realidade comum a muitos atletas que optam por representar países com menos tradição em alguma modalidade acabam tendo uma função importante, de fomentar o esporte naquele local. Maguire (2007) classifica esses indivíduos como pioneiros. Segundo o autor, os atos e palavras de tais atletas acabam servindo como motivação para converter mais pessoas para a prática das modalidades. O pioneirismo não

está ligado apenas à introdução da modalidade, mas, também, ao aprimoramento técnico, com novas formas de treinamento e competição. Lee (2010) afirma que além de ajudar a reduzir custos – tendo em vista que em alguns casos a contratação é mais barata que a formação de um atleta de ponta –, alguns pioneiros ajudam no desenvolvimento local de modalidades, elevando o patamar de disputas no local de destino. Maguire (2007) problematiza que o uso excessivo de atletas estrangeiros pode ter um efeito colateral: o fechamento das oportunidades para o surgimento de novos talentos locais e a falta de identificação do público com os competidores. Evans (2014) constata que em alguns casos, os clubes ligados a colônias acabam tendo um papel de acolhimento e pertencimento para o indivíduo que migrou, servindo como um ponto de conexão entre partida e destino.

Em outras situações, os países de destino são economicamente mais pobres que os de origem. Maguire (2007) indica a necessidade de se fazer uma leitura política, geográfica, social e cultural para compreender os fatores que motivam as migrações de esportistas, pontuando que esse é um processo que envolve outros profissionais, como técnicos e oficiais. Orłowski, Wicker e Breue (2018) exemplificam a migração entre técnicos como algo amplo e menos polêmico que a de atletas. O aspecto econômico é relevante, mas há outros itens que ajudam no sucesso ou fracasso dos treinadores, como a construção de redes de contato e as relações sociais entre os locais de origem e destino.

Conexões sociais, afetivas e até mesmo o sonho de participar de uma edição olímpica, que pode ser facilitado escolhendo-se um país com menos tradição na modalidade, pesam na decisão de alguns atletas em trocar ou duplicar a nacionalidade. Evans (2014) assume um discurso semelhante ao do Barão Pierre de Coubertin, ao defender que o esporte possui uma geografia própria, com algumas peculiaridades na estrutura de poder. Mesmo países subdesenvolvidos economicamente são polos em algumas modalidades. E, em outros casos, países que são potências econômicas e esportivas acabam exportando talentos atléticos.

Há outra categoria detectada por Maguire (2007): os nômades. Esses indivíduos aproveitam a carreira esportiva para viajar e conhecer outras culturas e vivem em diferentes países, condição cada vez mais comum em um ambiente transnacional. De acordo com Jarvie e Maguire (1994), a globalização promove a sensação de compressão de tempo e espaço. Com o mundo interconectado, há mais troca de dinheiro, informação, imagens e ideias. Segundo Engh e Agergaard (2013), há migrantes sedentários, que são aqueles que se estabelecem em um local, e os altamente móveis, que mudam de lugar constantemente, de acordo com as oportunidades de trabalho que surgem. Para as autoras, esse é um fato importante, pois não basta constatar que as pessoas se movem, mas os motivos que levam à migração e à criação

ou não de identidade relacionada a um local. Em alguns casos, os atletas passam tanto tempo distantes dos locais de origem que acabam não tendo mais uma relação de pertencimento ou identidade ligada a um lugar específico, podendo escolher uma nova nacionalidade caso seja viável. Ryba, Stambulova e Ronkainen (2016) afirmam que ao viverem em diferentes lugares, alguns atletas podem até criar ligações afetivas com múltiplos locais, não apenas com o ponto de origem.

Agergaard e Ryba (2013) esclarecem que transição para uma nova nação envolve algumas barreiras: aspectos como o estilo de jogo, técnicas de treinamento e, até mesmo, as diferenças climáticas podem dificultar a adaptação. Faggiani, et.al (2016) concluem que o idioma, muitas vezes é um obstáculo difícil de ser superado, pois prejudica o entendimento e instruções dos professores e treinadores. Tal entrave muitas vezes é superado com o auxílio de outros atletas, que migraram antes, ou de profissionais do esporte que tenham tido experiências internacionais anteriores. Entre os fatores que ajudam no processo de adaptação dos esportistas, Rowe (2003) destaca a proximidade cultural entre os locais de origem e destino. A existência de pontos de identificação acaba tornando mais fácil a adaptação e troca de conhecimento. Ao analisar a migração de jogadores de futebol brasileiros e argentinos, Maguire e Pearton (2000) situam a Espanha e Itália como países nos quais a recepção destes migrantes é facilitada, tendo em vista a proximidade cultural entre as nações e a existência de redes de contato.

Segundo Maguire (2003), as culturas locais não são herméticas, e devem estar abertas à introdução de novos elementos. A presença de imigrantes, em alguns casos, tem justamente o objetivo de trazer inovações, havendo um intercâmbio entre culturas diferentes, até mesmo porque a mudança de local não faz com que os indivíduos abandonem todos os hábitos e costumes que foram cultivados durante toda a vida. Esta fusão de culturas ocorre com atletas que são classificados por Maguire (2007) como repatriados. Esses indivíduos, apesar de viverem muito tempo distantes do local de nascimento, acabam retornando para defender suas equipes nacionais e, em muitos casos, ajudam na difusão de modalidades que são mais praticadas nos países em que eles se radicaram.

Maguire (2007) lista a existência de outra categoria de migrantes no esporte: os residentes. Indivíduos que mudaram de nacionalidade não apenas pela motivação esportiva, mas porque fixaram residência em um país diferente. Isso pode ocorrer tanto com pessoas que fizeram a migração por motivos esportivos quanto com aquelas que tiveram seus processos migratórios iniciados por outras razões e acabaram tornando-se esportistas. A migração humana é marcada por uma série de pressões e aspectos: culturais, políticos, econômicos,

geográficos etc. Borgese (2009) constata que os Estados Unidos são hoje um país que recebe milhares de imigrantes e que vários deles buscam a cidadania norte-americana para poder participar de competições esportivas. Segundo o autor, alguns trazem a cultura esportiva do seu local de origem, sendo que outros são introduzidos ao esporte no modelo norte-americano, pois não são simplesmente migrantes esportivos, são residentes que passam a incorporar valores culturais do país para o qual mudaram.

O esporte é apenas mais um dos fatores que podem desencadear a mudança de país. Ao longo dos anos, alterações nos padrões migratórios ocorreram em todo o mundo, com diferentes motivadores para atração e repulsão de pessoas, que variam de acordo com o momento histórico. Van Bakel e Salzbrenner (2019) revelam que há diferenças entre cidadãos que optaram pela migração e aqueles que foram forçados a deixar seus locais de destino – nem sempre a saída de um local ocorre de maneira voluntária e, às vezes, o desejo de representar uma nação acaba sendo vetado por uma condição política momentânea. Essa situação não é nova, pois, como pontuou Rubio (2016), durante a fase de conflito dos Jogos Olímpicos, alguns atletas talentosos foram prejudicados devido à decisão de suas nações de aderirem a boicotes olímpicos, sendo os Jogos de Moscou 1980 e de Los Angeles 1984 os mais emblemáticos. Dialoga-se com Poli (2010), que ressalta a necessidade da compreensão de fatores sociais, políticos e econômicos nos locais de origem e destino para melhor entendimento sobre o que leva um atleta a migrar.

A possibilidade de obter resultados esportivos expressivos nem sempre é suficiente para encontrar respaldo em algumas decisões de naturalizações, que acabam esbarrando em outros fatores. Na Coreia do Sul, a naturalização do maratonista Wilson Loyana Erupe, nascido no Quênia, é considerada polêmica, segundo Choi (2018). Flagrado em um exame antidoping no ano de 2012, Erupe mudou-se para a Coreia do Sul, a convite de seu treinador, e aceitou até mesmo adotar um novo nome – Oh Joo-han. Choi afirma que fatores como o país de origem e o doping pesaram na discussão sobre a concessão de nacionalidade para o atleta, o que não ocorreu com outros esportistas. Somente entre os anos de 2011 e 2018, o autor encontrou 22 atletas oriundos de outros países naturalizados sul-coreanos (quatro dos Estados Unidos no basquete; dez atletas do hóquei no gelo – sendo sete com origens canadenses, um russo e dois norte-americanos; quatro vindos da Rússia no biathlon; um de Taiwan na patinação de velocidade; um atleta de origem alemã no luge, um vindo dos Estados Unidos no rúgbi e outro norte-americano na patinação artística).

Como se percebe, mais que uma questão pontual, a discussão sobre a nacionalidade de esportistas é um tema amplo, que passa por diferentes aspectos e recebe abordagens distintas em vários pontos do mundo.

5.3 Os migrantes e outro megaevento esportivo

Ao estudarem atletas com mais de uma nacionalidade que tenham atuado em Copas do Mundo de Futebol, Silva, Rigo e Freitas (2012) apontam para a seleção italiana, em 1934, como o primeiro caso em evidência de time formado por jogadores plurinacionais. A equipe que foi campeã do mundo naquela oportunidade contava com o atacante Filó, nascido no Brasil, e com os “argentinos” Monti e Atilio de Maria, todos com cidadania italiana adquirida com base no princípio *jus sanguinis* (ou seja, com antepassados italianos). Segundo os autores, o tema das nacionalidades só passou a preocupar os dirigentes do futebol a partir de 1962, quando houve um aumento significativo no número de atletas atuando por seleções que não eram dos seus países originários. Além do volume de casos, é importante ressaltar a qualidade técnica de alguns atletas que trocaram de nacionalidade: Di Stéfano, nascido na Argentina, e Puskás, oriundo da Hungria, são elencados entre os melhores jogadores de todos os tempos do futebol mundial e estiveram em campo na Copa do Mundo de 1962 vestindo a camisa da seleção espanhola.

Apesar da criação de barreiras para impedir as trocas de nacionalidades dos jogadores, o fenômeno não deixou de existir e ganhou novas dimensões com o passar dos tempos. A Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, teve um recorde de jogadores naturalizados: 75 dos 736 atletas inscritos, de acordo com levantamento de Silva, Rigo e Freitas (2012). Uma das equipes que ajudou a alavancar este número foi a Argélia: 17 dos 23 representantes do país nasceram em território francês. Nesse caso, a explicação para o número passa pela relação entre os dois locais – até 1962 a Argélia era uma colônia francesa. Ressalte-se que quatro anos antes, na Copa do Mundo de 2006, o fluxo maior de jogadores foi rumo aos países europeus. De acordo com o levantamento de Ribeiro (2007, apud Silva, Rigo e Freitas 2012, p.464)

39 atuaram por seleções europeias (8 na Croácia, 7 na França, 7 em Sérvia e Montenegro, 4 na Suíça, 3 na Alemanha, 3 em Portugal, 2 na Itália e 1 nas seleções da Inglaterra, da Suécia, da República Tcheca e da Espanha); nove em equipes africanas (3 na Costa do Marfim, 5 em Togo e 1 em Gana) e o restante dividido em seleções de todas as Américas (4 em Trinidad e

Tobago, 2 no México, 1 nos EUA, 1 no Paraguai e 1 na Costa Rica), Ásia (1 no Irã e 1 no Japão) e Oceania (1 na Austrália)

Ao analisar a migração de futebolistas uruguaios, Soca (2012) detecta que os últimos 40 anos foram marcados por uma desterritorialização do esporte, na qual as redes migratórias foram ampliadas e as portas de novos mercados se abriram para atletas talentosos – profissionais que, por serem mão de obra qualificada encontram espaço para atuar em diferentes locais do mundo. Segundo o autor, o risco causado por este fenômeno é uma “drenagem” de talentos de países menos desenvolvidos, tendo em vista que eles passam a ter menos condições de concorrer com potências econômicas na manutenção de esportistas.

Apesar de o futebol masculino integrar o programa olímpico, traçar paralelos entre a realidade olímpica e a Copa do Mundo de futebol exige certos cuidados. Com uma dinâmica profissional e mercantilizada há mais tempo que a maioria das modalidades olímpicas, o futebol tem uma realidade distinta em vários aspectos. Todavia, nesse caso, é possível fazer essa analogia, tendo em vista a visibilidade das duas competições.

Outra aproximação possível é com relação aos momentos históricos. O momento crítico vivenciado no futebol coincide com a fase de conflito dos Jogos Olímpicos, descrita por Rubio (2010, 2016). Não por acaso, Rider (2013) afirma que a discussão sobre a troca de nacionalidades de atletas ganhou força no Movimento Olímpico após a Segunda Guerra Mundial, quando alguns atletas talentosos viviam em situação de exílio. Segundo o autor, as mudanças ocorreram de forma gradual: em 1956 foi permitido às mulheres casadas que representassem um país diferente daquele que nasceram, caso tivessem aceitado a nova nacionalidade no momento do matrimônio. Anos depois, em 1963, uma nova emenda permitiu que atletas pudessem competir em Jogos Olímpicos três anos após terem se naturalizado. A diplomacia foi a ferramenta necessária para manter o caráter internacionalista dos Jogos, encontrando uma forma de atender aos anseios dos países de destino dos atletas, sem causar grandes conflitos com as nações de origem.

6 Memórias, trajetórias e identidade

*Todo mundo ama um dia, todo mundo chora
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz
(Tocando em Frente - Almir Sater e Renato Teixeira)*

Em 1896, quando a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna foi disputada, o Brasil era uma República recém-proclamada, tendo sido implantada sete anos antes – a escravidão só havia sido abolida há oito. Para substituir a mão de obra escrava, a imigração era incentivada. Diversos europeus, com destaque para os italianos e alemães, vieram para a América do Sul e o contato com outros países, como a Inglaterra, era grande desde o início do século XIX, quando houve a chamada abertura dos portos às nações amigas.

Durante todo o século XIX, o fluxo de imigrantes foi grande, não apenas para o Brasil, mas para toda a América do Sul. De acordo com Hobsbawm (2014 A, p.296), “Na década de 1880, entre 700 mil e 800 mil europeus emigraram em média cada ano, e nos anos posteriores a 1900, entre 1 e 1,4 milhão por ano.” O fim do tráfico negreiro e a abolição da escravidão serviram como um fator de atração para os imigrantes que vinham trabalhar como mão de obra assalariada, uma vez que a Europa vivia um momento de turbulência política e econômica

Por que pessoas emigravam? Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Apesar das perseguições políticas depois de 1848, refugiados políticos ou ideológicos formavam apenas uma pequena fração da emigração de massa, mesmo em 1849-54, embora houvesse um tempo em que radicais controlaram metade da imprensa em língua alemã nos Estados Unidos, onde eles aproveitavam para denunciar seu país de refúgio (HOBSBAWN, 2014 A, p.305)

Apesar de ainda ser essencialmente um país rural, aos poucos a paisagem brasileira começava a mudar, claramente com forte presença dos imigrantes. A ferrovia São Paulo Railway começou a operar durante o império, em 1867. O nome da mesma já revela sua origem: uma companhia inglesa, mostrando o poder e influência britânicos. Uma pequena parte dos ingleses se instalou no Brasil, a maioria, nômade, seguiu rumo a outros países, onde as ferrovias foram construídas. Juntamente aos elementos materiais vieram itens da cultura britânica. A introdução do futebol no Brasil, por exemplo, é creditada ao filho de um inglês:

Charles Miller, que após estudos na Inglaterra voltou ao Brasil trazendo bolas, roupas para a prática da modalidade e, principalmente, um livro de regras. Máximo (1999, p.180) destaca que há relatos de disputas de jogos de futebol anteriores à partida organizada por Charles Miller no Brasil, mas pontua que o filho de ingleses merece destaque, pois o jogo realizado em abril de 1895, na rua do Gasômetro, em São Paulo, teve um papel fundamental para a modalidade no país. “Além de documentado, contém, mais que qualquer outro, a verdadeira semente do futebol brasileiro”.

Mesmo com o enfoque maior dado ao futebol, Rubio (2005) pontua que o contato com europeus e asiáticos favoreceu a introdução de diversas modalidades esportivas no Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A formação de colônias e associações foi precedida dos clubes, que tiveram um papel fundamental na introdução de elementos da cultura de outros países. No final do século XIX, modalidades como remo, natação, basquete e esgrima já eram praticadas por aqui. Jesus (2001, sem página) destaca que “Os fluxos migratórios internacionais tendem a colocar em contato culturas completamente distintas. Neste contato, tanto os imigrantes absorvem atitudes e valores da nova pátria como também nela aportam os seus próprios”. Parte desse processo de fusão cultural ocorreu com a formação de clubes.

Em 1867, a colônia alemã no Rio Grande do Sul foi a responsável por criar a primeira sociedade de ginástica de Porto Alegre, o *Deutscher Turnverein*, que existe até os dias atuais com o nome de Sociedade de Ginástica de Porto Alegre (Sogipa). Outro exemplo na mesma cidade é o Grêmio Náutico União, que surgiu em 1906, com o nome de “*Ruderverein Freundschaft*”. A ideia de fundar a entidade surgiu dentro de outra instituição ligada aos alemães, o colégio *Deutsche Hilfsvereinshule*. A mudança de nome do clube, de *Ruderverein Freundschaft* para Grêmio Náutico União, foi realizada em 1917. Souza (2012) destaca que cidades como Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo tiveram forte influência italiana, sendo “Palestra Itália” um nome conhecido no exterior, por tratar-se de uma denominação comum a várias agremiações do Brasil. De acordo com Hobsbawm (2014 A, p.301 e 302), a existência de clubes e colônias era um modo dos migrantes se manterem conectados ao local de origem, tendo em vista que:

Uma mudança de cidadania não implicava, evidentemente, um divórcio em relação ao velho país. Bem ao contrário. O imigrante típico, largado em um lugar estranho que o havia recebido de forma suficientemente fria, voltava-se naturalmente para o único agrupamento humano que lhe era familiar e que podia ajudá-lo, a companhia dos compatriotas.

A formação dos clubes pode ser entendida como o fortalecimento de uma rede de relacionamentos, pois as associações ajudaram a manter o contato entre as pessoas, que compartilhavam práticas e costumes. Martine (2005, p.14) esclarece que esse é um procedimento comum em processos migratórios. “Formam-se comunidade transnacionais que administram recursos, informações e num capital cultural que contribui para a formação de novos valores comuns e para a coesão social.” Retomando Hobsbawm (2014 B), pontua que durante o século XIX e XX o esporte ajudou a expandir o círculo de contatos dos indivíduos, criando um universo social fora das células domésticas. Com mais clubes, a organização esportiva no Brasil aumentava e passava a ser importante a participação em organismos internacionais. Lemos (2008) esclarece que a entrada do país no COI ocorreu em 1913, durante a realização do Congresso Olímpico Internacional, em Lausanne, na Suíça, após um convite ao Ministro do Brasil no país, o Barão do Rio Branco. A representação no órgão internacional veio antes mesmo da criação de um comitê nacional, que só surgiu em 1914.

A existência do Comitê Nacional e da estrutura burocrática foi fundamental para garantir a presença brasileira nos Jogos Olímpicos pela primeira vez, em 1920. A delegação brasileira foi composta por 18 atletas. Entre eles Sebastião Wolf. Um atirador radicado em Porto Alegre, mas que nasceu em Gobweinstein, Alemanha, em 1869. O primeiro atleta naturalizado a representar o Brasil em uma edição olímpica. Em 1924, os Jogos foram realizados em Paris e o Brasil, apesar de ter conquistado três medalhas na edição anterior, enviou uma delegação menor para a Europa: apenas 12 atletas, todos nascidos em território nacional. Nos Jogos Olímpicos de 1928, em Amsterdã, o Brasil sequer enviou atletas, tendo sido a crise econômica a principal razão.

Já em Los Angeles, no ano de 1932, o Brasil voltou a ter uma delegação maior. Após muita confusão, 67 brasileiros participaram dos Jogos. Três competidores que participaram dos Jogos de 1920 também foram a Los Angeles: Adhemar Serpa e Abrahão Saliture, do polo aquático, e Sebastião Wolf, que foi reserva na equipe de tiro. Outro atleta nascido na Alemanha, Carlos Woebcken, radicado no Rio de Janeiro, compôs a equipe de atletismo. Quatro anos depois, em 1936, a delegação brasileira foi formada por 94 atletas, mas nenhum deles era nascido em outro país.

Kilpp, Assmann e Mazo (2012) indicam que em 1930, a nova lei de imigração passou a estabelecer cotas para a entrada de imigrantes no Brasil, com o objetivo de “preservar” a estrutura racial e cultural do país (um eufemismo para justificar uma política que visava o embranquecimento da população). Em abril de 1938 foi instituído o Decreto Lei número 383, que vedava a atividade política aos estrangeiros no Brasil. Ficava proibida a criação ou

manutenção de sociedades e clubes. Macedo (2008, sem página) esclarece que os clubes já existentes eram vistos pelo governo brasileiro como um entrave à política nacionalista e que a medida se justificava. “A preocupação do governo para com estas associações era proporcional à quantidade de imigrantes residentes no Brasil, e em específico na cidade de São Paulo – onde 35,4% de sua população total eram constituídos de imigrantes.” Com isso, várias instituições passaram por um processo de nacionalização, com a mudança de nome e de membros da diretoria.

No Rio Grande do Sul, as sociedades de tiro ao alvo foram especialmente afetadas por este decreto, conforme explicam Kilpp, Assmann e Mazo (2012, p.82). “A SCR da Linha Santa Clara cessou suas atividades em 1938, quando foram forçados a desativar seus estandes de tiro, bem como eliminar todo o arquivo histórico e documental da entidade, que era escrito em língua alemã”. Na cidade de São Paulo, entre os exemplos de clubes que mudaram de nome estão o Palestra Itália, que se tornou Palmeiras, o Germânia, que passou a se chamar Pinheiros, e o *Deutscher Segel Club*, que a partir de 1938 passou a ser Yacht Club Santo Amaro (YCSA). As mudanças não se limitaram à alteração no nome: algumas regras de conduta, como a proibição de se falar o idioma alemão dentro do clube foram adotadas, conforme demonstra Reibel (2000). Contudo, mesmo com as mudanças, a maior parte dos associados do YCSA continuou sendo formada por imigrantes alemães e seus descendentes, que seguiram frequentando o local.

Devido à Segunda Guerra Mundial, as edições de 1940 e 1944 dos Jogos Olímpicos foram canceladas. A presença de imigrantes na equipe brasileira só voltou a ocorrer 11 anos após o fim da Segunda Guerra, em 1956, com Joaquim Roderbourg, na vela. A partir dos Jogos Olímpicos de Melbourne, o Brasil sempre contou com pelo menos um atleta nascido em outro país em sua delegação. Em 1960, participaram os remadores Francisco Todesco (nascido na Itália) e Paulino Gonçalves Leite (oriundo de Portugal), e o jogador de basquete Antônio Salvador Sucar (nascido na Argentina, e que ainda representaria o Brasil nos Jogos Olímpicos de 1964 e 1968).

Nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, além de Sucar, o time de basquete tinha outro atleta nascido no exterior: Victor Mirshawka (vindo da Ucrânia). A delegação brasileira tinha dois velejadores de origem alemã (Joaquim Roderbourg e Klaus Hendriksen, que competiram juntos na classe *Flying Dutchman*), o remador Paulino Gonçalves Leite e um jogador de polo aquático – Aladar Szabó, natural da Hungria e que chegou a participar de eventos internacionais por seu país natal.

No ano de 1968, na Cidade do México, além de Sucar, em sua terceira edição olímpica, o Brasil teve o remador Edgard Gijzen (nascido na Bélgica) e o velejador Burkhard Cordes (vindo da Alemanha), que conquistou a medalha de bronze na classe *Flying Dutchman*, sendo este o debut da vela brasileira em pódios olímpicos. Quatro anos mais tarde, Burkhard participou de outra edição olímpica. Além dele, o Brasil contou com o judoca Chiaki Ishii (nascido no Japão) e com mais um jogador de basquete naturalizado: Radvilas Gorauskas (natural da Lituânia). Em Montreal, 1976, o velejador Andreas Wengert, oriundo da Alemanha, representou o Brasil. Nos Jogos de Moscou, 1980, a vela voltou a ter dois representantes provenientes de território estrangeiro: Peter Erzberger (Suíça) e Lars Björkstom (Suécia). Lars competia na classe *Tornado*, ao lado de Alex Welter, e conquistou a primeira medalha de ouro da história da vela brasileira em Jogos Olímpicos. A equipe de vôlei do Brasil tinha um atleta nascido em território estrangeiro: Jean Luc Rosat, que tinha apelido de Suíço, mas nasceu em Montevideu, no Uruguai. Nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, o remador Denis Antônio Marinho, oriundo da França, representou o Brasil – ele também esteve nos Jogos de Seul, realizados quatro anos depois. A competição na Coreia do Sul marcou a participação da primeira mulher nascida em outro país pelo Brasil: Eva Menéndez Riera, do nado sincronizado, espanhola ao nascer.

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, tiveram a presença do hóquei sobre patins como modalidade de exibição e o Brasil conseguiu a classificação sob o comando do técnico Vítor Santos, que nasceu em Portugal. Ele acumulou a função de treinador com a de jogador. Aquela edição marcou a estreia de dois atletas que representariam o Brasil em diversas edições olímpicas: o canoísta Sebastián Cuatrin, de origem argentina, que estreou em Barcelona e depois participou das edições de 1996, 2000 e 2004, e o cavaleiro Rodrigo Pessoa (nascido na França), que debutou em Barcelona e depois representou o Brasil nos Jogos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012. Pessoa conquistou duas medalhas de bronze, em 1996 e 2000, por equipes, e uma de ouro, em 2004.

Em Atlanta 1996, o Brasil teve o tenista Fernando Meligeni (natural da Argentina) e o judoca Flávio Canto (nascido na Inglaterra), que esteve posteriormente nos Jogos de Atenas 2004, sendo medalhista de bronze na sua última participação olímpica. Nos Jogos de Sydney 2000, a seleção feminina de vôlei do Brasil contava com Katia Lopes Caldeira (nascida na Colômbia). Naquela mesma edição olímpica, a canoagem brasileira teve um atleta nascido na Polônia: Sebastian Szubski; o pentatlo moderno feminino do Brasil teve sua primeira representante: Samantha Harvey, de origem estadunidense.

Em Pequim, 2008, o Brasil foi representado por duas mulheres que voltariam a disputar edições olímpicas pelo país em 2012 e 2016: Rosângela dos Santos, no atletismo, e Patrícia Freitas, da vela. Ambas nasceram nos Estados Unidos. Nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, a delegação brasileira teve outra mulher naturalizada: a mesatenista Gui Lin, nascida na China, que atuou com as cores brasileiras nos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016. Ainda em Londres 2012, a equipe masculina de basquete do Brasil voltou a ter um representante nascido em outro país: o armador Larry Taylor, vindo dos Estados Unidos.

Sede dos Jogos Olímpicos em 2016, o Brasil registrou um recorde no número de atletas nascidos em outros países entre os seus competidores. Além das três atletas citadas anteriormente (Rosângela dos Santos, Gui Lin e Patrícia Freitas), outros 21 competidores representaram o Brasil pela primeira vez. Participar dos Jogos Olímpicos não foi uma novidade para a esgrimista Nathalie Moellhausen, que competiu pela Itália em 2012 e pelo Brasil em 2016. A equipe de esgrima do Brasil tinha também Katherine Miller, nascida nos Estados Unidos, ela é filha de um brasileiro. A seleção brasileira de polo aquático contou com o goleiro Slobodan Soro, que já acumulava no currículo duas medalhas olímpicas de bronze pela seleção da Sérvia, em 2008 e 2012. No time, Soro teve a companhia de mais quatro jogadores que nasceram em outros países (Adrian Baches, Ives Alonso, Josip Vrljic e Paulo Salemi). Já a equipe feminina da mesma modalidade tinha as irmãs Amanda e Tess Oliveira, nascidas na França, mas brasileiras natas por terem os pais brasileiros. O time de hóquei sobre a grama, que fez a estreia do Brasil nos Jogos pela modalidade, contava com outros seis jogadores nascidos em outros países (Adam Imer, Chris McPherson, Ernst Onnes, Joaquin Lopez, Patrick van der Heijden e Yuri van der Heijden). Outra modalidade debutante para o Brasil, o rúgbi teve três atletas: Juliano Fiori e Laurent Couhet, no masculino; e Isadora Cerullo, no feminino. O remador Xavier Vela Maggi competiu pelo Brasil e teve como um dos adversários olímpicos o irmão Pau, que representou a Espanha. Nas lutas, o Brasil contou com Eduard Soghomonyan, nascido na Armênia. Fechando a lista brasileira, Luísa Borges, natural dos Estados Unidos, representou o país no nado artístico.

O gráfico a seguir ajuda na visualização da evolução sobre o número de atletas nascidos em outros países na delegação brasileira ao longo da história olímpica.

Gráfico 1: Quantidade de nascidos em outros países representando o Brasil nos Jogos Olímpicos

Os textos abaixo trazem detalhes sobre os atletas e foram produzidos com base em narrativas biográficas. São relatos de memórias, a partir das quais é possível compreender trajetórias e a construção de identificações. No capítulo posterior, será apresentada uma análise dos fatos narrados, unindo pontos em comum de trajetórias e destacando semelhanças e diferenças entre os personagens.

Francisco Todesco (remo 1960)

FIGURA 1: Francisco Todesco, durante a entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, realizada em sua casa, na cidade de Viamão-RS.
Foto: Reprodução entrevista ao projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”

Nascido em Vicenza, no Norte da Itália, em 1937, Francisco viveu parte da infância em um território em conflito: a Itália foi um dos principais palcos da Segunda Guerra Mundial. Sofreu a dureza dos anos pós-guerra, quando teve outro baque: a morte do pai. Da mesma maneira que outras milhares de famílias italianas, a mãe de Francisco Todesco decidiu migrar para o Brasil em 1951, trazendo o casal de filhos para o país, onde já vivia parte da família, que mudou-se no período entre guerras. Apesar de ter apenas 13 anos quando veio para o Brasil, Francisco tem algumas lembranças da Itália. *“Até 50, 51, na minha vila, no Norte da Itália, nos pés dos Alpes, tinha até problema pra comer. Pão não existia. Não tinha condições, não tinha dinheiro. Então, tu te obrigavas a tentar a sorte. Foi o que aconteceu com todos os imigrantes que vieram daquela parte do mundo pra cá”*. (TODESCO, 2016).

Na juventude, Francisco era apaixonado pelo ciclismo, mas a relação com a bicicleta não era das melhores e os acidentes constantes. Por intermédio de um tio, frequentador do Grêmio Náutico União, foi ao clube pela primeira vez em 1957, conhecer o remo. Apesar de já ter 20 anos, se interessou pelo esporte e começou a remar, orientado pelo técnico Alberto Valle, argentino radicado no Brasil, responsável pelos treinos. Logo vieram os primeiros resultados de destaque em competições locais, dando ao remador a oportunidade de participar de uma seletiva para os Jogos Pan-Americanos de 1959, em Chicago. Mas havia uma questão importante: Todesco era italiano e um dos companheiros de barco, Paulino Gonçalves Leite, português. A situação foi resolvida com a intervenção de um general das forças armadas, chamado Vinholi. *“Eles fizeram uma naturalização em menos de 24 horas. [...] Eles saíram daqui com os documentos, levou numa sexta-feira, numa quinta-feira de noite, ele levou pro Rio, Juscelino assinou e saiu no Diário Oficial”*, (TODESCO, 2016). A publicação da naturalização dos dois remadores está na mesma página, a 16.038 do Diário Oficial da União de sábado, 18 de julho de 1959, sendo o processo de naturalização de Todesco o de número 23.417-59 e o de Leite o 23.419-57.

Apesar de todo o esforço para vencer a burocracia e conseguir a naturalização, os remadores ficaram fora dos Jogos Pan-Americanos de Chicago, após perderem uma regata para atletas do Rio de Janeiro. Mesmo com o baque pela não classificação, Todesco seguiu no remo. Contrariado, precisou morar durante alguns meses no Rio de Janeiro, durante a preparação para os Jogos Olímpicos de 1960. *“Eu tinha minha mãe aqui, eu não podia deixar a minha mãe aqui [no Rio Grande do Sul]. Aí, ele [Alberto Valle] me disse: ‘Olha Chico, a única chance de tu ir para os jogos luso-brasileiros, de tu ir para Roma, é tu ir para o Rio.’ Aí, eu pensei, pensei muito. O meu tio me deu muita força, foi mais do que um pai. Ele me*

disse: ‘Então, tu vai.’ *Aí, eu fui, morei no Rio, acho que uns três, quatro meses*”. (TODESCO, 2016).

Logo, Francisco seguiu para Portugal, onde ocorreram as últimas competições antes dos Jogos Olímpicos. E, em 1960, nove anos após ter deixado a Itália para morar no Brasil, Francisco Todesco retornou ao país natal pela primeira vez, mas como brasileiro, sendo um dos representantes da delegação olímpica. Além de remar, o atleta aproveitou a oportunidade para visitar a irmã, que havia retornado ao país.

De volta ao Brasil, Francisco recebeu propostas para defender clubes no Rio de Janeiro. Convicto de sua condição de amador, declinou e voltou para o Rio Grande do Sul, onde remou por alguns anos, sempre conciliando o esporte com o trabalho. Sobre a condição de amador, Todesco recorda-se do apoio que recebeu do tio, o mesmo que o levou para o União, durante toda a carreira. *“Eu trabalhava na firma que ele era sócio. Quando eu saía, às vezes oito, 10, 15 dias, a firma descontava meu salário e eu não tinha outro recurso. E o meu tio, sempre me repunha esse valor.”* (TODESCO, 2016).

A relação com a modalidade durou até 1974, quando remou pela última vez em uma competição de veteranos, em um barco “oito com timoneiro”. Mesmo sem competir e sem a perspectiva de representar o Brasil em campeonatos, Francisco já tinha construído boa parte da vida no país. Além da irmã, a mãe retornou para a Itália, onde morreu. A presença de familiares no local de nascimento fez Francisco manter alguns laços com a Itália e, em 2015, ele visitou o país, mas fez questão de utilizar o passaporte brasileiro. *“A gente ama este país, porque a gente renegou uma pátria. [...] Logo que me naturalizei, eu perdi a cidadania e não poderia ter cidadania italiana. E em 93, acho que foi, revogaram a lei. E aí eu posso, por direito, podia ter passaporte italiano. Eu digo, ‘não, o meu é brasileiro. Eu sou brasileiro, porque eu defendo esse país’”*. (TODESCO, 2016).

Francisco Todesco vive em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre.

Antônio Salvador Sucar (basquete 1960, 1964 e 1968)

Nascido na cidade de Lulis, na Argentina, em 1939, Sucar mudou-se com a família para o Brasil quando era criança, aos sete anos de idade. A migração foi uma escolha do pai, que já havia trocado de país anteriormente: a família é originária da Síria e migrou para a Argentina na década de 1920, para trabalhar com o comércio de roupas na província de Tucumã, no norte do país. Ao todo, os pais de Sucar tiveram 11 filhos, sendo que a primogênita morreu ainda criança, na Síria. Após alguns anos vivendo na Argentina como

comerciantes de roupas, a família optou em vir para o Brasil após o pai de Sucar ganhar na loteria argentina. *“A minha mãe, uma irmã dela morava no Brasil, casada com um tio meu, queria que a família viesse pra cá. Elas se comunicavam muito por carta. E meu pai pensou que nós morávamos numa cidadezinha pequena, chamava Lulis. Uma cidade bem pequena. E ele pensou ‘o quê que eu vou fazer aqui com seis filhos homens? E mais quatro mulheres?’ Então acabou resolvendo, vindo pra São Paulo, isso foi assim que acabou a guerra, a Segunda Guerra Mundial, 1946”.* (SUCAR, 2016).

FIGURA 2: Uma das equipes que representou o Brasil na década de 1960. Da esq. para a dir. Paulista, Victor Mirshawka, Sucar, Amaury Passos e Wlamir Marques. Foto: CBB

Sucar viu o pai montar uma loja na região da rua 25 de março e foi matriculado em um colégio na Água Branca, na zona Oeste da Capital Paulista. Ali, aprendeu não apenas as disciplinas regulares, mas foi apresentado ao esporte, em especial ao basquete. Alto e magro, logo se destacou. Um dos irmãos de Sucar, frequentador do clube Sírio, resolveu levá-lo para um teste. O clube não possuía categorias de base; ele passou a treinar com o time feminino até que fosse montada uma equipe masculina de juvenis, em 1956. Com mais de dois metros de altura, Sucar atuava como pivô e era um dos jogadores mais altos de São Paulo, despertando a atenção da comissão técnica da seleção brasileira.

Apesar do talento precoce, ficou fora do Mundial de 1959, pois o processo de naturalização não havia sido completado. No mesmo ano, outro torneio foi perdido pelo mesmo motivo: os Jogos Pan-Americanos de Chicago. Com o processo de naturalização concluído, o pivô, enfim, pôde representar o Brasil em uma competição internacional em 1960: os Jogos Sul-Americanos. Por ironia do destino, o evento foi sediado na Argentina e teve na final o duelo entre os anfitriões e o Brasil. Sucar recorda-se que a imprensa argentina chegou a publicar notícias sobre a condição dele de naturalizado e que havia uma pressão, mas isso não o abalou. *“Saiu lá, no noticiário, que eu era argentino de nascimento e tudo,*

então os caras ficaram chateados comigo. Mas eu era brasileiro, já era brasileiro, entendeu. O meu basquete sempre foi brasileiro.” (SUCAR, 2016). Curiosamente, o lance que decidiu a partida veio justamente pelas mãos dele. *“Nós estávamos perdendo por 55 a 54, e fizeram uma falta em mim, faltavam sete segundos. Eu arremessava lavadeira, sabe como é lavadeira? De baixo pra cima. E eu emboquei os dois lances livres e nós ganhamos da Argentina. Por 56 a 55.”* (SUCAR, 2016).

O título representou o início de uma trajetória vitoriosa com a camisa da seleção brasileira. Em 1960, Sucar foi convocado para representar o país nos Jogos Olímpicos de Roma, voltando para casa com a medalha de bronze. Anos depois, Sucar estava em quadra em um dos títulos mais importantes da história do basquete nacional: o bicampeonato Mundial de Basquete, em 1963 (a primeira conquista havia sido em 1959). Na sequência, mesmo conciliando o esporte com os cursos de contabilidade (feito na Faculdade Álvares Penteado) e de direito (concluído no Mackenzie), Sucar manteve-se em alto nível e foi convocado para os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, de onde regressou com outra medalha de bronze. Já veterano, esteve nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968.

Durante o período como atleta, chegou a jogar pelo Palmeiras e a defender o Club Atlético Taboré, do Uruguai, em um torneio, mas sempre se manteve ligado ao Clube Sírio, pelo qual atuou como jogador até 1973. O vínculo com a instituição foi mantido, com a ocupação de cargos diretivos, tendo sido por duas oportunidades o vice-presidente de esportes. Morador da Capital Paulista e atuando no ramo imobiliário, Sucar se manteve sócio do Sírio até o fim de sua vida, no último dia do ano de 2018.

No final da vida, as ligações com o país de nascimento eram frágeis, mas existiam devido à permanência de alguns familiares na Argentina. Dentre os nove irmãos de Sucar, apenas uma mantém apenas a nacionalidade argentina, não tendo pedido o processo de naturalização brasileira.

Victor Mirshawka (basquete 1964)

Victor Mirshawka nasceu na Ucrânia, próximo ao município de Dnipropetrovsk, no ano de 1941, durante a Segunda Guerra Mundial. A região onde ele nasceu foi invadida por tropas alemãs que levaram várias famílias para campos de confinamento em Hanover, na Alemanha, onde, apesar do conflito, a família continuou unida. Após o fim da guerra, em 1945, eles precisaram de novos documentos para permanecer por mais algum tempo no país. *“Os russos, como eles tinham uma parte da Alemanha, começaram a exigir que os nativos da*

Rússia, União Soviética, fossem enviados de volta. Isso gerou problemas terríveis, que algumas pessoas se suicidaram. Aí, os aliados passaram assim a emitir documentos. Você era ucraniano? Ah, morava ali perto da Polônia, você é polonês. Daí que veio, não fui eu quem fiz, foram os próprios aliados, quer dizer, as autoridades, que puseram lá ‘você nasceu na Polônia, na cidade de Cherlin’. Então, apareceu lá como polonês, se você olhar a minha cédula de identidade [...] Mas foram as próprias autoridades militares que deram documentos falsos para que os russos, comunistas na época, não exigissem a volta dos ucranianos, dos bielorrussos, dos caras de Geórgia, a própria Chechênia, mas que faziam parte da União Soviética.” (MIRSHAWKA, 2016).

FIGURA 3: A equipe que disputou o Mundial de 1963 de basquete: da esq. para a dir. Victor Mirshawka, Amauri, Sucar, Rosa Branca e Wlamir Marques. Foto: CBB

Três anos após o fim da guerra, em 1948, a família foi inscrita em um programa da ONU que oferecia a oportunidade de mudança de país. “Naquela época, tinha ali cerca de uns três milhões de poloneses, ucranianos, romenos, e os países de um modo geral, principalmente os países jovens, se ofereceram [...] a receber as pessoas. Isto era feito como: o país estabelecia nesse campo de confinamento uma espécie de escritório, entrevistava a pessoa, no caso meu pai, minha mãe, quais eram as habilidades. O meu pai era engenheiro eletricista na Ucrânia, mas virava só eletricista porque não tinha diploma, não tinha nada, tudo tinha sumido. Meu pai, na época, fez entrevista para três países. Ele fez uma entrevista para o Brasil, ele fez uma entrevista para a Austrália e uma para a Venezuela. E a resposta da aceitação, a primeira que veio, foi a do Brasil. Então, nós viemos num navio que foi de

guerra, de tropa, mas que, obviamente, 48-49 já não era mais de guerra, como eu tinha oito anos, no Brasil.” (MIRSHAWKA, 2016).

A família ficou alojada primeiramente na ilha das Flores, cumprindo uma espécie de quarentena e aguardando a permissão para entrada no país. Logo, surgiu a oportunidade: uma vaga de emprego para o pai de Victor em uma fábrica de cimento no município de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro. Tempos depois, o diretor da fábrica resolveu mudar-se para São Paulo e convidou o pai de Victor para acompanhá-lo no novo negócio, que foi instalado no bairro do Ipiranga.

Após o emprego na fábrica de cimentos, o pai de Victor começou a trabalhar em uma tecelagem. Começava ali, de maneira indireta, a relação do filho com o esporte. Isso porque a fábrica doou um terreno para a instalação do Clube Atlético Ipiranga, onde Victor teve o primeiro contato com o basquete. *“Eu lembro muito que eu ia assistir aos jogos. Um sujeito que ajudava muito era um senhor que também tinha uma tecelagem e montou um grande time de basquete feminino. E na época você fazia a marcação com aquele marcador que virava os pontos. Eu virei o marcador oficial, então, até esperavam ‘ele já veio? Quem vai ficar marcando os pontos?’. Então com 12, 13 anos, eu comecei a assistir sistematicamente os jogos de basquete.” (MIRSHAWKA, 2016).*

Victor recorda-se que o foco principal do Ipiranga era a equipe feminina, mas que havia um time adulto masculino, com atletas de destaque, como Fausto. Como era muito jovem para atuar por uma equipe adulta, procurou um local onde pudesse começar a jogar e foi recomendado para o clube Tietê, no qual teve a oportunidade não apenas de começar no esporte, mas de atuar ao lado de Amauri Passos, jogador de destaque naquela época. Tempos depois, o clube Sírio resolveu montar uma equipe masculina de basquete e acabou levando alguns membros do Tietê, incluindo ele. Apesar de se destacar, a oportunidade de defender o Brasil esbarrou na burocracia para conseguir a documentação. *“Como eu vim da Ucrânia com documentos de polonês, naquela época isso era considerado cortina de ferro. E quem vinha da cortina de ferro só podia se naturalizar com 21 anos. Em 1960, eu tinha 19 anos, então eu deixei de ir à Olimpíada de Roma, porque a minha naturalização não saía. Apesar de ter pressionado na época o Jânio Quadros [presidente da República], todo mundo, mas não saía porque tinha essa regra. Aliás, tinham várias regras horrorosas na época.” (MIRSHAWKA, 2016).*

Após conseguir a documentação brasileira, Victor passou a ser convocado para a seleção e conciliava a carreira de professor e o esporte. Fez parte da equipe que disputou o Campeonato Mundial de 1963, no qual o Brasil se sagrou campeão. No mesmo ano,

participou do Mundial Universitário, conquistando outro título. Em 1964, foi chamado para os Jogos de Tóquio, quando a equipe brasileira conquistou a medalha de bronze. Formado em engenharia, nos anos seguintes passou a dar aulas em Bauru, no interior de São Paulo, e continuava jogando basquete. A rotina de viagens desgastou Victor, que em 1967 pediu para não atuar por um tempo pela seleção, mantendo-se na ativa como jogador do Palmeiras. Durante um curto período, atuou pelo Corinthians.

FIGURA 4: Victor durante evento corporativo realizado em São Paulo. Foto: Patrícia Cruz/Sebrae SP

Em 1971, o Campeonato Mundial de basquete foi realizado na Iugoslávia e Victor foi convocado. Ele abdicou do torneio após um apelo familiar. *“Minha mãe chorava o dia inteiro. ‘Eles vão te raptar lá’. Tinha a cortina de ferro, lá na Iugoslávia tinha o Tito, que era uma espécie de um Stalin, e eu acabei não indo [...] o Brasil foi vice-campeão do mundo, e não aconteceu nada. Ninguém mexeu com ninguém. Então, eu perdi duas oportunidades enormes por causa do meu trabalho e por causa de pressões. Mas, em compensação, em dois anos, eu consegui fazer tudo que um atleta conseguia, só não fomos campeões olímpicos porque realmente o time americano era muito bom na época.”* (MIRSHAWKA, 2016).

Além da Iugoslávia, Victor recorda-se de ter deixado de ir a outros países, temendo a situação política. *“Não fui a um monte de lugares. Eu lembro que o pessoal ia pra Cuba, meus amigos iam, falei ‘Não, pra Cuba eu não vou, por causa dessa minha origem’.”* (MIRSHAWKA, 2016).

Paralelo à carreira de atleta, Victor continuou trabalhando como professor universitário, radicando-se na cidade de São Paulo, onde vive até os dias atuais. A relação com o país que o adotou é de amor. *“Graças a Deus, me tornei mais brasileiro, sempre*

falava isso pros próprios brasileiros, porque eu não tenho nenhum sotaque, não tenho cara de estrangeiro, hoje tenho netos e filhos aqui [...] Eu acho que foi uma dádiva né, quer dizer, o Brasil ter aceito o meu pai, o meu pai ter aceito aqui. Eu pude ter vindo pra cá, tive esse probleminha que eu podia ter ido na Olimpíada de Roma, mas eu não pude me naturalizar. Depois, sumiu a cortina de ferro, sumiu um monte de coisa, hoje você naturalizado só não pode ser presidente da República.” (MIRSHAWKA, 2016).

Klaus Hendriksen (vela 1964)

FIGURAS 5 E 6: Klaus Hendriksen, em dois momentos: durante competição representando o Brasil e em entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros, em sua casa, na cidade de São Paulo. Fotos: Reprodução Arquivo Pessoal e William Douglas

Klaus Hendriksen nasceu em Hamburgo, na Alemanha, em 1934. Durante a infância, conviveu com uma guerra na qual seu país natal acabou derrotado. Mesmo com as dificuldades nos primeiros anos de vida, Klaus teve uma relação próxima com a família e herdou, desde muito jovem, a paixão pela navegação. O pai dele era capitão de navios e trabalhava no porto de Kiel, um dos mais importantes do mundo; velejar sempre fez parte da vida do jovem, que sonhava ser capitão. Klaus confessa que durante a juventude não se dedicou tanto aos estudos, priorizando o trabalho na embarcação. Aos 18 anos já participava

de competições de vela e chegou a treinar com atletas que representaram a Alemanha nos Jogos Olímpicos de 1952.

Mesmo sendo filho de capitão, não teve privilégios dentro do navio, e começou a carreira trabalhando no convés. Foi dessa forma que chegou até a América do Sul, na década de 1950. *“Tive a sorte de trabalhar três anos em um navio alemão que fazia Alemanha-América do Sul, esta costa aqui. Brasil, Uruguai e Argentina. E assim, quando eu viajei à América do Sul, eu visitei nesses três países os clubes de iatismo. E todos eles tinham descendentes de alemães, como tem aqui em Santo Amaro, o Yacht Club Santo Amaro, antigamente ele chamava Deutscher Segel-club, porque são descendentes de alemães, e o pessoal me convidou”*. (HENDRIKSEN, 2016). A proposta para a mudança de país veio com uma série de outros atrativos. *“O Brasil com aquelas praias, costas bonitas, as senhoritas, naquela época [eu tinha] 20 anos, olho azul, muitos cabelos, era muito desejado. Na Alemanha, todo mundo tinha medo da Terceira Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética. Na Alemanha, eu sofri muito durante os bombardeios da guerra, falei – ‘vou emigrar para o Brasil’”*. (HENDRIKSEN, 2016).

Além de encontrar os amigos no YCSA, Klaus teve outras formas de apoio de imigrantes alemães que viviam em São Paulo. A mais importante delas foi um emprego, em uma empresa de peças automotivas. A mudança ocorreu no ano de 1955 e, como já era adulto e solteiro, veio sem familiares para o Brasil.

Instalado no bairro de Santo Amaro, em pouco tempo conheceu Joaquim Roderbourg, outro atleta que havia nascido na Alemanha e era radicado em São Paulo. Juntos, eles começaram a competir em provas da classe *Flying Dutchman*, caracterizada por ter barcos rápidos. O fato de Joaquim também ser nascido na Alemanha ajudou em detalhes importantes para a parceria, como o idioma falado a bordo. *“Nos primeiros anos, realmente eu tinha problema em falar o português bem. Assim, no começo, falávamos alemão”*. (HENDRIKSEN, 2016).

Os treinos eram intensos e frequentes, e, com os bons resultados, surgiu um convite para que ele se naturalizasse brasileiro, o que permitiria que participasse de provas pelo país. *“Logo me naturalizei, em 57. E eu era, já na Alemanha, um relativamente famoso jovem velejador de regatas, já fiz muitos troféus lá, e aqui no Brasil o Comitê Olímpico me convidou, falou: ‘Olha, se você continuar com esse sucesso no Brasil, você tem chance de ir para os Jogos Olímpicos, mas tem que fazer as regatas de seleção’”*. (HENDRIKSEN, 2016). O pedido do Comitê Olímpico foi atendido. Anos depois da naturalização, Klaus e Joaquim voltaram à Europa. O objetivo não era morar novamente lá, mas fazer uma preparação para as

competições. A experiência foi fundamental para ajudar a dupla em torneios internacionais, dentre eles os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo, no qual conquistaram a medalha de ouro. Após o título continental, os velejadores precisaram participar de uma seletiva para garantir a vaga nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964.

No retorno ao Brasil, Klaus precisou mudar de classe na vela, uma vez que o parceiro Joaquim Roderbourg havia decidido não participar mais de provas na *Flying Dutchman*. Durante mais quatro anos, seguiu no esporte competitivo e depois passou a velejar apenas por lazer. Este, por sinal, é um entretenimento que Klaus mantém por toda a vida, tendo conhecido mais de 150 países. Em grande parte dessas viagens, o velejador teve a companhia de outra pessoa com raízes alemãs: a esposa Mirtes, filha de imigrantes germânicos, com quem está casado há mais de cinco décadas.

Os dois vivem em uma casa à beira da represa Guarapiranga e, mesmo tendo conhecido um número enorme de países, Klaus garante que jamais pensou em mudar-se do Brasil. Além de conhecer o mundo, o velejador teve a oportunidade de ir a diversas regiões do país, uma vez que o trabalho como vendedor da empresa *Wurth* presumia a visita a diferentes municípios, o que ajudou a aumentar o sentimento de brasilidade. “*Eu sou um brasileiro fanático. O Brasil é o melhor país do mundo, e eu posso comparar o Brasil com 156 países*”. (HENDRIKSEN, 2016).

Burkhard Cordes (vela 1968 e 1972)

Burkhard nasceu na Alemanha, em maio de 1939, mas mudou-se para o Brasil com seis meses de idade, no colo da mãe. O pai, o ex-jogador de polo aquático Otto Cordes (campeão olímpico nos Jogos de 1928 e medalhista de prata em 1932 pela Alemanha), já estava no país, trabalhando para uma companhia alemã no Rio de Janeiro.

Os primeiros anos de Burkhard foram na então capital do país, e ele recorda de algumas dificuldades vividas pela família durante a Segunda Guerra Mundial. “*Não davam emprego para alemão. O meu pai se virava. Como ele tinha habilidade manual, ele fazia uns negócios de Disney, bonequinho. Ele cortava em madeira compensada, minha mãe pintava e ele ia vender de porta em porta.*” (CORDES, 2016).

Após as adversidades iniciais, a origem germânica auxiliou o pai de Burkhard a conseguir outro emprego: o de tradutor de manuais, tarefa que era possível, pois Otto, além de ter o domínio de vários idiomas, era engenheiro eletricista. Terminada a Segunda Guerra Mundial, o pai de Burkhard recebeu um convite para retornar à Alemanha, mas recusou. “A

empresa na Alemanha perguntou se ele queria voltar. Mas aí, o meu irmão é carioca, ele nasceu lá no Rio em 41. E a gente já tava estudando aqui. Aí a gente não tinha interesse, nem conhecia a Alemanha. Voltar pra onde?” (CORDES, 2016)

FIGURA 7: Burkhard Cordes (à esq.) ao lado de Reinaldo Conrad. Foto: Reprodução ESPN.com.br

Anos depois, a família passaria por uma mudança de residência dentro do Brasil. Otto Cordes recebeu um convite para gerenciar uma empresa de vidros em São Miguel Paulista, na zona Leste de São Paulo. Na Capital Paulista, Burkhard continuou os estudos e teve contato com o esporte. Em 1954, quando já era um adolescente, foi até a represa de Guarapiranga, na zona Sul da Capital, acompanhar as regatas comemorativas do quarto centenário de São Paulo. O convite partiu de amigos do pai, alemães, que frequentavam o YCSA. A atração pela vela foi imediata.

Burkhard começou a velejar em barcos da classe *Olímpico*, um tipo de embarcação desenvolvida para os Jogos de 1936, e que eram conduzidos individualmente. Depois, passou a participar de provas de *Snipe*. A vela era uma forma de entretenimento, combinada com os estudos, que não foram interrompidos. Jovem, Burkhard foi campeão brasileiro. O título gerou embaraço, pois ele tinha apenas a nacionalidade alemã. As dificuldades enfrentadas nos torneios de vela e com a burocracia na universidade pesaram na decisão de Burkhard em naturalizar-se. *“Uma vez, ganhamos o Campeonato Brasileiro de Snipe. Mas eu não podia porque eu era alemão. Então chegou uma hora que disse: ‘estão me perseguindo aqui, não posso ir’. Na escola também teve esse [problema]. Uma vez, quando eu estava no quinto ano da Politécnica, a minha turma arrumou uma viagem para ir aos Estados Unidos. Aí eu ajudei, organizei tudo, mas na hora de embarcar o consulado pediu os passaportes e disse ‘Não, esse aí é alemão. Ele não pode ir, essa bolsa que nós estamos dando é só pra estudante brasileiro*

ou naturalizado'. Falei: 'quer saber de um negócio? Agora vai ser naturalizado'. Daí eu me naturalizei. Eu nem me lembro mais, 64, por aí, deve ter sido na época, porque logo em seguida eu fui para o Pan-Americano". (CORDES, 2016)

Resolvida a burocracia, Burkhard pode representar o Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, no Canadá, em 1967, quando conquistou a medalha de prata ao lado de Reinaldo Conrad, pela classe *Flying Dutchman*. A boa campanha animou a dupla, que em seguida ficou em quarto lugar no Campeonato Mundial e venceu as eliminatórias brasileiras, garantindo a classificação para os Jogos Olímpicos de 1968. As regatas foram em Acapulco e a dupla brasileira teve um bom desempenho do início ao fim. Na última prova, era preciso vencer para chegar ao pódio, e os brasileiros conseguiram o primeiro lugar, o que rendeu a medalha de bronze. Foi o primeiro pódio olímpico da história da vela nacional. *"Deram um monte de placa. A gente foi convidado a um monte de lugar. E a vantagem maior que eu vejo é que, até hoje, não sei quantos, 68 para 2018 são cinquenta, quarenta e oito anos depois, ainda estão perguntando como que foi". (CORDES, 2016).*

A relação com o esporte não parou. Burkhard seguiu competindo e participou de outra edição olímpica, em Munique, no ano de 1972. Mais uma vez, teve um bom desempenho, concluindo as regatas na quarta colocação. Três anos depois, em parceria com Reinaldo Conrad, Burkhard Cordes conquistou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 1975, pela classe *Flying Dutchman*. Foi a última participação internacional dele, que deixou de velejar tempos depois.

Durante toda trajetória como velejador, Burkhard conciliou o esporte com a atividade profissional como engenheiro na fábrica de carburadores *Brosol*, onde trabalhou por 29 anos. Pai de três filhos e avô de sete netos, Burkhard vive em São Paulo até os dias atuais.

Chiaki Ishii (judô 1972)

Nascido no Japão, em 1941, Chiaki Ishii começou a lutar judô na infância, na academia do próprio pai, assim como os sete irmãos. A prática de artes marciais já era uma tradição de família, tendo em vista que o avô era professor de jiu-jítsu. Chiaki participou de várias competições no Japão, inclusive do pré-olímpico para os Jogos de Tóquio, em 1964, quando a modalidade foi incluída pela primeira vez na programação olímpica.

FIGURA 8: Chiaki Ishii em primeiro lugar no pódio em competição de veteranos, em 2016. Foto: IJF

Derrotado na terceira luta, ele tomou uma decisão importante. *“Eu vim pra cá [Brasil] como imigrante, começar de tudo de novo. Aqui tem bastante colônia japonesa. Então, eu cheguei aqui em 64, no ano da Olimpíada de Tóquio. Formei na Universidade de Waseda e vim pra cá.”* (ISHII, 2003) Inicialmente, os planos de Chiaki não estavam mais ligados ao esporte. O judoca mudou-se para Presidente Prudente, no interior paulista, onde foi estudar na Escola Agrícola. O contato com a comunidade japonesa que existia no local permitiu que Chiaki reencontrasse o judô.

Logo vieram as primeiras competições e Chiaki teve destaque. No ano de 1968, já morando na capital paulista, ele montou uma academia e passou a conciliar a rotina de atleta com aulas que ministrava para jovens e crianças. O desempenho do judoca nas competições chamou a atenção de Augusto Cordeiro, presidente da Confederação Brasileira de Judô, uma entidade nova (fundada em 1969) que buscava formas de ampliar a visibilidade da modalidade no país. Concluído o processo de naturalização, Chiaki participou de competições internacionais nas categorias meio-pesado e absoluto. Em 1971, conquistou a medalha de bronze no Mundial na Alemanha; no ano seguinte repetiu a colocação nos Jogos Olímpicos de Munique, levando o judô brasileiro pela primeira vez a um pódio olímpico. Como atleta, Chiaki participou de competições até o ano de 1975. Depois disso, dedicou-se à função de treinador, tanto em sua academia quanto na seleção brasileira. Além do judô, Chiaki trabalha como agricultor em Ibiúna, cidade no interior paulista.

Andreas Wengert (vela 1976)

Figura 9: Andreas Wengert, durante entrevista ao projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros. Foto: Reprodução

Andreas nasceu na Alemanha, em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando criança, a família mudou-se para o Brasil, radicando-se em Porto Alegre-RS, onde estudou e começou a velejar, por volta de 1960. Era companheiro dos irmãos Vicente e Gastão Brun, na classe *Soling* e conciliava a prática da vela com os estudos e o trabalho, uma vez que quando competiu o esporte era amador. Na década de 1970, mudou-se para o Rio de Janeiro e continuou participando de disputas nacionais. No ano de 1975, foi pai pela primeira vez. A dedicação ao esporte era tamanha que 15 dias depois do nascimento do filho estava participando de um torneio. Representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976, e depois deixou de participar de competições. Manteve as relações com o esporte: atua como contra comodoro no Iate Clube do Rio de Janeiro. O site da Federação de Vela do Rio de Janeiro trazia o nome de Andreas como um dos árbitros habilitados pela entidade, fazendo parte do quadro no ano de 2018.

Suíço (vôlei 1976)

Jean Luc Rosat nasceu em Montevideú, no Uruguai, mas recebeu o apelido de Suíço por conta do país de origem da mãe. O pai dele era funcionário público e trabalhou no Uruguai por três anos, justamente no período em que Suíço nasceu. Era criança quando a família retornou ao Brasil, para morar no Rio de Janeiro, onde ele conheceu o vôlei aos 15

anos de idade na Associação Atlética Banco do Brasil. O bom desempenho o levou ao Botafogo e, logo, à seleção brasileira.

FIGURA 10: Equipe do Botafogo no Estadual de 1978. Da esq. para a dir., Suíço é o primeiro jogador de pé. Foto: Reprodução Manchete Esportiva

Em 1972, esteve próximo da convocação para os Jogos Olímpicos de Munique, mas acabou cortado. Depois disso voltou à seleção e participou de campeonatos mundiais e dos Jogos Pan-Americanos. Ao todo vestiu a camisa da seleção brasileira por 11 anos e esteve nos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976, e de Moscou, em 1980. Após a segunda Olimpíada, decidiu atuar apenas por clubes. *“Eu achei que pra mim seria um sacrifício muito grande, enfrentar um ciclo olímpico. Principalmente tendo filho, casa, sabendo que aquilo ali não era meu ganha pão. Era um motivo de orgulho muito grande defender o Brasil, mas não era um negócio que podia me sustentar.”* (ROSAT, 2013).

Suíço sempre conciliou a prática do esporte com o trabalho e os estudos, tendo se formado em economia na faculdade Bennett, no Rio de Janeiro. Após o encerramento da carreira como atleta, continuou morando na Capital Fluminense.

Lars Björkström (vela 1980)

Até 2016, a vela é a modalidade que mais resultou em medalhas de ouro para o Brasil em Jogos Olímpicos, com sete láureas. A primeira delas foi conquistada pelo paulistano Alex Welter em parceria com Lars Björkström, que nasceu em Gotemburgo, na Suécia, em 1943. Criado em um país com centenas de lagos, Lars começou a velejar por volta dos 12 anos de idade, incentivado pelo tio. A paixão pelo esporte cresceu e ficou maior com a descoberta dos

veleiros de dois cascos, nos quais ele se sentia mais a vontade. A prática esportiva sempre foi feita em conjunto com os estudos e Lars formou-se em engenharia civil. Após o fim do curso, o recém-formado engenheiro recebeu de um amigo convite que mudaria a sua vida: cruzar a América de moto. A viagem começou em 1971, na Califórnia. No ano seguinte, Lars já havia passado por quase todo o continente e estava em São Paulo, onde fez uma pausa para trabalhar. Naquele momento, um personagem que havia sido importante na apresentação do esporte para Lars voltou a aparecer: o tio, que o ensinou a velejar, comprou um veleiro da classe *Tornado* e trouxe para o Brasil, onde o sobrinho estava provisoriamente.

FIGURA 11: Alex Welter (à frente) e Lars Björkstom durante prova de vela. Foto: Arquivo pessoal de Alex Welter

Mesmo com o barco, Lars percebeu que a realidade para a prática da vela no Brasil tinha muitas diferenças com a do país natal. A começar pela necessidade de se associar a algum clube. “*Não era sócio de nada. Aqui é tudo meio complicado, tem que ser sócio de um clube. Lá na Suécia, você joga as coisas nas praias.*” (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003). O estranhamento inicial foi superado com a chegada à represa Guarapiranga, na zona Sul de São Paulo, onde Lars conheceu Alex Welter.

Empolgado ao ver o barco *Tornado* vindo da Europa, Alex queria participar de um Campeonato Brasileiro, mas Lars achou que aquele não era o momento ideal, pois estava sem treinar havia muito tempo e o veleiro não reunia as condições ideais. Lars voltou por três anos para a Europa, comprou as peças que julgava necessárias para o barco brasileiro e, então, retornou para a América do Sul, onde ao lado de Alex participou do Campeonato Brasileiro.

Os dois primeiros colocados da competição seriam levados pelo COB para o Campeonato Mundial, em Sydney, na Austrália. Com o veleiro reformado, eles conseguiram o segundo lugar.

A ascendência alemã de Alex e o clima de amizade entre os dois velejadores os ajudaram a tomar uma decisão importante: ambos se mudaram para a Europa, onde passaram a treinar e competir. A proximidade com a família de Lars ajudou na questão logística. *“Tinha casa, comida. Minha irmã teve que fazer uma mudança para ficar mais barato, comprou um micro-ônibus velho. A gente fez um camping naquilo lá, botou o barco em cima e viajou para a Alemanha, para a Finlândia! Ih! dormia dentro”* (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003). A participação nas competições foi feita em um veleiro usado, comprado por Lars de uma dupla sueca que havia participado de eliminatórias para Olimpíadas anteriores. Mesmo treinando na Europa, Lars providenciou a documentação em busca da naturalização brasileira, que ficou pronta em 1979. No ano seguinte, a dupla teve um ótimo desempenho no Campeonato Europeu, o que os garantiu nos Jogos Olímpicos de 1980.

Após um período no Brasil, Lars voltou para a Europa, visando aos últimos preparativos antes dos Jogos. Um torneio, em especial, marcou a dupla brasileira: uma regata em Kiel, na Alemanha, na qual eles ficaram com a quarta colocação. Nessa competição, eles pouparam uma das velas, que consideravam melhor e deveria ser usada na prova olímpica.

A competição envolvia sete regatas e a dupla brasileira conquistou a medalha de ouro antecipadamente, na sexta. Após o fim do evento, Alex voltou para o Brasil e Lars decidiu ir antes à Suécia, onde encontrou uma manchete de jornal da qual não esquece. *“Saiu assim, ‘sueco ganhou uma medalha, subiu bandeira do Brasil’, deste tamanho no jornal [mostrando com as mãos que foi uma grande manchete]”* (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003). Na imprensa brasileira, outro fato despertou a atenção de Lars: a foto usada para ilustrar as matérias sobre a dupla era de Alex treinando na Suécia, em uma paisagem tipicamente europeia.

Dias depois, quando retornou ao Brasil, Lars teve de encarar uma multidão de jornalistas no saguão do Aeroporto de Congonhas. A curiosidade não era apenas sobre o feito esportivo, mas com relação à naturalização do velejador. *“Eu subi no palanque com Montoro [governador do Estado de São Paulo à época], foi um monte de coisa lá, desse negócio. Porque tinha uma grande discussão sobre esse novo Estatuto de Estrangeiro, que era bastante mais hostil à imigração, né! Do que era antes! Então, eu virei bastante alvo dessas coisas, tal! Tinha um... um deputado que era muito contra esse negócio, e que queria usar o meu caso pra mostrar que imigração é coisa boa”* (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003).

A volta ao Brasil foi marcada por um novo momento íntimo para Lars, com a constituição da família e a chegada do filho. Ele manteve a parceria com Alex e chegou a participar do pré-olímpico para os Jogos de Los Angeles, em 1984. A vaga não veio e, mesmo sem participar de outras competições esportivas pelo Brasil, Lars manteve residência no país, trabalhando com engenharia de precisão.

Peter Erzberger (vela 1980)

FIGURA 12: Peter Erzberger, na Suíça. Foto: Arquivo pessoal

Nascido em 1941, na Suíça, Peter Erzberger iniciou os seus contatos com o Brasil por meio da prática da vela, na década de 1960, quando importava mastros feitos pelo brasileiro Joerg Bruder para serem usados em seus barcos. Além de Bruder, Peter ficou próximo de Mário Innecco, outro velejador brasileiro que treinou durante alguns anos na Europa. O bom relacionamento com os brasileiros rendeu a Peter, no ano de 1972, um convite para participar da regata Rio-Santos.

Meses depois, a amizade resultou em outro convite, mas este para algo que mudaria sua trajetória esportiva. *“Eu decidi de fazer uma visita, mais uma vez, fim de fevereiro, na época do Carnaval, eu fiz uma regata com Joerg Bruder. Naquela época, ele já começou a velejar de Star. Assim, nós decidimos, a minha família, minha mulher e os dois filhos, decidimos mudar para o Brasil. Mudamos em 74 ou 73”* (ERZBERGER, 2016). A parceria foi encerrada de maneira trágica, com a morte de Bruder em um acidente aéreo no ano de 1974.

Naquele momento, Peter conciliava o esporte com a atividade de diretor de uma agência de publicidade. Radicado em São Paulo, com residência próxima à represa Guarapiranga, decidiu ficar no Brasil e encontrou um novo parceiro: Eduardo Souza Ramos. Mesmo sem ter o processo de naturalização concluído, Peter participou de seletivas para os Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976. *“Em 78, eu virei brasileiro. Fui convidado de ser brasileiro, aceitei, junto com Lars Björkström. [...] O Lars e eu ficamos, os dois brasileiros de fora, na equipe que foi para as Olimpíadas de 80, em Tallín [local das regatas de vela]”*. (ERZBERGER, 2016).

Após os Jogos, Peter continuou ligado ao esporte, mas não na função de atleta. Ele assumiu a chefia da equipe que foi para os Jogos Pan-Americanos de Caracas, em 1983. *“Foi a grande experiência porque foi a equipe que fez mais sucesso. De oito possíveis medalhas, ganhamos quatro de ouro, uma de prata e uma de bronze.”* (ERZBERGER, 2016). Apesar disso, Peter não se manteve no cargo para os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, devido a um contratempo particular. O filho dele, Marc Erzberger, era o campeão brasileiro de *windsurf* e tentou a naturalização para representar o Brasil nos Jogos. Apesar de viver no país desde a infância, Marc não conseguiu os documentos e acabou convocado pela Suíça. *“Nós achamos que seria mais fácil que ele recebesse passaporte brasileiro, mas não recebeu. Estava até visitando o ministro Abi-Ackel, que era ministro da Justiça naquela época, mas com ele não havia nada a fazer. Ele falou que o Marc deveria ficar suíço. Era diferente quando eu fui receber o passaporte. Foi ministro da Marinha, Maximiano Fonseca, que iniciou os contatos para eu ser brasileiro.”* (ERZBERGER, 2016). Com o filho representando outro país, ele decidiu que não deveria comandar a delegação brasileira.

No ano de 1987, Peter recebeu um novo convite profissional, mudando-se para a Inglaterra. Anos depois, voltou para a Suíça, onde vive até os dias atuais e é comodoro do Gstaad Yacht Club.

Denis Antônio Marinho (remo 1984 e 1988)

Denis Antônio Marinho nasceu em Paris, na França, em 1963. O pai dele era brasileiro e trabalhava como músico; excursionava pela França no início dos anos 1960 quando conheceu a mãe de Denis, que atuava como bailarina. Denis viveu até os sete anos de idade no país natal, quando o pai decidiu regressar ao Brasil, para morar no Rio de Janeiro. Assim como os amigos cariocas, ele recorda-se que estudava e gostava de aproveitar a cidade, mas que sempre era questionado sobre a prática de esportes, por conta do porte físico privilegiado.

No final dos anos 1970, conheceu a equipe de remo do Flamengo e se encantou pelo esporte. Denis participou dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1984 e de Seul, 1988.

FIGURA 13: Denis (à esq.) abraçado ao timoneiro Gauchinho, na abertura dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Foto: Arquivo Pessoal Denis Antônio Marinho

Segundo o remador, apesar das questões burocráticas, ele nunca enfrentou resistência dentro da Confederação Brasileira de Remo por ter nascido em outro país. *“Foi, tranquilíssimo. A confederação em momento algum torceu o nariz, muito pelo contrário. Na época, eu era um dos caras que resolvia as provas. Então ela [confederação] estava pouco se lixando se eu sou marciano, se eu sou... se eu puder remar pelo Brasil tava show de bola.”*, (MARINHO, 2016).

Denis é irmão de Dirceu Antônio Marinho, que nasceu no Brasil e começou a remar aos 17 anos, também no Flamengo e esteve nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, como representante do Brasil. Após parar de remar, Dirceu começou a trabalhar na área de petróleo e gás e recebeu um convite para trabalhar em uma empresa multinacional, transferindo-se para a França. Questionado se gostaria de voltar a viver no país natal, Denis titubeia. *“Se, de repente, eu tropeçasse numa situação como esta, provavelmente, eu não sei se eu moraria o resto da minha vida na França. Porque eu, hoje em dia, apesar de eu ter a nacionalidade francesa, eu tenho um enorme carinho pela França, etc. e tal, eu não me acho francês. Eu*

estou aqui desde os meus sete anos. Então, seria hipocrisia da minha parte dizer ‘ah, eu sou francês’. Não. Eu sou brasileiro.” (MARINHO, 2016)

Além dos Jogos Olímpicos, no período em que foi atleta, Denis representou o Brasil em outras competições importantes. Ele conquistou duas medalhas de prata em Jogos Pan-Americanos, sendo um em Caracas, 1983, e outra em Indianápolis, no ano de 1987. Hoje, mesmo sem remar, Denis mora no Rio de Janeiro e frequenta o Clube do Flamengo, que por tantos anos foi sua segunda casa.

Rodrigo Pessoa (hipismo 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012)

Rodrigo Pessoa nasceu em Paris, em novembro de 1972. Devido à carreira do pai, Nelson Pessoa, que foi atleta olímpico do hipismo brasileiro e técnico da modalidade, a família havia se mudado para a Europa na década de 1960. O contato de Rodrigo com as provas de saltos começou nos primeiros anos de vida e durante a adolescência ele já participava de provas internacionais.

FIGURA 14: Rodrigo Pessoa durante prova em 2008. Foto: Washington Alves/COB

Nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, Rodrigo foi um dos integrantes da equipe brasileira, tendo competido ao lado do pai. Após os Jogos, participou de outras competições internacionais e conquistou bons resultados, chegando à edição olímpica de Atlanta, 1996, com o *status* de um dos melhores cavaleiros do mundo. Apesar de não ser apontada como favorita, a equipe brasileira conquistou a medalha de bronze. Quatro anos

depois, Rodrigo chegou aos Jogos Olímpicos de Sydney como principal cavaleiro do mundo. Ao lado dos demais brasileiros, conquistou a medalha de bronze por equipes e chegou à final individual como primeiro colocado, montando Baloubet du Rouet. Na final, o cavalo refugou três vezes, tirando do brasileiro as chances de pódio. *“Para mim, foi um período muito difícil, mas porque no final a gente trabalha, a gente faz tudo para... o título supremo para a gente é a Olimpíada. Eu já tinha ganhado o Mundial, já tinha ganhado a Copa do Mundo, já tinha ganhado o Pan-Americano, já tinha feito o que eu tinha que fazer e era o que me faltava.”* (PESSOA, 2011)

O choque da derrota foi grande, mas o caminho tomado pelo cavaleiro para superar foi voltar logo às competições. Durante o ciclo olímpico rumo a Atenas, Rodrigo foi o primeiro colocado do ranking mundial por um ano e o segundo colocado nos outros três. Após duas medalhas de bronze por equipes, ele sabia que o time montado para Atenas 2004 não era tão forte quanto os anteriores, e decidiu focar na prova individual. Rodrigo conquistou a medalha de prata, mas um ano depois o vencedor da prova, o irlandês Cian O'Connor, foi desclassificado por doping do cavalo Waterford Crystal. *“Eu tinha conquistado a medalha de prata, estava muito feliz com ela e aí [o ouro] veio de lucro. Não veio do jeito que a gente gostaria, mas estatisticamente ela está aí. E daqui a alguns anos, ninguém vai mais lembrar que isso aconteceu e está no livro, e então é isso aí. Mas o desejo de poder corrigir isso e poder ganhar uma medalha lá mesmo de ouro ainda, ela ainda existe, para te dizer a verdade. Isso ainda existe. O sonho não foi realizado completamente. Ganhei uma medalha de ouro, mas em um modo que não era o certo.”* (PESSOA, 2011).

A busca pela medalha teve outras duas participações olímpicas: em Pequim 2008 e Londres 2012, mas Rodrigo não voltou ao pódio. Na última participação, o cavaleiro foi escolhido como o porta-bandeira do Brasil no desfile de abertura. Com seis edições olímpicas no currículo, Rodrigo Pessoa divide com o mesatenista Hugo Hoyama, com a futebolista Formiga e com os velejadores Torben Grael e Robert Scheidt o recorde de atletas brasileiros com o maior número de participações olímpicas. Ele chegou a ser convocado para os Jogos Rio-2016 como reserva, mas abdicou da vaga. Na ativa como cavaleiro, segue com chances de representar o Brasil em outras edições olímpicas.

Sebastián Cuatrin (canoagem 1992, 1996, 2000 e 2004)

Nascido em 1973, na Argentina, Sebastián Ariel Cuatrin mudou-se aos seis anos de idade para a cidade de Governador Valadares, no interior de Minas Gerais. Na época, a

Argentina passava por uma crise financeira e o pai dele, engenheiro, recebeu um convite para trabalhar como professor no Brasil. O esporte entrou na vida de Sebastián aos 13 anos de idade, quando ele começou a praticar a canoagem no rio Doce. *“Quando eu comecei, a gente se jogava dentro do rio com um monte de amigos e se divertia. Ninguém pensava muito. Eu mesmo nunca pensei: ‘ah, vou a Jogos Olímpicos, vou a Jogos Pan-Americanos’.* Não. *Eu fazia porque gostava, eu gostava de remar. Era muito mais o desafio do homem contra a natureza, do que o desafio do homem contra o relógio e contra outros homens, é claro.”* (CUATTRIN, 2016)

FIGURA 15: Sebastián Cuatrin, nos tempos em que competia. Foto: Arquivo Pessoal

Os pequenos desafios se tornaram competições. Aos 14 anos de idade, Sebastián deixou os pais no interior de Minas Gerais e mudou-se para São Paulo, onde passou a morar e treinar com Carlos Bezerra na raia Olímpica da Universidade de São Paulo. Os resultados não demoraram a aparecer em nível nacional, abrindo caminho para as competições no exterior. Com toda a base esportiva feita no Brasil, o canoísta não teve dúvidas sobre a escolha que deveria fazer. *“Eles falaram, me deram as regras: ‘você só pode competir se você for naturalizado’.* Eu queria competir, então, me naturalizei e aí acabei deixando a nacionalidade argentina de lado. *Tem muita gente que tem dupla nacionalidade, eu não fiz questão. Naturalizei brasileiro, agora eu sou brasileiro”.* (CUATTRIN, 2016)

A primeira grande competição internacional do canoísta pelo Brasil foram os Jogos Pan-Americanos de Havana, em 1991. No ano seguinte, Sebastián foi um dos representantes

brasileiros nos Jogos Olímpicos de Barcelona. O retorno foi marcado por outra decisão importante: treinar na Europa. A recomendação veio do técnico, Carlos Bezerra, que havia acompanhado o desenvolvimento do canoísta. *“Ele chegou e disse: ‘olha, o esporte da canoagem é muito novo no Brasil, o centro do esporte é a Europa. E o que eu conheço para eu poder chegar aonde você quer chegar, que é continuar crescendo, ganhar medalhas, você tem que ir embora do Brasil e procurar um treinador europeu, para te ajudar a crescer e chegar perto desse teu sonho’*”. (CUATTRIN, 2016). Impulsionado pelo conselho, Sebastián tomou a decisão de mudar-se para a Polônia, onde treinou e morou com Zdzislaw Szubski, técnico que havia comandado a seleção portuguesa no final dos anos 1980.

Apesar de treinar na Europa, Sebastián continuou participando de competições na América do Sul e representando o Brasil em eventos internacionais. A evolução de Cuattrin chamou a atenção da Confederação Brasileira de Canoagem que decidiu trazer o técnico polonês para comandar a seleção brasileira em 1994. Com ele no comando, Sebastián esteve nos Jogos Pan-Americanos de Mar Del Plata, em 1995, conquistando duas medalhas de bronze, e depois foi aos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996. A condição de atleta fez de Sebastián um nômade, mesmo no retorno ao Brasil. Além da Capital Paulista, o canoísta morou em Piraju, no interior do estado; em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo; Londrina (Paraná) e no Rio de Janeiro. As mudanças de cidade ocorriam de acordo com os locais dos centros de treinamento da seleção brasileira. Nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1999, Sebastián, enfim, chegou ao pódio, conquistando duas medalhas de prata (k-1 1000 metros e k-2 1000 metros) e duas medalhas de bronze (k-200 500 metros e k-4 1000 metros). Os bons resultados o tornaram o principal nome do país na modalidade no país para os Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. Ao lado de Carlos Augusto Pimenta de Campos, ele atingiu as semifinais na disputa de mil metros da classe k-2.

Experiente, Sebastián foi aos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, em 2003, onde conquistou três medalhas de prata. O canoísta garantiu a participação nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, chegando a sua quarta participação olímpica. Após essa edição, houve uma troca no comando técnico da seleção, com a chegada do técnico húngaro Akos Angyal, que manteve Cuattrin na equipe. O ciclo seguinte foi marcado pela medalha que Sebastián considera a mais importante da carreira: o ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007. *“Encerrei minha carreira ganhando uma medalha inédita pra mim, depois de tantos Pan-Americanos, que eu batia na prata, prata, prata, bronze, prata, prata... Aí ganhei uma medalha de ouro em casa, foi fantástico. Foi melhor coisa que poderia ter*

acontecido na minha carreira. Ganhar ouro em casa. E aí, eu deixei de ser atleta”. (CUATTRIN, 2016).

O fim da trajetória como competidor não significou um distanciamento do esporte. Formado em educação física, Sebastián trabalhou como técnico e em funções administrativas na Confederação Brasileira de Canoagem. Quando o Brasil foi escolhido como sede para os Jogos Olímpicos de 2016, o canoísta assumiu um novo desafio: gerenciar as instalações esportivas que sediaram as provas de canoagem de velocidade e slalom.

Com quatro participações olímpicas, Sebastián reconhece que o esporte teve um papel importante no momento em que ele decidiu se naturalizar. *“Fiz ela [naturalização] por causa do esporte, porque eu não podia competir em 91. Eu não podia competir os Jogos Pan-Americanos, sendo atleta nascido não natural, não naturalizado brasileiro. Então, meus pais fizeram super esforço na embaixada, consulado tudo. Todo mundo foi super solícito e consegui me naturalizar a tempo para que eu pudesse participar dos Jogos”.* (CUATTRIN, 2016).

Segundo irmão de uma família de cinco, Sebastián é o mais “brasileiro” dentro de casa, pois optou apenas pela nova nacionalidade. Três dos irmãos possuem dupla nacionalidade. E, curiosamente, o caçula, nascido no Brasil, é o único dos irmãos que reside na Argentina.

Vitor Manuel Nogueira Santos (hóquei 1992)

Nascido em Portugal, no ano de 1958, Vitor migrou com a família na infância para Moçambique, à época uma colônia portuguesa. Mesmo em território africano, os costumes eram portugueses e Vitor foi apresentado ao hóquei sobre patins ainda criança, por volta dos sete anos de idade. Em 1975, no ano em que Moçambique conquistou a independência de Portugal, a família mudou-se para São Paulo, mas de certa maneira um laço lusitano foi mantido: ele passou a frequentar a Associação Portuguesa de Desportos, que mantinha uma equipe de hóquei sobre patins. Foram quatro anos na Lusa, até que Vitor recebeu um convite para criar um time na cidade de Sertãozinho, no interior paulista. Logo a agremiação conquistou o campeonato estadual, dando um impulso para a modalidade na cidade. As boas atuações de Vitor chamaram a atenção da seleção brasileira e não demorou para que ele tomasse uma decisão importante. *“Em 82, eu naturalizei brasileiro, para poder justamente jogar na seleção brasileira.”* (SANTOS, 2013). Na época, o hóquei sobre patins não era uma

modalidade olímpica, mas havia outras competições importantes, como o Campeonato Mundial.

FIGURA 16: Vitor Santos, durante a passagem da tocha olímpica. Foto: Sertãozinho Hóquei

Entre os anos de 1987 e 1989, Vitor jogou por clubes italianos, mas manteve a ligação com o Brasil neste período, defendendo a seleção brasileira. A decisão de voltar ao país foi motivada por questões familiares. *“Quando a minha esposa ficou grávida do meu segundo filho, eu resolvi voltar. Não fui expulso de lá, resolvi voltar por causa da gravidez dela. Porque a mulher fica mais sensível, quer mais a mãe nesse momento. Eu ficava com dó de ver ela marcando X no calendário para ver os dias que faltavam para vir de férias, e acabei resolvendo, e já estava com 30 anos, 31 anos. Falei não, chega da gente se privar de certas coisas que a gente gosta”.* (SANTOS, 2013)

Com o hóquei sobre patins incluído nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, Vitor teve a oportunidade de atuar pelo Brasil, e em dose dupla. *“Eu acabei sendo jogador também e treinador da seleção. Ficamos em quinto lugar”* (SANTOS, 2013). Vitor diz que chegou a pensar em levar outro atleta e ser apenas o treinador da seleção, mas fatores extra quadra pesaram na decisão. *“Em 92, eu pensei até em me cortar, e levar um outro atacante, mas aí por questões econômicas, o próprio dirigente falou que precisava de mim como jogador e treinador, que aí economizava uma passagem, então infelizmente a gente tem disso [...] a partir de 91, eu comecei a ficar mais no banco, mas não por falta de técnica, falta de recurso, mas porque eu via que tinha a molecada com 20 anos, 21 anos, que tinha um*

potencial enorme. Eu ia lançando-os, então, jamais queimei jogador, soube sempre tentar colocar na época certa, no momento certo” (SANTOS, 2013) .

Além da seleção, Vitor teve a rotina dupla de técnico e jogador na equipe de Sertãozinho até o ano de 1994. Após uma breve passagem por clubes do Rio de Janeiro, voltou ao interior paulista e assumiu a presidência da equipe sertanezina. Além das funções administrativas, ele se mantém ligado ao esporte como professor em escolinhas de hóquei sobre patins existentes na cidade.

Fernando Meligeni (tênis 1996)

Fernando Meligeni nasceu na Argentina em 1975 e mudou-se para São Paulo aos quatro anos de idade, devido ao trabalho do pai, fotógrafo. Aos oito anos, começou a praticar tênis, sob orientação do professor José Flávio Nunes. Aos 15 anos, por sugestão dos pais, voltou à Argentina, que era o principal polo do tênis na América do Sul, para poder treinar. O acordo fechado previa que ele ficasse um ano no país de nascimento, mas que poderia estender a estadia caso se mantivesse entre os três melhores tenistas argentinos na faixa de idade dele. Nos primeiros meses, o tenista morou com outro atleta, depois acabou mudando-se para a casa da avó. Ao final da temporada, conseguiu atingir a meta estipulada pelo pai e era o segundo melhor tenista do país. Nos anos seguintes, se manteve em alta, o que o possibilitou continuar treinando no país natal e participando de competições internacionais.

FIGURA 17: Fernando Meligeni abraça a sobrinha, Carolina, durante os Jogos Pan-Americanos de Lima 2019. Foto: Pedro Ramos/rededoesporte.gov.br

Aos 18 anos de idade, Meligeni se tornou o número 1 do mundo entre os juvenis e venceu o *Orange Bowl*, um dos principais torneios do mundo. A ascensão coincidiu com o retorno do tênis aos Jogos Olímpicos. Às vésperas da edição de Atlanta, em 1996, estava na briga para conseguir uma vaga, o que era feito com base no ranking mundial. Além dos adversários, foi preciso superar entraves políticos. *“O COB não aceitava convites para o tênis. Na primeira lista do tênis, eu fiquei fora por um. [...] Então, eu sabia que eu entrava. Só que aí, existia um lado político, um lado que o COB no momento não quis [...] acabei conseguindo entrar depois de um tempo, depois que as pessoas entenderam que o tênis é diferente. Não era um convite, ninguém tava me dando de presente aquela entrada”*. (MELIGENI, 2011).

Além da classificação técnica, Meligeni usou o argumento do esforço feito para superar a burocracia como uma das ferramentas para pressionar o COB. *“Você sonha a vida inteira por uma Olimpíada. Mas eu, que era naturalizado brasileiro, né, você fala: ‘Pô, eu tô me naturalizando brasileiro, porque eu quero representar meu país, e meu país não quer me aceitar!’”*. (MELIGENI, 2011)

Após conseguir a vaga, participou dos Jogos Olímpicos como um “franco-atirador”, não sendo cotado entre os principais favoritos. Com um bom desempenho, chegou até as semifinais, quando foi derrotado pelo espanhol Sergi Bruguera. Restava, então, o jogo pela medalha de bronze, no qual ele foi derrotado para o indiano Leander Paes.

Apesar de ter vencido outros torneios importantes e não ter chegado ao pódio olímpico, Meligeni indica as participações nos Jogos de Atlanta e em edições dos Jogos Pan-Americanos como pontos marcantes de sua trajetória esportiva. *“Eu sou o Fernando Meligeni, muito por causa da Olimpíada, não tenho dúvida disso. Porque o povo, o público, o tenista, o cara que não gosta de tênis, mas, que... que gosta de esporte no Brasil, me conheceu graças à Olimpíada. Isso eu não tenho dúvida nenhuma. Eu poderia ter conquistado três ATP Tour, como eu conquistei, ou cinco ATP Tour, mas, no meu caso, eu ando na rua e só falam de duas coisas: falam do Pan-Americano e da Olimpíada.”* (MELIGENI, 2011)

Meligeni encerrou a carreira como atleta nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, em 2003, como campeão. Após o torneio, manteve-se ligado ao esporte, como comentarista esportivo e desempenhou a função de capitão da seleção brasileira entre os anos de 2005 e 2006.

Katia Andréia Caldeira Lopes (vôlei 2000)

Filha do ex-jogador de futebol Caldeira, Katia nasceu em Barranquilla, na Colômbia, em 1973, quando o pai defendia a equipe do Júnior. Durante a infância, além do país natal, ela morou em diversas regiões do Brasil, uma vez que a família sempre acompanhou o pai, que passou pela Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Quando tinha oito anos de idade, a mãe decidiu que elas deveriam ficar em São Paulo. Na Capital Paulista, Katia começou a frequentar o clube do Banespa, onde se destacou rapidamente na função de levantadora. Com o bom desempenho, ela despertou a atenção de outros clubes e representou Pinheiros, Paulistano e Pão de Açúcar. A trajetória incluiu, desde muito cedo, a passagem por seleções brasileiras de base. Aos 21 anos, ela foi convocada pela primeira vez para compor a seleção adulta. Em 2000, casou-se com Joel, que era jogador de vôlei e acumulava passagens pela seleção. No mesmo ano, foi convocada para os Jogos Olímpicos de Sydney.

FIGURA 18: Em uma das últimas temporadas como atleta, Katia jogou pela equipe de São Bernardo. Foto: Divulgação SM Press

Após os Jogos Olímpicos, atuou mais um tempo por clubes brasileiros e se transferiu para o voleibol italiano. Morou no Japão, mas em um período em que ficou sem jogar, apenas acompanhando o marido, que seguia nas quadras. Em 2008, recebeu um convite para voltar ao Brasil como atleta na equipe de São Bernardo. Aproveitou o retorno para conciliar a carreira de atleta com os estudos em arquitetura. Antes dos Jogos Olímpicos de 2016, Katia

recebeu um convite para defender a seleção colombiana, caso a mesma chegasse à competição. A equipe, porém, não conseguiu a classificação para o torneio.

Flávio Canto (judô 1996 e 2004)

Flávio Canto nasceu em Oxford, na Inglaterra, em 1975, quando seu pai era estudante de doutorado em Física Nuclear. Aos dois anos de idade, voltou ao Brasil, para morar no Rio de Janeiro. Anos depois, a família mudou-se novamente de país, indo para os Estados Unidos, na cidade de Albany (Califórnia) onde o pai fez o pós-doutorado. Flávio recorda-se de chegar aos Estados Unidos logo após os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, e que o local preservava o clima olímpico. *“Cheguei em outubro ou setembro e a Olimpíada tinha acabado um ou dois meses antes. Então, todo lugar tinha o tio Sam, a mascote da Olimpíada. E, no Brasil, eu me lembro de ter visto pela primeira vez, a lembrança, eu já acompanhava o vôlei com meu pai, a gente ia às vezes no Maracanãzinho, de ver a equipe do vôlei ser vice-campeã, de ver o Joaquim Cruz correndo com a bandeira, parecia um super herói em volta da quadra, Ricardo Prado ser medalha de prata, então foi uma Olimpíada que eu acompanhei bastante.”* (CANTO, 2009).

FIGURA 19: Flávio Canto desfila com a atleta paralímpica Silvânia Rodrigues, no lançamento dos uniformes paralímpicos para a Rio 2016. Ele é um dos embaixadores do Comitê Paralímpico Brasileiro. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

A iniciação no judô só foi feita quando a família retornou ao Rio de Janeiro. Flávio tinha 14 anos e conheceu o técnico Geraldo Bernardes, o mesmo que havia trabalhado com

Aurélio Miguel nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Como começou mais velho, Flávio recorda-se de ter encontrado dificuldades nos primeiros torneios diante de atletas que lutavam desde a infância. No ano de 1994, Flávio participou de um campeonato mundial universitário no qual teve a companhia de Rogério Sampaio, que dois anos antes havia conquistado a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Barcelona. No retorno da viagem, enfim, foi graduado como faixa preta. Dois anos depois, após vencer a seletiva nacional, Flávio conseguiu a classificação para os Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996. Após a competição, manteve-se na seleção brasileira e participou de várias competições internacionais, mas acabou sendo derrotado na seletiva para os Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, para onde foi como reserva.

Após voltar da Austrália, decidiu conciliar a carreira de atleta com outras atividades. Daí surgiu o projeto Reação, no qual começou a dar aulas de judô como voluntário. *“Até o nome Reação na minha cabeça tem essa inspiração também, uma reação também pessoal. Na verdade, a força do nome vem do chamado para as pessoas pra reagirem também, mas tinha também essa conotação de ter, sempre que eu tenho algum sucesso assim”* (CANTO, 2009). Apesar de dar aulas, manteve-se lutando e ganhou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, em 2003. Na sequência, participou da seletiva para os Jogos Olímpicos de Atenas, 2004, onde conquistou a medalha de bronze.

Flávio continuou na seleção e participou de outras competições importantes, como os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, quando foi eliminado nas semifinais, em uma derrota que acabou o lesionando. O judoca não conseguiu a vaga para os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, e, a partir daquele momento, começou a focar em outros projetos profissionais. Formado em direito, passou a atuar como jornalista no canal SporTV, passando em seguida para a Rede Globo de televisão.

Sebastian Dominik Szubski (canoagem 2004)

Sebastian Szubski nasceu em Bydgoszcz, na Polônia, onde viveu até os sete anos de idade, quando o pai dele Zdzislaw Szubski, treinador de canoagem, recebeu um convite para comandar a seleção de Portugal. Incentivado pelo pai, Sebastian começou a praticar o esporte muito jovem e, aos onze anos de idade, passou a participar das primeiras competições, em Portugal. Em 1993, com o fim do contrato entre o pai de Sebastian e a seleção portuguesa, a família decidiu retornar para a Polônia, onde ele manteve a prática esportiva. O primeiro título importante do canoísta foi o Campeonato Polonês de 1994, sendo que nos dois anos seguintes

ele repetiu o feito. O bom desempenho chamou a atenção de um clube alemão, que contratou Sebastian para disputar os campeonatos nacionais. Em 1996, o pai de Sebastian recebeu um novo convite para mudar de país: o destino era o Brasil. Um dos fatores que influenciou foi o fato de Zdzislaw ser, desde 1994, o técnico de Sebastián Cuattrin, principal nome da canoagem brasileira naquele período.

FIGURA 20: Sebastian (à esq.) ao lado do pai, Zdzislaw, que foi seu treinador. Foto: Arquivo Pessoal

Mesmo mudando de país, Sebastian Szubski manteve a prática esportiva, treinando inicialmente na cidade de Londrina, no interior do Paraná, na mesma raia onde remavam os canoístas da seleção brasileira. Adaptado, Sebastian passou a integrar as seleções de base do Brasil e participava de algumas competições. Entretanto, como não estava naturalizado, não podia participar de eventos como os Jogos Sul-Americanos, Pan-Americanos e Olímpicos.

A passagem para a categoria adulta foi marcada por dificuldades. *“Foi um caminho muito, muito, muito longo, de 2000 a 2004. Foi onde começou a ser o caminho assim. É agora ou nunca. E foi aí que também começaram problemas da vida real, no momento que eu virei categoria sênior. Toda hora eu tinha que provar pra todos que eu tinha direito de estar na seleção brasileira. Porque, claro, alguns falavam que 'ah, porque ele é o filho do treinador, ele está na seleção', então, eu tinha que continuar provando que não era assim. Então, nos treinos e competições eu tinha que tirar bons resultados, então começou a ser uma pressão muito grande.”* (SZUBSKI 2014).

O processo de naturalização foi concluído no ano de 2002 e Sebastian foi chamado na sequência para os Jogos Sul-Americanos. No ano seguinte, integrou a equipe medalhista de prata na prova de mil metros do k-4 nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo. Para os Jogos Olímpicos, o Brasil tinha duas vagas asseguradas. A decisão de quais seriam os barcos e os atletas foi controversa, mas Szubski acabou sendo o escolhido para a prova do k2, ao lado de Sebastián Cuatrin.

Após o retorno dos Jogos Olímpicos, Sebastian Szubski mudou-se para os Estados Unidos, onde pretendia ficar por seis meses. Acabou estendendo o período para dois anos e, de lá, retornou para a Polônia, onde o pai estava morando novamente. Durante algum tempo, chegou a participar de provas de canoagem e a almejar uma vaga na seleção polonesa, mas acabou deixando o esporte para trabalhar como gerente de uma empresa de caiaques.

Samantha Harvey (pentatlo moderno 2004)

Nascida nos Estados Unidos, Samantha começou a praticar corrida quando tinha 14 anos. Aliado às corridas, ela já tinha contato com cavalos, mas não participava de provas de saltos. Após uma lesão no joelho, Samantha foi recomendada a nadar, para ajudar no processo de recuperação. Quando ela tinha 19 anos de idade foi convidada a participar dos primeiros treinamentos de pentatlo moderno, tendo, então, o primeiro contato com a esgrima e o tiro esportivo.

Durante oito anos, participou de competições internacionais pelos Estados Unidos. Tentou, inclusive, participar dos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, defendendo o país natal. Era a primeira colocada no ranking local, mas acabou sendo preterida. Samantha treinava e competia pela Universidade de Colorado, enquanto os demais praticantes de pentatlo nos Estados Unidos eram militares e estavam baseados no Texas. Ela chegou a ser convidada para treinar no mesmo local que eles, mas declinou da proposta por estar habituada ao local onde vivia.

Na época, a atleta era casada com o brasileiro Silvino Lira, técnico de tiro esportivo, que propôs a ela a troca de nacionalidade. Ele sabia que a mudança poderia ser benéfica para a esposa e ajudaria em outro plano do casal: migrar para o Brasil, o que foi feito antes mesmo da concessão da cidadania brasileira. O local escolhido para morar foi a cidade de João Pessoa, na Paraíba. Apesar da residência no Nordeste, Samantha treinou em outros locais do Brasil, como no Rio de Janeiro, onde usava a estrutura da Academia das Agulhas Negras. A pentatleta conta que, desde o início, se sentiu bem recebida no Brasil. *“Meus companheiros*

de equipe e treinadores brasileiros me fizeram sentir que estavam felizes por eu estar lá e recebendo as medalhas. Também meu marido me ajudou muito no treinamento, porque sabia muito sobre o tiro. Ajudamos os brasileiros a fazer treinamentos de campo em lugares novos, usando nossas conexões de amizade que tínhamos. Por isso, me senti muito amigável e acho que ainda me sinto muito conectada ao Brasil, senti que sempre fui recebida de braços abertos.” (HARVEY, 2016).

FIGURA 21: Samantha Harvey, com o livro “Atletas Olímpicos Brasileiros”. Foto: Arquivo pessoal

Durante o período em que viveu no Brasil, Samantha participou de várias competições, obtendo resultados que a credenciaram para participar dos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, em 2003, no qual ela conquistou a medalha de prata. Além do pódio, ela garantiu a vaga para participar dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004, sendo a primeira mulher a representar o Brasil no pentatlo moderno em uma edição olímpica.

Segundo Samantha, após os Jogos Olímpicos de 2004, o Comitê Olímpico dos Estados Unidos suspendeu os responsáveis pelo pentatlo moderno do país – ela sentiu naquele momento que havia tomado a decisão correta em não aceitar as imposições e migrar para o Brasil. Um ano depois, em 2005, Samantha teve a primeira filha. Meses após o parto, participou de sua última competição como atleta brasileira, na Cidade do México. A despedida veio em grande estilo: medalha de ouro na disputa por equipes, ao lado de Daniele Carvalho e Yane Marques. Apesar da relação com o esporte, ela narra que alguns fatos vividos no México foram decisivos para a mudança na carreira. “*Eu estava me aquecendo para a prova de hipismo, e houve uma grande tempestade. Trovoada, trovoada, e eu estava lá*

fora com o cavalo. Havia pessoas caindo, deslizando na lama, um raio atingiu as luzes do estádio. E minha filha, seis meses, estava nas arquibancadas, com o time brasileiro. E eu apenas pensei: 'não posso mais fazer isso, não posso mais, porque isso é perigoso, é um esporte muito perigoso'. E lá estava eu, e fiquei tipo 'Sabe, eu quero fazer hoje, para o Brasil e eu quero a medalha de ouro, mas acho que está feito'. Então, no final, foi uma decisão fácil, porque senti que, depois de ter meus filhos, eu realmente precisava ter, antes de tudo, uma carreira que fosse duradoura [...] E depois dessa viagem, fiquei muito doente, porque na Cidade do México há muitos problemas com a água e outras coisas, fiquei muito doente, então isso também foi 'não mais!'. Graças a Deus, minha filha estava bem, mas eu não estava bem. Eu ainda fiquei triste com isso, mas eu tive 12 anos realmente bons, e também senti que a Yane [Marques, pentatleta], eu podia ver o quão talentosa ela era. 'Sabe, é a vez dela, se ela estiver pronta e houver outros atletas chegando, é hora de outros atletas'". (HARVEY, 2016).

Após deixar o esporte, Samantha teve outro filho, voltou a morar nos Estados Unidos e divorciou-se de Silvino. As ligações com o Brasil, mesmo um pouco distantes, continuaram. Em 2012, ela acompanhou a conquista da medalha de bronze de Yane Marques nos Jogos Olímpicos de Londres. Ficou emocionada e orgulhosa, por considerar que aquele resultado continha um pouco do trabalho realizado por ela. Samantha é doutora em literatura e trabalha como professora na Universidade de Boise, em Idaho, nos Estados Unidos.

Patrícia Freitas (vela 2008, 2012 e 2016)

Patrícia Freitas nasceu em Washington, nos Estados Unidos, mas é filha de brasileiros. Na época, o pai dela trabalhava no Banco Mundial e a mãe era estudante de educação física. Quando ela tinha um ano de idade, a família voltou para Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro. Depois, moraram em São Paulo e em Brasília, onde Patrícia chegou a fazer aulas com um veleiro *Optimist*, mas não gostou.

De volta ao Rio de Janeiro, aos 13 anos de idade, conheceu o *windsurf* em uma escolinha na Barra da Tijuca, próximo do local onde morava. Começou a participar de provas junto à irmã e logo nas primeiras competições passou a ter bons resultados. Em 2005, aos 15 anos, foi terceira colocada em um Mundial Júnior. Após algum tempo, o local onde Patrícia treinava foi fechado e ela optou por treinar no Iate Clube do Rio. Em 2008, com 18 anos de idade, foi terceira colocada no Mundial da Juventude e em seguida participou dos Jogos Olímpicos de Pequim. Os bons resultados nos anos seguintes a ajudaram a entrar para o Time

Rio, já visando à preparação para os Jogos de 2016. No ano de 2011, conquistou a medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara e no ano seguinte esteve nos Jogos de Londres.

FIGURA 22: Patrícia Freitas, durante regata. Foto: Arquivo pessoal

Após os Jogos Olímpicos, retomou a faculdade de arquitetura e iniciou um estágio na área, ficando sem treinar até o fim de 2012, quando havia uma indefinição se o *windsurf* continuaria sendo classe olímpica. Após a confirmação da continuidade, Patrícia retomou os treinos, no início de 2013. Conciliou o esporte com a universidade até 2014, quando conseguiu se formar e dedicar-se exclusivamente aos treinos. Em 2015, conquistou dois títulos em etapas de Copas do Mundo e o bicampeonato Pan-Americano, chegando em boas condições para os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, quando participou da regata final com chance de medalha - terminou na oitava colocação. Aos 27 anos, continua participando de competições internacionais. Nos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, Patrícia foi medalhista de ouro.

Rosângela Santos (atletismo 2008, 2012 e 2016)

Filha de brasileiros, Rosângela Santos nasceu nos Estados Unidos, na cidade de Washington. Com apenas um ano de idade, ela adoeceu e a mãe decidiu trazê-la para o Brasil,

onde foi criada por uma tia. A ideia inicial é que ela ficasse apenas um período no país e voltasse a morar com a mãe, mas a adaptação ao país a manteve no Rio de Janeiro, no bairro de Padre Miguel. Era uma criança muito agitada e, a pedido da tia, procurou um esporte. Interessou-se primeiro pelo basquete, mas logo chamou a atenção dos professores pela velocidade e foi levada ao atletismo.

FIGURA 23: Rosângela Santos no pódio, durante o Mundial Militar em 2019. Foto: Rodolfo Vilela/Ministério da Cidadania

Os bons resultados vieram rapidamente e, aos 17 anos de idade, Rosângela representou o Brasil no Campeonato Mundial, disputado na República Tcheca. Em 2008, esteve nos Jogos Olímpicos de Pequim, na equipe que terminou o revezamento na quarta colocação. Oito anos depois, dias antes de participar dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, Rosângela recebeu a confirmação que a equipe da Rússia, que havia vencido a prova em 2008, foi eliminada por *doping*; ela e as demais atletas brasileiras herdaram a medalha de bronze. Os bons resultados em competições levaram Rosângela de volta aos Estados Unidos, para treinar com profissionais de lá.

Nos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, Rosângela participou da equipe brasileira que foi medalhista de ouro no revezamento 4x100 metros. No mesmo ano, representou o Brasil nos Jogos Mundiais Militares, na China, onde foi medalhista de prata. No início de 2020, Rosângela havia voltado a treinar no Rio de Janeiro, mas seguia vinculada ao Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo.

Larry Taylor (basquete 2012)

Nascido no ano de 1980 em Chicago, nos Estados Unidos, Larry Taylor começou a jogar basquete aos oito anos de idade, como brincadeira. Sempre assistia aos jogos na televisão, com atenção especial para o time da cidade dele, o *Bulls*, que tinha o astro Michael Jordan. A inspiração aumentou em 1992, quando os Estados Unidos montaram uma seleção histórica para participar dos Jogos Olímpicos. “*Sempre foi um sonho, depois de ver o Dream Team jogar em 92, lá nos Estados Unidos. Sempre foi um sonho jogar nas Olimpíadas, mas nunca imaginei que seria para outro país*”. (TAYLOR, 2014).

FIGURA 24: Larry Taylor conclui enterrada, em jogo do time de basquete pela equipe de Bauru. Foto: Luís Cardoso

Cobrado pelos pais para manter os estudos, Larry passou a participar de competições de basquete no período em que cursava o *high school* – equivalente ao ensino médio no Brasil. Na sequência, ficou dois anos jogando no *College*, em Chicago, antes de ir para a equipe universitária do *Western*. Naquele momento da carreira, o armador sonhava em conseguir uma vaga na NBA, a Liga de Basquete Norte-Americana, e conciliava o esporte com os estudos em administração.

Após o fim da universidade, e sem conseguir a vaga na NBA, Larry procurou alternativas para continuar no basquete, enxergando na mudança de país uma oportunidade viável. “*Quando eu estava no universitário, eu já estava pensando. E já tenho muitos amigos que também estavam jogando fora, em outros países também. E eu sempre pensava que*

poderia ser um motivo para continuar jogando, que era o sonho de continuar jogando basquete”. (TAYLOR, 2014).

Seguindo a sugestão de um amigo, no ano de 2004 foi para o México, onde atuou por três temporadas. Após o fim do contrato, recebeu uma nova proposta e transferiu-se para uma equipe venezuelana, em que ficou mais seis meses. No ano de 2008, recebeu um convite do técnico Jorge Guerra para mudar para o Brasil e defender a equipe de Bauru, no interior paulista. O bom rendimento em quadra rendeu a ele a proposta para se naturalizar. *“Cheguei aqui em 2008. E no final de 2010, começo de 2011, o pessoal do CBB começou a conversar comigo. De ser convocado para a Seleção, que eu estou aqui há quase três anos já, a gente pode entrar no processo pra tentar virar brasileiro [...] E poder ser convocado, e pensava: nossa, seria muito legal, já estava gostando muito do Brasil mesmo, não queria sair do Brasil mesmo. Seria uma oportunidade pra mim, vestir a camisa do Brasil e mostrar meu amor pelo país.”* (TAYLOR, 2014).

O processo durou mais de um ano e só terminou no início de 2012, quando a seleção brasileira já se preparava para os Jogos Olímpicos de Londres, sob o comando do técnico argentino Rubén Magnano. Com o processo concluído às vésperas dos Jogos, Larry confessa ter ficado receoso com a reação dos torcedores e dos companheiros de grupo, mas a recepção o surpreendeu. *“Quando me convocaram, eu comecei a pensar em algumas coisas assim: algumas pessoas, torcedores da seleção, achavam que era ruim ter um jogador estrangeiro jogando pela seleção. Eles achavam que tinha que ser brasileiro mesmo, nascido aqui no país. Mas eu não poderia ligar muito para as pessoas, assim, porque eu sei o que eu estou fazendo, eu sei o amor que eu tenho pelo Brasil. E eu achava que era muita vantagem mostrar meu amor pelo país, para defender a seleção. E eu pensei, antes de ir para a seleção, que eles iriam me tratar um pouco diferente. Mas nunca, nunca foi assim. Foi bem melhor do que eu poderia imaginar, todos os jogadores me tratavam normal, como se eu fosse um deles mesmo, brasileiro 100%. Eles não me tratavam diferente não, me tratavam como irmão deles mesmo”.* (TAYLOR, 2014).

Após a disputa olímpica, Larry retornou para o time de Bauru, onde continuou até o ano de 2015, quando se transferiu para a equipe de Mogi das Cruzes. Após um breve período, retornou a Bauru. Durante o ciclo olímpico de 2016, Larry foi frequentemente convocado para a seleção brasileira, mas acabou sendo o último jogador da equipe de basquete cortado dos Jogos do Rio, já às vésperas da competição.

Gui Lin (tênis de mesa 2012 e 2016)

Gui Lin nasceu Nanning, no estado de Guangxi, no Sul da China. Começou a praticar tênis de mesa na escola e logo nas primeiras competições conseguiu se destacar. Passou a representar a seleção do estado, o que a possibilitou conhecer várias regiões da China. No entanto, pouco tempo depois de ser efetivada na seleção estadual, ela precisou mudar de cidade, o que gerou resistência da mãe, que pedia para a atleta priorizar os estudos. A continuidade no tênis de mesa só foi possível graças à insistência dos técnicos que viam o potencial dela.

FIGURA 25: Gui Lin durante partida pelo Brasil, em abril de 2019. Foto: Abelardo Mendes JR/rededoesporte.gov.br

Em 2005, aos 12 anos de idade, Gui Lin aceitou o convite de um treinador para fazer um intercâmbio no Brasil, tendo desde o início treinado com as atletas da seleção brasileira e com os jogadores da academia Itaim Keiko, localizada em São Paulo. Nos primeiros meses, a atleta cumpriu apenas a função de *sparring* para os adversários, mas logo sentiu o desejo de voltar a participar de competições. O talento com as raquetes despertou a atenção da equipe de São Bernardo do Campo, na região metropolitana, e ela passou a defender o município em competições como os Jogos Regionais e Abertos. “*Não pensava na seleção. Então, não participava do campeonato nacional, que nem Copa Brasil, essas coisas. Aí, em 2008, eu estava conversando com um técnico, Mauricio Kobayashi, ele perguntou qual era o meu*

objetivo. Se era continuar como sparring aqui ou virar uma jogadora profissional. E eu falei: é claro que eu tenho vontade de jogar num nível alto, eu acho que eu consigo” (LIN, 2015).

Na primeira competição importante que participou, Gui teve um bom desempenho. Além do técnico, passou a receber apoio da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa para buscar a naturalização. *“O presidente se interessou, né. Ali ele começou a me falar, ‘a gente vai te ajudar, você está indo bem, não é? Ele falou pra mim, ‘não desiste, continua treinando, e como, porque eu passei quase três, quatro anos, só treinando, com Jogos Regionais e Abertos”*. (LIN, 2015)

A decisão de participar de competições mais relevantes veio juntamente com outra mudança importante. Após três anos sem estudar, Gui Lin voltou para a escola no ano de 2008, o que acabou sendo positivo. *“Eu comecei a estudar, comecei a jogar. Acho que fiz a melhor coisa, porque começou a subir meu jogo. Eu acho que começou a vir mais coisas na minha vida, aí eu consegui jogar mais solto, treinar mais solto, aceitar as coisas novas, não ter tanto medo de perder, porque pra mim a vida era só tênis de mesa. Durante dois anos, parece que eu não sabia fazer nada, tirando o tênis de mesa. Quando eu comecei a estudar, eu me senti muito bem, foi assim 2008, 2009 e 2010”*.(LIN, 2015).

O processo de adaptação quase foi interrompido no ano de 2010, quando Gui, então com 17 anos, precisou retornar à China, devido a problemas com o visto. *“Tinha que voltar pra China em maio de 2010, pra tirar outro visto. E eu não podia renovar aqui, e não sei o que. Daí eu fiquei cinco meses lá na China, por causa do visto, não podia voltar”*. (LIN, 2015). Além dos problemas burocráticos, no retorno ao país de nascimento ela precisou driblar a resistência da mãe, que desejava vê-la de volta à China. Como atleta, Gui teria a oportunidade de cursar uma faculdade chinesa, e sua mãe chegou a indicar três lugares. O desejo de voltar ao Brasil e a ajuda da confederação pesaram na decisão do retorno. *“Eu sou meio rebelde. Aí eu fiquei lá esperando a notícia do Brasil. Aí eu vi que o pessoal daqui estava querendo mesmo que eu voltasse. Nosso presidente [da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa], o Sr. Alaor, estava ajudando também, estava tentando entrar em contato com o consulado brasileiro lá na China. Aí meu clube, a prefeitura de São Bernardo do Campo também estavam tentando, estavam fazendo o possível e o impossível com os documentos, entrando em contato de madrugada, ligando lá pro consulado, perguntando do meu caso, o que eles podem fazer e tal. Aí tinha uma pessoa muito importante lá na China que sempre estava me ajudando, era o vice-cônsul do consulado brasileiro. Acho que ele se interessou. Ele estava me ajudando muito, ele estava explicando direitinho os documentos que precisava, e entrando em contato direto comigo, para me explicar, se eu não tivesse a ajuda dele eu não*

ia votar tão rápido pra cá. Aí eu vendo toda a luta deles, acho que pra mim o meu lugar é no Brasil mesmo.” (LIN, 2015)

O esforço deu certo e Gui conseguiu retornar ao Brasil a tempo de participar do Campeonato Brasileiro de 2010, que ela venceu. Mesmo sem o processo de naturalização completo, o resultado fez com que ela recebesse o convite da comissão técnica brasileira para integrar a seleção. O desempenho na mesa a credenciava a entrar na briga por uma vaga para os Jogos Olímpicos de 2012, mas a demora nos procedimentos burocráticos era motivo de preocupação. O processo só foi concluído no final de abril de 2012, a menos de quatro meses dos Jogos. *“No dia em que eu peguei o passaporte, era no último dia da inscrição. Na verdade, eu peguei número primeiro, passei pra CBTM, aí eles conseguiram fazer a inscrição, e saiu a convocação oficial. E no outro dia eu fui pegar o passaporte. Pra mim foi um presente, eu não acreditava, eu já tinha desistido. Não sei, do nada veio do dia pro outro, tinha que fazer isso, tinha que fazer aquilo, aí veio o passaporte”.* (LIN, 2015)

Superados todos os desafios, Gui Lin tornou-se a primeira atleta naturalizada a representar o Brasil no tênis de mesa em Jogos Olímpicos, em Londres. Logo após o torneio, ela voltou ao Brasil, continuou treinando na equipe de São Bernardo do Campo, conciliando o esporte com o curso superior em administração, na Faculdade Metodista.

Nome constante na seleção brasileira durante o ciclo olímpico para os Jogos de 2016, ela recebeu em 2015 um convite para atuar pela equipe do *Linz*, da Áustria. Apesar da mudança para a Europa, a jogadora continuou a representar o Brasil em competições internacionais e foi uma das integrantes da equipe brasileira nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Em 2019, logo após o Campeonato Mundial em Budapeste, a CBTM anunciou que Gui Lin deixaria de participar de competições oficiais pelo Brasil.

Isadora Cerullo (rúgbi 2016)

Nascida nos Estados Unidos, em 1991, Isadora Cerullo é filha de um casal de físicos brasileiros que estudavam na Universidade de São Paulo, mas que decidiu deixar o Brasil na década de 1980 para cursar pós-graduação no exterior e optou por não retornar ao país. Ela é a única mulher de uma gravidez múltipla da qual nasceram trigêmeos, e tem outro irmão três anos mais velho. A prática esportiva sempre foi algo natural e incentivado dentro de casa. O futebol era a modalidade favorita até a adolescência.

Estudante de biologia da Universidade de Columbia, ela descobriu o rúgbi no segundo ano de faculdade e passou a conciliar os treinos com a rotina de estudos, como lazer. Após

formar-se, Isadora manteve-se ligada à Universidade da Pensilvânia, trabalhando no hospital e estudando para tentar o ingresso em medicina. A mudança na trajetória ocorreu de maneira inesperada, no final do ano de 2013. *“Alguém me passou o contato da Confederação Brasileira de Rugby e me falou: ‘ó, estamos procurando brasileiras pra jogar no time de rúgbi de lá’. E eu, recém-formada, começando um emprego de verdade, pensando no caminho de medicina que eu queria seguir. Eu meio que deixei de lado: ‘não sei se é pra mim’. O rúgbi é uma coisa divertida de final de semana, de clube, eu consigo fazer isso no meu tempo livre, estudar e me planejar para ir para a medicina. Mas daí, quatro meses pensando nisso, fazendo todo resto, eu me coloquei em contato com as pessoas da confederação e daí começou o processo de eles me avaliarem de longe. Eu mandei vários dados de teste físico, de vídeo, jogando, cartas de recomendações de técnicos. Uma carta minha falando porque eu queria fazer isso, mudar pro Brasil e tudo mais. E recebi um convite pra fazer um teste com a seleção feminina”.* (CERULLO, 2016).

FIGURA 26: Isadora Cerullo (com a bola) durante partida dos Jogos Sul-Americanos de 2019. Foto: Abelardo Mendes Jr/rededoesporte.gov.br

Os testes no Brasil foram realizados em abril de 2014, mas antes disso Isadora realizou as provas para medicina, pois gostaria de manter os planos nos Estados Unidos, caso a tentativa de jogar rúgbi não desse certo. Ela foi aprovada e recebeu o convite para mudar-se para o Brasil em julho, já visando integrar a seleção brasileira e na luta por uma vaga na equipe que dois anos mais tarde disputaria os Jogos Olímpicos. Uma das condições era que ela se vinculasse a um clube. Apesar de estar radicada em São Paulo, Isadora se integrou ao

Niterói, no Rio de Janeiro, atendendo a um convite feito pela jogadora Baby Futuro, capitã da seleção brasileira que defendia a equipe fluminense.

A rotina de competições com a seleção brasileira foi intensa desde o início. Isadora fez parte do time que conquistou a medalha de bronze nos Jogos Universitários e, na sequência, foi convocada para um torneio classificatório do Circuito Mundial. O convite a pegou de surpresa e ela confessa que não se sentiu preparada quando entrou em campo. *“Tudo isso era muito novo pra mim. Também lidando com a pegada de treino todos os dias. O que é ter um emprego que é ser atleta? [...] Foi difícil, tipo, foi uma decepção enorme. Foi a primeira vez que eu joguei num torneio que valia alguma coisa grande assim. E eu só lembro visceralmente a sensação de sentir que eu estraguei alguma coisa para o time, que eu fui a mais fraca em campo.”* (CERULLO, 2016).

Na sequência, Isadora ficou fora das duas competições seguintes, tendo acompanhado o grupo nas viagens. Ela recebeu um retorno positivo do técnico, que percebia uma evolução no estilo de jogo e entrosamento com as demais jogadoras. No início de 2015, foi convocada para um torneio em Atlanta, nos Estados Unidos, mas acabou cortada da lista final nos últimos instantes. Ela chegou a pensar que não fazia mais parte dos planos da comissão técnica, mas a surpresa veio na sequência, com a convocação para outro torneio, no Canadá. No retorno, Isadora teve um imprevisto: uma fratura no nariz, que exigiu um procedimento cirúrgico e uma série de cuidados, como a necessidade de jogar com uma máscara. Convocada para um torneio na Europa, foi vetada pela comissão médica do evento, que considerou a máscara inválida – Isadora ficou com o grupo, mas sem poder atuar. A viagem não foi em vão: logo depois, a seleção brasileira jogaria um torneio com atletas que não estavam sendo utilizadas no time principal e ela acabou se oferecendo para atuar, em busca de ritmo de jogo. A participação consolidou a convocação dela para os Jogos Pan-Americanos de Toronto, que foram realizados em julho.

No início de 2016, Isadora teve a oportunidade de ser a capitã da seleção brasileira em um torneio no Uruguai, no qual o Brasil teve duas equipes. Na sequência, foi convocada como vice capitã para uma etapa do Circuito Mundial. Além do desempenho em campo, o idioma, antes um obstáculo, passou a ser um elemento favorável para a atleta – como o treinador era neozelandês, ela se tornou uma facilitadora, traduzindo algumas instruções para as companheiras de grupo.

Após dois anos de treinos, ela só teve a confirmação que estaria nos Jogos Olímpicos na última lista divulgada pelo técnico. O Brasil terminou a competição em nono lugar e, logo após o fim dos Jogos, Isadora acabou tornando-se uma personagem olímpica de destaque. Ela

foi pedida de casamento pela noiva Marjorie Enya, ex-dirigente da CBRu e que era a responsável pela arena onde a modalidade foi disputada na Rio-2016. O pedido não foi planejado, mas as imagens acabaram correndo o mundo e o caso acabou ganhando visibilidade na mídia, abrindo uma discussão no combate à homofobia.

Logo após o final dos Jogos Olímpicos, Isadora trabalhou como voluntária na arena de futebol de sete dos Jogos Paralímpicos. *“Eu cuidei de copiar e distribuir vídeo de jogos para todos os times. Eu lidando com tecnologia, foi um desafio, mas deu tudo certo. E também ajudando com a start list de todos os times antes dos jogos, que era tipo a lista dos titulares e os substitutos e entregando isso pra área de resultados que precisa disso num tempo ‘x’ antes do jogo. E também organizando todo o resto de todos os resultados que saem do jogo precisam ser entregues na mão das equipes e assinado pela representante da Federação Internacional.”* (CERULLO, 2016).

Isadora mora em São Paulo e segue atuando como jogadora de rúgbi, tendo participado de torneios com a seleção brasileira, como os Jogos Pan-Americanos de Lima. Em setembro de 2019, ela foi eleita como uma das integrantes da Comissão de Atletas da CBRu.

Juliano Fiori (rúgbi 2016)

FIGURA 27: Juliano Fiori, durante evento na Universidade de São Paulo. Foto: IEA-USP

Juliano Fiori nasceu em Londres, em 1985, filho de pai brasileiro. Começou a jogar rúgbi no clube London Welsh, aos seis anos de idade, e brincava com outras modalidades,

como futebol, tênis, atletismo e cricket. Além da prática precoce de esportes, outra lembrança da infância de Juliano são as visitas periódicas ao Brasil para encontrar a família.

Aos 18 anos, recebeu um convite para jogar rúgbi pela equipe do Richmond, o que conseguiu fazer simultaneamente aos estudos universitários, de maneira semiprofissional. Cursou letras clássicas e depois fez mestrado em relações internacionais na Universidade de Cambridge, conciliando a atividade estudantil com o rúgbi. Além do Richmond, passou a jogar rúgbi na modalidade sevens em outro clube inglês, o Apache. Após a conclusão do curso universitário, morou durante um período em Nova Iorque, onde foi estagiário na ONU. Nesse tempo, ficou afastado do rúgbi. Meses depois, retornou para a Inglaterra e passou a realizar pesquisas na ONG *Save The Children*, na parte administrativa. Apesar da carreira, manteve-se praticando rúgbi.

O primeiro contato de Juliano com a seleção foi feito por intermédio do pai dele, que havia vindo ao Brasil proferir uma palestra e encontrou a delegação brasileira da modalidade no aeroporto, em 2010. Após dizer ao gerente da equipe que tinha um filho que jogava rúgbi, ele pegou um cartão e levou para Juliano, que ficou com receio de fazer o primeiro contato. Meses depois, a seleção brasileira foi para uma fase de treinamentos na Inglaterra e jogou justamente contra a equipe de Juliano. A partida acabou aproximando o atleta de alguns jogadores. O primeiro convite para participar de treinos ou integrar a equipe nacional veio meses depois, feito pelo técnico da seleção, que pediu uma série de dados e vídeos de Juliano. Ele demorou a atender ao pedido e quando finalmente preparou o material, o técnico já havia mudado. Uma nova oportunidade surgiu para Juliano treinar com a seleção brasileira de rúgbi sevens, em 2014. O contato com o grupo foi positivo desde o início. *“Quando eu cheguei a jogar ou treinar pela primeira vez com a seleção um torneio, imediatamente eu me senti bem acolhido pelos jogadores, pela comissão, carinhosos... enfim, aceitaram ter um ‘gringo’ [risos]. Não me acho gringo, tenho um sotaque meio enrolado, mas, enfim, em parte porque eu falava português, e também porque eu conheço um pouco a cultura brasileira, as piadas, as brincadeiras, até que eles brincavam que eu era mais brasileiro que eles. [risos] Eu toco música brasileira. Nos estudos sempre focava a questão dos brasileiros, de política e tal, conheço bastante a história do país, talvez mais do que eles. [risos] Nesse sentido, eles me aceitaram. Talvez como alguém um pouco diferente, porque os meus interesses são diferentes.”* (FIORI, 2016)

Após o bom desempenho, Juliano foi convidado para integrar a seleção brasileira de rúgbi com 15 jogadores, mas optou por não participar. *“É uma parte, uma posição que se leva muita pancada, se dá muita pancada. Enfim, tive várias lesões, e algumas sérias, e jogando*

sevens eu não tinha me lesionado, e eu sabia nesse momento que o meu objetivo imediato era chegar a Olimpíada e representar o Brasil. Então, falei [para o técnico] que eu estaria interessado, mas que neste momento eu queria me dedicar ao sevens.” (FIORI, 2016). Além do objetivo de representar o Brasil, Juliano seguia trabalhando na ONG.

Ele deixou a instituição em março de 2016, quando tirou um ano sabático para dedicar-se exclusivamente à seleção brasileira de rúgbi, com a qual realizou o sonho de participar os Jogos Olímpicos. Juliano continuou morando no Rio de Janeiro, atuando como pesquisador na ONG *Save the Children*. Em 2020, era pesquisador visitante no Laboratório de Ética sobre Pesquisa e Poder Global da Universidade Federal do Rio de Janeiro e cursava doutorado em história intelectual na Universidade de Manchester.

Laurent Couhet (rúgbi 2016)

Laurent nasceu na França, na cidade de Pau, filho de mãe brasileira e pai francês. Começou a praticar rúgbi nos primeiros anos de vida, pois o esporte era uma tradição na família, sendo que o pai chegou a jogar em um clube em Paris, como amador. Participou de campeonatos locais e chegou a ter destaque, sendo chamado para a seleção regional, com a qual conseguiu ser campeão francês em duas oportunidades. Aos 18 anos, Laurent veio ao Brasil passar férias e acabou tendo o primeiro contato com o rúgbi brasileiro, jogando pela equipe do Rio Branco. À época, o treinador do time era o mesmo da seleção brasileira, o francês Pierre Paparemborde, que é da cidade de Pau e foi um dos principais entusiastas da vinda do atleta para o Brasil. Após um rápido período no país, Laurent voltou para a França, onde começou a faculdade em ciências da motricidade. Após algum tempo, mudou de planos. *“Depois de um ano de faculdade, eu falei ‘eu quero voltar pro Brasil’ e com a possibilidade de participar dos Jogos, sendo brasileiro, e isso começou assim, comecei a jogar aqui em São Paulo”.* (COUHET, 2016).

O clube escolhido foi o Bandeirantes, de São Paulo, o que possibilitou a Laurent continuar os estudos, mas na área de quiropraxia. Mesmo conciliando a universidade com o esporte, conseguiu se destacar e logo foi chamado para compor a seleção brasileira de base. Distante do local de nascimento, tinha uma meta traçada: disputar uma edição dos Jogos Olímpicos. *“Sempre foi um sonho representar o país. No caso representar o Brasil foi uma honra pra mim, sempre eu tive muita ligação com o Brasil, pela minha mãe, e hoje em dia estou muito feliz por poder representar o Brasil. Jogar pela seleção. Realmente, fui muito bem recebido no Brasil. Pelas pessoas, muito alegres, muito simpáticas, e isso me ajudou*

muito” (COUHET, 2016). Ele precisou passar por uma adaptação importante: na França o mais comum é o rúgbi 15, mas a disputa olímpica é entre equipes com sete jogadores.

Morando em São Paulo, Laurent continuou na seleção brasileira durante os anos finais para o ciclo dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Ele guarda com carinho especial as lembranças da cerimônia de abertura. *“Poder participar de uma olimpíada já é uma coisa sensacional e poder jogar em casa, no Rio, foi uma coisa inacreditável, realmente. Foi a primeira sensação, realmente a abertura. A convocação já foi uma coisa.... Quando saiu a lista dos convocados já foi muita emoção, e realmente na abertura das Olimpíadas, a gente passou, a delegação brasileira passou último, e nessa hora realmente a gente viu que o estádio explodiu, torcendo Brasil, Brasil, nessa hora foi... caramba... chegou, chegou, a hora chegou. Realmente foi sensacional”*. (COUHET, 2016).

FIGURA 28: Laurent com a camisa da seleção brasileira. Foto: Arquivo pessoal

Após o fim dos Jogos, Laurent manteve-se treinando com a seleção brasileira e jogando pelo Bandeirantes. Retomou os estudos em quiropraxia, que foram atrapalhados pelo tempo concentrado com a seleção brasileira, e segue vivendo em São Paulo.

Paulo Salemi (polo aquático 2016)

Paulo nasceu em Palermo, na Itália, em 1993. Filho de mãe gaúcha e pai italiano, ele sempre teve a documentação brasileira. Aos oito anos de idade, aprendeu a jogar polo aquático na piscina pública da cidade em que nasceu e se apaixonou pelo esporte. O bom rendimento foi reconhecido rapidamente e aos 13 anos de idade ele já treinava com as seleções de base italianas. A convocação para a seleção principal veio naturalmente, com o passar dos anos. *“Com 17 anos, eu participei do primeiro torneio oficial com a camisa da seleção italiana, foi o europeu, em 2013, tinha 17 anos, em 2010 na Alemanha. Depois, joguei também outro europeu”*. (SALEMI, 2016).

FIGURA 29: Paulo Salemi, durante partida de polo aquático. Foto: Sesi SP

Aos 19 anos, já era bicampeão europeu com a seleção do país natal e jogava pelo clube de Palermo, que disputava a segunda divisão nacional. Com a carreira em ascensão, Paulo tentou trocar de clube, mas entrou em conflito com os dirigentes da equipe que defendia e não conseguiu a liberação para defender outras agremiações italianas. O ano era 2013 e a alternativa encontrada foi mudar para a Austrália, onde o polo aquático proporcionou-lhe a oportunidade de continuar os estudos.

Durante o período em que estava na Austrália, o país sediou um torneio amistoso de polo aquático no mar, com alguns dos principais atletas do mundo. Um dos convidados era o brasileiro Felipe Perrone. Paulo considerou que seria uma boa oportunidade para apresentar-se e tentar uma aproximação com a seleção brasileira. O contato foi intermediado por um

amigo que jogaria a partida amistosa. O retorno foi positivo e ele conseguiu o contato de Felipe, que o indicou para Angelo Coelho, técnico da equipe do Botafogo e auxiliar da seleção brasileira. O retorno de Angelo foi rápido, convidando Paulo para jogar um torneio no Brasil pelo Botafogo, mas para isso seria preciso deixar os estudos na Austrália. *“Foi uma decisão meio difícil, [...] eu tava, estava querendo estudar, querendo iniciar o meu caminho no trabalho, estudo e uma coisa diferente. Mas decidi, escolhi de pegar esse caminho de ir pro Brasil e joguei pelo Brasil, joguei, a gente ficou em terceiro lugar. A gente jogou um bom troféu Brasil, uma boa liga. Joguei, vou te falar, joguei muito bem, estava me sentindo muito confiante, também eu estava vindo de um nível da Europa que era um pouquinho maior que o brasileiro, então foi bom pra mim esse torneio.”* (SALEMI, 2016).

A experiência no Brasil coincidiu com o período de observação feito pelo então técnico da seleção, o croata Ratko Rudic, que aproveitou para avaliar alguns atletas. Paulo ficou fora da primeira convocação para a Liga Mundial, mas foi convidado para participar de treinamentos com a seleção. Após a primeira experiência com a equipe nacional, o técnico constatou que ele estava um pouco abaixo dos companheiros de grupo, mas considerou que era possível contar com ele em algumas competições. Em 2014 foi convocado para representar o Brasil nos Jogos Sul-Americanos. Na sequência, recebeu um convite para atuar pela equipe do Sesi, de São Paulo. Jogando no Brasil e mais perto do técnico, Paulo conseguiu uma vaga na equipe que ficou em terceiro lugar na Liga Mundial de 2015. À época, os jogadores treinavam pela manhã com a seleção brasileira e à tarde com os clubes. Logo após a Liga Mundial, veio a convocação para os Jogos Pan-Americanos de Toronto, torneio no qual Paulo ajudou o Brasil na conquista da medalha de prata.

A sequência de competições era grande e o atleta continuou no Brasil. A seleção jogou o Mundial de Esportes Aquáticos na Rússia, mas não repetiu o mesmo desempenho da Liga, ficando com a nona colocação. No ano seguinte, Paulo retornou ao Botafogo e esteve no grupo que foi aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Realizou um sonho, mas confessa que de maneira diferente daquela que pensava. *“Para mim foi um sonho que eu queria na verdade, é claro, não quero falar mentira, claro que queria ser na Itália. Então, o meu sonho iniciou com a Itália, eu queria fazer, é claro, olimpíada na Itália. Eu nem conhecia o mundo do polo aquático brasileiro. Depois esse sonho foi meio bloqueado nesse um ano, dois anos que briguei com o meu time, que não queria mais relação com a seleção italiana, com a federação italiana, meu time da Itália. Então, só depois desses dois anos, com 20 anos de idade, eu iniciei a sonhar a Olimpíadas com a seleção brasileira. Porque é o objetivo de todo*

atleta, chegar ao máximo, para entender onde a gente pode chegar, com nossos limites, quais são os nossos limites. Então, acho que Olimpíada é isso aqui também.” (SALEMI, 2016).

Após os Jogos Olímpicos, o contrato com a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos foi encerrado e ele não sabia se continuaria defendendo a seleção, mas revelava o desejo por seguir. *“Eu gostaria de fazer parte dessa nova seleção, porque, como estou falando, eu acho que vai ser uma seleção interessante, de jogos bons, ter uma seleção, tem que ter uma seleção jovem que não tem que pensar em Tóquio 2020, mas tem que pensar em... não sei se vai ser Los Angeles ou Paris, 2024, mas tem que pensar na próxima Olimpíada.”* (SALEMI, 2016).

Nos últimos anos, Paulo Salemi não foi mais convocado para a seleção brasileira de polo aquático. No início de 2020, ele trabalhava em São Paulo, em uma empresa com foco em sustentabilidade.

Amanda Oliveira e Tess Oliveira (polo aquático 2016)

Separar as trajetórias de Amanda e Tess Oliveira é uma missão praticamente impossível. Irmãs gêmeas, elas nasceram na França, em 6 de janeiro de 1987. Os pais, Olavo e Elizete, estudavam veterinária e agronomia, respectivamente. Por terem pai e mãe brasileiros, as duas sequer receberam a nacionalidade francesa e são brasileiras natas. O retorno da família ao Brasil ocorreu quando elas tinham um ano de idade, fixando-se na cidade de São Paulo.

FIGURA 30: Amanda e Tess, com as credenciais olímpicas. Foto: Arquivo pessoal

Sócias do clube Paineiras do Morumby, elas aprenderam a nadar na infância. Cansadas da rotina, aos 13 anos decidiram procurar outras modalidades e testaram futebol, handebol e o polo aquático, com a qual acabaram se identificando. Desde o primeiro treino, Tess decidiu que jogaria no gol; Amanda preferiu a posição de atacante. Aos 16 anos de idade, ambas foram para um intercâmbio nos Estados Unidos, onde cursaram um ano de *high school*, o equivalente ao ensino médio, e continuaram jogando polo aquático. No retorno ao Brasil, com 17 anos de idade, elas trocaram o Paineiras pelo Pinheiros.

Ainda jovens, as duas começaram a ser convocadas para a seleção brasileira: aos 16 anos, Tess foi chamada para representar o Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, em 2003, e no Mundial de Barcelona. No ano seguinte, Amanda passou a integrar a seleção. Nas duas edições seguintes do Pan, em 2007 e 2011, as irmãs estiveram juntas. Após os Jogos de 2011 ambas decidiram parar e se afastaram da seleção por um ano, dedicando-se à carreira profissional em outras áreas – Amanda é formada em marketing e Tess é administradora. A realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 e a garantia da primeira participação na história da equipe feminina de polo aquático do Brasil no torneio fizeram com que elas mudassem de ideia. *“Estávamos paradas há dois anos. Mal fisicamente, então, até voltar o físico, eu não tinha certeza pessoalmente, que eu iria assim. Daí, eu fui conquistando a minha vaga”* (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2017), comenta Amanda.

A partir de 2014, com a chegada de um novo técnico, as irmãs deixaram as demais atividades profissionais de lado para se dedicar exclusivamente ao esporte, com seis horas diárias de treinos. *“Foi pelo sonho mesmo. Pelo amor ao esporte, porque dinheiro a gente ganhou quase nada. Pra sobreviver, mal e mal. Porque o polo aquático, feminino ainda... O masculino ganha mais. Feminino, muito pouco”*, (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2017), pontua Amanda. Depois dos Jogos do Rio, as irmãs se aposentaram do polo aquático e decidiram focar nas carreiras fora do esporte.

Adrian Delgado Baches (polo aquático 2016)

Jogos Olímpicos de Moscou, 1980. A seleção espanhola de polo aquático tinha como goleiro Manolo Delgado, um dos maiores jogadores da história do país, nascido no Rio Janeiro. Quatro anos depois, Manolo seria o titular da Espanha em outra edição olímpica, mas um mês antes dos Jogos de Los Angeles, sofreu uma lesão nos olhos, que colocou fim à carreira. A segunda participação olímpica de um jogador da família Delgado só ocorreria 32 anos depois, quando Adrian, filho de Manolo, nascido em Barcelona, esteve na delegação que

representou o Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. As representações olímpicas e locais de nascimento de pai e filho encontram explicação na trajetória familiar. Anos antes, na década de 1950, o pai de Manolo Delgado estava insatisfeito com a ditadura franquista e decidiu migrar para o Brasil.

A família se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde Manolo nasceu. Porém, o garoto teve uma hérnia e voltou para a Espanha, acompanhado da mãe. O pai seguiu em terras cariocas, trabalhando no bondinho que leva as pessoas até o alto do morro do Corcovado, onde turistas de todo o mundo visitam a estátua do Cristo Redentor.

FIGURA 31: Adrian, como torcedor, no estádio do Maracanã. Foto: Arquivo pessoal

Nascido em 1990, Adrian não chegou a ver o pai jogar, mas foi criado no clube Barcelona, onde o pai fez história. Ficou ali, dos cinco aos dez anos de idade, quando atravessou a rua para atuar no principal rival, o Barceloneta. Acumulou passagens pelas seleções sub-18 e sub-20 da Espanha, mas não tinha sido chamado para a equipe principal quando uma conjunção de fatores o atraiu para o outro lado do Atlântico. O técnico da seleção brasileira era o sérvio Mirko Blazevic, que havia trabalhado com Adrian na Espanha. Após uma temporada defendendo o Botafogo, do Rio de Janeiro, o jogador estreou pela seleção brasileira, sendo comandado pelo técnico que tão bem o conhecia. O fato de ter uma formação na Europa não garantia a Adrian um lugar nos Jogos Olímpicos do Rio, principalmente após uma mudança brusca realizada pela CBDA que trocou o treinador. O lugar que era de Blazevic foi assumido pelo croata Ratko Rudic, considerado por muitos o melhor técnico do

mundo, e conhecido pela alta exigência nos treinos. *“Você escuta muitas histórias do Ratko. É um cara que ‘ele só pega caras grandes’. Eu não sou grande. ‘Ele corta todos os caras com menos de 1,80’. Tava com medo. Aí quando ele chegou, sensacional. Um cara que foi pra mais de 12 olimpíadas, quatro ouros olímpicos. Foi sensacional.”* (BACHES, 2018).

Os três anos seguintes foram de muitas mudanças para Adrian. Passou por vários clubes: Botafogo, Fluminense, Pinheiros e Basel, da Hungria – jogar em um clube de alto nível na Europa foi uma exigência feita por Ratko a todos os atletas que integravam a seleção brasileira. Quando a seleção se reunia, a rotina de treinos era intensa e ele sabia que o clima era de avaliação constante. *“Quando o Rudic chegou, tinham 20 jogadores e tinha vaga para 13. Todo treino era uma guerra, uma guerra. E ele fazia isso de propósito. Ele colocava a gente pra treinar oito horas. Se você aguenta, você está dentro, se você não aguenta você está fora. E na minha opinião, a gente fez a seleção. Quem aguentou ficou, quem não aguentou está fora. [...] A gente sofreu muito. Mas a gente não nasceu na Sérvia, não somos croatas que eles não precisam treinar muito. A gente precisa treinar muito, muito mesmo. Ele colocou a gente pra treinar. Treze guerreiros e bola pra frente. E foi muito bom.”* (BACHES, 2018).

Após três anos da escolha pelo Brasil, Adrian foi um dos selecionados para representar o país no Rio de Janeiro. Realizou o sonho de infância, de ser um atleta olímpico, como o pai. Logo após os Jogos, voltou à Europa. Atuou no *Steaua Bucureste*, da Romênia, e depois voltou ao Barcelona, clube que o formou. Afastado da seleção brasileira, manteve a meta de defender a Espanha. E é sincero ao falar sobre seus sentimentos identitários. *“Eu não vou ser hipócrita. Eu não me sinto brasileiro (bate no peito). Esportivamente, eu me sinto brasileiro. Foi o país que me ajudou a poder viver desse esporte. Eu estava bem aqui no Barceloneta, estava bem. Talvez eu não iria para a seleção, mas tinha meu dinheiro, minha família, meus amigos. Mas eu arrisquei. Fui lá e quando você joga jogos internacionais, tem outros países que olha ‘quem é esse cara’. Então, joguei na Hungria, Romênia. Então, quando você sai de casa, é mais valorizado, né. Acontece com todos os esportes, com todos os trabalhos [...] O Brasil me projetou. Eu estou conseguindo viver do polo aquático, pra algumas pessoas, é impensável.”* (BACHES, 2018).

Nascido no Brasil, Manolo disputou uma olimpíada pela Espanha. O filho fez o caminho inverso. E carrega disso um aprendizado. *“Eu fiz clínicas de polo aquático em Nova Iorque, fui pra Cuba pelo polo aquático; Porto Rico pelo polo aquático, trabalhando disso. Então, o polo aquático me deu muito. Conheci muitas pessoas interessantes, aprendi a ser*

disciplinado, ajudar as pessoas. Afinal, os títulos são importantes, mas o mais importante é o caminho que você faz. As experiências que você pega de cada etapa.” (BACHES, 2018).

Em janeiro de 2020, Adrian disputou o Campeonato Europeu de polo aquático representando a seleção espanhola.

Slobodan Soro (polo aquático, 2016)

Pela TV, um jovem iugoslavo assistiu à seleção de seu país conquistar a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de 1988. Começava ali uma relação de paixão e encanto, que teria muitos outros capítulos. A inspiração nos ídolos e muito trabalho levaram Slobodan Soro ao gol da seleção da Sérvia de polo aquático. Em sete anos como goleiro da equipe, foram 160 jogos, duas medalhas olímpicas de bronze, um título mundial e dois títulos europeus. Em clubes, todos os grandes títulos possíveis foram conquistados. Mas o esporte é feito de ciclos. E, após os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, o período de Soro como goleiro da seleção da Sérvia chegou ao fim, de uma maneira que ele considera natural. Aos 33 anos, uma conversa com o técnico selou o encerramento da passagem do goleiro pela meta do país onde nasceu.

FIGURA 32: Soro fala com o grupo de atletas brasileiros, durante o Sul-Americano de 2018, quando ele foi o capitão da equipe. Foto: Satiro Sodré/SSPress/CBDA

Mas Soro se sentia em condições de jogar em alto nível. Com a experiência de ter atuado em clubes de vários países – Rússia e Espanha, por exemplo, topou o convite feito

pelo amigo Felipe Perrone para jogar no Brasil. *“Eu estava me sentindo bem fisicamente e mentalmente para poder continuar jogando em alto nível, e também sentia que poderia ser uma coisa boa devolver algo ao mundo do polo aquático. Criar outra equipe nacional forte ou ajudar o Brasil, um dos cinquenta maiores países do mundo, pode ser uma coisa realmente importante para o polo aquático. Então, eu estava olhando para essas duas maneiras: primeiro, é minha motivação pessoal, e segundo é essa oportunidade de fazer algo pelo polo aquático mundial. E estou feliz com minha escolha e como tudo saiu.”* (SORO, 2017)

O processo para assumir uma nova nacionalidade não foi simples. Para seguir as regras da Fina, Soro teve de atuar um ano no Brasil, o clube escolhido foi o Botafogo. Somente três anos após representar a Sérvia nos Jogos Olímpicos, ele estaria esportivamente liberado para defender um novo país. Para isso precisaria ter a cidadania civil brasileira. Apesar de não ter ancestrais no país, o processo de naturalização de Soro foi aprovado em abril de 2015, pouco mais de ano antes da realização dos Jogos Olímpicos.

Curiosamente, a grande partida da seleção brasileira de polo aquático no Rio de Janeiro foi justamente contra a seleção da Sérvia – vitória por 6 a 5, placar que garantiu aos brasileiros a classificação para as quartas de final. Terminados os Jogos Olímpicos do Rio, Soro voltou a atuar em clubes europeus, mas manteve o vínculo com o Botafogo, clube pelo qual jogou as fases finais da Liga Brasileira de Polo Aquático nos anos seguintes. A relação com a seleção brasileira foi mantida e o goleiro foi o capitão da equipe medalhista de bronze nos Jogos Pan-Americanos em Lima, em 2019, e campeã da Copa Uana, disputada no mesmo ano no Brasil.

Ives Alonso (polo aquático 2016)

Ives Alonso nasceu na cidade de Cienfuegos, no sul de Cuba, em 1980, e começou a praticar esportes incentivado pela família (o pai era remador e a mãe jogou basquete). Passou por diversas modalidades como o beisebol e boxe, mas o interesse pelos esportes aquáticos prevaleceu – o início no polo aquático se deu aos nove anos de idade. Com bom desempenho em competições escolares, foi chamado para integrar equipes regionais e as seleções cubanas de base.

Devido ao modelo esportivo cubano, Ives teve a oportunidade de estudar em uma escola com o sistema *pré-eide*, no qual os jovens que se destacam nas competições esportivas são direcionados a equipes de treinamento e passam a conciliar os estudos com o esporte. Aos

14 anos de idade, foi encaminhado a um centro de treinamentos em Havana, onde pode se desenvolver, integrando as seleções de base do país e mantendo os estudos.

Ives recebia salário como atleta e cursou a Faculdade de Educação Física e Esportes na Universidade Manuel Fajardo, em Havana. Como atleta de Cuba, participou de torneios importantes – conquistou a medalha de prata nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1999, e esteve nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, quando Cuba ficou na quarta colocação.

FIGURA 33: Ives durante atividade na piscina. Foto: Esporte Clube Pinheiros

No retorno ao país natal, Ives conheceu a brasileira Luana, que estudava medicina em Havana, e os dois começaram a namorar. Com a carreira consolidada em Cuba, ele desejava atuar em uma liga no exterior e planejava jogar na Espanha, onde já tinha alguns contatos. Antes da ida para a Europa, passou um período de férias no Brasil e Luana, então já sua esposa, foi aprovada no exame de revalidação do diploma de medicina no país; ela propôs ao marido que ficassem em São Paulo por um período. Ives passou a procurar contatos na Capital Paulista. O primeiro que o acolheu foi o técnico cubano Pablo Cuesta, que trabalhava na equipe do Paulistano. Após um semestre no clube, foi convidado por outro técnico cubano, Álvaro Dias, para jogar na equipe do Pinheiros.

Estabelecido no Brasil, Ives passou a ser sondado por membros da comissão técnica da seleção brasileira, mas a convocação esbarrava em questões burocráticas, tendo em vista que o processo de naturalização não havia sido concluído. Mesmo com a documentação incompleta, Ives foi convidado pelo técnico Ratko Rudic a integrar a seleção em um período

de treinos e a jogar um amistoso contra a Holanda. Antes de chamar Ives, o treinador havia convocado outros atletas, que pediram dispensa por estarem em período de férias. Mesmo fora do ritmo de disputas, ele topou o convite para integrar a seleção. Durante o processo, contou com a ajuda de membros da comissão técnica e da direção do Pinheiros. *“Eu fiquei muito feliz, deixei meus pais aqui em São Paulo e fui pra Rio treinar, que nem um louco, com William [Morales, preparador físico], com Ratko, Duda, que era o técnico assistente e o Ângelo, que era o outro técnico assistente. Aí começou toda aquela ajuda. O Pinheiros naquela época tinha um gerente esportivo que me ajudou, também queria esse processo de naturalização. Obviamente, o Pinheiros é um clube que represento até hoje, porque obviamente um atleta a mais na Olimpíada seria interessante para o Pinheiros e tal, e me senti apoiado, me senti apoiado. A CBDA também, através do Coaracy [Nunes, ex-presidente], ‘vamos, tá’, mas no final quem realmente botou aí foi minha esposa, que correu atrás comigo, em todo momento”*. (ALONSO, 2017).

O rendimento nos treinos e competições nacionais não foi o suficiente para garantir Ives na seleção brasileira. Por exigência do técnico Ratko Rudic, todos os jogadores que quisessem uma vaga olímpica deveriam jogar pelo menos uma liga fora do país, na Europa, em algum local que fosse de excelência na modalidade. Cumprindo a orientação do técnico, Ives conseguiu um clube na Itália, onde atuou na temporada de 2015. *“Eu, por sorte ou por escolha, fui para a Itália. Não me arrependi de nada. Acho que foi uma, uma super experiência, ter saído pra fora e jogar. E sentir como é uma liga estrangeira, e italiana é a liga mais forte, ou uma das mais fortes do mundo no polo aquático. E foi muito, muito legal, foi muito bom, penso que me ajudou a crescer como atleta.”* (ALONSO, 2017).

Pelo Brasil, Ives conquistou sua segunda medalha de prata em Jogos Pan-Americanos, em Toronto 2015. Apesar do pódio e de seguir as exigências do treinador, só teve a certeza de que estaria nos Jogos Olímpicos de 2016 quando a lista final foi divulgada. Após bater na trave por duas vezes com a seleção de Cuba, finalmente pôde participar de uma edição olímpica pelo Brasil. Inicialmente, tinha como plano aposentar-se logo após a competição, mas atendendo a um pedido do técnico do Pinheiros seguiu na ativa, tendo sido um dos principais jogadores da equipe na temporada 2017. No time, Ives teve a oportunidade de jogar ao lado do irmão, José Gonzales, que veio para o clube indicado por ele.

Paralelamente à carreira como atleta, Ives trabalhou como técnico de polo aquático da categoria sub-15 e auxiliava nos treinamentos de times mais jovens (sub-9, sub-10 e sub-11), repetindo aqui um trabalho que já realizara em Cuba. Em 2019, assumiu o cargo de técnico da equipe feminina de polo aquático do Pinheiros.

Adam Imer (hóquei sobre a grama 2016)

Jogar hóquei sobre a grama foi algo natural na vida de Adam Imer, que nasceu em Sydney, na Austrália, em 1989. Os pais dele, assim como o avô, praticavam a modalidade, e logo procuraram incentivar o garoto, que deu as primeiras tacadas pelo clube *Briars*, aos seis anos de idade. Durante a adolescência, Adam se destacava, chegando a ser convocado para representar a seleção australiana sub-21 em torneios internacionais realizados na Oceania e Ásia. A carreira atlética sempre foi conciliada com os estudos – ele é formado em fisioterapia.

FIGURA 34: Adam Imer durante partida. Foto: Arquivo pessoal

A trajetória no hóquei sofreu um breve hiato quando Adam tinha 20 anos de idade. Ele conheceu a brasileira Tatiana, que fazia um intercâmbio na Austrália, e casou-se com ela, tendo vindo morar por um tempo no Brasil. Entretanto, logo os dois decidiram voltar à Austrália, onde Adam defende o *Labrador Hockey Club*.

Em 2015, incentivado pela esposa, Adam procurou a direção da Confederação Brasileira de Hóquei Sobre a Grama e Indoor (CBHG), para saber se haveria interesse na naturalização dele e em uma possível participação na seleção brasileira. Devido ao prazo dos trâmites burocráticos, Adam não participou dos Jogos Pan-Americanos de 2015, que garantiram a classificação olímpica para o Brasil. A documentação ficou pronta a tempo da convocação para os Jogos Olímpicos do Rio. Mesmo vivendo na Austrália, Adam recebeu apoio dos familiares. Após a participação olímpica, seguiu com a rotina de jogador semiprofissional, conciliando a rotina de atleta e fisioterapeuta. Segundo dados da Federação

Internacional de Hóquei, até janeiro de 2020 Adam acumulava 26 partidas pelo Brasil, tendo disputado a *Hockey Series Finals*, em abril de 2019, pelo país.

Chris McPherson (hóquei sobre a grama 2016)

Nascido na Inglaterra, em 1984, Christopher Paul McPherson começou a jogar hóquei sobre a grama incentivado pela mãe, que praticava o esporte por lazer. As primeiras tacadas foram na escola, depois passou para o clube *Belper* e sempre conciliou as atividades esportivas com o estudo. Durante a adolescência, chegou a integrar a seleção estadual e, em virtude disso, teve a oportunidade de realizar treinos com a seleção britânica, mas nunca foi convocado – o pai pediu para que ele priorizasse os estudos em relação ao esporte. Apesar disso, continuou jogando entre os universitários, enquanto cursava ciências ambientais.

FIGURA 35: Chris McPherson (de frente) orienta jogadores da equipe Província de São Pedro. Foto: Divulgação/Província de São Pedro

No ano de 2008, durante uma viagem de lazer ao Chile, conheceu uma brasileira e decidiu casar-se com ela, optando por mudar para o Brasil em 2009. Radicou-se na cidade de Porto Alegre-RS, onde começou a trabalhar como professor de inglês. Um ano depois, Chris decidiu procurar por equipes de hóquei. Foi indicado a procurar a comissão técnica da seleção brasileira, que passaria pela capital gaúcha nos dias seguintes. Após o primeiro encontro com o técnico da seleção, realizado no aeroporto, foi convidado para participar de três semanas de treinos com a equipe, no Rio de Janeiro, o que ele prontamente aceitou. E o resultado da

primeira experiência foi o esperado. *“No final de duas semanas, ele [técnico da seleção] falou ‘a gente gostou. Tu és casado já, pode se naturalizar, tudo’, daí pra frente, eu comecei a fazer o processo. O processo é muito demorado. Foram uns dois anos pra conseguir fazer tudo.”* (MCPHERSON, 2017).

Mesmo com a documentação incompleta, Chris participou das etapas de treinamento com a seleção brasileira e acompanhou o time durante o ciclo olímpico de 2016. No ano de 2014, enfim, ele conseguiu o registro para atuar pelo Brasil, estreando nos Jogos Sul-Americanos. Na temporada seguinte, após cinco meses de treinamentos, integrou o time que disputou os Jogos Pan-Americanos e garantiu a classificação brasileira para os Jogos Olímpicos do Rio. A preparação olímpica afastou Chris do contato familiar. Apesar disso, ele teve duas filhas que nasceram em Porto Alegre: Cloe e Mia, sendo que a segunda nasceu durante o período final de preparação para a Rio-2016.

Após os Jogos, Chris retomou a rotina como professor de inglês na capital gaúcha, mas o hóquei sobre a grama seguiu em sua vida. Atuou como atleta e técnico da equipe Província São Pedro. Em julho de 2018, o site da CBHG deu destaque para a informação que Chris havia voltado a atuar pela equipe do Carioca no Campeonato Brasileiro daquele ano.

Ernst Onnes (hóquei sobre a grama 2016)

FIGURA 36: Ernst Onnes com a camisa do Brasil. Foto: Arquivo pessoal

A relação de Ernst Onnes com o Brasil começa com o avô paterno, que nasceu na Holanda, mas foi deslocado para trabalhar no Brasil na década de 1940, tendo se mudado para

o país com toda a família. O pai de Ernst nasceu em São Paulo, em 1946, onde permaneceu até os 12 anos de idade, quando a família retornou para Amsterdam.

Nascido em 1985, Ernst começou a jogar hóquei aos cinco anos de idade, seguindo uma tradição que já vinha do pai e dos tios. Durante um ano, ele defendeu o Amsterdam, uma das equipes mais tradicionais do hóquei sobre a grama em todo o mundo. Em seguida, passou a atuar em equipes menores. A carreira incluiu a passagem por outros países: Ernst atuou pelo Santiago, no Chile, e pelo Málaga, na Espanha. A trajetória internacional não foi empecilho para que ele seguisse estudando e se formasse em comércio exterior.

No ano de 2012, Ernst foi com um grupo de amigos assistir as partidas de hóquei sobre a grama dos Jogos Olímpicos de Londres. Foi ali que percebeu que haveria a possibilidade de participar do evento, em quatro anos, representando o país de nascimento do pai. Logo Ernst procurou a CBHG e já no ano de 2013 passou a integrar a equipe nacional. A adaptação foi rápida e, devido à experiência internacional, foi alçado ao posto de capitão, tendo participado várias competições durante todo o ciclo para a Rio-2016. Para poder conciliar a rotina fora dos campos com a seleção, Ernst contou com o suporte do patrão na empresa em que ele trabalhava na Holanda, que o liberou para longos períodos de treinos no Brasil, pois sabia que a participação olímpica – mesmo que por um país diferente daquele em que eles viviam, poderia representar muito para o atleta.

Após os Jogos Olímpicos, Ernst decidiu que deveria se dedicar mais à carreira profissional em comércio exterior e pediu para não participar de torneios e amistosos pela seleção brasileira durante a temporada de 2017. No site da CBHG, a última informação disponível sobre o atleta até o início de 2020 era a convocação para os Jogos Rio-2016.

Joaquin Lopez (hóquei sobre a grama 2016)

Nascido em Neocan, na Argentina, Joaquin começou a jogar hóquei sobre a grama aos 12 anos de idade, no clube Independiente, em sua cidade natal. Destaque durante a adolescência, recebeu um convite para atuar na seleção de juniores do país, mas recusou por causa de uma oportunidade no futebol: atuar pelas categorias de base do Boca Juniors, em Buenos Aires. Após um ano, foi emprestado a outro clube, o que o fez desistir do futebol. Aos 19 anos, decidiu mudar-se para a França, onde se manteve como jogador de hóquei sobre a grama. Dois anos depois, voltou para a Argentina, mas mantinha o sonho de morar em outro país. Naquele momento, recebeu uma ligação de um amigo brasileiro, que havia conhecido na Europa, dizendo que o Brasil estava montando uma seleção de hóquei sobre a grama. Antes

de vir, Joaquin procurou o técnico da seleção brasileira. *“Mandeí um e-mail pra Cláudio Rocha, hoje treinador olímpico da seleção, e nesse momento ele era treinador do Carioca. E falei: ‘minha intenção é virar brasileiro e viver aqui pra jogar e tal’. E ele respondeu com a maior sinceridade: ‘Não. Você não pode virar brasileiro, não tem mãe, não tem pai, não tem ninguém brasileiro na sua família’. Então falou não. Bom, eu vim igual.”* (LOPEZ, 2016)

A mudança para o Rio de Janeiro incluiu o trabalho como garçom em bares e a busca de um clube para jogar hóquei sobre a grama. Começou no Carioca, onde acumulou a função de técnico da equipe feminina, mas depois se mudou para o Germânia e em seguida para o Rio Hóquei. Já no final de 2015, a menos de um ano da Olimpíada, Joaquin casou-se com uma brasileira e deu entrada na documentação para se naturalizar.

FIGURA 37: Joaquin Lopez em ação, durante os Jogos Sul-Americanos de 2018. Foto: Abelardo Mendes Jr/rededoesporte.gov.br

Com o processo concluído, Joaquin pôde realizar o sonho de participar de uma edição olímpica. As maiores recordações que ficaram são a torcida e a estreia brasileira no torneio. *“Nesse momento que apitou o juiz eu disse assim: ‘Eu, agora no momento da minha vida, aconteça o que aconteça, vou ser um atleta olímpico’. Pra mim, esse apelido, ou o sobrenome que ganhei de atleta olímpico, foi a maior conquista pra mim, profissional.”* (LOPEZ, 2016)

Logo após os Jogos, Joaquin continuou vivendo no Rio, mas não sabia se continuaria no país ou se mudaria novamente. *“Imagino ter um planejamento em curto prazo do que quero, meu objetivo aqui no Rio foi de três anos, pra conseguir o sonho olímpico. Consegui e agora é traçar um objetivo, continuar crescendo como forma profissional, mas também tenho*

a responsabilidade e o prazer de ter uma mulher. E aí já começa entrar outra coisa em jogo, mas também irei continuar viajando e conhecendo outras culturas, sempre com essa desculpa de jogar hóquei.” (LOPEZ, 2016)

De acordo com dados da FIH, nos últimos anos Joaquin atuou em vários torneios pelo Brasil: Copa Pan Americana, em 2017, Jogos Sul-Americanos, em 2018, e a Série Mundial, que valia como seletiva olímpica, em abril de 2019. Segundo o site da Confederação Brasileira de Hóquei, em 2018 Joaquin atuava pelo FC Barcelona, da Espanha.

Patrick van der Heijden e Yuri van der Heijden (hóquei sobre a grama 2016)

FIGURA 38: Patrick van der Heijder em partida dos Jogos Sul-Americanos de 2018. Foto: Abelardo Mendes Jr/rededoesporte.gov.br

Patrick e Yuri van der Heijder são irmãos e nasceram na Holanda, filhos de pai holandês e mãe brasileira. Os pais deles se conheceram em Holambra, cidade no interior paulista com grande número de imigrantes holandeses, durante uma viagem a trabalho realizada pelo pai, que ficou sete anos no Brasil. Paulista de Irapuru, a mãe deles decidiu mudar-se para a Holanda após o casamento, mas sempre manteve um relacionamento com os familiares no país natal, e era comum que eles passassem as férias por aqui.

O hóquei sobre a grama era parte da rotina da família: alguns tios e o pai de Patrick e Yuri praticavam a modalidade regularmente. O início dos dois irmãos foi no Hockey Club Ares. A relação de ambos com o esporte era tão forte que, mesmo durante as férias no Brasil, eles procuraram algum lugar onde pudessem praticar. Nesse processo, encontraram um clube no Rio de Janeiro onde jogaram junto a outros atletas brasileiros.

Apesar de serem muito jovens à época (Yuri tinha 18 anos e Patrick estava com 16) ambos foram observados pelo técnico da seleção brasileira, que logo se interessou por eles e os convidou para acompanhar a preparação da equipe que jogou os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007. No ano de 2008, foram chamados para uma semana de treinamentos com a seleção, também na Capital Fluminense. Após esses treinos, o técnico convocou Yuri para integrar a equipe que jogou o Campeonato Sul-Americano adulto, no Uruguai. Meses depois, foi a vez a Patrick fazer a estreia pelo Brasil, mas jogando pela equipe sub-21, em um torneio pan-americano.

FIGURA 39: Os irmãos Patrick e Yuri, no Rio de Janeiro. Foto: Arquivo Pessoal

Quando o Rio de Janeiro foi escolhido como sede para os Jogos Olímpicos, no ano de 2009, os irmãos já participavam de torneios pelo país. A perspectiva de conquistar a vaga olímpica com maior facilidade, uma vez que o Brasil seria a sede, aumentou a partir disso. Antes, os irmãos integraram o time que disputou a seletiva para os Jogos de Londres, em 2012. O torneio foi realizado no Japão e o Brasil não teve sucesso.

Durante todo o ciclo olímpico seguinte, Patrick e Yuri fizeram parte do time principal do país. Durante essa passagem, eles seguiram todas as recomendações da comissão técnica, inclusive o pedido para atuarem em algum clube da liga argentina. No Brasil, os irmãos jogaram pelo Florianópolis Hockey Club. Dentre as principais competições internacionais em que estiveram em campo, eles destacam a presença nos Jogos Pan-Americanos de Toronto,

em 2015, quando o Brasil conquistou o índice técnico mínimo exigido pela FIH e garantiu a classificação para participar dos Jogos Olímpicos. A presença dos irmãos mobilizou a família van der Heijden: eles trouxeram 27 pessoas da Holanda para torcer no Rio de Janeiro.

Mesmo tendo nascido e morado na Holanda a maior parte da vida, Yuri diz que a oportunidade de ter participado de uma edição olímpica pelo Brasil foi especial. *“Eu acho que foi a melhor maneira de eu ter uma conexão com o país da minha mãe e de conhecer um pouco mais de como este é um bom país. Eu sempre tive esta conexão e gosto disso, é perfeito”*. (VAN HEIJDEN, 2017)

A conexão foi mantida mesmo após os Jogos Olímpicos. Yuri mudou-se para a Bélgica, para concluir a universidade e atuar pelo *Royal Victory Hockey Club*. No momento da entrevista ao projeto, Patrick estava radicado nos Estados Unidos, fazendo curso superior em gestão esportiva. Segundo a CBHG, em 2019 Patrick atuava pelo *Hockey Club Zwolle*, da Holanda, e Yuri era jogador do *Sevenoaks Hockey Club*, da Inglaterra. Ambos jogaram *Hockey Series Finals*, em abril de 2019 pelo Brasil. Até janeiro de 2020, Patrick acumulava 61 jogos pela seleção brasileira e Yuri 74, de acordo com dados da FIH.

Luísa Borges (nado artístico 2016)

Filha de pais brasileiros, Luísa Borges nasceu em Washington, nos Estados Unidos, mas mudou-se aos três anos de idade para São Paulo e depois, aos sete, passou a viver no Rio de Janeiro. A história de toda a família sempre esteve ligada aos esportes aquáticos: o pai e a mãe foram atletas de natação e o avô materno é Coaracy Nunes, ex-presidente da CBDA. O contato com as piscinas foi algo natural para Luísa durante toda a vida.

FIGURA 40: Luísa Borges, durante os Jogos Pan-Americanos de 2019. Foto: Abelardo Mendes Jr/rededoesporte.gov.br

Ainda criança, ela chegou a participar de algumas provas de natação. Aos dez anos, foi convidada pela técnica Magali Cremona a integrar a equipe do Fluminense de nado artístico. A troca de modalidade esbarrou em um problema de saúde: Luísa passou por uma cirurgia de retirada da tireoide e precisou se afastar das piscinas por um ano. No retorno, ela concluiu a mudança. Mesmo com o período de inatividade, Luísa se adaptou rapidamente. Um ano depois de começar a treinar, foi convocada para a seleção brasileira juvenil.

Após os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, a seleção brasileira foi renovada e Luísa convocada para compor a equipe sênior no conjunto – disputando primeiramente um Campeonato Sul-Americano e, depois, o Mundial de Barcelona, em 2013. No ano de 2014, Luísa passou a fazer o dueto que representava o Brasil, ao lado de Giovana Stephan, atleta do Flamengo. Nos Jogos Olímpicos do Rio, porém, ela competiu ao lado de Duda Micucci, com quem treinava no Fluminense. A dupla apostou em temas tipicamente brasileiros para a apresentação. *“A gente buscou dois temas brasileiros pra chamar realmente a arquibancada, o público. E a Amazônia foi surreal, todo mundo amou e foi muito marcante. A gente conseguiu transparecer bastante.”* (BORGES, 2017).

Além do dueto, Luísa fez parte do conjunto brasileiro que disputou os Jogos do Rio. Após a competição, ela se manteve na ativa pelo Fluminense e integrou a seleção brasileira em outros torneios, como os Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019. Até o momento da entrevista ao projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, ela conciliava a carreira atlética com os estudos em comunicação social.

Nathalie Moellhausen (esgrima 2016)

Nascida no ano de 1985, em Milão, na Itália, neta de uma brasileira, Nathalie Moellhausen começou a praticar esgrima na escola, com o incentivo da família. O que antes era divertimento passou a ficar mais sério a partir dos 15 anos de idade, quando ela disputou a liga italiana pela primeira vez. A dedicação ao esporte era intensa e, tempos depois, aos 19 anos, decidiu mudar-se para Paris, na França, com o objetivo de aprimorar o estilo de jogo – o pensamento inicial era realizar um intercâmbio de seis meses, mas ela acabou ficando por dez anos na capital francesa.

Mesmo morando na França, Nathalie fez parte da seleção italiana de esgrima e participou da conquista do Mundial por equipes em 2009 e integrava a equipe da Itália medalhista de bronze em 2011. No intervalo entre os dois pódios, conquistou outro bronze, este no Mundial individual, na espada. Em 2012, às vésperas dos Jogos Olímpicos de

Londres, Nathalie teve uma queda de rendimento, mesmo assim conseguiu integrar a seleção italiana que fez parte do evento.

Logo após as disputas, Nathalie foi convidada pela Federação Internacional de Esgrima para trabalhar como diretora artística do evento de cem anos da entidade, o que exigia dedicação integral e a fez paralisar os treinamentos. Após dois anos afastada do esporte, sentiu que haveria uma nova oportunidade como atleta, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O incentivo final veio da avó materna, brasileira, primeira a defender que a esgrimista usasse o passaporte familiar para buscar a vaga olímpica. *“Quando eu decidi voltar, foi uma decisão muito, muito louca. A minha avó tava super feliz, porque, na verdade, foi ela, depois do evento que eu falei, que eu gostaria de voltar a fazer esgrima. Ela falou ‘mas Nathalie, porque você não muda agora para o Brasil, que vai ter Jogos Olímpicos, este é o momento’. Eu falei, talvez sim, ela ainda chora hoje em dia de tão feliz que eu represento o país dela. Você não pode nem imaginar, mas foi difícil.”* (MOELLHAUSEN, 2016)

FIGURA 41: Nathalie Moellhausen durante atividade com crianças, em São Paulo. Foto: Esporte Clube Pinheiros

O pedido da avó foi ao encontro de outro projeto que era um desejo pessoal de Nathalie: trabalhar na divulgação e expansão da esgrima, não apenas como modalidade esportiva, mas como um elemento de estilo de vida. Ela acreditava que, defendendo um país com pouca tradição, poderia contribuir para a popularização do esporte. A decisão esbarrou em alguns empecilhos, como a necessidade de reconquistar espaço no ranking mundial. *“Foi uma ambição, missão bem complexa, porque eu voltei a fazer esgrima em 2014, em 2014 eu*

voltei, eu recomecei do zero, eu recomecei assim, sem ter ranking mundial, nem nada.” (MOELLHAUSEN, 2016)

O planejamento de retomada da carreira envolveu a montagem de uma equipe na França que deu suporte aos treinos de Nathalie e a filiação ao Esporte Clube Pinheiros, de São Paulo. Após um ano e meio de treinos, parte do objetivo já havia sido alcançado e Nathalie figurava entre as 12 primeiras do ranking mundial na espada. Durante o processo, ela destaca que teve o apoio dos colegas que já integravam a seleção, e acredita que a receptividade ajudou na reconstrução da carreira. *“Eu acho que a coisa mais importante é mostrar o resultado. Mostrar que você está aí com os outros pra fazer o melhor, e não que você quer ter um privilégio, digamos, porque eu não queria entrar na equipe brasileira com a ideia que, com aquilo que eu já tinha sido antes pela Itália. Recomecei do zero, entendeu? Isso, então isso eu acho que foi a coisa que deu certo depois com a equipe. Claro, que sim, posso dizer que foi um processo também pra mim complicado, e demorou tempo pra eu realmente entender que eu não era mais italiana, mas era brasileira. E esse, digamos, essa transição foi difícil sim, porque no momento você não é mais ninguém num país, e você não é ainda ninguém no outro, então isso é complicado. E você sabe que o único jeito de poder valorizar o teu trabalho é por meio do resultado, porque as pessoas podem entender”.* (MOELLHAUSEN, 2016)

A receptividade no Brasil contrastava com o comportamento de parte da equipe italiana de esgrima, que não compreendia a troca de nacionalidade feita pela atleta. *“Então, tinha muitos, muito barulho, barulho também na minha família, mas em positivo, não era uma coisa negativa, depois tinha o barulho negativo do ambiente da esgrima, porque a Nathalie mudou, a equipe italiana, ‘aí, Nathalie traiu nosso país’, alguns, não todos. Muitas pessoas não, mas também outras sim.”* (MOELLHAUSEN 2016).

O passo seguinte foi a confirmação da vaga olímpica. A medalha não veio, mas o sexto lugar conquistado no Rio de Janeiro é o melhor resultado da história da esgrima brasileira na competição (dias depois o feito foi igualado por Guilherme Toldo). Já veterana, e com duas edições olímpicas no currículo, Nathalie cogitou parar após 2016, mas a aposentadoria foi adiada. A opção por seguir nos tablados rendeu frutos. Em julho de 2019, Nathalie se tornou campeã mundial na prova da espada feminina, com a vitória diante da chinesa Sheng Lin, em Budapeste. Foi a primeira medalha de uma atleta brasileira em um campeonato mundial de esgrima. Nos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, Nathalie voltou ao pódio, conquistando uma medalha de bronze.

Katherine Miller (esgrima 2016)

Katherine Miller nasceu na cidade de Nova Iorque em 9 de maio de 1994. O pai dela é paulista de Campinas, mas na infância mudou-se para os Estados Unidos. Foram várias idas e vindas entre os dois países, até que ele concluiu o curso universitário e se estabeleceu naquele país.

O primeiro contato de Katherine com a esgrima foi aos dez anos de idade, incentivada pelo irmão mais velho. Ela não se sentiu confortável, mas um ano depois voltou a experimentar e a sensação foi absolutamente diferente, tendo criado gosto pelo esporte, que passou a ser praticado de maneira sistemática, como atividade no contraturno escolar. O bom desempenho nas competições de categorias de base abriu possibilidades. Aos 18 anos, ela foi recrutada como atleta para defender a universidade de *Yale*, onde cursou relações internacionais.

FIGURA 41: Katherine (ao centro) na Vila Olímpica, ao lado estão o nadador norte-americano Michael Phelps e a esgrimista canadense Leo Mackinnon. Foto: Arquivo pessoal

Um pouco antes de começar o curso universitário, em uma das visitas ao Brasil, Katherine teve a oportunidade de conhecer o Esporte Clube Pinheiros, em São Paulo, e a equipe de esgrima. *“Eu sempre ouvia a história dos meus pais de morando em Campinas, morando em São Paulo, meus avós também falavam muito, mas eu não tive uma conexão pessoal com o Brasil, eu vi que talvez a esgrima poderia ser minha conexão.”* (MILLER, 2019).

Após o primeiro ano de vivência universitária, Katherine decidiu fazer um intercâmbio e escolheu o Brasil, onde pode aprimorar o domínio do português e aproximar-se da cultura de seus ascendentes. Em vez de São Paulo, ficou radicada no Rio de Janeiro. Quatro semanas após chegar ao país, teve contato com um clube de esgrima, onde encontrou Arno Schneider, dirigente da modalidade no Brasil e que se tornou um entusiasta da jovem, incentivando-a a se inscrever em competições nacionais. Apesar de o foco inicial ser o estudo, principalmente do idioma, os resultados foram satisfatórios e colocaram a atleta entre as melhores do país. Em 2014, faltando dois anos para os Jogos Olímpicos do Rio, recebeu a primeira convocação para atuar pela seleção brasileira.

A rotina de viagens imposta pelas competições internacionais fez com que Katherine tivesse de tomar uma decisão ousada. Após o terceiro ano universitário, decidiu trancar o curso superior para focar nos treinos. A opção foi manter-se treinando em Nova Iorque, onde encontrou uma estrutura melhor que nos clubes brasileiros.

Paralelamente à busca de melhora no ranking, Katherine acompanhava atentamente o processo de outra atleta. A esgrimista Émese Takács, nascida na Hungria e que chegou a ser casada oficialmente com um brasileiro, havia tentando a cidadania do país. O processo foi marcado por idas e vindas e, sempre que Takács era avaliada como apta para representar o Brasil, Katherine era a atleta preterida.

A tensão causada pela possibilidade de perder a vaga gerou uma situação curiosa, na qual outras atletas brasileiras se aproximaram de Katherine. A situação só foi definida às vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio, quando a esgrimista já conciliava os treinos com outra atividade profissional nos Estados Unidos. *“Eu lembro que nesta época eu estava falando com a Amanda [Simeão, esgrimista que também integrou a equipe brasileira] quase todo dia, muitas vezes por dia, com atualizações da situação [...] Eu estava entrando no escritório do meu chefe de trabalho, eu via mensagens dela, que eles tinham feito a última decisão de que foi a favor de nós. Eu quase chorei, porque eu sabia já antes de tudo que seria uma experiência, uma das experiências mais incríveis da minha vida. E foi. Eu sempre digo que eu não tenho as palavras, nem em português nem em inglês para descrever”.* (MILLER, 2019).

Se conciliar treinos em alto rendimento com estudos e uma carreira paralela é um desafio, a rotina atribulada acabou trazendo ganhos. *“Eu acho que as coisas que eu aprendi na esgrima, quando era criança, quando estava representando o Brasil, me ajudou muito. Em ter sucesso do meu trabalho, em termos de o valor de estar trabalhando muito, de como usar o tempo com mais eficiência, mas também tendo um elemento de conexão com outras pessoas, de fazer parte de uma equipe e trabalhar pra alcançar alguma coisa, que é uma das*

coisas que eu acho que me ajuda no trabalho. Eu sei como trabalhar com outras pessoas, como ajudar outras e ser ajudada pelas outras. Então, isso foi, eu uso as coisas que eu aprendi na esgrima todos os dias trabalhando”. (MILLER, 2019). Apesar da carreira em relações internacionais, Katherine continua jogando esgrima e mantém como objetivo representar o Brasil em outros eventos internacionais.

Eduard Soghomonyan (wrestling 2016)

Nascido na cidade de Yerevan, na Armênia, Eduard Soghomonyan teve a primeira experiência com o wrestling aos seis anos de idade, na academia onde o irmão treinava. Logo ele gostou da modalidade, mas foi impedido pelo professor de treinar, devido à pouca idade. Seis anos depois, uma nova oportunidade surgiu e o jovem começou a treinar com regularidade a modalidade, uma das mais populares de seu país natal.

FIGURA 43: Eduard Soghomonyan durante treino da seleção brasileira com atletas de Cuba, no Rio de Janeiro, em abril de 2019. Foto: Abelardo Mendes Jr/rededoesporte.gov.br

Os primeiros anos foram de muito treino, algumas competições e poucas conquistas. Quando as medalhas começaram a surgir, o gosto pelo esporte cresceu. Em 2007, Eduard foi o terceiro colocado no Campeonato Armênio na categoria cadete e, no ano seguinte, campeão entre os juniores. Em 2009, participou do Campeonato Europeu e em 2010 foi o quinto colocado no Mundial Júnior.

Em 2011, uma competição esportiva mudaria a vida de Eduard. Ele não lutou, mas atuou como voluntário durante a realização dos Jogos Pan-Armênios, que ocorrem a cada quatro anos e reúnem descendentes de armênios que vivem em diferentes pontos do mundo. A função que Eduard assumiu foi a de guia da delegação formada pelos brasileiros. A pessoa de quem ele mais se aproximou foi o paulista Ricardo Mikaelian.

A amizade rendeu um convite para conhecer o Brasil, e Eduard vislumbrou além: na América do Sul, poderia aprimorar-se no jiu-jitsu e boxe, tornando-se um lutador de Artes Marciais Mistas – o MMA. Logo no primeiro treinamento de jiu-jitsu, Eduard foi orientado pelo treinador a procurar a equipe do Sesi de Osasco, onde poderia integrar a equipe de alto rendimento de wrestling. O primeiro torneio foi o Campeonato Paulista, em 2012 e, a partir dali, ele sentiu que poderia naturalizar-se para tentar voos mais altos. Nesta caminhada, contou com o apoio da comunidade armênia na Capital Paulista, em instituições como a igreja e o clube Samma, além de outros descendentes de armênios. *“A pessoa que nasce em um país, brasileiro ou armênio, cada pessoa quer levantar a bandeira dele. Mas tem outro ponto também. Se um país como o Brasil acreditou em mim e deu chance de eu mostrar talento de luta no tapete, então por que não? Por que não posso fazer isso como atleta?”* (SOGHOMONYAN, 2019)

A jornada rumo aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro contou com a participação em torneios internacionais, que ajudaram a colocar o lutador entre os dez melhores do mundo. Às vésperas da seletiva olímpica, ele foi acometido pelo zika vírus e não pôde participar (Matsuki, 2016). Devido aos resultados obtidos durante o ciclo olímpico, a Confederação Brasileira de Wrestling realizou uma luta entre Eduard e o vencedor da seletiva, Antoine Jaoude, e Eduard acabou conquistando a vaga.

Apesar dos resultados anteriores, o lutador caiu no primeiro combate nos Jogos do Rio. Saiu dali com a intenção de voltar a uma disputa olímpica, mas para isso pensou em tomar novos caminhos. Deixou o Brasil e foi para a Califórnia, nos Estados Unidos. *“O sentimento foi o pior que eu senti na minha vida. E vou falar, não vou ficar vergonha, eu chorei. E eu nunca chorei na minha vida, mas esse campeonato foi muito emocionante. Na minha cabeça, eu coloquei, ‘eu vou para Tóquio 2020’. E primeira coisa que eu pensei foi: ‘preciso mudar forma de treinamento, porque o Brasil não tem essa estrutura boa, que pode chegar perto de atletas olímpicos’. E comecei, estou começando a fazer isso, começando a realizar isso, treinar fora, com atletas mais fortes que eu, pra crescer, pra ficar mais forte”.* (SOGHOMONYAN, 2019)

Distante dos treinamentos no Brasil, Eduard passou um longo período sem representar o país em eventos internacionais. Em 2019, ele lutou pela equipe de São José dos Campos e representou o Brasil no Pan-Americano da modalidade, realizado em Buenos Aires. Em janeiro de 2020, Eduard era o líder do ranking brasileiro no estilo greco-romano, na categoria até 130 quilos (Confederação Brasileira de Wrestling, 2020). Em março de 2020, Eduard ficou em segundo lugar no torneio pré-olímpico continental disputado na Flórida, garantindo uma vaga para os Jogos Olímpicos de Tóquio como representante do Brasil.

Xavier Vela Maggi (remo)

Xavier Vela Maggi nasceu na cidade de Tortosa, no Sul da Espanha. Os avós paternos eram espanhóis, mas mudaram-se para o Brasil na década de 1940 e viveram aqui até o início dos anos 1970, quando decidiram regressar à Espanha. Nesse meio tempo, o pai de Xavier nasceu no Brasil.

Figura 44: Xavier (à esq.) e o irmão Pau, no pódio dos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019, quando representaram o Brasil. Foto: Glaucia Heier/COB

Desde a infância, Xavier sempre gostou de praticar esportes, tendo passado pelo futebol e o judô. Por uma orientação dos pais, Xavier teve de abandonar as outras modalidades que praticava para dedicar-se exclusivamente ao remo, modalidade que era a

preferida do irmão, Pau. Esse esporte também foi indicado a Xavier como forma de fortalecimento para amenizar as dores que ele tinha por causa de uma luxação no ombro.

Remando pela equipe de Tortosa, em parceria com o irmão, Xavier construiu uma carreira consistente e chegou a disputar vários eventos internacionais representando a Espanha por 13 anos, tendo conquistado uma medalha de bronze no Campeonato Europeu de 2013. Todavia, no ano de 2015, ele foi preterido no momento da definição da dupla que buscava uma vaga para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Sem a chance de defender o país Natal, Xavier vislumbrou a possibilidade de migrar para o país de nascimento do pai. Após uma passagem frustrada por um clube no Rio de Janeiro, Xavier voltou ao Brasil em outubro de 2015 em busca da vaga olímpica no *double skiff* peso leve. *“Não foi fácil. Tentaram, de uma maneira ou outra, deixar a vida mais complicada. Mas para mim, a vida já foi complicada de pequeno, e eu não me importava, eu ia continuar seguindo. Mas começamos a remar, treinamos em dezembro uma vez, o barco, ele [Willian Giareton, companheiro de barco] me falou, quando terminamos os dois, que foi a melhor maneira de conhecer é remando. E saímos a remar, o barco saiu e saía muito bem, então em janeiro começamos a remar, e em março já estamos dentro da Olimpíada.* (Maggi e Giareton, 2017).

Curiosamente, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, Xavier teve a experiência de competir contra o irmão, que integrava a equipe da Espanha. Após os Jogos Olímpicos do Rio, Xavier seguiu remando pelo Brasil. No ano de 2017, ao lado de Willian Giareton, ele conquistou duas medalhas de bronze em etapas de Copa do Mundo, nas provas de dois sem timoneiro. No ano seguinte, eles conquistaram a medalha de ouro na disputa do dois sem timoneiro na etapa da Áustria da Copa do Mundo. Em 2019, Xavier participou dos Jogos Pan-Americanos de Lima e conquistou a medalha de prata no dois sem timoneiro. Desta vez, o companheiro de barco era o irmão dele, Pau, que, apesar de ter disputado os Jogos Olímpicos de 2016 pela Espanha, passou a representar o Brasil em competições internacionais. Além de se dedicar ao esporte, Xavier conciliou a carreira com o curso de fisioterapia.

6.1 Relatos por terceiros e material de apoio

Conforme já destacado no capítulo dedicado à metodologia, alguns dos sujeitos que fazem parte da pesquisa já haviam falecido no momento em que a mesma foi iniciada. A recuperação da trajetória desses sujeitos foi feita com base nos relatos de familiares e com o apoio de material documental, como jornais de época. Esta sessão inclui as informações sobre um atleta que competiu em 2016 e recusou-se a conceder entrevista ao projeto. Da mesma

maneira que nas biografias construídas com base em narrativas, algumas situações serão destacadas e analisadas no capítulo posterior.

Sebastião Wolf (tiro esportivo 1920)

O primeiro atleta que representou o Brasil em uma edição olímpica nascido em outro país foi o atirador Sebastião Wolf, que migrou para o país em 1880, quando era criança. Nascido em 5 de fevereiro de 1869 na região da Baviera, na Alemanha, o atirador era filho de Anna Maria Clarz Belzer e enteado do naturalista Hermann von Ihering. Segundo informações do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil, Von Ihering veio para o Brasil em 1880 e naturalizou-se em 1885. (FIOCRUZ, sem data).

FIGURA 45: Os atiradores Dario Barbosa e Sebastião Wolf (à dir.), que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de 1920. Foto: Fluminense Football Club

A família viveu em vários municípios do interior do Rio Grande do Sul: Taquara do Novo Mundo, Pedras Brancas e São Lourenço do Sul, assim como outros germânicos que se estabeleceram nesta região. Conforme demonstra Jesus (2001), entre as décadas de 1870 e 1880, a entrada de germânicos no estado foi grande e os imigrantes estavam em ascensão econômica. Outro ponto importante a ser registrado é que em 1890 foi publicado o decreto 200-A, concedendo a nacionalidade brasileira a todas as pessoas que viviam no Brasil em 15 de novembro de 1889, salvo aquelas que requeressem a nacionalidade do país de nascimento. Na data prevista, Wolf já morava no Rio Grande do Sul.

Adulto, Sebastião seguiu carreira militar, o que foi fundamental para a prática da modalidade escolhida: o tiro. Rubio (2015) afirma que Sebastião conquistou o Campeonato Brasileiro da modalidade em 1915. Em 1920, fez parte da equipe que conquistou a medalha de bronze para o Brasil nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, ao lado de Dario Barbosa, Afrânio da Costa, Guilherme Paraense e Fernando Soledade. O Brasil teve outros dois pódios na Bélgica, todos no tiro: ouro com Guilherme Paraense e prata com Afrânio da Costa. Cumulativamente à carreira militar e a prática de tiro, Sebastião era empresário e mantinha uma fábrica de biscoitos em Porto Alegre, a “Biscoitaria Americana”. Nos Jogos Sul-Americanos de 1922, Wolf representou o Brasil e conquistou a medalha de ouro.

A edição do *Jornal dos Sports* de 3 de junho de 1932 cita Wolf como membro da delegação brasileira de tiro, como reserva para os Jogos Olímpicos de Los Angeles. A nota diz que “Na opinião balizada do doutor Afrânio Costa, a nossa delegação deverá estar, assim, constituída: Braz Magaldi, Harvey Villela, Amaral Ferraz, Afrânio Costa e Sebastião Wolf. Este reserva.”

FIGURA 46: João Conrado Wolf e Sebastião Wolf em ilustração do jornal *A Noite*. Foto: Reprodução

Também o jornal *A Noite* de 23 de junho de 1932 elenca Wolf entre os relacionados para os Jogos Olímpicos e inclui o nome do filho dele, João Conrado Wolf. A nota termina com a informação de que a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) deveria decidir em definitivo sobre a escalação para as provas dos atiradores efetivos e reservas. Os nomes de ambos aparecem novamente na edição de 25 de junho de 1932. Outros periódicos, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Jornal do Commercio* também trazem o nome dos dois atiradores na lista de convocados.

Diretor do Tiro Nacional Porto-Alegrense, Wolf morreu em 15 de março de 1936. Em junho de 1937, uma competição foi organizada no estádio do Fluminense e chamada "Taça Sebastião Wolf". A seguir é reproduzida uma entrevista de Wolf ao jornal *Diário da Noite*, publicada em 13 de setembro de 1932.

As embaixadas da pobreza

Em 1920, como em 1932, andámos mendigando recursos

Os nossos leitores estão lembrados, por certo, do numero especial do DIÁRIO DA NOITE, comemorativo do "Dia Olímpico", realizado pouco antes do embarque da delegação brasileira. A abundante matéria que tivemos para esse numero e o successivo noticiário, impediu-nos de publicar varias cousas interessantes que tinhamos para aquelle numero. Entre ellas ficou-nos uma entrevista feita com o velho Wolf, um dos componentes da nossa representação à 10ª Olympiada.

Para elle de cousas passadas, entretanto, muito opportuna, por isso, que vem frizar, que somos sempre imprevidentes, não sendo a primeira vez que os nossos embaixadores sportivos sentem falta de recursos, como aconteceu em Los Angeles.

Lelamos, pois, a entrevista que nos concedeu o sr. Sebastião Wolf, a respeito da penuria da delegação nacional de 1920.

Elle :

— Mais uma vez irei representar o Brasil num grande concurso sportivo internacional. Vou como reserva, mas se porventura tiver que intervir na equipe, embora não esteje actualmente em forma irrevelável, vou produzindo uma actuação firme. Estive parado cerca de dez annos, não fazendo o menor exercicio de pistolet, pois no Rio Grande do Sul não ha dessas armas, nem munições proprias. Depois que aqui cheguei tenho treinando todas as dias e vou melhorando dia a dia.

Até o momento da prova, poderei alcançar 500 e poucos pontos, podendo num grande esforço alcançar 520. Mas não poderei fazer, em vista da minha idade não permitir, proeza maior.

Em todo caso, experimentado que sou, se for chamado à equipe, os meus pontos serão certos. Não sentirei emoções que me perturbem as performances costumadas. Aliás, todos os nossos atiradores, que vão a Los Angeles, são experimentados em provas internacionais.

Proseguindo a sua narrativa, Wolf lembrou que dos antigos companheiros de delegação somente elle e Afrânio Costa tráo integrando a turma de tiro. Recorda que tambem dos demais componentes da embaixada de Antuerpia, somente Adhemar Serpa e Abraham Salitire, que fizeram parte do team de water-polo, comparecerão com elle a Los Angeles.

Historia a ida dos atiradores brasileiros de Portugal ao campo de Beverloo, rememorando a viagem accidentada durante tres dias e quatro noites, em poltronas, sem o menor repouso, para poderem chegar com tempo de descansar uma semana e rectificarem os tiros.

A PARTIDA TARDIA

A delegação brasileira das olympiadas de Antuerpia partiu muito

tarde. Os atiradores, que tinham que chegar mais cedo em Antuerpia, viram-se obrigados a deixar o vapor que os conduzia e terminar a viagem de trem.

PENURIA

Não tendo a Camara ultimado a votação do credito de 150:000\$000, que o governo concedeu aos nossos embaixadores sportivos, patrioticamente os sportmen partiram falhos de recursos monetarios.

Chegados em Portugal, viram-se os componentes da delegação obrigados a se despojarem dos haveres particulares que levavam, afim dos atiradores poderem seguir por terra ao local das provas. Eu, lembro-me bem, fiquei com um nickel de tostão apenas no bolso. Todos nos entregámos o que possuíamos ao dr. Trompowsky, chefe da delegação, para que elle custeasse as nossas despesas.

O nosso consul em Portugal forneceu-nos as passagens. O general Trompowsky, que se achava na Europa em missão do governo, adeantou-nos 2.000 francos.

O consul do Brasil em Antuerpia emprestou-nos tambem 2.000 francos. Lá chegados, tivemos fraternal acolhida da Associação Christã de Moços, que nos custeou todas as despesas, até que chegassem os recursos para nos mantermos e pagar o que devíamos, o que foi feito.

Em Beverloo ficámos bem alojados. Aconteceu, porém, um

EPISODIO INTERESSANTE

Em frente aos alojamentos de todas as delegações ostentavam-se em mastro pannejeando ao vento, as bandeiras dos respectivos países. O Brasil não levou bandeira nacional e lá não encontrou uma para comprar. Arranjou-se um simulacro do pavilhão nacional, que parecia tudo menos a nossa gloriosa bandeira. Tivemos, assim, durante muitos dias, até que nos viesse uma authentica bandeira brasileira, de Hamburgo, um pedaço de panno representando o nosso querido pavilhão.

O SYMBOLO NACIONAL BRASILEIRO DESCONHECIDO

Finalmente, com satisfação de todos nós que já sentíamos imensas saudades do Brasil e da nossa bandeira, chegou o suri-verde pennão encomendado na Alemanha.

Assim que erguemos no mastro o pavilhão patrio, juntaram-se de frente ao nosso alojamento innumeras pessoas. Chegando-me a ellas, notei que estavam achando muito bonita. Uns indagavam aos outros a que nação pertencia. Alguem informou que parecia da Turquia. Outro cavalheiro concordou, achando que devia ser, pois tinha estrelas. Outro protestou que não devia ser turca, em vista de não ter a meia-lua. Alguem referiu-se ao verde da bandeira portugueza.

Chegando-me mais perto do grupo, fiz ver que o pavilhão que tão lindo estavam achando era do Brasil.

Palestrei mais algum tempo, contando cousas nossas, sendo eu-

sucesso x São Christovão

A contestação de um bomsucessense

Publicamos na 2ª edição de hontem as declarações de um grupo de associados do São Christovão sobre os incidentes de domingo ultimo em Bomsucesso e agora recebemos uma carta assignada pelo sr. José Medeiros de Carvalho contestando o que nos fôra declarado.

Elle a carta que nos foi dirigida :

"Ilmo. sr. redactor — Sob o titulo e sub-titulo — "Os lamentáveis incidentes do jogo Bomsucesso x São Christovão — Um grupo de sanctristovenses no DIÁRIO DA NOITE" — publicou em 2ª edição o DIÁRIO DA NOITE de hontem uma queixa de directores do São Christovão, acompanhada de um clichê, no qual mostrava o estado lastimavel em que ficou o carro que conduzia os srs. Balthazar Franco, Ernani Valentim, Camillo Gomes, directores do club, o player José Luiz e Waldemar Silveira, socio e proprietario do referido carro, que ao deixarem o campo da Estrada do Norte foram atacados a pedradas pela tra popular, assautilhando os torcedores do Bomsucesso a capota do carro e quebrando o seu parabrisa, damnificando-o.

A causa do ataque e depredação do automovel em que viajaram, aquellos senhores, não foi consequencia do resultado desastroso da partida em que foi juiz o desbrilhado sr. Antonio Affonso.

Homens de bem, não lançem mão da mentira para tirar partido de situações difficeis.

O grupo revoltado atacou o carro do socio do São Christovão, devido ter elle trapejado e ferido cinco pessoas muito conhecidas em Bomsucesso.

Foi por esse motivo que a tra popular explodiu e quiz applicar no grupo a pena de Talão. Infelizmente, porém, um pagando os justos pelos peccadores.

Aqui fica a verdade cristalina, a espera de contestação. — (A.) José Medeiros de Carvalho."

O DIÁRIO DA NOITE

acclamado órgão official do Getulio

Recebemos atencioso officio da directoria do S. Club Getulio, communicando-nos que o DIÁRIO DA NOITE foi acclamado, por unanimidade, órgão official desse club. Gratias.

"O Jornal F. C." enfrentará domingo o Cajueiro F. Club

Numa festa que será realizada domingo proximo, em Madureira, "O Jornal" F. C. disputará a prova de honra, com o Cajueiro F. C.

Vido com attenção e curiosidade.

E que nos dia das provas de Antuerpia, perguntámos.

— Munições. Não poderíamos fazer mais. Conseguimos um primeiro lugar nas provas de revólver, por intermedio de Guilherme Parante, um segundo, conseguido por Afrânio Cecília e o terceiro lugar de turma de pistolet.

FIGURA 47: Entrevista de Sebastião Wolf ao jornal *Diário da Noite*. Foto: Reprodução

Carlos Woebcken (atletismo 1932)

Nascido na Alemanha em 1901, Carlos Woebcken migrou para o Brasil com a família, quando tinha um ano de idade. Seus quatro irmãos nasceram no Brasil. Radicado no Rio de Janeiro, frequentou desde jovem o clube do Flamengo, ao qual era filiado. A primeira referência encontrada ao nome do atleta em um jornal está na edição de 9 de julho de 1922 do *Correio da Manhã*. O nome de Carlos Woebcken consta numa lista de inscritos para participação em um campeonato municipal no Rio de Janeiro.

Carlos participou das disputas de atletismo nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, no decatlo. Os resultados oficiais dão conta que ele não conseguiu concluir todas as provas. Segundo nota publicada na edição de 2 de outubro de 1934 do *Jornal dos Sports*, Carlos ficou dois anos afastado das competições, mas voltou à ativa no Campeonato Carioca daquele ano, obtendo resultados significativos. O último registro localizado que cita Carlos como atleta está no *Jornal dos Sports*, em 07 de dezembro de 1935 e traz a informação que ele participaria de uma competição envolvendo o Club Alemão, Flamengo e o Athletico Boa Viagem, de Niterói. Carlos é citado como competidor para as provas de disco e dardo.

O ex-competidor morreu aos 61 anos de idade, no Rio de Janeiro. Na seção de atos religiosos do *Correio da Manhã* de 13 de julho de 1962 foi publicada a nota de falecimento com os seguintes dizeres “A família Woebcken comunica o falecimento, ontem, do saudoso CARLOS e convida para o sepultamento no Cemitério de S. Francisco Xavier, de cuja Capela sairá às 16h de hoje, sexta-feira 13-7-62, pelo que antecipadamente agradece.”

FIGURA 48: Representantes do atletismo brasileiro em Los Angeles 1932. Foto: Reprodução *O Jornal*

Carlos Woebcken, vencedor do salto em altura

FIGURA 49: À esq., reprodução de foto de Carlos publicada no jornal *Correio da Manhã* em 2 de setembro de 1930.

FIGURA 50: À dir., equipe do Flamengo campeã carioca de atletismo em 1927, em reportagem publicada pelo *Correio da Manhã* em 3 de janeiro de 1928.

Joaquim Roderbourg (vela 1956 e 1964)

Nascido na Alemanha, em 8 de abril de 1918, Joaquim Roderbourg migrou com os pais e irmãos para o Brasil em 1936, radicando-se em São Paulo. De acordo com uma de suas filhas, Hilde, é provável que a família tenha vindo ao país por conta da tensão política existente na Alemanha no período entre guerras. “*Acredito, que como meu pai nasceu em 1918, foi logo após a primeira guerra, meu avô cheirou a coisa no ar, que ia estourar uma segunda guerra, catou a família e vieram pra cá*”. (RODERBOURG, 2016).

Chegando ao Brasil, a família se estabeleceu na região do bairro de Santo Amaro, na Capital Paulista, próxima à represa Guarapiranga. Como já era adulto, Joaquim buscou

emprego e conseguiu na fábrica de folhinhas *Sheliga*, que pertencia a alemães. De acordo com Reibel (2000), em 1945 a nova direção do YCSA recusou a aceitação do irmão de Joaquim, Carlos Roderbourg, no quadro de associados, assim como do lituano Wladis Polisaitis, sob a alegação que era preciso manter a política de nacionalização do clube. Outro irmão de Joaquim, Júlio, que já era membro do YCSA, acabou liderando um movimento contra a medida. O movimento ficou conhecido como “A greve dos Juvenis”. Reibel revela que posteriormente o clube aceitou a inscrição dos jovens no quadro de associados.

FIGURA 51: Joaquim Roderbourg velejando. Foto: Arquivo pessoal de Hilde Roderbourg

Um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, Joaquim casou-se com uma filha de imigrantes alemães, que estava radicada em São Paulo e, em 1947, nasceu Hilde, filha mais velha do casal. Reibel (2000) afirma que naquela época, Joaquim já era considerado um dos talentos do clube, ao lado de outros nomes como Peter Mangels, Harald von Sydow, Hans H. Domschke e Wolfgang Putz.

Além de ser associado ao clube, o velejador morava à beira da represa Guarapiranga, o que permitia a ele velejar praticamente todos os dias. O processo de naturalização foi concluído em fevereiro de 1952 e, quatro anos depois, em 1956, Joaquim disputou as eliminatórias para os Jogos Olímpicos pela classe *Iole Olímpica* e conseguiu a vaga. De acordo com Reibel (2000), ao chegar a Melbourne, ele teve de velejar em um barco da classe

Finn, com o qual não se adaptou. No retorno ao Brasil, passou a velejar em um barco da classe *Flying Dutchman*, tendo como companheiro outro atleta nascido na Alemanha: Klaus Hendricksen, recém-chegado ao Brasil. Após não conseguirem a vaga para os Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, eles se classificaram para os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo, no qual conquistaram a medalha de ouro. Em 1964, estiveram como representantes brasileiros nos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Após parar de competir, Joaquim manteve-se ligado à vela olímpica e esteve na comissão técnica que o Brasil enviou para os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972. Na década de 1980, após um segundo casamento, Joaquim decidiu mudar-se novamente para a Europa, onde morreu em 1991, após um acidente de bicicleta, na Áustria.

Paulino Gonçalves Leite (remo 1960 e 1964)

Nascido em Portugal, no dia 1º de abril de 1937, Paulino Gonçalves Leite era radicado em Porto Alegre-RS. De acordo com Martini (2013), Paulino começou a carreira no Grêmio Náutico União e fez parte da equipe campeã do Campeonato Estadual de Remo em 1959, na categoria quatro com timoneiro, tendo repetido o feito em 1960.

Após vencer o Campeonato Sul-Americano com a equipe do quatro sem timoneiro, foi contratado pelo Vasco, juntamente com Francisco Todesco, Ernst Neugebauer e Harry Klein. No clube carioca, todos foram comandados pelo técnico argentino Alberto Valle, segundo consta em notícia do *Jornal dos Sports* na edição de 22 de março de 1960. Conforme o relato de Todesco, Valle foi o responsável pela montagem da equipe, no Rio Grande do Sul, e depois se transferiu para o Vasco, devido à melhor proposta financeira.

A ficha de filiação de Paulino ao Vasco tem como data de inclusão no quadro de sócios o dia 31 de maio de 1960. Em outro documento disponibilizado pelo clube consta como primeira competição disputada por Paulino a edição de 1960 dos Jogos Luso Brasileiros, realizada em 3 de julho de 1960. O relatório da diretoria do Vasco, com as atividades do remo, mostra que em 20 de novembro de 1960 o clube venceu a 62ª edição do Campeonato da Cidade do Rio de Janeiro, na categoria quatro com timoneiro. A equipe era formada pelo timoneiro Gustavo Carlos Valle e pelos remadores Harri Edmundo Klein, Sebastião Pereira de Araújo, Paulino Gonçalves Leite e Ernesto Neugebauer Edter.

Após os Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, Paulino participou de outras competições pelo Brasil, como os Jogos Sul-Americanos de 1962, em Tigre, na Argentina, e os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo. Manteve-se no Vasco e foi remador do Brasil nos Jogos

de Tóquio, em 1964. A última competição registrada na ficha de atleta de Paulino pelo cruzmaltino carioca ocorreu em 20 de novembro de 1966 e foi organizada pela Federação Metropolitana de Remo do Rio de Janeiro. Um relatório da diretoria vascaína de 1968 cita o nome de Paulino em uma relação sob o título “Atletas da divisão de remo que tomaram parte nas regatas do campeonato”.

DEPARTAMENTO TECNICO DO C. R. VASCO DA GAMA			
FICHA INDIVIDUAL DE SOCIO ATLETA			
DEPARTAMENTO: REMO	NASCIDO EM: 1 DE abril	DE 19 37	
NACIONALIDADE Portuguesa - Nat. Bras.	NATURALIDADE Portugal		
ESTADO CIVIL Solteiro	INCLUSÃO NO QUADRO SOCIAL: 31 / 5 / 60		
FILIAÇÃO	PAE Amadeu Antonio Soares Leite		
	MÃE Aurora Gonçalves Leite		
RESIDÊNCIA Av. Alex Ferreira, 425 - Apto. "C"	TEL.		
LOCAL DO TRABALHO	TEL.		
DATA DE REGISTRO NA ENTIDADE	DATA DA INSCRIÇÃO		
RESERVISTA	CATEGORIA	CLASSE	N.º
CARTEIRA PROFISSIONAL N.º	PASSAPORTE N.º	IDENTIDADE	
CARTEIRA EXTRANJEIRO N.º			
Paulino Gonçalves Leite		DEPARTAMENTO Senior 3.º	REMO eão
		MATR. DE SOCIO Campeão	

FIGURA 52: Ficha de Paulino Gonçalves Leite no Vasco. Foto: Reprodução/Centro de Memória Clube de Regatas Vasco da Gama

Encerrada a carreira como atleta, manteve-se ativo no remo carioca, trabalhando como árbitro em diversas regatas, como constatado em notas de jornais. Além das páginas esportivas, durante as pesquisas em jornais antigos, o nome de Paulino foi localizado várias vezes na coluna social do periódico *Correio da Manhã*, principalmente por causa do namoro do remador com Tânia Teresinha Cardoso. Segundo as notas, o relacionamento entre eles teria começado em meados de abril de 1965. Em primeiro de maio de 1966, o mesmo periódico publicou “Tânia Teresinha Cardoso e Paulino Gonçalves Leite fazendo planos de passar a aliança da direita para a mão esquerda, ainda este ano.” Em novembro do mesmo ano, foi publicada a última nota sobre o casal “Tânia Teresinha Cardoso é o trunfo que Paulino Gonçalves Leite conta para vencer a regata de hoje, na lagoa.” Apesar desses registros serem da vida particular de Paulino é importante citá-los, tendo em vista que são as últimas referências sobre o atleta em jornais.

FIGURA 53: Paulino Gonçalves Leite (à dir.) ao lado do remador Edgard Kniriem, durante os Jogos Pan-Americanos de 1963. Foto: Arquivo Pessoal de Edgard Kniriem

Radvilas Gorauskas (basquete 1972)

A entrevista que norteia este texto foi feita com Mindaugas Gorauskas, irmão de Radvilas, contemporâneo dele nas quadras e foi realizada na casa de Mindaugas, em Piracicaba, no interior de São Paulo, com a ajuda dos filhos dele, Dênis e Douglas, tendo em vista que no momento do encontro o ex-jogador se recuperava de um procedimento cirúrgico no qual passou por uma traqueostomia e estava impossibilitado de falar, comunicando-se por meio de bilhetes.

FIGURA 54: Mindaugas Gorauskas (ao centro) ao lado dos filhos Dênis e Douglas, sobrinhos de Radvilas. Mesmo com a fala comprometida por uma traqueostomia, Mindaugas contou a história do irmão. Foto: William Douglas

Radvilas e Mindaugas nasceram na Lituânia, durante a década de 1940. À época, o país havia sido ocupado por soviéticos, por conta da Segunda Guerra Mundial. Quando Radvilas tinha seis anos (e Mindaugas cinco) eles foram levados para um acampamento canadense, onde tiveram de aguardar a possibilidade para migrarem. Ali tiveram a oportunidade de escolher entre alguns países, e a família optou pelo Brasil, onde já havia um tio, Bóris Chernorviki, radicado em São Paulo. A presença de parentes levou a família até a Vila Gustavo, na zona Norte, onde moraram por um tempo, até mudarem para o bairro do Ipiranga.

ACOMODADO NUMA
RESIDÊNCIA DO TIO.
COM A AJUDA DELE.
MEU PAI FEVE COMÉRCIO
NO IPIRANGA (BAIRRO)
- ~~MEU~~ O PAI UMA
TARDE FOI AO FLORESTA
PEGAR CONVITE PARA
FREQUENTAR O CLUBE,
VIU LUZES ACORAS E
FOI VER O QUE ERA TREINO.
DE BASQUETE. }

FIGURA 55: Um dos bilhetes escritos por Mindaugas, narrando a trajetória da família Gorauskas
Foto: William Douglas

Como viviam na Capital Paulista, durante a adolescência Radvilas procurou o clube Espéria, que na época se chamava Floresta, para saber detalhes se era possível tornar-se sócio. A altura do jovem chamou a atenção do técnico Pedro Genevicius, o Pedroca, que o convidou para integrar a equipe. Logo, os irmãos foram integrados às categorias de base. A relação da família ficou mais próxima com o Floresta quando os pais deles foram chamados para administrar o restaurante do local.

Em 1962, após se destacarem, os irmãos foram convidados a jogar pelo Sírio. A transação foi complicada e resolveu-se apenas na Justiça Desportiva, pois ambos foram

acusados de profissionalismo, algo proibido naquele período, pois o basquete era amador. Superado o problema com os clubes, os irmãos tiveram de enfrentar outro entrave burocrático: a naturalização. “*Mais ou menos 63, 64. Pra poder viver no Brasil. Jânio fechou os consulados dos países ocupados*” (GORAUSKAS, 2016), escreve Mindaugas. Conseguir a documentação brasileira passou, então, a ser uma questão fundamental para a permanência da família no país. Passados os anos, Mindaugas brinca com a situação. “*Ele tava bêbado, depois ele pediu a renúncia*” (GORAUSKAS, 2016), pontua, sobre o presidente Jânio Quadros, que finalizou o processo de concessão da nacionalidade aos irmãos.

FIGURA 56: Radvilas Gorauskas com a camisa do Floresta. Foto: Arquivo pessoal de Mindaugas Gorauskas

Resolvidos os problemas, enfim, Mindaugas e Radvilas puderam se dedicar ao basquete e voltaram a ter destaque. No ano de 1968, Radvilas foi chamado para defender a seleção brasileira nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, mas pediu dispensa, pois estava com o casamento marcado. Quatro anos depois, em 1972, Radvilas era um veterano, mas tinha a confiança do técnico Kanela, que o convocou para os Jogos Olímpicos de Munique. Dessa vez não houve impeditivo e ele pôde participar da competição.

Formado em engenharia civil, Radvilas jogou basquete até o ano de 1975, quando decidiu abandonar as quadras. Morou em São Paulo até 1983, ano em que morreu vítima de diabetes. Não teve tempo de participar da seleção brasileira de veteranos, criada na década de 1980 e da qual Mindaugas fez parte até os anos 2000. Mindaugas morreu em 13 de maio de 2017, aos 75 anos de idade.

Edgard Gijsen (remo 1968)

Nascido na Bélgica, em 1940, Edgard Gijsen mudou-se para o Brasil nos primeiros anos de vida com a família, que sofria os reflexos da Segunda Guerra Mundial, conforme narra o sobrinho Guido. *“Eles vieram em 1951, 52, para o Brasil, porque foi após guerra que tinha acontecido, e a Europa estava em reconstrução”*. (GIJSEN, 2016). Por causa das origens familiares, logo ele ganhou o apelido de Belga, pelo qual ficou conhecido no esporte.

FIGURA 57: Equipe durante a regata internacional de 1968, em Porto Alegre. Edgard Gijsen é o terceiro da eq. para a direita, à frente dos demais. Foto: Arquivo pessoal de Guido Gijsen

O local escolhido para a instalação da família foi o município de Hulha Negra, no interior do Rio Grande do Sul, onde já havia outras pessoas oriundas da Bélgica, que trabalharam na construção de ferrovias. Após alguns anos, o pai de Belga decidiu mudar-se para Porto Alegre, onde construiu um hotel, que ficava próximo a uma das sedes do Grêmio Náutico União. Pouco tempo depois, os jovens da família Gijsen passaram a frequentar o clube e logo se destacaram em provas nacionais. Em 1955, a oportunidade de participar de competições internacionais fez com que Edgard, que já era conhecido pelo apelido de Belga, fosse naturalizado às pressas. *“Fizeram a naturalização deles a toque de caixa. E tinha aquela modelo 18, que era identidade, que tinha na época, foi tudo feito assim, em uma semana fizeram a naturalização, emitiram a identidade, essa identidade, e eles puderam participar, então, desta regata.”* (GIJSEN, 2016).

Figura 58: Piso na calçada da fama do Clube de Regatas Flamengo em homenagem a Belga. Foto: William Douglas

A naturalização relâmpago foi apenas mais um dos elementos curiosos na carreira de Belga. Segundo Guido, o tio começou a remar sem pretensões profissionais, mas acabou conseguindo viver do esporte. *“Ele encontrou, assim, no remo, uma forma dele se socializar e poder viajar. Enfim, ter uma outra oportunidade e seguir um outro caminho [...] a partir dali, ele meio que se profissionalizou pelo remo. Aqui no União, ele foi o primeiro atleta a ter uma ajuda de custo, e na época até ele ganhou uma lambreta, foi um prêmio assim que ele teve até então, não se tinha até então para um atleta amador”*. (GIJSEN, 2016).

Destaque nas provas do Rio Grande do Sul, Belga foi convidado para representar o Flamengo. Mas, como mudar de cidade e de clube, em tempos de amadorismo? A manobra contou com a ajuda de dirigentes do clube carioca. *“Ele recebeu um apartamento lá do bairro Maracanã e três táxis. Três placas de táxi, que aí ele viabilizava o sustento pra ele, pra família, e ele se dedicava para o remo”*. (GIJSEN, 2016).

Rubio (2015) destaca duas medalhas conquistadas por Belga em Jogos Pan-Americanos: prata em 1959, em parceria com Milton Bruno Meurer, e prata em 1963, ao lado de Francisco Todesco. A única participação olímpica ocorreu na Cidade do México, em 1968. Três anos depois, Belga conquistou o ouro nos Jogos Pan-Americanos de Cali, ao lado de Harry Klein. Mesmo após o fim da carreira, continuou morando no Rio de Janeiro, onde morreu em 31 de julho de 2008. A seu pedido, o corpo foi cremado e suas cinzas jogadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde treinava.

Aladar Szabó (polo aquático 1964)

Para a produção deste texto sobre Szabó foi entrevistada a filha do ex-jogador, Isabella Szabó, que vive no Rio de Janeiro e guarda um amplo material de acervo sobre o pai. Dentre o material, há um currículo, escrito à mão por Szabó, do qual foram retiradas várias informações. Outra fonte fundamental foi o trabalho realizado por Telles (2002).

FIGURAS 59 E 60 Registros de Szabó em momentos pessoais. Na primeira, com um filhote de leão, animal que ele criou durante anos. A segunda, na piscina com a filha, Isabella. Fotos: Arquivo Pessoal de Isabella Szabó

Nascido em 15 de março de 1933, na Hungria, Aladar Szabó se destacou desde jovem nas piscinas. O currículo manuscrito do atleta cita que ele teria sido medalhista de ouro com a seleção húngara de polo aquático nos Jogos Olímpicos de Helsinque, na Finlândia, mas esse dado não consta em outras fontes. No ano de 1953, ele participou da conquista do Campeonato Mundial pela equipe húngara. Na temporada seguinte, também com a seleção, foi campeão do Mundial Universitário e do Campeonato Europeu. Aliado ao esporte, Szabó seguia os estudos e concluiu dois cursos superiores na Hungria: Educação Física, em 1955, e Ciência Econômicas, em 1956.

Neste mesmo ano, ele integrava a seleção que se preparava para os Jogos Olímpicos de Melbourne, mas decidiu desertar, conforme explicou em entrevista ao jornal *O Globo*, em 30 de maio de 1959. “Em fins de 1956, quando excursionávamos pela Europa, em preparo para os Jogos de Melbourne, desliguei-me da delegação em vista dos acontecimentos políticos em minha terra. Prefiri viver no estrangeiro a retornar a Budapeste”. (*O Globo*, 1959)

O local escolhido para fixar-se foi a cidade de Nápoles, na Itália. Durante dois anos foi jogador do *Rari Nantes Clube*. Após mudanças na legislação italiana, Szabó foi proibido de

atuar como atleta no país. Neste momento ele recebeu propostas de vários países, e optou pela mudança para o Brasil.

“Recebi, então, ofertas da Tunísia, Grécia e Índia, para dirigir quadros de polo aquático e também uma da CBD para vir ao Brasil. Como Vinícius e Del Vecchio [jogadores de futebol brasileiros que atuavam no Napoli] me falavam tão bem daqui, resolvi rejeitar as demais propostas e arrumar as malas para o Rio de Janeiro. Quando já achava que estava tudo arranjado, recebi carta da CBD informando que no momento não havia possibilidade para a minha vinda. Mesmo assim, como já havia recusado os convites anteriores e tinha tudo acertado para viajar, resolvi embarcar e de um dia para o outro.” (O Globo, 1959)

Além dos jogadores de futebol, outra peça fundamental na decisão de Szabó foi João Havelange, ex-jogador de polo aquático e então presidente da CBD, que abriu as portas da seleção para o atleta, conforme ele narra na mesma entrevista. “O Sr. João Havelange que é um desportista muito simpático e muito me impressionou, confirmou o que me afirmara antes, isto é, que eu ficaria treinando a seleção do Brasil e orientando, com seu técnico, o quadro que irá a Chicago.” (O Globo, 1959). A proposta era que Szabó atuasse como técnico do Brasil, mas desde a chegada ele revelou que queria continuar jogando. Naturalizar-se já estava nos planos do jogador, que foi contratado pelo Fluminense.

Apesar dos esforços da confederação e do desejo do atleta, ele não conseguiu se naturalizar a tempo dos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960. O processo só foi concluído em 1962 e, a partir de então, Szabó passou a ser convocado para a seleção brasileira. Nessa época, ele já havia trocado de clube e atuava pelo Botafogo. A chegada à seleção foi marcada por divergências, nem tanto pela nacionalidade, mas por rixas com jogadores do Fluminense, que o consideravam um atleta agressivo. Independentemente dos problemas, Szabó passou a integrar a seleção e foi um dos principais jogadores na campanha do título dos Jogos Pan-Americanos de São Paulo, em 1963. No ano seguinte, fez parte da equipe que disputou os Jogos Olímpicos de Tóquio.

A carreira dentro das piscinas continuou até 1965, quando Szabó concluiu um curso de árbitro internacional de polo aquático. No ano seguinte, foi convidado pelo reitor da Universidade de Brasília (UnB) para ser o responsável de assuntos desportivos da entidade, onde trabalhou até 1969. Nesse período, atuou como professor universitário, ministrando aulas de judô, defesa pessoal e natação. Treinou a equipe do exército de polo aquático e, em 1971, recebeu um convite do Palmeiras para comandar a equipe na Capital Paulista; depois trabalhou no Paulistano, em 1973. Na sequência, Szabó abriu uma academia onde ensinava natação e trabalhava com hidroterapia. Morreu em São Paulo, em outubro de 1982.

Curriculum Vitae

ALADAR SZABÓ

Natural da Hungria

Nascido a 15 de março de 1933.

Filho de ALADAR SZABÓ e de IRENE PETHEO

Naturalizado brasileiro em 2 de fevereiro de 1962.

Registro N.º 13 710 - 60 D.C. 224/24. M.L.A.

FIGURA 61: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele. Reprodução Arquivo Pessoal de Isabella Szabó

1952. Campeão Europeu de polo Aquático em Torino - Itália

1955. Reconquista Europeu no campeonato de 4 x 4 metros de nado livre - categoria seniores - com tempo 57,2

1956. Campeão mundial de Polo Aquático no Campeonato Mundial Extraordinário em Napoli - Itália -

1957 - 1959. 2 vezes campeão italiano de polo Aquático e treinador de natação e polo aquático do clube RARI NANTES NAPOLI

1959. Convidado pelo Presidente do C.B.D. Sr. José Havelange para preparar a Seleção Brasileira de Polo Aquático para Jogo Olímpico de 1960, e para Jogos Sul-Americanos de 1961 e para Jogos Pan-Americanos de 1963.

1959 - 1960. 2 vezes campeão europeu de Polo Aquático

1961. Campeão Sul-Americano de Polo Aquático em Antofagasta - C

1962. Campeão Brasileiro de Polo Aquático e Campeão de polo Aquático Individual.

1963. Campeão Sul-Americano de Polo Aquático em Antofagasta

1963. Campeão Pan Americano de Polo Aquático em São Paulo

1964. Participante na Olimpíada de Tóquio - Japão +

1965. Campeão Sul-Americano de Polo Aquático em Rio de Janeiro. Também formado como Lix de Polo Aquático na escola Internacional.

FIGURA 62: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele. Reprodução Arquivo Pessoal de Isabella Szabó

FIGURA 63: Currículo de Aladar Szabó, escrito a mão por ele. Reprodução Arquivo Pessoal de Isabella Szabó

Eva Menéndez Riera (nado artístico 1988)

Os dados sobre Eva Menéndez foram obtidos com base no relato de seu viúvo, Marcos Antônio Fernandes Evangelista, que guarda amplo material de apoio sobre a nadadora. Nascida na Espanha, em 1970, Eva mudou-se com a família para Marrocos com um ano de idade. Quando tinha quatro anos, uma nova mudança, desta vez para o Brasil — alguns tios de Eva já moravam no Rio de Janeiro. Ela era frequentadora do Tijuca Tênis Clube, onde as irmãs jogavam polo aquático. Aos nove anos de idade, começou a praticar o nado artístico, na categoria infantil A.

Com apenas um ano de treinamento, conquistou seu primeiro título nacional. Em 1983, após receber convite do Fluminense, trocou de agremiação. Um ano depois, conquistou os títulos Carioca e Brasileiro nas categorias solo, dueto e conjunto. No ano de 1983, foi convocada pela primeira vez para a seleção brasileira, para disputar o Campeonato Sul-Americano, mas não foi à competição por falta de verba. O debut internacional ocorreu em

1985, em outro campeonato Sul-Americano, na Argentina, onde conquistou o primeiro lugar no dueto e conjunto. Uma temporada depois, representou o Brasil no Campeonato Mundial, realizado em Madri, ficando na décima quarta colocação no dueto e no décimo segundo lugar nos conjuntos. No ano seguinte, esteve nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis, em que conquistou o quarto lugar no conjunto e o sexto no dueto. Os bons resultados renderam a Eva um lugar na delegação brasileira em Seul, 1988. Ao lado de Érica McDavid, ela obteve a décima segunda colocação. No retorno ao Brasil, Eva chegou a dar aulas de nado sincronizado – nome da modalidade à época.

FIGURA 64: Eva (a primeira à esquerda) ao lado de colegas de competição. Foto: Arquivo pessoal / Marcos Antônio Evangelista

Em 1990, foi convocada para participar do Campeonato Sul-Americano, mas pediu dispensa. Após deixar o esporte, Eva seguiu no Rio de Janeiro durante alguns anos, trabalhando como vendedora e comerciante. Após o casamento e já mãe de dois filhos, regressou à Espanha para morar na cidade de Pola de Siero, próxima à Gijón. De acordo com Marcos Antônio, ela sempre revelou o desejo de voltar ao país natal. *“O esporte trouxe pra ela essa possibilidade de conhecer novas culturas, países, e disputar, defender o país. Socialmente falando, ela sempre, tanto que nós fomos pra lá, ela sempre, sempre brigou pela Espanha. Porque a Espanha é melhor que o Brasil, porque a Espanha é isso.”* (EVANGELISTA, 2016). De volta ao país natal, Eva sofreu um câncer e morreu em fevereiro de 2011, aos 40 anos de idade.

Josip Vrljic (polo aquático 2016)

Josip Vrljic nasceu em 25 de abril de 1986 na cidade de Rijeka, na Croácia. Durante a execução deste trabalho foram realizadas várias tentativas para entrevistá-lo: envio de e-mails, contato com jogadores e auxiliares técnicos que trabalharam com ele e até mesmo o auxílio de uma pessoa que mora na Croácia que se propôs a ajudar na entrevista. Com as negativas de Vrljic, a decisão foi buscar material em veículos de comunicação.

FIGURA 65: Vrljic em ação pelo Brasil. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

O único material em português encontrado com falas de Vrljic foi uma entrevista ao portal *Globoesporte.com*, na qual ele é descrito como uma pessoa tímida e que não gosta de falar. (LEME; ROTSTEIN, 2016). Como alternativa, foram buscadas entrevistas do atleta concedidas em croata, obtendo mais sucesso (KOLUMNE, 2015). Com a ajuda de tradutores de idiomas na internet foi possível detalhar alguns pontos sobre a carreira do esportista.

Vrljic começou a jogar polo aquático aos dez anos de idade, na Croácia, inicialmente no mar. A primeira equipe profissional em que atuou foi o Primorje. Da Croácia, foi para o Barceloneta, da Espanha, equipe na qual trabalhava o croata Mirko Blazevic (que anos depois foi técnico da seleção brasileira).

Segundo Vrlic, a opção por representar a seleção brasileira veio após um processo de renovação na seleção da Croácia no qual ele não teve oportunidades. Naquele momento, surgiu o convite feito por Felipe Perrone para defender a seleção brasileira e a negociação com a CBDA evoluiu bem. A partir daí, foram dois anos até ele conseguir a liberação para jogar pelo país. Ele admite que só se mudou para o Brasil por um ano devido às exigências legais para obtenção do passaporte esportivo. O local escolhido para viver foi o Rio de Janeiro – ele defendeu a equipe do Fluminense – e, na entrevista concedida ao portal croata, o jogador faz uma série de elogios à cidade. Após um ano no Brasil, Vrlic voltou a atuar na Croácia, jogando pelo *Radnicki* de *Kragujevac*. A ida para a Europa, aliás, era uma exigência do técnico Ratko Rudic, que queria os jogadores brasileiros atuando nos principais torneios do mundo, como forma de se manterem em forma.

Depois dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, Vrlic voltou a atuar pelo Barceloneta, onde ficou até 2019, quando se transferiu para o *HAVK Mladost*, da Croácia. Desde 2018, ele defende a seleção da Croácia em eventos internacionais.

7 Análise – o simbolismo da representação olímpica

Com base nos relatos dos atletas e em levantamento de dados, é possível traçar alguns parâmetros entre a relação dos competidores com o Brasil que vão além da trajetória esportiva. Entre os 52 atletas abrangidos por este estudo, 26 não possuíam parentesco direto anterior com brasileiros, 20 são filhos de brasileiros (ambos, pai ou mãe), uma era neta de brasileira e cinco eram casados com brasileiros. Lembrando que a Constituição prevê que é possível aos filhos de brasileiros, mesmo que nascidos em outros territórios, requererem a naturalidade do país, pela figura jurídica do *jus sanguinis*, sendo necessário que eles vivam um ano no Brasil. O gráfico abaixo ajuda na visualização desses dados.

Gráfico 2: Parentesco dos atletas com brasileiros anteriormente à migração

O primeiro caso de atleta filho de brasileiros nascido em outro país e que esteve em Jogos Olímpicos pelo Brasil ocorreu somente em 1980, com o jogador de vôlei Suíço. No Rio de Janeiro, em 2016, a maioria dos atletas (16 de 24) se enquadrava nessa condição – sendo que havia uma atleta cuja avó era brasileira. Uma das explicações para tal fenômeno passa pela atual conjuntura, na qual o Brasil deixou de ser um país que apenas recebe pessoas e tornou-se uma nação com perfil emigratório, conforme conceituado por Farah (2017, p.15). “A partir da década de 1990, o Brasil passou a ser um país de emigrantes, de modo que o número de brasileiros no exterior ultrapassou a quantidade de estrangeiros no país”. Com o

movimento de saída mais acentuado, é natural que comecem a surgir o retorno de algumas pessoas, ou dos filhos desses migrantes.

O gráfico abaixo mostra a evolução e a comparação no número de migrantes internacionais na delegação olímpica do Brasil ao longo dos anos, comparando o número de atletas com ligações ancestrais e aqueles naturalizados mesmo sem serem familiares de brasileiros ao migrar.

Gráfico 3: Brasileiros nascidos em outros países e que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, com ou sem fatores hereditários

Outro dado que teve aumento expressivo nos Jogos Rio-2016 foi o número de atletas que eram casados com brasileiros no momento em que adotaram a nacionalidade. Foram quatro casos, sendo que em toda a história olímpica anterior do Brasil só havia uma atleta nessa situação – Samantha Harvey, que esteve nos Jogos de Atenas-2004. Como já pontuado, no caso de existência de cônjuge, o tempo de permanência exigido ao estrangeiro no Brasil para naturalização é reduzido de quatro para apenas um ano. A compreensão dessas nuances é relevante, conforme Almeida e Rubio (2018 A, p.82) alertam

A generalização ou a leitura precipitada dos números podem levar a crer que a postura brasileira nos Jogos Rio-2016 teria sido apenas de desespero por resultados. Todavia, o resgate histórico e a compreensão das trajetórias destes indivíduos ampliam a visão sobre este fenômeno, percebendo vários migrantes tiveram uma colaboração importante para o esporte brasileiro.

É possível compreender melhor a migração de atletas nas décadas mais recentes analisando o contexto histórico. A definição de critérios para naturalização variou ao longo dos tempos. Afinal, o direito não é algo estanque, sendo passível de mudanças. Segundo Bourdieu (1989, p.237)

O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas.

É o direito que traça os critérios de nacionalidade e, por conseguinte, define se um atleta pode ou não representar determinada nação. Neste caso, debate-se não apenas o direito público, regido pela legislação dos países, mas também do COI, órgão que, por deter o poder de definição das regras e critérios para a disputa olímpica, pode vetar a troca ou adoção de nacionalidade de um atleta (ou submeter a definição a um de seus entes filiados, no caso as federações internacionais). Pode-se indicar que a participação olímpica é uma conquista simbólica, que dá ao atleta o direito de representar uma nação. Essa conquista não passa exclusivamente por aspectos individuais e, mesmo se sentindo pertencente a uma nação, o atleta precisa passar por instâncias de poder para ser reconhecido como um representante daquele local.

Ao obter o direito de competir por uma nação, o atleta toma posse de elementos que ajudam na construção simbólica de representante do país, tais como os uniformes, uso da bandeira, hino e de outros símbolos, que atuam na construção da imagem daquele indivíduo como um representante nacional.

Mais uma vez, é preciso enfatizar o recorte temporal, pois o processo de migração passou por várias mudanças ao longo dos tempos. Oliveira (2017) elucida que na atualidade é possível a um migrante manter contato com seu local de destino de maneira muito mais próxima que ocorria com os que migravam em outros períodos. A análise do quadro acima não pode ser feita apenas de maneira quantitativa. Os aspectos sociais de cada movimento migratório, como a compreensão do contexto histórico e da manutenção ou corte dos vínculos com o país de origem devem ser abordados. Montagna (2017, p.115) argumenta que

As condições de migração dependem do significado e da importância daquilo que foi deixado para trás, da idade do migrante, do grupo que o acompanha, da voluntariedade, ou não, do movimento migratório, de sua liberdade ou imposição, da livre escolha, ou não, do local de destino, se foi

abrupta ou existiu planejamento antecipatório, daquilo que pode ser levado para o novo sítio, da diferença entre a cultura de origem e a nova, da intensidade e tipo de ligação com o local de origem, incluindo ambiente físico, diferenças linguísticas e, também, receptividade do novo ambiente. E, fundamentalmente, dependem da resiliência do indivíduo.

Quando o autor fala das diferenças culturais e daquilo que ficou para trás e foi levado, é possível fazer uma analogia com o esporte. No caso de alguns migrantes, a prática esportiva veio desde antes do período de migração – para outros, ela começa no Brasil, até mesmo como forma de inserção em grupos sociais. Ao analisar o local onde estes atletas iniciaram a prática esportiva, há perfis distintos. Como boa parte deles migrou criança ou adolescente para o Brasil, percebe-se que a iniciação esportiva foi feita no Brasil. Em 2016, houve uma virada, com o maior número de atletas que representou o país tendo iniciado a prática esportiva no local de nascimento – sendo importante destacar que estes atletas nasceram e conviveram em um ambiente esportivo profissionalizado, o que facilita e permite maiores deslocamentos.

O que se vê atualmente é uma desconexão entre o espaço geográfico e o espaço social. Mesmo vivendo em um país diferente, o Brasil sempre fez parte da vida de alguns destes indivíduos e havia uma forma de identificação deles com o país. Em outros casos, tal identificação foi uma construção realizada com o passar dos anos, ou mesmo ligada ao oportunismo. Almeida e Rubio (2018 B, p.140) pontuam que “Fazer um julgamento das migrações apenas como boas ou ruins pode levar a julgamentos precipitados e a desprezar aspectos afetivos e necessidades materiais, cada vez mais presente no esporte.” Por isso, a análise sobre as trajetórias de vida deve ser ampla, e não focar apenas na carreira esportiva, apesar da relevância desta. O gráfico abaixo traz os dados de onde os atletas fizeram o processo de iniciação esportiva.

Gráfico 4: Local de iniciação esportiva dos atletas envolvidos na pesquisa

Uma grande dificuldade encontrada foi comprovar a situação do remador Paulino Gonçalves Leite, que esteve nos Jogos Olímpicos de 1960 e 1964. O material de acervo e os relatos de atletas que competiram juntamente dão conta que Paulino começou a remar no Grêmio Náutico União. Dezenove dos 32 imigrantes que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos entre 1920 e 2012 iniciaram a prática esportiva no Brasil. Outros 12 começaram no país de nascimento. Já no Rio de Janeiro, em 2016, dos 24 atletas nascidos em outros países que representaram o Brasil, 19 começaram a praticar suas modalidades esportivas no país de nascimento e apenas cinco por aqui.

Três modalidades coletivas foram as principais responsáveis por este aumento no número de atletas que iniciaram suas carreiras no exterior: hóquei sobre a grama, rúgbi e polo aquático masculino. A equipe de hóquei sobre a grama teve seis jogadores nascidos em outros países e nenhum deles começou a praticar o esporte no Brasil. No time de polo aquático masculino foram cinco competidores nessas condições. Já o rúgbi teve dois atletas na equipe masculina e uma na feminina. O gráfico abaixo detalha, historicamente, o número de atletas em cada modalidade.

Gráfico 5: Quantidade de atletas olímpicos nascidos em outros países que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, divididos por modalidade

Outra situação constatada é que parte desses atletas, antes de representar o Brasil, defendeu o país de nascimento em competições internacionais, ou teve passagens pela seleção do país de origem, no caso de modalidades coletivas, conforme demonstrado abaixo:

Gráfico 6: Atletas que atuaram pelo Brasil e por outras nações

O levantamento indica que 15 atletas que representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos já acumulavam passagens por equipes nacionais em seus países de nascimento, ou haviam participado de competições internacionais como representantes de tais localidades. Há algumas singularidades: Fernando Meligeni participou de torneios de categoria de base como atleta argentino, mas nesse caso a nacionalidade não era um requisito e não havia qualquer ligação entre o jogador e a confederação responsável pela modalidade para inscrição no torneio. Alguns adotaram a nacionalidade brasileira mesmo após a participação por outros países em eventos esportivos internacionais nos quais havia a ligação com os entes federativos nacionais. O pioneiro foi Aladar Szabó, que na década de 1950 disputou competições pela Hungria e, em 1964, integrou o time brasileiro de polo aquático. Em 2016, havia dois atletas nessa situação: a esgrimista Nathalie Moellhausen, que esteve nos Jogos Olímpicos de 2012 pela Itália, e o jogador de polo aquático Slobodan Soro, que participou dos Jogos de 2008 e 2012 pela Sérvia. Com relação aos países de nascimento dos atletas que representaram o Brasil, os Estados Unidos se destacam, com sete nomes, seguidos da Alemanha, com seis, conforme demonstrado a seguir.

Gráfico 7: Países de nascimento dos atletas nascidos no exterior que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos

Com base nas entrevistas com os atletas e estudos realizados sobre a migração esportiva, é possível detalhar alguns casos e constatar diferenças e conexões entre os processos de migração desses atletas olímpicos brasileiros.

7.1 Wolf, Woebcken e as primeiras ligações germano-brasileiras

Ausente das cinco primeiras edições olímpicas, o Brasil fez seu debut nos Jogos em 1920, com Sebastião Wolf entre os convocados. Apesar de ter nascido na Alemanha, ele migrou na década de 1880 para o Brasil. Naquela época, havia uma corrente migratória de alemães para o país, como constata Golgher (2004) e Kilpp (2012). Jesus (2011, sem página) aponta que “no censo de 1872, os alemães figuram como o terceiro grupo estrangeiro mais numeroso do Brasil, ficando atrás somente de portugueses e africanos (estes tomados assim indistintamente)”. Pelo período em que migrou, Wolf foi um dos beneficiados pelo decreto 200-A, que concedeu a nacionalidade brasileira a todas as pessoas que viviam no

Brasil em 15 de novembro de 1889. Martini (2013) detalha que uma lista com nomes de eleitores aptos a votar em Porto Alegre no ano de 1912 já continha o nome do atirador.

Martini (2013) define Wolf um dos pioneiros da prática do Tiro esportivo no Rio Grande do Sul, tendo participado de um evento no clube “Tiro Nacional Porto-Alegrense”, em 1908. O clube, por sinal, era conhecido como “Tiro número 4”, devido ao registro na Confederação Brasileira de Tiro. Apesar de uma série de documentos apresentar apenas a participação de Wolf nos Jogos Olímpicos de 1920, o obituário dele, publicado no *Jornal A Federação*, em 17 de março de 1936, afirma que o atirador foi aos Jogos de Los Angeles, em 1932, mas que “não chegou a atirar por motivos de todos conhecidos”. O obituário de Wolf publicado no jornal *Diário de Notícias* cita a presença dele nos Jogos de Los Angeles.

FIGURA 66: Obituário de Wolf, publicado no *Jornal A Federação*, em 17 de março de 1936. Fonte: Reprodução

Nos Jogos Olímpicos de 1932, o Brasil contou com Carlos Wobcken, decatleta que representava o Flamengo, do Rio de Janeiro, nascido na Alemanha. As informações sobre ele são escassas, mas uma notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 15 de setembro de 1929 demonstra que havia preocupação com relação à nacionalidade esportiva.

Entre os atletas chamados pela A.M.E.A para os treinos do Campeonato Brasileiro está Carlos Wobcken, do Flamengo, o mais completo atleta do Rio. A sua requisição é condicional, pois Wobcken nasceu na Alemanha, embora resida no Brasil desde 1 anno de idade, estando, porém, a sua naturalização em andamento no Ministério da Justiça. Sobre esse excelente atleta surgiu, há dias, em um jornal, um topico evidentemente venenoso - noticiava o seu proximo regresso para a Alemanha. Ora, o veneno do topico só é percebido por quem está ao par das coisas do atletismo, pois, tendo Wobcken permanecido na Alemanha durante mais de um anno, de onde regressou ha menos de um mez, participou logo do campeonato findo, onde fez excellente figura. O topico teve o intuito exclusivo de fazer crer que o mencionado atleta viera da Europa apenas para o campeonato, o que não é verdade. Elle não voltará, se seu irmão Adolpho, que também se encontra naquele paí, regressará brevemente. (CORREIO DA MANHÃ, 1929)

Carlos e Sebastião podem ser considerados migrantes residentes, pois se fixaram no Brasil e toda trajetória esportiva foi realizada no país. A migração deles vai ao encontro de um movimento histórico que envolveu Alemanha e Brasil durante muitos anos, mas que ficaria marcado por ambiguidades nas décadas seguintes, como se vê a seguir.

7.2 A Guerra como fator determinante na imigração

A migração de diversos atletas que fazem parte do grupo abarcado por este estudo está diretamente vinculada à Segunda Guerra Mundial. São os casos de Francisco Todesco, Vitor Mirshawka, Klaus Hendriksen, Radvilas Gorauskas, Burkhard Cordes e Edgard Gijssen. Dentre os sujeitos listados acima, apenas Burkhard Cordes nasceu e imigrou para o Brasil antes do início do conflito, em 1939. Os demais imigraram após a Guerra, quando a Europa passava por um processo de reconstrução. Golgher (2004) conceitua que a principal força motivadora da imigração é a baixa qualidade de vida no local de origem, sendo a Guerra um fator que expulsa os indivíduos em busca de lugares onde não haja conflitos.

No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha viveu uma grande diáspora de indivíduos, uma vez que a situação política e econômica do país era delicada. Oliveira (2013, p.4) destaca que o destino de vários destes imigrantes foi o Brasil, uma vez que a relação entre as nações era amistosa. “Em 1936, os dois países estabeleceram

relações diplomáticas plenas, com a abertura de embaixadas em Berlim e no Rio de Janeiro.” Nesse período, já havia um grande número de imigrantes alemães no Brasil. De acordo com Frotscher (2010, sem página), “Dos países latino-americanos, o Brasil foi o que, entre 1919 e 1932, mais recebeu imigrantes alemães, cerca de 58.500 pessoas.”

Em 1939, a família de Burkhard Cordes deixou a Alemanha rumo ao Brasil. Ele era um bebê recém-nascido e teve de esperar completar seis meses de idade para poder viajar. O navio que o trazia, juntamente com a mãe, tinha como destino o Rio de Janeiro, mas a viagem foi interrompida em Salvador-BA, devido ao início da Guerra. Parar a viagem antes da chegada ao destino previsto foi apenas a primeira das várias adversidades vividas pela família Cordes nos primeiros anos no Brasil. Apesar de ser uma criança na época, Burkhard recorda-se de uma série de dificuldades. *“Era polícia todo dia na casa pra ver o quê que estavam fazendo. Não davam emprego pra alemão, e daí o meu pai se virava.”* (CORDES, 2016). A estratégia de repressão aos alemães acabou ajudando a estreitar os laços entre alguns germânicos, conforme destaca Burkhard. *“Entre o monte de amigo que meu pai fez aqui no Brasil, ele fez porque a polícia vinha e levava todo mundo, aí depois soltava todo mundo junto, então, você vai conhecendo as pessoas.”* (CORDES, 2016).

As relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram interrompidas com a declaração de guerra entre os dois países, em 1942, como destaca Oliveira (2013, p.5) “A legislação de guerra e de confisco de bens alemães adotada pelo Brasil, colocada em vigor após 1942, gerou conflitos para o restabelecimento das relações diplomáticas entre os territórios.” Mesmo com as dificuldades e o cerco a algumas entidades alemãs, após o fim da Segunda Guerra Mundial, Burkhard conseguiu aproximar-se da comunidade de seu país natal que vivia no Brasil. Um dos locais onde essa aproximação ocorreu foi o YCSA, que tinha a maioria de sócios alemães e onde Burkhard aprendeu a velejar.

Apesar do clima de hostilidade durante o período da Segunda Guerra, logo após o fim do conflito, a entrada de imigrantes europeus passou a ser incentivada pelo governo brasileiro, como destaca Oliveira (2013, p.7)

Dentre os princípios gerais da política imigratória após 1945, definido pelo Conselho, ficou estabelecido que: os imigrantes de ascendência não europeia deveriam ser considerados indesejáveis, a seleção de imigrantes priorizava a admissão de trabalhadores rurais, técnicos e operários qualificados e a distribuição dos vários grupos de imigrantes era orientada pelo governo, levando em conta a aptidão, o padrão de vida e o clima do imigrante. Estas diretrizes definiram as restrições para grupos de imigrantes como políticas do Estado democrático brasileiro, e impuseram critérios para o corpo diplomático selecionar as solicitações de ingresso no país.

Salles, et al. (2013) esclarecem que no período entre 1947 e 1951 a maioria dos imigrantes que entraram no Brasil foram refugiados que estavam em campos de guerra na Alemanha e na Áustria. Eles vieram por meio de acordos fechados entre o governo brasileiro e instituições como a International Refugee Organization e a Hebrew International Assistance. Oliveira (2013, p. 13) afirma que apesar de assinar os acordos, o Brasil demorou a receber os refugiados.

Nos anos de 1946 e 1947, apesar do empenho da Missão Militar Brasileira em Berlim para trazer alemães para o Brasil, sua empreitada se demonstrou sem sucesso porque oficialmente nenhum cidadão alemão entrou no Brasil nesse período. Em 1947, com o início do transporte de refugiados, sob a tutela da Organização Internacional para os Refugiados, a Missão Militar conseguiu enviar 2.400 refugiados para o Brasil. Entre 1948 e 1949, o Brasil recebeu 4.200 alemães e 13.900 refugiados da Alemanha Ocidental. A imigração dos refugiados para o Brasil só foi possível graças ao financiamento do governo suíço, segundo dados do governo da República Federal da Alemanha.

Outro ponto importante destacado por Paiva (2008, sem página) é que, por questões políticas, o termo adotado para se referir a estes imigrantes foi diferenciado, fazendo-se a opção por um eufemismo.

A denominação de Deslocados de Guerra aos que embora assim fossem considerados em sua origem, eram em realidade, refugiados, dada a negativa que estas pessoas tinham com relação às motivações de caráter político e ideológico com relação a retorno às regiões de origem. Esta foi uma perspectiva para não tencionar ainda mais as relações com a URSS. Considerar estas populações como refugiadas, teria sérias implicações políticas.

No relato de Victor Mirshawka, ele descreve que foi exatamente nessa situação que a família veio para o Brasil após viver em um campo de confinamento na Alemanha, onde a família conseguiu documentos falsos – como se a origem dele fosse polonesa e não ucraniana, para evitar a deportação para a União Soviética. A mesma situação ocorreu com Radvilas Gorauskas, como relembra o irmão, Mindaugas, sobre a migração da família para o Brasil, em 1947. *“Ficamos até a vinda para o Brasil. Num abrigo dos aliados (lado francês) canadense. Chegamos, ficamos em quarentena na Ilha das Flores (ao lado da Ilha Grande). Depois para São Paulo.”* (MIRSHAWKA, 2016).

Salles, et al. (2013) lembram que desde o início do século XX, São Paulo já tinha uma colônia lituana, fixada no bairro da Vila Zelina. Vérasz (2017) analisa que a

concentração de comunidades de imigrantes em uma mesma região, apesar de ajudar no processo de adaptação, pode ter um efeito colateral, que é a criação de guetos e a segregação destes imigrantes, que acabam isolados do restante da comunidade. No caso da família Gorauskas, a opção de vir ao Brasil foi devido à presença de outro familiar no país, um tio chamado Bóris, nascido na Polônia, que já estava radicado em São Paulo, mas não na Vila Zelina. Até por isso, os Gorauskas acabaram vivendo distante da comunidade lituana da Capital Paulista.

Laços familiares foram fundamentais no processo de imigração de Francisco Todesco, que veio da Itália para o Brasil em 1951. Na época, ele tinha 13 anos de idade, mudou-se com a mãe e a irmã, fixando-se no Rio Grande do Sul, onde já vivia um tio, que havia migrado da Itália para o Brasil duas décadas antes. “*A Guerra de 40, né, terminou em 45. A miséria era tanta que as pessoas se obrigava a sair pra não morrer de fome.*” (TODESCO, 2016).

Além de Todesco, outro atleta que veio para o Brasil no início da década de 1950, ainda criança, foi Edgard Gijssen, o Belga. De acordo com o sobrinho dele, Guido, a vinda da família esteve intimamente ligada à situação política e econômica da Europa. “*Porque foi após guerra que tinha acontecido e a Europa estava em reconstrução, estava destruída e estava em reconstrução, e meu avô [pai de Edgard] daí recebeu uma proposta pra vir para o Brasil, porque já tinha vindo outros ‘patrícios’ como eles chamavam na época e ele achou interessante então de vir pra cá.*” (GIJSEN, 2016).

A busca por um local de destino onde já existam familiares é um fenômeno comum nas migrações, conforme constata Golgher (2004, p.35).

Um fator importante na diminuição dos custos associados à migração é a existência de uma rede social no local de origem e destino do migrante em potencial. Por exemplo, amigos e parentes podem ajudar a pagar as despesas da mudança e acolher o recém-migrado. Podem também no destino: oferecer-lhe moradia, comida, amizade e calor humano; arrumar-lhe emprego; informar-lhe sobre as condições do mercado de trabalho existentes no novo local de moradia; diminuir os custos associados à procura de um novo emprego, moradia ou local de residência, etc. Amigos e familiares atuam facilitando, e mesmo possibilitando, a troca de local de domicílio.

Todos os sujeitos citados anteriormente (Burkhard, Victor, Radvilas, Francisco Todesco e Belga) migraram para o Brasil durante a infância ou no início da adolescência e fizeram suas iniciações e formação esportiva no Brasil. Retomando a classificação de Maguire (2007), eles são imigrantes residentes, que não têm a sua vinda para o Brasil

relacionada unicamente com o esporte, mas que acabam por construir aqui sua trajetória esportiva.

Mesmo anos após o fim da Segunda Guerra, havia o receio de um novo conflito na Europa. Tanto que em 1955 Klaus Hendriksen mudou-se para o Brasil, já adulto. Ele aponta o clima político como uma das motivações para ter deixado o país de nascimento. O primeiro contato com o novo país ocorreu quando Klaus, que trabalhava em um navio, aportou no litoral paulista para fazer um descarregamento e acabou ficando amigo de outros imigrantes alemães. *“Quando eu cheguei com meu navio em Santos, eu sempre subi e fui visitar os velejadores. Eles também foram me visitar no navio, eu fiz muita amizade, e como eu queria mesmo sair da Alemanha por causa do perigo da Terceira Guerra Mundial, um deles me ofertou o emprego como vendedor. E assim sai”*. (HENDRIKSEN, 2016).

No caso de Klaus, além do temor de uma nova guerra, o encontro com uma rede de alemães, formada anteriormente à vinda dele, proporcionou as condições ideais para a mudança de país. Ele encontrou um clube onde havia outras pessoas com origem germânica (YCSA) e foi empregado em uma indústria alemã, a fábrica de autopeças *Wurth*.

7.3 Yacht Club Santo Amaro – um ponto em comum em várias trajetórias

Quatro velejadores nascidos na Alemanha se naturalizaram brasileiros e participaram de Jogos Olímpicos: Joaquim Roderbourg, Burkhard Cordes, Andreas Wengert e Klaus Hendriksen. Além deles, a vela teve outros três atletas nascidos em outros países competindo pelo Brasil: Peter Erzberger, Lars Björkström e Patrícia Freitas, tornando a modalidade com o maior número de atletas nascidos em outros territórios. Dos sete atletas citados, quatro têm um ponto em comum na carreira esportiva: eram representantes do YCSA, não por acaso, um clube de origens alemãs que está localizado em São Paulo, conforme descrito por Almeida e Rubio (2017 B).

Para compreender um pouco da relação do clube com a comunidade estrangeira, é preciso resgatar a história da imigração alemã para São Paulo. De acordo com Reibel (2000), os primeiros colonos alemães chegaram à região em 1829, para trabalhar em lavouras. A presença alemã se espalhou pelo Estado. Segundo Bassanezi, et al. (2009), o censo de 1872 confirma a presença de imigrantes germânicos nos municípios de São Paulo, Limeira, Campinas, Piracicaba e Rio Claro. Outro fato importante anterior à fundação do clube de vela foi a construção de represa Guarapiranga, iniciada em 1906, com o objetivo de garantir o armazenamento de água para a geração de energia elétrica na cidade de São Paulo.

Segundo Reibel (2000), em 1917 surgiu o primeiro clube de vela na região, o São Paulo Sailing Club, ligado à comunidade inglesa. A partir da década de 1920, alguns descendentes e imigrantes alemães passaram a construir casas de veraneio no entorno da represa. A rivalidade entre os alemães e ingleses fez com que, em 1930, o grupo formado pelos amigos Hans Clarenbach, Carl Dickoré, Georg Münch, Willi Schulze, Ludwig Schwedes, Ernst Steen e Hermann Paulsen decidisse formar outra entidade. Surgia o *Deutscher Segel-Club*, ou simplesmente, clube alemão de vela. É importante salientar que, nesse momento, a comunidade germânica em São Paulo era numerosa. De acordo com Bassanezi, et al. (2009, sem página), em 1934 mais de 13 mil alemães viviam em São Paulo. Um ponto importante destacado pelos autores é que, diferentemente de imigrantes de outros países, a maior parte dos alemães (77%) vivia em áreas urbanas. “Em números relativos, eram, dentre os estrangeiros, os que estavam mais concentrados nessa cidade no início dos anos 30”.

Mas, afinal de contas, o que justificava o desejo da comunidade alemã em se reunir e ter um clube para frequentar em Santo Amaro? E por que os ingleses também tinham seu próprio clube? Smith (2000) conceitua que muitas vezes a identidade de bairro ou comunitária sobrepõe-se a outras e que estabelecer fronteiras e espaços próprios pode ser uma forma de defesa de uma identidade, com a manutenção de elementos culturais marcantes. Levy (2001, p.6) diz que o processo de urbanização e, posteriormente, a globalização, levaram a um aumento na identificação dos sujeitos com diferentes lugares. “A propriedade rural e a aldeia, depois a casa e a fábrica e hoje um grande número de lugares conectados uns com os outros: esta é a tendência maior”. Tendência que pode ser vista não apenas na existência do clube de vela alemão, mas de uma série de outros lugares que reforçam a presença germânica: escolas, fábricas e outros pontos que se tornaram, mesmo no Brasil, parte da comunidade alemã, que já ocupava um espaço significativo na sociedade.

Apesar da presença da comunidade germânica em vários setores da sociedade, o *Deutscher Segel-Club* precisou passar por mudanças bruscas em 1938, após a publicação do decreto-lei 383, que proibia a existência de clubes e associações estrangeiras no Brasil. Reibel (2000) destaca que o quadro de sócios do clube na época era formado por 48 alemães, 37 brasileiros, nove de outras nacionalidades e 18 de nacionalidade indefinida. Apesar da maioria alemã, para evitar problemas com a nova lei, uma assembleia em 1938 decidiu pela mudança do nome da instituição para Yacht Club Santo Amaro. Na mesma assembleia, foram tomadas decisões importantes, conforme diz Reibel (2000, p.31). “Logo depois, foi aprovada a suspensão do estatuto que fazia do clube uma sociedade estrangeira. Foram eliminados os

artigos que indicavam o *Diário Alemão* como órgão de comunicação oficial e o alemão como língua corrente da associação.”

De acordo com Reibel (2000), em 1942, o presidente do clube Emil Heininger, um alemão naturalizado, teve de renunciar, pois a nova legislação exigia que apenas brasileiros natos pudessem ocupar cargos diretivos em clubes. Em outubro, com a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, os sócios alemães foram proibidos de frequentar a sede. A medida durou apenas dois meses, quando o interventor nomeado pelo governo decidiu convocar uma nova assembleia para a formação de diretoria, composta pelos sócios. Algumas regras foram alteradas, como a obrigação que o clube tivesse pelo menos dois terços de brasileiros natos ou naturalizados. O ano de 1942 foi tão turbulento que o clube teve cinco diretorias diferentes. Após um período mais tranquilo, a instituição passou por um novo abalo em 1945, quando houve a tentativa de filiação de dois novos sócios: o lituano Wladis Polisaitis e o alemão Carlos Roderbourg. A recusa ocorreu para que a instituição mantivesse a cota de atletas nacionalizados, mas não foi aceita pelos associados do clube, que deixaram de participar de competições como forma de protesto. Tempos depois, os dois foram aceitos como sócios. É importante notar que Carlos é irmão de Joaquim Roderbourg, que já era apontado em 1945 como um dos talentos do clube e que anos depois se tornou atleta olímpico pelo Brasil. Além deles, outro irmão, Júlio Roderbourg, foi sócio do YCSA.

Terminada a Segunda Guerra, o clube retomou sua rotina e obteve resultados de destaque. Em 1948, o YCSA teve seu primeiro representante olímpico: Wolfgang Putz Richter, que competiu nos Jogos de Londres pela classe *Firefly*. Quatro anos depois, em 1952, a instituição foi representada novamente nos Jogos Olímpicos, desta vez na classe *Dragon* com o trio Putz, Peter Mangels e Francisco Isoldi.

Nos Jogos Olímpicos de 1956, o representante olímpico do clube foi Joaquim Roderbourg. Reibel (2000) detalha que Joaquim conquistou a vaga competindo com um veleiro da classe *Iole Olímpica*, mas chegando a Melbourne disputou os Jogos com um barco da classe *Finn*. No retorno ao Brasil, uma nova mudança de embarcação: ele passou a competir na classe *Flying Dutchman*. Este tipo de barco era uma novidade no Brasil: estava sendo desenvolvido pelo estudante de engenharia Ernesto França em conjunto com Peter Gottschalk. A embarcação era para duas pessoas. E foi justamente nesse momento que Joaquim conheceu Klaus Hendriksen, que acabara de mudar-se para o país. Logo, os *Flying Dutchman* começaram a fazer sucesso e a disputa nas competições era travada principalmente por membros do clube. Após um bom duelo, a dupla formada por Putz e Roberto Ferreira da Rosa desbancou Joaquim Roderbourg e Klaus Hendriksen, garantindo a vaga para os Jogos

Olímpicos de Roma, em 1960. O “troco” de Klaus e Joaquim não demorou a vir: a dupla conseguiu a vaga para os Jogos Pan-Americanos de 1963, justamente na represa Guarapiranga. Já experientes e conhecedores do ambiente, os dois garantiram a medalha de ouro na competição continental e abriram caminho para a participação olímpica no ano de 1964, nos Jogos de Tóquio.

Quatro anos depois, a dupla que representou o Brasil na classe *Flying Dutchman* era do YCSA. Em vez de atletas experientes, o Brasil enviou ao México dois jovens: Reinaldo Conrad e Burkhard Cordes, que começou a velejar no clube durante a adolescência. Apesar de treinarem juntos, Burkhard lembra-se que no início dos anos 1960 teve de abrir mão de participar de alguns campeonatos, porque não havia conseguido a naturalização. “*Eu podia ter ido também no Mundial de Snipe que teve na Angola, daí também não pude ir e o Reinaldo foi com o Mario Backup. Eles tiraram segundo lá*” (CORDES, 2016). O veleiro usado foi comprado pelo pai de Reinaldo, dois anos antes dos Jogos Olímpicos. Com uma campanha de boa regularidade e uma vitória na última regata, Reinaldo e Burkhard garantiram a medalha de bronze, a primeira da vela brasileira em Jogos Olímpicos. “*Deram um monte de placa. A gente foi convidado a um monte de lugar. E a vantagem maior que eu vejo é que até hoje, não sei quantos, 68 para 2018 são cinquenta, quarenta e oito anos depois ainda estão perguntando como que foi*”, (CORDES, 2016) comenta Burkhard, que esteve também nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, novamente ao lado de Reinaldo Conrad, conquistando o quarto lugar. Das cinco embarcações brasileiras enviadas para a Alemanha, quatro eram compostas por atletas do YCSA, conforme pontua Reibel (2000).

Após casar-se e ter o primeiro filho, em 1975, Burkhard optou por não participar das eliminatórias para os Jogos Olímpicos de Montreal, no ano seguinte. Conrad esteve nos Jogos ao lado de Peter Ficker, e conquistou outra medalha de bronze na *Flying Dutchman*. Além deles, o clube teve outro sócio nos Jogos Olímpicos: Claudio Biekarck, quarto colocado na classe *Finn*.

Quatro anos depois, em Moscou 1980, o clube contou com cinco representantes nos Jogos Olímpicos: Reinaldo Conrad e Manfred Kaufmann Júnior, na classe *Flying Dutchman*; Claudio Biekarck, na *Finn*; e Alex Welter e Lars Lars Björkström, na *Tornado*. Filho de imigrantes alemães, Alex cresceu como sócio do clube. Já Lars nasceu na Suécia e chegou ao Brasil após uma viagem de moto, a passeio, da Califórnia para a América do Sul, no início da década de 1970. Após um tempo no Brasil, Lars ganhou um veleiro Tornado do tio e teve de procurar um lugar onde pudesse velejar. Encontrou por aqui uma realidade distinta da qual era acostumado a conviver na Suécia. “*Não era sócio de nada. Aqui é tudo meio complicado, tem*

que ser sócio de um clube, lá na Suécia, você joga as coisas nas praia” (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003). Apesar do susto inicial, ele encontrou onde deixar o barco: na represa Guarapiranga. Novidade, o Tornado chamou a atenção de Alex Welter. “O Alex, do clube do lado, aqui na represa, viu aquele barco lá, falou, ‘caramba! Vai ter Campeonato Brasileiro de Tornado’, falei, ‘onde? Cadê os outros?’, ‘não! lá no Rio tem! Tem quatro ou cinco, sei lá!’” (BJÖRKSTROM e WELTER, 2003).

Apesar da resistência inicial em competir, Lars acabou cedendo e decidiu participar das regatas. Além do torneio no Brasil, Alex foi para a Europa estudar e acabou participando de algumas competições com Lars, o que ajudou a tornar a parceria mais próxima. Em 1979, o processo de naturalização de Lars foi concluído e ele pôde participar do pré-olímpico, passando a representar o Brasil oficialmente em competições. Entrosada, a dupla brasileira conseguiu fazer uma campanha perfeita nos Jogos Olímpicos de 1980, conquistando a primeira medalha de ouro para vela do país.

A tradição do YCSA de representações olímpicas foi quebrada em 1984, quando o clube não teve nenhum representante em Los Angeles. Em 1988, Carlos Henrique Wanderley e Bernardo Arndt estiveram nos Jogos de Seul, pela classe 470. Quatro anos depois, pela mesma classe, Arndt representou o Brasil, ao lado de Eduardo Melchert. De 1996 em diante, o YCSA teve sempre a presença de seu maior nome em Jogos Olímpicos: Robert Scheidt, descendente de alemães que aprendeu a velejar no clube desde a infância e que conquistou cinco medalhas olímpicas entre 1996 e 2012. Ele ainda esteve nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, mas não foi medalhista. Nas conquistas, Robert teve como inspiração atletas do próprio clube. “Lembro-me dos meus sete anos, quando o Alex Welter retornou dos Jogos de Moscou e chegou ao YCSA em um carro do corpo de bombeiros com a medalha de ouro. Eu pedi um autógrafo e fiquei feliz da vida.” (YCSA, sem data). Vale ressaltar que nos Jogos de 2008 e 2012, Scheidt competiu na classe *Star*, ao lado de Bruno Prada. Além de Scheidt, o clube teve a presença de Bernardo Arndt e Alexandre Paradedda nos Jogos de 2004, na classe 470. Em Londres 2012 e no Rio-2016, o clube teve o representante brasileiro da classe *Finn*, Jorginho Zarif. O pai dele, Jorge Zarif Neto, foi frequentador do clube nas décadas de 1970 e 1980, e participou de duas edições olímpicas. Zarif Neto também era filiado ao Iate Clube do Rio de Janeiro.

Além de Lars Björkström, nos Jogos Olímpicos de 1980, o Brasil teve outro representante naturalizado: Peter Erzberger. Radicado em São Paulo e vizinho da represa Guarapiranga, ele era filiado ao Iate Clube Paulista. A opção pelo clube foi devido ao relacionamento com outros velejadores, como Joerg Bruder e Eduardo Souza Ramos. Andreas

Wengert começou a velejar em Porto Alegre e depois radicou-se no Rio de Janeiro, onde é comodoro do Iate Clube. A Capital Fluminense é o local de iniciação esportiva e residência de Patrícia Freitas, que esteve nos Jogos Olímpicos em 2008, 2012 e 2016.

7.4 Os asiáticos naturalizados brasileiros

Ao longo da história olímpica, o Brasil teve três atletas nascidos na Ásia naturalizados: o judoca Chiaki Ishii, que esteve em Munique 1972; a mesatenista Gui Lin, presente nos Jogos de Londres, em 2012, e do Rio de Janeiro, em 2016; e o lutador de wrestling Eduard Soghomonyan, natural da Armênia, que esteve no Rio de Janeiro, em 2016.

As quatro décadas que separam as participações de Ishii e Gui são marcadas por uma profunda transformação nos Jogos Olímpicos, como a aceitação do profissionalismo, que mudou completamente a forma como a competição é gerenciada e as relações entre as confederações e os atletas. Outro ponto que deve ser observado são as diferenças no sentido de migração no mundo com o passar dos anos: Ishii viajou da Ásia para o Brasil de navio, em um período no qual tanto o deslocamento quanto a forma de comunicação com o país natal eram muito mais lentas que os vividos por Gui Lin, que teve mais facilidade em manter contato com a família que ficou na China. É interessante notar que os dois atletas são originários de países que são potências nas modalidades que praticam (um judoca do Japão e uma mesatenista da China).

A origem de um atleta pode ajudar a conferir a ele um *status* diferenciado entre os seus pares. Ele carrega com suas origens o prestígio e a reputação do local de onde partiu. Todavia, em um ambiente competitivo, tais elementos não são suficientes por si só: é necessário que o atleta comprove, durante as disputas, que ele carrega não apenas o prestígio de seu lugar de origem, mas o domínio de técnicas e qualidades como competidor. Quando chegou ao Brasil, na década de 1960, Chiaki Ishii encontrou praticantes do judô. Sua estratégia, ao chegar aos diferentes lugares, era apresentar-se como ex-aluno da Universidade de *Waseda* e participar de treinos e competições. Em obra autobiográfica (Ishii, 2015), ele revela que durante muito tempo conciliou a prática do judô com lutas em outras modalidades.

A migração de Ishii para o Brasil não tinha como motivação a prática do judô no país, uma vez que a modalidade era incipiente por aqui. Após ser derrotado na seletiva do judô para os Jogos de Tóquio, em 1964, ele decidiu sair do Japão. A escolha do Brasil não foi por acaso: um grande número de japoneses já havia se estabelecido em solo brasileiro e ele tinha a possibilidade de realizar um curso técnico na área agrícola, no interior paulista. Tal opção

corroborar as teses de Engh e Agergaard (2013) e de Golgher (2004), de que a existência de uma rede anterior de imigrantes no local de destino ajuda no processo de adaptação dos sujeitos.

Apesar do judô ter sido implantado no Brasil desde os anos 1920, a década de 1960 foi importante para a modalidade, pois conforme esclarece Nunes (2011) nesse período surgiram algumas entidades importantes, como federações estaduais em Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Outro apontamento feito pelo autor é que entre 1914 e 1968 chegaram ao Brasil muitos judocas que acabaram criando academias e se tornaram genearcas da modalidade – ou seja, formaram atletas ou técnicos que tiveram resultados expressivos em competições internacionais. Chiaki Ishii é o único dos genearcas que conquistou medalhas como atleta em um mundial e em uma olimpíada.

Ainda na década de 1960, após participar das primeiras lutas e vencer campeonatos em diversos estados brasileiros, Chiaki recebeu uma proposta de Augusto Cordeiro, então presidente da recém-fundada Confederação Brasileira de Judô, para se naturalizar. *“Ele me pediu. ‘Ishii, você é japonês, mas tem possibilidade de ganhar medalha para o Brasil. [...] Naquela época eu era casado, tinha duas filhas’* (ISHII, 2003). O processo foi concluído em 1969, a tempo de o judoca participar do Campeonato Mundial da modalidade. À época, Ishii estava radicado em São Paulo (mudou-se para a cidade em 1968), onde mantém uma academia até hoje.

Além dos resultados nas competições, o desempenho durante os treinos era visto como um exemplo para os demais lutadores e ele se tornou uma referência

Dentre os atletas que entrevistamos, especialmente pelos resultados que conquistou no Campeonato Mundial de 1971 e 1972 nos Jogos de Munique, Chiaki Ishii foi o grande espelho. Neste período, Ishii parecia invencível no país e, superior a quase todos os brasileiros natos. Mesmo entre os atletas da geração seguinte que representaram o Brasil nos Jogos de Montreal (1976) e Moscou (1980), Ishii era bem superior e temido por seu O-soto-gari. (NUNES, 2011, p.83)

O papel de Ishii foi o de pioneiro por ter implantado uma rotina de treinamentos mais intensa e algumas das técnicas que adotava no Japão. É importante salientar que, antes dos Jogos Olímpicos de 1972, ele retornou ao seu país natal para um período de preparação, conforme detalha Ishii (2015, p.80). *“Na volta do Campeonato Sul-Americano, o senhor Cordeiro [Augusto Cordeiro, presidente da CBJ] nos chamou e disse ‘Vocês irão imediatamente ao Japão treinar intensivamente para as Olimpíadas’*”. A meta era conquistar a

medalha de prata, uma vez que Ishii acreditava ser uma missão muito complicada superar o judoca do Japão. Apesar de não ter chegado à final, o objetivo de subir ao pódio foi cumprido com a conquista do terceiro lugar.

Retomando mais uma vez a definição de Maguire (2007), Ishii pode ser definido como um pioneiro. Apesar de o judô já existir no Brasil antes de sua chegada, ele foi o responsável por uma série de mudanças na rotina de treinos dos atletas, teve papel relevante junto à confederação brasileira da modalidade, e sua medalha de bronze, conquistada em Munique-1972, serviu como referência. Note-se que, por ser um formador de treinadores, Ishii indiretamente contribuiu para a formação de vários atletas que representaram e representam o Brasil em outras competições. Duas filhas dele também lutaram pelo Brasil em Jogos Olímpicos, Tânia Ishii (1992) e Vânia Ishii (2000 e 2004).

Assim como Chiaki, Gui Lin chegou ao Brasil como praticante de tênis de mesa. Entretanto, há uma grande diferença na idade em que os dois atletas migraram: enquanto o judoca veio ao Brasil adulto, Gui chegou ao país com 12 anos de idade. O principal contato da jovem com o país não foi com outros imigrantes, mas, sim, com um técnico da modalidade, Maurício Kobayashi, que a conheceu no país natal e a convidou para atuar no Brasil. Borgese (2009) constata que a migração precoce de talentos esportivos é um fenômeno universal, citando como exemplo a ida de vários atletas com menos de 18 anos para os Estados Unidos, onde acabam incorporados às equipes de beisebol, basquete e hóquei.

Quando migrou para o Brasil, Gui já acumulava passagens pela seleção estadual, mas não tinha perspectivas de representar a seleção chinesa. Nos primeiros anos no novo país, ela exerceu apenas a função de *sparring* para as demais atletas, até que conseguisse a liberação para participar de competições – primeiramente em nível regional. A migração precoce e o longo tempo vivendo no Brasil a fizeram mudar o estilo de jogo. “*Sempre tem pessoas perguntando pra mim: só tem chinês jogando, o quê você acha? Eu acho ruim, mas eu acho que o meu caso é diferente, porque eu passei toda a adolescência aqui no Brasil, aprendi muita coisa diferente*”. (LIN, 2015).

A presença de uma mesatenista de origem chinesa na delegação brasileira é parte de um movimento transnacional, detectado por Maguire (2014). Um levantamento feito pelo autor enumera que 23 das 48 atletas que disputaram o tênis de mesa nos Jogos Olímpicos de Londres-2012 eram nascidas na China. Apesar da exportação de atletas, naquela edição olímpica a China conquistou a medalha de ouro, com Li Xiaoxia, e a de prata, com Ding Ning. Na disputa por equipes, as chinesas ficaram com o ouro. A prata foi para o Japão, que não tinha nenhuma atleta naturalizada, e a de bronze com Cingapura, seleção que contava

com Li Jiawei, nascida em Pequim. Um levantamento de Chen, Tan e Lee (2015) demonstra que da inserção no programa olímpico, em 1988, até os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, a China conquistou 70% das medalhas do tênis de mesa. Segundo os autores, a Federação Internacional de Tênis de Mesa promoveu uma série de mudanças nos regulamentos e equipamentos de jogo, tentando reduzir a supremacia chinesa e aumentar a competitividade das partidas, mas não obteve sucesso.

Retomando às análises feitas por Maguire (2007) e Carter (2011), a compreensão dos motivos que levam os atletas a migrar passa pelo entendimento das condições nos locais de origem e destino. Os números apresentados não deixam dúvidas que a China é um grande polo exportador de atletas do tênis de mesa, que acabaram se espalhando por diversos pontos do mundo. É inegável que o entendimento dessa diáspora passa por fatores econômicos: na China há um excedente de mão de obra especializada neste esporte, e, assim, os mesatenistas acabam encontrando espaço em outros países para atuar como atletas profissionais. Além do aspecto financeiro, Shachar (2011) conclui que há fatores sociais, culturais e até emocionais, como o sonho de alguns competidores em participar de uma edição olímpica, algo que poderia ser inviabilizado caso a decisão fosse a de permanecer na China, onde a concorrência por um lugar na seleção nacional é muito maior que em outros países – segundo a autora, o maior desafio para um mesatenista chinês chegar a uma edição olímpica é superar a seletiva nacional, devido ao grande número e ao altíssimo nível técnico da competição local.

Outro ponto interessante da trajetória da mesatenista é que a carreira esportiva fez com que ela, nascida na China e naturalizada brasileira, acabasse por migrar para outro país durante a preparação para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Com melhores condições de treino e a oportunidade de participar do Circuito Europeu, Gui Lin mudou-se para a Áustria. Além disso, ela participava da Liga de Portugal. O fato de estar na Europa, porém, não a distanciou do Brasil, até porque a atleta manteve o vínculo com a equipe de São Bernardo do Campo e com a seleção brasileira mesmo enquanto atuou no exterior.

7.4.1 Fruto de uma diáspora

A compreensão do processo migratório de Eduard Soghomonyan exige um retorno às origens da comunidade armênia no Brasil. Os primeiros registros da chegada de armênios ao país remontam ao final do século XIX. Paverchi (2015), Loureiro (2010), Melo (2011) e Carvalhaes (2016) indicam que eram grupos pequenos, que fugiam de perseguições na região

de origem, sob o Império Turco Otomano. A década de 1920 é marcada pelo aumento no fluxo de armênios para o Brasil

O *boom* imigratório deu-se na década de 1920, em função do Genocídio Armênio. Primeiro genocídio do século XX e o mais longo da história, este fenômeno foi uma ação sistematicamente organizada pelo governo turco-otomano – tomado pelo Comitê União e Progresso, alcunhado de Partido dos “Jovens Turcos”, com a finalidade de exterminar a população armênia das seis províncias da Anatólia. (LOUREIRO, 2010, p.5).

Não há dados precisos, mas Paverchi (2015) estima que dois terços da população armênia que vivia no Império Otomano foi morta durante o período do genocídio. Carvalhaes (2016) afirma que, inicialmente, os armênios procuraram ir para outros locais: Síria, Líbano, Chipre, Grécia, Egito etc. Outros se deslocam para a França e Estados Unidos, e a América do Sul acabou sendo um dos últimos destinos procurados por eles.

A maior concentração de armênios chegou ao Brasil entre os anos de 1924 e 1930, quando o fluxo foi interrompido devido às mudanças na política migratória brasileira; nesse momento, alguns parâmetros já haviam sido adotados pelos primeiros migrantes que chegaram ao país.

Os armênios, diferentemente dos grupos europeus, dado o contexto brasileiro nos anos 1920, não vieram para trabalhar nas empresas brasileiras em geral. Mesmo se tratando de empresas de patrícios, eram estimulados a abrir seu próprio negócio e tal prática, embora corrente entre árabes, sírios e libaneses, - as nações ditas comerciantes - era estimulada tendo em vista um impedimento significativo para contratação de mão de obra estrangeira. (PAVERCHI, 2015, p.78)

A autora diz que não é possível precisar quantos armênios chegaram ao Brasil nesse período, tendo em vista que muitos aportaram com documentos de refugiados, ou com registros de viagem de pontos de passagem da Europa. A maioria se concentrou em São Paulo, nas imediações das ruas Florêncio de Abreu, Pajé, Santo André e do Mercado Municipal. Com o aumento do número de armênios na cidade, redes de contato foram criadas, como pontua Loureiro (2010, p.7)

A construção de instituições educacionais era outro objetivo de curto prazo da comunidade nos seus primórdios. Além disto, sociedades culturais e recreativas também afloraram no seio da coletividade nas décadas de 1920 e 1930, bem como agremiações da juventude armênia, encenando peças e cantando músicas armênias em corais. A instituição mais significativa neste sentido foi a Sociedade Artística de Melodias Armênias – Clube Armênio – SAMA.

Enquanto os armênios se espalhavam pelo mundo, o território deles passou por uma série de mudanças. Entre 1921 e 1991, a Armênia integrava a União Soviética. Paverchi (2015, p.28) pontua que “A Armênia, proclamada República independente em 1991, após ter sido por 70 anos uma das 15 Repúblicas Socialistas Soviéticas, tem proporção 10 vezes menor que a região conhecida como Armênia ancestral ou Armênia histórica.”

Os números da diáspora armênia pelo mundo são imprecisos. Sapsezian (apud Paverchi 2015) estima que, em 2010, 1,4 milhão de armênios viviam na Rússia e Geórgia, 1,1 milhão nos Estados Unidos e Canadá e 650 mil na Síria, Líbano, Irã, Egito, Grécia, Chipre, Jerusalém e Turquia. Na Europa, a estimativa era de 550 mil. Com relação ao Brasil, a estimativa mais recente era de 2003 e apontava para 40 mil pessoas.

Uma população diaspórica que encontra no esporte um meio de expressar sua existência. A cada quatro anos, são realizados os Jogos Pan-Armênios, evento que reúne atletas de origem armênia de todo o mundo. A primeira edição foi realizada em 1999. Foi durante a edição de 2011 que Eduard Soghomonyan, lutador de wrestling nascido na Armênia, teve o primeiro contato com os brasileiros. Ele era o responsável por guiar a delegação do país. Ao desenvolver esta função, ficou amigo dos atletas, que o convidaram para vir morar no Brasil.

Eduard, que já havia lutado em torneios de base pelo país de nascimento, mudou-se. Além de pessoas, encontrou em São Paulo o respaldo de instituições armênias. *"Quando eu cheguei ao Brasil, no primeiro dia, o pai do meu amigo, Ricardo Mikaelian, que eu respeito como meu pai, ele me falou uma coisa: 'filho, primeiro, você precisa ir atrás das suas coisas. E, segundo, você precisa treinar. Outras coisas você não precisa pensar não. Você tem lugar de dormir, tem comida na mesa, então vai na cima, não preocupa de nada' [...] Meu segundo amigo, Jean, também me ajudou muito, e colônia armênia também ajudou, igreja, o clube armênio, Samma, tem pessoas que me deram força e graças a eles eu consegui ir aos Jogos Olímpicos. Todos os dias difíceis eles estavam do meu lado".* (SOGOMONYAN, 2019).

Logo após os Jogos Olímpicos do Rio, Eduard deixou o Brasil. Não voltou para a Armênia, mas estabeleceu-se nos Estados Unidos, onde continuou treinando e voltou a disputar eventos internacionais como atleta brasileiro.

A infraestrutura encontrada e a concorrência menor que no país natal por uma vaga olímpica ajudaram Eduard a se estabelecer no Brasil. O lutador não tinha laços familiares anteriores com o país, mas integra uma comunidade diaspórica. Engh e Agergaard (2013) conceituam que em um mundo transnacional há migrantes sedentarizados, que se fixam em

um ponto, mas também os altamente móveis, aqueles que buscam constantemente um lugar. Eduard, nascido em um país marcado por uma diáspora, tem uma trajetória que o aproxima do segundo grupo. Como migrante altamente móvel, mudou-se mais uma vez, após os Jogos Olímpicos do Rio, rumo aos Estados Unidos. Manteve a rotina de treinos e, apesar de ter passado um período afastado das competições no Brasil, em 2019 voltou ao país para participar de alguns eventos. Como brasileiro, lutou em torneios internacionais e classificou-se para os Jogos Olímpicos de Tóquio.

7.5 A identidade independente de território

Rodrigo Pessoa foi o porta-bandeira do Brasil nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. Foi o primeiro brasileiro a receber uma medalha olímpica no Rio de Janeiro: no dia 29 de agosto de 2005, onze anos antes de a Capital Fluminense sediar os Jogos. Rodrigo ganhou a medalha de ouro pelo desempenho nos Jogos de Atenas, um ano antes. À época, ele deixou a Grécia com a prata, mas o primeiro colocado foi eliminado.

Rodrigo não nasceu, nunca morou e, pelo que relata em entrevistas, não pretende viver no Brasil. A biografia “Você será um cavaleiro, meu filho” (Delaveau, 2014), tem um capítulo especialmente dedicado à questão da identidade patriótica de Rodrigo. Em entrevista à biógrafa, ele reconhece que não está ligado a nenhum lugar em específico.

Eu não pertenço a lugar nenhum e ao mesmo tempo sou de todos os lugares [...] não posso me definir como um brasileiro puro; meu modo de agir é europeu. Tenho a flexibilidade e o senso de adaptação dos latinos, misturados ao rigor e à disciplina europeus. Sou um cidadão do mundo. Minha nacionalidade é brasileira, eu a assumo porque ela faz parte de mim, mas cresci fora e sou inevitavelmente marcado por outras culturas. (DELAVEAU, 2014, p.81)

Para analisar tal fala e compreender o paradoxo vivenciado pelo cavaleiro, que se define como um cidadão sem uma identidade nacional vinculada a um único lugar, pode-se recorrer ao pensamento de Santos (2000, p.55)

Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como o cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o ‘mundo’ não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades

nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país.

É possível construir uma analogia entre o cidadão do mundo, citado por Santos, e o atleta do mundo, forma como Rodrigo se intitula. Uma pessoa que não tem ligação específica com nenhum país, mas que para participar da principal competição esportiva do planeta precisa estar vinculado a uma determinada nação. Ao dizer que a desterritorialização manifesta-se em campos como a vida social e a cultura, Ianni (2001, p.124) dá pistas de como é a vida de indivíduos como Rodrigo Pessoa, um cidadão que convive com múltiplas referências de identidade, mas que precisa fazer a opção por uma delas no momento de competir.

A rigor, o indivíduo pode somente realizar-se e emancipar-se na sociedade. Mesmo que iluda em sua autossuficiência, como se fosse um pequeno deus, está sempre na dependência das suas relações com os outros, as coisas, as ideias, a natureza e a sociedade [...] e se a sociedade é global, além do nacional, pode-se imaginar que aí ela adquire outra figura: transfigura.

Um exemplo para se enxergar essa transfiguração é analisar a trajetória de um indivíduo que nasceu na França, na infância mudou-se para a Bélgica, adulto decidiu morar nos Estados Unidos e em Mônaco, mas que busca a identificação com um país no qual sequer morou. A decisão da família em migrar para a Europa foi de Nelson Pessoa, pai de Rodrigo, um dos principais cavaleiros do mundo nos anos 1960, que buscava a evolução profissional. Apesar de manter a identificação com o Brasil, Nelson não carrega nenhum sentimento nostálgico, conforme é possível ver no depoimento de Delaveau (2014, p.84) “Tentei uma vez voltar a Bangu, mas só reconheci vagamente o lugar onde moramos. Aliás, nós não temos mais casa no Rio. Para quê?”.

Durante a infância, Rodrigo passava férias no Brasil. E até os dias atuais, o cavaleiro é tomado por uma sensação diferente quando chega ao Rio de Janeiro “Eu viajo muito e por todo o mundo, mas adoro essa sensação que é própria do Brasil. Ela é diferente e significa apenas que cheguei.. Onde? Não posso dizer ‘em casa’, mas é um momento que sempre me toca profundamente”. (DELAVEAU, 2014, p.85).

Quando o cavaleiro foi escolhido como porta-bandeira na cerimônia de abertura dos Jogos de Londres, em 2012, teve de lidar com críticas de alguns meios de comunicação, que questionaram sua ligação com o país.

Sempre representei o Brasil com muita lealdade e me preocupo com tudo o que se passa no país. Por isso, acho que essas críticas não têm fundamento. Eu represento o meu país, já que poderia muito bem ter escolhido outra nacionalidade por razões práticas. Mas isso nunca me passou pela cabeça, mesmo quando ouvia os comentários maldosos de um pequeno grupo de cavaleiros brasileiros que nunca foram capazes de se arriscar em outros países e que se contentam em espalhar intrigas. (DELAVEAU, 2014, p.86)

A necessidade de Rodrigo de responder a tais questionamentos pode ser comparada à vivida pela atleta Tiffany Porter, descrita por Poulton e Maguire (2012): nascida nos Estados Unidos, mas que adotou a nacionalidade britânica após o casamento e esteve presente nos Jogos de Londres-2012. Segundo os autores, mesmo após a conquista de torneios importantes pela equipe britânica, ela tinha sua nacionalidade questionada por alguns jornais.

O simbolismo de representar a nação durante um evento esportivo é algo extremamente relevante, mas o fato de ser porta-bandeira coloca o atleta em um grau diferenciado de evidência. Ao carregar o símbolo do país diante da delegação, Pessoa se tornou um representante diferenciado da nação, assumindo uma função que também tem um viés político. Sob a ótica de Bourdieu, é possível compreender a rejeição do público e de parte da mídia a ele por não haver construído uma relação com aqueles que o observam

Devido ao seu capital específico ser um puro valor fiduciário que depende da representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável a suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e ditos presentes e para desacreditar o seu autor (BOURDIEU, 1989, p.189)

Com a bandeira em mãos, pode-se fazer uma analogia entre Pessoa e esse homem político. A condição de atleta que nasceu em outro país e que sequer viveu no Brasil foi evidenciada pelos meios de comunicação para pessoas que sequer conheciam o cavaleiro – da mesma maneira que não conhecem a maior parte dos atletas que representam o país – mas que viram no distanciamento físico uma forma de perda do prestígio e do capital simbólico de Rodrigo para ser o principal representante nacional em uma cerimônia olímpica.

Sobre a trajetória do cavaleiro, um fato pouco explorado é a relação entre a família Pessoa e outros atletas brasileiros. O haras da família Pessoa é uma referência para o treinamento de provas de saltos e vários brasileiros que desejam entrar na Europa buscam o local

Quando são bem-sucedidos, ficamos felizes por ter dado a nossa contribuição. Não é graças a nós, porque eles trabalharam muito pra chegar onde chegaram. Não se pode banalizar a situação. Eles estavam sozinhos, longe da família, não falavam a língua do país e evoluíam em condições que não eram muito claras no início. Montar em temperaturas de dez graus negativos é difícil para todo mundo, mas para um brasileiro é ainda pior. (DELAVEREAU, 2014, p.88)

Mesmo distantes do Brasil, há um papel pioneiro da família Pessoa com relação ao hipismo brasileiro. Diferentemente dos pioneiros descritos por Maguire (2007), que levam as modalidades para os locais de destino da imigração, aqui há uma subversão: a saída dos Pessoa para a Europa abriu espaço em um polo mundial do hipismo de salto para outros atletas brasileiros. A busca por conhecidos ou pessoas que compartilham da mesma cultura é um fato comum nos processos migratórios, e no esporte não é diferente. Dunning, Maguire e Pearton (1993, apud Hard 1994) usam o futebol, esporte com alto número de imigrantes, como exemplo para ilustrar tal situação. De acordo com os autores, argentinos e brasileiros costumam entrar na Europa em clubes da Itália e Espanha, pois lá encontram semelhanças culturais e outros atletas com a mesma origem, que ajudam no processo de adaptação.

Apesar de ser uma instituição particular e com estrutura diferente de um clube, o haras da família Pessoa exerce para os cavaleiros que chegam à Europa uma função similar àquela que alguns clubes ofereciam para os imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século passado: abrigo, identificação e apoio para a entrada em uma nova cultura. A diferença primordial está no fato de que a migração dos atletas que vão hoje para treinar com a família Pessoa já é motivada por fatores esportivos e que os migrantes que procuram o local de treinamento não têm como intenção principal fixarem-se na Europa. Na definição de Maguire (2007) são nômades, em busca do melhor lugar para poder se desenvolver.

Santos (1996) diz que as redes são sociais e políticas, criadas por pessoas, e cada vez mais globais. Levando-se em conta que os praticantes de hipismo de saltos formam uma rede pelo mundo, é viável comparar a família Pessoa na Bélgica a um ponto, que une Brasil e Europa, facilitando a entrada de outros atletas com origem brasileira, devido a este pioneirismo de treinar na Europa, assumido por Nelson Pessoa nos anos 1960. Apesar de Nelson Pessoa trabalhar com atletas de outras nacionalidades, pode-se considerar que seu haras assume um papel diferenciado para cavaleiros brasileiros que desejam destaque nas competições mundiais. Para os atletas que buscam investir em uma carreira na Europa, estar em contato com brasileiros que já se adaptaram por lá, como a família Pessoa, é uma maneira de se inserir na rede formada por outros haras e instituições, assim como os frequentadores de

clubes fundados por colonos fizeram ao chegar ao Brasil, buscando apoio em seus pares, que haviam migrado de regiões semelhantes.

A construção dessas relações sociais, no entanto, não ocorre de maneira isolada. Dentro de uma lógica de mercado, a condição para a manutenção do haras envolve um oportunismo econômico, sendo que a família Pessoa lucra com a ida de brasileiros para o local – até por isso o haras recebe atletas de outras nacionalidades que desejam treinar por lá, algo natural dentro de um ambiente esportivo profissional.

7.6 Szabó – um profissional do esporte em tempos de Guerra Fria

A periodização proposta por Rubio (2010, 2016) define que após a Segunda Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos vivenciaram a fase de conflito, marcada principalmente pelo ambiente político da Guerra Fria. É interessante notar que, mesmo neste período, marcado pelo paradigma do amadorismo, o esporte já tinha profissionais altamente qualificados que o tinham como atividade profissional. Foi justamente o alto grau de qualificação que abriu as fronteiras do mundo para Szabó, um talentoso esportista nascido na Hungria, país socialista vizinho da União Soviética. De acordo com Cabo (2011), o regime socialista húngaro foi marcado pela violência e repressão – 2.000 pessoas foram executadas e 100.000 presas, apenas no ano de 1947.

Dóczi (2011) conclui que durante o período socialista o esporte teve um grande significado para os húngaros, assumindo um papel importante na construção de uma imagem nacional. O polo aquático, uma das modalidades na qual o país é uma potência, teve destaque. A final dos Jogos Olímpicos de Melbourne, em 1956, disputada por Hungria e União Soviética, é um episódio sempre citado – a partida teria sido tão violenta que, ao final do jogo, a água teria ficado manchada de sangue. Segundo Dóczi, o episódio foi apresentado pela imprensa mundial como um símbolo de tentativa de resistência dos húngaros à dominação soviética.

As conexões entre esporte e política envolvendo aquela seleção começaram antes mesmo dos Jogos Olímpicos. Durante uma excursão preparatória, em 1956, o jogador Aladar Szabó decidiu desertar. Foi por meio do esporte que Szabó conseguiu se fixar na Itália. Anos depois, em um episódio marcado por versões distintas, ele migrou para o Brasil. Novamente, é importante frisar que o polo aquático era considerado uma modalidade amadora, mas a mudança do atleta ocorreu por fatores esportivos. A justificativa inicial é que Szabó estava

sendo contratado para ser técnico da equipe do Fluminense, mas a excelente forma física não deixava dúvidas que ele viria para seguir a carreira como atleta.

Em entrevistas a jornais da época, Szabó citou como fatores decisivos para escolher o Brasil as referências que recebeu dos jogadores de futebol Vinícius e Del Vecchio sobre o país, mas a imprensa mostra o papel de outra figura neste processo: João Havelange, ex-jogador de polo aquático, que foi presidente da Fifa e membro do COI, à época presidente da CBD. Um fragmento de um jornal não identificado, mas preservado por Isabella Szabó, filha dele, traz um detalhe interessante sobre a negociação para a vinda do jogador ao Brasil.

Como vem acontecendo em outros esportes, também o water-polo do Brasil já está sendo preparado para os Jogos Pan-Americanos, a serem realizados em Chicago, de 27 de agosto a 7 de setembro. Para isso a CBD convidou o grande jogador húngaro Aladar Szabo, que ultimamente jogava na Itália por motivos políticos e que chegou domingo ao Rio, viajando pelo "Conte Grande", não para treinar o quadro como também jogar nele, dando um sistema de jogo moderno à equipe. Szabó poderá vir inclusive a defender o seleccionado brasileiro, tanto em Chicago como em Roma, bastando para isso que se naturalize brasileiro. O jogador húngaro esteve na tarde de ontem na sede da entidade máxima nacional, acertando os detalhes para sua transferência definitiva para o nosso país, com o presidente João Havelange. Szabó é amador e não quer deixar de sê-lo, pois pretende, com 26 anos de idade continuar a praticar seu grande jogo num clube do Rio, possivelmente o Fluminense. As leis internacionais permitem que o amador receba estada e uma pequena ajuda de custo. Isso é o que a CBD fará, tratando mais tarde de regularizar melhor sua situação entre nós.

Szabó conseguiu a naturalização, representou o Brasil em competições internacionais e depois se fixou no país. Telles (2002, p.62) aponta que a imagem construída em torno de Szabó foi a de um jogador de polo aquático ideal. Mais que isso, de um brasileiro ideal.

Aladar Szabó parece ter aglutinado todas as características necessárias para representar o ícone do "Jogador de Polo Aquático": forte, agressivo, violento, brigão. Além desses atributos, a memória e a imagem que os relatos fornecem sobre Szabo estão bem sintonizados com um tipo de construção tipicamente brasileira: os entrevistados atribuem a ele traços que estariam associados ao "caráter brasileiro" (mulherengo, fã do Carnaval e, acima de tudo, alegre), numa tentativa, mesmo que inconsciente, de nacionalizá-lo. Em outras palavras, a memória do grupo de Polo Aquático brasileiro nacionalizou Szabo para poder transformá-lo em um herói local.

Um episódio ocorrido em 1963 mostra que Szabó, apesar de ter se fixado no Brasil, não perdeu totalmente os vínculos com o local de origem. De acordo com reportagem do jornal *Diário de Notícias*, de 25 de agosto daquele ano, o jogador teria se emocionado ao encontrar, no aeroporto do Rio de Janeiro, com a delegação húngara que veio ao Brasil para a

disputa da Universíade, uma das competições esportivas mais importantes do mundo. Diz a reportagem

Aladar Szabó, o mais perfeito do mundial em polo aquático – ao rever seus antigos companheiros de seleção húngara não pôde conter as lágrimas, abraçando-os demoradamente. Mais tarde afirmava que toda a técnica que atualmente possui e teve a felicidade de empregar em favor do Brasil, no mundial de polo aquático, deve ao técnico Jens Bako, que lhe orientou desde as primeiras noções do esporte.

Apesar de ter fugido da Hungria, e do regime socialista, Szabó visitava o país natal, conforme relata a filha Isabella. *“Meu pai ia pra Hungria no final do ano. Eu me lembro dele ir todo ano, a partir de uma determinada época. Não sei se ele ia antes, ou se eu que era muito pequena, né. [...] E a minha tia veio pro Brasil, meu pai trouxe ela pro Brasil, pagou tudo, porque lá eles estavam com muito ruim mesmo e ela teve que fazer uma operação séria na vista, e ele trouxe, ela fez operação aqui no Brasil, se recuperou aqui no Brasil na minha casa, a gente teve um contato com ela, e ela voltou pra Hungria”*. (SZABÓ, 2016)

Szabó se fixou no Brasil, onde morou até o fim da vida. Nascido na Hungria, deixou o país por motivos políticos, mas o esporte – já profissional, apesar dos eufemismos dos discursos oficiais – abriu portas para ele, construindo aqui não apenas uma carreira atlética, mas uma trajetória pessoal.

7.7 Oportunismo e profissionalismo: naturalizações instrumentais

Em um ambiente profissional e transnacional, é natural que atletas com grande qualidade técnica recebam convites para representarem clubes em todo o mundo. Contudo, quando este processo atinge as competições entre países, como os Jogos Olímpicos, há um componente ético envolvido. Maguire (2007) classifica alguns migrantes esportistas como mercenários. Outros autores, como Shachar (2011) e Spiro (2012), são altamente críticos a essas práticas e afirmam que a contratação de atletas para representar equipes nacionais viola os princípios da competição – para estes autores, não há mais sentido nas disputas nacionais, tendo em vista o modo como as naturalizações ocorrem em alguns países. Nicolau (2017) define alguns casos como naturalizações de complacência. Jansen, Oonk e Engbersen (2018) cunharam o termo *“jus talenti”* como definição para este tipo de naturalização, concedida com vistas a incorporação de um atleta talentoso a uma equipe nacional.

Para Kostakopoulou e Schrauwen (2014), a relação entre representações nacionais e eventos esportivos tornou-se problemática, tendo em vista a facilidade que algumas nações encontram para naturalizar atletas. As autoras chegam a propor uma reforma na Carta Olímpica – segundo elas, os conceitos de nacionalidade, identidade e lealdade deveriam ser trabalhados de maneira autônoma – a lealdade a uma única nação é algo que não caberia mais no esporte moderno e tal mudança efetivaria os Jogos Olímpicos como uma competição entre pessoas, não estados. As autoras propõem que a definição de representação nacional do atleta se limite ao lugar de domicílio do mesmo. Por outro lado, autores como MacAllon (2010) e Rubio (2016) sinalizam para a importância dos rituais e da ligação intrínseca entre os esportes e as representações nacionais, mesmo em um ambiente de profissionalismo.

Conforme já demonstrado, com a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, o Brasil teve um aumento expressivo no número de atletas nascidos em outros países. A maior parte deles tinha ligações familiares com o país, mas alguns casos podem ser enquadrados claramente como naturalizações instrumentais e foram objeto de polêmica. A situação mais clara ocorreu no polo aquático, com dois atletas que não tinham ligações familiares com o Brasil: Josip Vrljic, da Croácia, e Slobodan Soro, da Sérvia.

A formação da equipe causou divergências desde o início. Além dos dois jogadores que não tinham nenhuma ligação de ancestralidade com o Brasil, o time contou com outros integrantes com dupla nacionalidade: Adrian Baches e Paulo Salemi, apesar de terem antepassados brasileiros, nunca haviam jogado em piscinas brasileiras e já haviam defendido as seleções de base de Espanha e Itália, respectivamente. Ives Alonso, que atuou nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, por Cuba, era casado com uma brasileira e já havia buscado a nacionalidade brasileira por conta do matrimônio. Outro jogador, Felipe Perrone, nascido no Rio de Janeiro, havia participado de duas edições olímpicas pela Espanha. Felipe passou por um processo de mudança – retornando à nacionalidade brasileira para poder defender o país nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Dados publicados pela *Agência Estado* revelam que a CBDA pagou R\$ 2,6 milhões em salários para Vrljic, Soro e Perrone durante os anos que antecederam os Jogos Olímpicos do Rio. (VECCHIOLI, 2015).

Felipe Perrone, que atuava pelo Barcelona ao lado de Vrljic, foi um dos responsáveis por convencer o companheiro a buscar a nacionalidade brasileira. *“Quando eu optei, a partir desse projeto que foi definido pelos treinadores e pela confederação, incluía utilizar os jogadores que tinham dupla nacionalidade, como era o caso do Adrian Delgado e do Paulo Salemi. E a naturalização realmente, eu acho que são dois casos bem diferentes, tanto o Paulo Salemi quanto o Adrian Delgado, eles eram brasileiros por direito, eles tinham já a*

nacionalidade, tinham tudo. E com outros casos que eram o Josip Vrlc e o Slobodan Soro. No caso dos dois, realmente foi feita uma naturalização, pra que a equipe ficasse mais forte e pudesse representar o Brasil, pra aproveitar essa oportunidade pra representar o Brasil melhor. E eu acabei tendo uma função importante numa adaptação deles, acho que num primeiro momento até eles entenderam o projeto.” (PERRONE, 2016)

Apesar de terem aceitado a proposta para representar o Brasil, Vrlc e Soro precisaram esperar os trâmites jurídicos da naturalização estatal, para só depois ingressarem com o pedido de naturalização esportiva. Documentos obtidos junto ao Ministério da Justiça, por meio da Lei de Acesso à Informação, (Anexos III e IV), comprovam que os processos dos dois atletas foram marcados por idas e vindas. Em 21 de outubro de 2014, ambos tiveram o pedido de naturalização negado por não atenderem o prazo mínimo de residência no Brasil, previsto na Lei 6.915/80. Todavia, a Advocacia Geral da União emitiu um parecer favorável à concessão de nacionalidade aos atletas, dos quais destaca-se os seguintes argumentos.

É certo afirmar que os pedidos de naturalização de atletas em época de grandes eventos, em especial as Olimpíadas, têm por escopo naturalizar atletas estrangeiros, a fim de que possam competir pelo país que lhes concedeu a naturalização. Isso ocorre, de forma frequente, em vários países, como é o caso da Grã-Bretanha [...] Feitas estas considerações, cumpre aduzir que o ponto central a ser avaliado é se, ao representar o Brasil nesses eventos esportivos, estarão os atletas estrangeiros exercendo atividade relevante para o país, a fim de que possam ser enquadrados no item III do artigo 113 da Lei 6.815/80.

Bem, diante da importância dos eventos esportivos de grande monta, como é o caso dos jogos olímpicos, ousa dizer que já efetivamente o desempenho de serviço relevante para a nação, uma vez que tais eventos mobilizam todo o país e apresentam grande repercussão mundial.

O parecer da Advocacia Geral da União foi decisivo para que os dois atletas conseguissem a naturalização. Reportagem publicada pelo portal *UOL* (COSTA, 2016) afirma que Soro, além de cumprir as exigências legais no Brasil, precisou cumprir uma quarentena sem jogar pelo *Partizan Belgrado*, clube da Sérvia ao qual era ligado, para conseguir a naturalização esportiva.

Após os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, Felipe Perrone voltou a defender a seleção da Espanha, pela qual passou a ter a companhia de Adrian Baches a partir de 2020. Vrlc passou a jogar pela Croácia. Apenas Slobodan Soro continuou atuando pelo Brasil – ele inclusive foi o capitão da equipe em torneios realizados no ano de 2019. Soro manteve-se ligado ao Clube de Regatas Botafogo, pelo qual atuou em edições da Liga Polo Aquático Brasil. Com relação aos outros atletas da equipe de polo aquático brasileira de dupla

nacionalidade que atuaram em 2016, Paulo Salemi não foi mais chamado para representar a seleção brasileira. Ives Alonso, o único que mora no Brasil, segue ligado ao Esporte Clube Pinheiros, como treinador.

Apesar do apelo do aspecto comercial, é possível destacar outros fatores conectados às migrações de Vrlic e Soro. Um deles é a formação de uma rede de conexões, formada por outros profissionais. O elo principal é Felipe Perrone, mas não apenas ele. Muito menos polêmica que a naturalização de atletas era o comando técnico da seleção brasileira, exercido por um estrangeiro: o croata Ratko Rudic. Maguire (2007) destaca que na geografia do esporte mundial existem alguns lugares que são “zonas de prestígio”. Não à toa, ao buscar naturalizações instrumentais, o polo aquático brasileiro trouxe dois atletas nascidos na antiga Iugoslávia – um da Croácia, outro da Sérvia, países que são potências da modalidade, ou seja, zonas de prestígio.

Ao comentar a opção por representar o Brasil, Soro admitiu que o processo teve como principal motivação o aspecto profissional, mas disse que criou conexões com o país. Considerado um dos melhores goleiros do mundo, Soro é um típico exemplo de “mão de obra” esportiva altamente qualificada e que, por isso, tem as fronteiras abertas ao seu talento. Um migrante bem vindo, e que sabe o potencial que o talento atlético lhe oferece de encurtar distâncias. *“Gostei do Brasil, gostei da comida, gostei da natureza, tudo, por isso foi bom para mim, minha esposa gostou, eu estava aqui com meu bebê recém-nascido, sol, sol, sol [...] Tive a oportunidade de voltar e morar no Brasil e na Sérvia. Porque você sabe, o mundo agora é um lugar pequeno, você vai a algum lugar e pode trabalhar e viver normalmente, então talvez seja o Brasil, talvez seja a Sérvia, talvez seja eu não sei, talvez a Austrália.”* (SORO, 2017)

Mesmo como profissional, Soro precisou passar por um processo de adaptação para viver no Brasil, com companheiros de equipe que tinham uma cultura diferente em áreas que vão além do esporte. Ryba, Stambulova e Ronkainen (2016) esclarecem que ao analisar uma proposta para migração esportiva, o atleta deve levar em consideração os ganhos, mas também os riscos envolvidos, dentre os quais uma possível dificuldade no processo de incorporação ao novo local.

É possível fazer algumas aproximações entre estes casos e as teorias de Bauman. Afinal, para um profissional altamente qualificado, a distância física entre lugares não é um obstáculo. Ao mesmo tempo, os pontos de identificação a uma determinada localidade são efêmeros (isso não significa que sejam inexistentes). A volatilidade – liquidez é uma das marcas da contemporaneidade.

7.7.1 Naturalização negada

Apesar dos casos apresentados anteriormente, a Justiça Brasileira teve interpretações diferentes ao analisar outro processo de concessão de nacionalidade. Em julho de 2016, a apenas um mês dos Jogos Olímpicos no Rio, o Tribunal Regional Federal da quarta região anulou a naturalização de Émese Takács, esgrimista nascida na Hungria e que pleiteava representar o Brasil. O recurso pedindo para que o processo fosse suspenso foi impetrado pelo chefe da equipe brasileira de esgrima, Giocondo Cezar Cabral. A nota do tribunal sobre a cassação da nacionalidade (Anexo V) traz os seguintes argumentos

Cabral ajuizou uma ação popular em abril deste ano na Justiça Federal de Curitiba contra a União e a atleta pedindo a suspensão imediata da portaria que concedeu naturalização à estrangeira. Segundo o chefe da equipe, a atleta não preencheria os requisitos exigidos pela lei. O autor apontou entre as irregularidades praticadas para obter a naturalização a ausência de prazo mínimo de residência contínua no Brasil, o casamento fraudulento com um brasileiro e a ausência de domínio do idioma nacional. Para Cabral, tudo teria sido feito como uma forma de competir nos Jogos Olímpicos, visto que Émese não se classificou para competir pela Hungria. A liminar foi concedida em primeira instância e a União apelou ao tribunal pedindo sua suspensão. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), os motivos do autor são pessoais, tais como a inconformidade com a retirada de vagas de atletas brasileiras membros da equipe. No tribunal, a relatora do caso, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, deferiu o pedido da União e restabeleceu a naturalização. Cabral recorreu com agravo interno contra a decisão, juntando novos documentos, que incluíam comentários e fotos na rede social Facebook que demonstrariam que Émese segue morando na Hungria e é, inclusive, casada com um compatriota. Tendo em vista a relevância de uma decisão em caráter de urgência, devido à proximidade das Olimpíadas, a desembargadora submeteu o recurso à 4ª Turma. Por maioria, o colegiado reformou a decisão da relatora e novamente suspendeu os efeitos da portaria que naturalizava a atleta. Segundo o desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, que proferiu o voto vencedor, “manter a situação fática atual importa permitir que a ré represente o Brasil na Olimpíada de 2016, ao mesmo tempo em que retira da delegação olímpica uma brasileira que - não fosse a naturalização da ré - integraria essa equipe”, destacou o desembargador. Leal Júnior ressaltou que, caso fique confirmada a fraude, a manutenção da atleta na equipe brasileira terá prejudicado de forma irreversível as esgrimistas Amanda Simeão Neto e Katherine Miller, que seriam as ocupantes da vaga no papel de titular e reserva.

É válido notar aqui a diferença entre as posturas das entidades reguladoras das modalidades. Enquanto a CBDA deu suporte para a naturalização de Soro e Vrljic, a CBE adotou uma postura oposta – a ação pedindo para que a concessão da naturalização de Émese

partiu de um funcionário ligado à entidade. Fica claro que as estruturas de poder, e a relação construída entre as atletas e as mesmas, foram decisivas no desfecho distinto dos processos.

7.7.2 De Chicago a Bauru

Quatro anos antes dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil teve outro caso de naturalização instrumental. O jogador de basquete Larry Taylor, nascido nos Estados Unidos, teve o processo de concessão de nacionalidade concluído em abril de 2012, meses antes da disputa olímpica em Londres. Se forem utilizados os conceitos de Maguire (2007), Larry se aproxima de um nômade, que em virtude de seu talento esportivo deixou o país de nascimento e teve oportunidades em outras localidades – ele passou por México e Venezuela antes de chegar ao Brasil, em 2008. Segundo Larry, as primeiras conversas com a CBB sobre a possibilidade de adquirir a nova nacionalidade ocorreram no final do ano de 2010. A confirmação da naturalização do jogador, inclusive, foi alvo de destaque na mídia em Bauru, cidade que o adotou, sendo a manchete de um dos jornais da cidade no dia seguinte à confirmação

FIGURA 67: Capa do jornal *Bom Dia Bauru*, destacando a naturalização de Larry Taylor. Foto: Reprodução.

Durante todo o processo de busca pela nacionalidade, Larry contou com o apoio da direção da equipe bauruense, que após o fim do processo chegou a lançar uma campanha de

marketing, com o *slogan* “canta Larry”, para que o atleta cantasse o hino nacional brasileiro (CAPELO, 2012). Vindo de uma zona de prestígio do basquete mundial, ele é mais um exemplo de mão de obra especializada. O atleta não era o único estrangeiro na equipe masculina de basquete em Londres: o time tinha como técnico Rubén Magnano, nascido na Argentina.

7.8 Dois Sebastians: um residente e um nômade

Em toda história olímpica, a canoagem brasileira foi representada por dois atletas nascidos em outros territórios. As trajetórias de ambos se cruzam por algumas semelhanças, a primeira delas no nome: Sebastian. O mais velho, de sobrenome Cuattrin, nasceu na Argentina e era criança quando migrou para o Brasil, para acompanhar a família, devido ao trabalho do pai. Após se destacar em campeonatos locais, decidiu se naturalizar para representar o país em eventos internacionais. Durante o processo, teve o apoio da família. *“Fiz ela (a naturalização) por causa do esporte, porque eu não podia competir em 91 (nos Jogos Pan-Americanos). Eu não podia competir os Jogos Pan-Americanos, sendo atleta nascido não natural, não naturalizado brasileiro. Então, meus pais fizeram super esforço na embaixada, consulado, tudo. Todo mundo foi super solícito e consegui me naturalizar a tempo para que eu pudesse participar dos Jogos.”* (CUATTRIN, 2016)

Os bons resultados e a ambição de conseguir evoluir no esporte levaram Sebastian para a Europa, onde treinou com Zdzislaw Szubski, polonês que havia comandado a seleção de Portugal. Após alguns anos no exterior, Sebastian Cuattrin e a Confederação Brasileira de Canoagem acertaram o retorno ao Brasil, com a vinda de Zdzislaw para trabalhar como técnico da seleção brasileira, em 1996. O treinador trouxe parte da família para o país, incluindo o filho, Sebastian Szubski, que era canoísta e havia participado de provas na Europa.

Mesmo antes de conseguir a naturalização jurídica, Szubski pôde participar de alguns eventos de canoagem pelo Brasil em categorias de base. O processo civil foi concluído em 2002, abrindo caminho para competições que até então ele não podia participar – Jogos Sul-Americanos, Pan-Americanos e Olímpicos. Segundo o atleta, por ser o filho do técnico e não ter relações anteriores com o Brasil, o processo causou polêmica com outros canoístas (à exceção de Sebastián Cuattrin). Apesar disso, Szubski competiu como brasileiro nos Jogos Olímpicos de Atenas, em 2004, ao lado de Sebastián Cuattrin – que nunca teve problemas em ser aceito como nacional pelos demais canoístas. *“Curtamente, foi assim: duas semanas*

antes, os meus companheiros do k4, eles decidiram que eu não deveria estar nesse barco. Sebastián [Cuatrin] decidiu que a gente deveria competir o k2 e tentar qualificar, e os outros, meus amigos, meus parceiros que a gente remava, decidiram que queriam uma outra pessoa. Então, devido a isso, eu fui na dupla com o Sebastián”. (SZUBSKI, 2014)

Se por um lado Cuatrin é o típico migrante residente, Szubski é um nômade: nasceu na Polônia, viveu em Portugal, Alemanha e Brasil – tudo antes dos 20 anos de idade, sendo boa parte destas migrações explicadas pelo aspecto familiar – acompanhava o pai, um profissional que, por ser mão de obra qualificada, tem as fronteiras do mundo abertas a seu trabalho. Além da questão de ter nascido no Brasil, a polêmica que existiu em torno da convocação de Szubski foi fomentada pelo aspecto familiar – sendo o pai dele um dos responsáveis pela decisão de quais atletas deveriam participar da equipe.

7.9 A identidade independente da família – uma ruptura individual

Dentro do grupo que compõe este estudo, há vários atletas que migraram crianças para o Brasil e que trocaram de nacionalidade em acordo com a família. Uma exceção é o tenista Fernando Meligeni. Praticante de uma modalidade individual, ele retornou ao país de nascimento durante a adolescência, para treinar, mas mesmo assim optou pela nacionalidade brasileira, uma decisão que não foi bem encarada pelos familiares. *“Minha mãe me obrigou, entre aspas, a me naturalizar depois que eu fizesse 18 anos [...] Ela nem no despachante levava os documentos... 'Mãe, leva esse documento lá?', 'Por que, naturalização? Tô fora! Vai você! Quando você voltar, você vai!’, tanto que minha naturalização demorou três anos, dois anos e pouco pra acontecer. [...] Demorou, foi difícil, altas conversas em casa, altos papos. Não brigas, mas, discussões, até que eles entenderam [...] na visão deles, eles gostariam de ter tido um filho argentino, coisa que eles não tiveram.”* (MELIGENI, 2011).

Além de Fernando, a irmã Paula também emigrou para o Brasil durante a infância, mas jamais cogitou trocar de nacionalidade. Apesar dos aspectos sociais, o exemplo da família Meligeni ilustra como em diversos casos a decisão da naturalização envolve fatores particulares, íntimos. Não há como negar a relação de Fernando com a Argentina, mas ele sempre se sentiu brasileiro e, por isso, fez a escolha de representar o país que adotou e não o de nascimento. Ao falar sobre identidades turvas, fundidas e ambíguas, Houlihan (2010) indica como entender casos como esse, afinal, dentro da mesma família existem atitudes diferentes com relação à nacionalidade. A postura de Meligeni reforça os conceitos de Mendes (2002), para quem a formação de identidade não é feita apenas pelas aproximações,

mas por rupturas – no caso, ele rompe com um modo de sentir e agir da família para assumir uma identidade própria: a brasileira, mesmo em um lar no qual as demais pessoas se identificam como argentinas. Verász (2017, p.52) diz que “Viver entre duas culturas é uma das características da migração e implica escolher sempre entre o eu e o outro”. No caso do tenista, o outro é a própria família.

Uma questão que poderia ser levantada a respeito da decisão de Fernando Meligeni é sobre as oportunidades pela escolha da nacionalidade brasileira, tendo em vista que na Argentina há um número maior de tenistas e a concorrência para disputar grandes torneios seria maior. Tal teoria não se aplica ao se constatar que no tênis as principais competições mundiais o critério de seleção é por ranqueamento individual e a questão da nacionalidade não teria interferência. Sobre o evento de maior prestígio entre países, a Copa Davis, o tenista teve a oportunidade de representar o país de nascimento em um momento crucial da carreira. Em sua biografia (Meligeni e Kfoury, 2008, p.44 e 45), ele detalha o momento em que tomou uma das decisões mais importantes da carreira: recusar uma convocação para a seleção argentina.

O fato é que eu encontrei meu ídolo de infância numa conversa em Roland Garros, no início da minha carreira profissional, e ouvi uma proposta que eu não esperava. Guillermo Vilas perguntou se eu queria jogar a Copa Davis pela Argentina. Naquele momento, eu poderia optar. Pela Argentina, porque tinha nascido lá. Ou pelo Brasil, onde era residente há mais de cinco anos. Opção feita, camisa vestida, seria pra sempre. Guillermo era técnico da Argentina na época. Ele sabia que eu estava no Brasil havia muito tempo, mas como ainda não tinha jogado a Davis, quis me consultar sobre os meus planos. ‘Tenho intenção de te chamar’, foi a frase que me fez sentir a espinha gelar e o cérebro dar mil voltas pela óbvia importância da conversa [...] ‘Não posso aceitar seu convite, Willi (como Vilas é chamado na Argentina), porque eu vou jogar no Brasil. Não sei quando, mas será pelo Brasil. É lá que meu coração está’, respondi.

Após a escolha e a regularização dos documentos, Meligeni deu prosseguimento à carreira como atleta brasileiro. Às vésperas dos Jogos de Atlanta, em 1996, estava bem colocado no ranking mundial, mas fora da zona que garantia o nome na primeira lista de atletas que iriam para os Jogos, independentemente de nacionalidade. Com a desistência de alguns tenistas, Meligeni foi chamado, entretanto enfrentou resistência do COB, não pela questão da nacionalidade, mas pelo fato de ter ficado fora da primeira lista feita pelo COI, que incluía os cinquenta melhores do ranking da Associação dos Tenistas Profissionais. *“Eu brigando com imprensa durante a semana, porque eu me sentia brasileiro e as pessoas*

falavam que eu era argentino naturalizado. E eu brigava com a imprensa, brigando com o COB, porque eu queria estar jogando”. (MELIGENI, 2011).

Superada a resistência do Comitê, Meligeni garantiu a vaga olímpica. Na cerimônia de abertura, viveu mais um momento que ajudou a reforçar sua identificação com o país que escolheu. *“Eu lembro como se fosse hoje, no desfile de abertura da Olimpíada. O Brasil ficou quase que colado na Argentina, porque começa a rodar, você entra no campo, lá na universidade. E aí começam a alinhar as delegações e na hora que você vai [...] o Brasil e Argentina estavam muito próximos. E tem muito argentino que eu conhecia, principalmente a galera do tênis, e eles começaram a me puxar, tipo, ‘Vem pra cá, vem pra cá, você é daqui, né?’ Tipo, o argentino não aceita que você deixa de ser argentino. Você nunca deixa de ser argentino, pelo lado patriota deles. E naquele momento, você começa a perceber o quanto você é brasileiro, porque é impossível você ir lá, está lá com meio coração [...] Então, pra mim, foi super importante, porque as pessoas começaram a acreditar, de existir aquela coisa da imprensa e do próprio público, ‘Por que que esse cara, um argentino, quer virar brasileiro, pra quê? Deve ser por dinheiro, né?’ aí, eu falo: ‘Cara, o que eu ganho no Brasil, de grana, não é nada!’, é porque, realmente, eu vim muito cedo pra cá e virei brasileiro, né? Então, abriu muito, esse campo das pessoas entenderem que era o que eu queria, que era meu desejo. A partir daí, ficou tranquilo. Eu acabei ficando muito mais conhecido por causa daquele resultado, muito mais querido e abriu muito mais porta, ficou mais fácil ser. Anteriormente, era mais complicado, era uma briga diária, de brincadeira, de gozação no Casseta e Planeta [programa humorístico da televisão brasileira nas décadas de 1990 e 2000], falando que eu era argentino. E isso, querendo ou não, se você escolhe uma coisa, as pessoas não querem aceitar, dói em você. E pra mim, foi importante, porque a partir daquilo, foi uma pedra, e abriu, tranquilizou, aí, eu entrei no circuito, normal, né?”* (MELIGENI, 2011).

A afirmação pessoal não significou o fim da relação conflituosa com a imprensa. Carter (2007) conclui que uma das principais barreiras a serem enfrentadas pelos atletas é a resistência dos cidadãos locais aos estrangeiros. Karen e Washington (2010) fazem uma analogia entre a situação vivida pelos atletas e soldados que são cobrados a escolher, em um momento de guerra, se defendem o país de nascimento ou aquele que adotaram. Tal visão bélica, reforçada pelo discurso midiático de disputa entre nações nos Jogos Olímpicos, acaba gerando situações delicadas. No caso de Meligeni, isso ocorreu dias após a cerimônia de abertura dos Jogos, na primeira entrevista coletiva. Ele foi questionado por um jornalista

brasileiro sobre como se sentia, sendo um argentino que representava o Brasil, e não se segurou na resposta, conforme ele mesmo descreve

Você não tem vergonha de fazer essa pergunta para um cara que escolheu o Brasil? Um cara que se naturalizou para poder representar o Brasil e está aqui dando o sangue para fazer o melhor? Vou dizer uma coisa: eu sou mais brasileiro que todos vocês. Sabe qual é a diferença entre nós? Vocês nasceram no Brasil, não tiveram escolha. Eu tive. Eu decidi ser brasileiro. Parece que vocês gostam de jogar o país para baixo ao dizer que teve de aparecer um argentino para ser o número 1 do Brasil. (MELIGENI e KFOURI, 2008, p. 51)

O discurso duro era um reforço na postura de identidade brasileira e uma cobrança para que a imprensa compreendesse algo que até mesmo a família de Meligeni já havia aceitado: ele é brasileiro. A mãe dele, Concepción, sonhava torcer pelo filho em Roland Garros, nas arquibancadas, abraçada a uma bandeira da Argentina. Realizou parte do desejo, mas com o corpo sobre o estandarte brasileiro.

Para o tenista, não há dúvidas que os Jogos Olímpicos foram parte importante na construção identitária. *“Eu sou o Fernando Meligeni, muito por causa da Olimpíada, não tenho dúvida disso, porque o povo, o público, o tenista, o cara que não gosta de tênis, mas que gosta de esporte no Brasil, me conheceu graças a Olimpíada, isso eu não tenho dúvida nenhuma. [...] Então, pra mim, tem uma importância, não só, tenística, falando, é por causa disso, do resultado, mas tudo que isso envolveu, principalmente, pra mim, por ser filho de argentinos. [...] Então, foi uma briga muito grande pra ser brasileiro – minha – e Olimpíada foi um marco, tipo, mostrar, botar uma pedra e falar assim: ‘Eu quero representar o Brasil, não a Argentina!’. Então, Olimpíada pra mim, tem um sabor todo especial.”* (MELIGENI, 2011). Sabor ligado à afirmação de identidade, de criação de laços e vínculos com o país que resolveu adotar.

7.10 Brasileiros desde sempre

Apesar de adotar o *jus soli* como sistema primário para concessão de cidadania, o Brasil abre a possibilidade para vários filhos de brasileiros de terem a nacionalidade do país. Devido a este sistema praticamente misto, no qual o *jus sanguinis* é bem aceito, há vários casos de atletas que, apesar de nascerem em outros países, sempre se identificaram apenas como brasileiros – não somente em disputas esportivas, mas em todas as outras áreas.

Questionada sobre a nacionalidade, a jogadora de polo aquático Amanda Oliveira é concisa: *“A gente nasceu na França, Paris. A gente nasceu lá porque meus pais estavam estudando. A gente só nasceu, não tem naturalidade francesa”*. (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2016). O fato de ter um dos pais estudando no exterior foi o motivador para que outros atletas brasileiros tenham nascido fora do Brasil – o judoca Flávio Canto, natural da Grã-Bretanha, veio para o Brasil na infância, mas depois viveu nos Estados Unidos, por conta dos estudos do pai. Esse tipo de migração, motivada pela formação profissional, também ocorre em outros países.

Luísa Borges, do nado artístico, é outra atleta com origem norte-americana por conta do trabalho dos pais. Apesar de ter nascido no exterior, ela sempre se identificou como brasileira: *“Eu nasci nos Estados Unidos. Mas eu sou brasileira, me declaro. Nasci, com três anos eu vim pra cá. Vim pra São Paulo e com sete anos, sete anos ou seis anos, fui pro Rio de Janeiro, mas meus pais são cariocas, minha família inteira.”* (BORGES, 2017)

Outro caso é o da velejadora Patrícia Freitas. A mãe dela estudava no exterior, enquanto o pai era funcionário do Banco Mundial e estava lotado nos Estados Unidos. Patrícia conta que pouco tempo após o nascimento dela e da irmã, a família voltou ao Brasil, morando em São Paulo, Brasília e, finalmente, no Rio de Janeiro. Com múltiplas nacionalidades, ela sempre considerou natural representar o Brasil. *“Eu nunca fui americana. A não ser quando convém passar na alfândega dos caras e apresentar o passaporte americano, aí é ótimo. Mas fora isso, eu comecei como brasileira, nunca pensei em correr pelos Estados Unidos. Eu também tenho cidadania espanhola, porque meus avós são espanhóis, então, eu poderia correr pela Espanha também, mas nunca pensei nisso.”* (FREITAS, 2016).

Apesar da relação com o Brasil, Patrícia admite que poderia ter tomado outro caminho, caso vislumbrasse uma possibilidade melhor no esporte, principalmente por causa de problemas administrativos pelos quais a vela brasileira enfrentou. *“Nunca passou pela minha cabeça. Mas do jeito que a federação andou por muito tempo, sem pagar salário direito, sem ter técnico, sem ter nada. Se me abordassem e falassem ‘a gente paga as tuas contas e o teu salário não sei o quê’, aí eu cogitaria, mas por motivos práticos, não porque eu me identifico como americana. Sendo atleta, você tem orgulho de representar a sua pátria e tal, mas é o que você faz, são os seus objetivos e, às vezes, já vi vários atletas pensarem em passar por cima desse lance de orgulho, nacionalidade pra correr atrás dos sonhos”*. (FREITAS, 2016).

Outra atleta nascida nos Estados Unidos por conta do trabalho da mãe foi a velocista Rosângela Santos. A mãe dela se estabeleceu por lá, enquanto Rosângela foi trazida para o Brasil por causa de problemas de saúde, tendo convivido a maior parte da sua infância com uma tia, no Rio de Janeiro. Voltando no tempo, o jogador de vôlei Suíço, que nasceu no Uruguai, teve a concessão de cidadania brasileira desde o nascimento, tendo em vista que seus pais estavam a serviço do governo brasileiro no exterior.

Estes casos ilustram como em uma sociedade transnacional a questão do local de nascimento nem sempre é um fator preponderante na construção de uma ligação identitária. Como pontuam Jansen, Oonk e Engbersen (2018), apesar deste ser um fato importante, essa não é mais uma marca eterna na construção identitária.

Outro ponto a ser avaliado são os estudos de Rios-Neto e Amaral (2008). Os autores constatarem que o Brasil deixou de ser apenas um país que recebe migrantes e se tornou uma nação emigratória – na década de 1980 o saldo migratório do Brasil foi negativo em 1,8 milhões de pessoas e nos anos 1990 o saldo negativo foi de 550 mil pessoas. É natural que alguns destes indivíduos retornem ao país – seja por escolha, ou por não terem se adaptado ao local de destino – e que seus filhos voltem. Esses casos fazem referência a pessoas que nasceram em um momento de migração provisória dos pais, que não necessariamente deixaram o Brasil sem a intenção de retornar. Patarra (2008, p.190) traz uma definição interessante ao analisar os migrantes que voltam ao Brasil, após um período no exterior

Percebe-se, hoje, que a emigração internacional contemporânea, principalmente no caso brasileiro, tem tendido a um movimento circular que envolve grande parte dos deslocamentos populacionais nos quais, entre outras dimensões, as redes que se criam propiciam e reforçam a continuidade dos fluxos que vão se estabelecendo.

Os sete atletas citados acima (Suíço, Amanda Oliveira, Tess Oliveira, Flávio Canto, Rosângela Santos, Luísa Borges e Patrícia Freitas) mudaram-se para o Brasil nos primeiros anos de vida e fizeram a iniciação esportiva aqui. Alguns têm a nacionalidade de outros locais, mas, para eles, a identificação com o Brasil é natural.

O remador Denis Marinho, apesar de ser filho de mãe francesa e ter vivido no país de nascimento durante parte de sua infância, revela que sempre se identificou com o Brasil. Como nos demais casos acima, o pai dele mudou-se para o exterior para trabalhar – como músico. Para a Confederação Brasileira de Remo, o fato de ter nascido em outro território nunca foi um empecilho. Por ter apenas o pai brasileiro e a mãe estrangeira, ele enfrentou problemas burocráticos que quase comprometeram a obtenção da cidadania brasileira. No

momento, o esporte acabou o ajudando, tendo em vista que o clube o ajudou a regularizar a situação. *“Eu optei pela [cidadania] brasileira, quando chega aos 21 anos, fui empurrando isso com a barriga, isso acabou gerando um problema, eu detesto, lido muito mal com burocracia, quando chegou aos 22, 23 anos, 25 anos, mais ou menos, estourou o prazo, eu tive de dar o meu jeito de... não podia ficar mais no impasse, aí, enfim, o Flamengo me ajudou muito, com advogado, com a parte jurídica, e eu acabei optando pela nacionalidade brasileira. Hoje, eu sou natural de Paris, França, nacional, nacionalidade brasileira.”* (MARINHO, 2016)

Dentre os talentos profissionais exportados pelo Brasil, é inevitável que se esbarre no futebol. E foi assim que o atacante Caldeira, revelado no Santos e com passagens em vários clubes brasileiros, chamou a atenção do *Júnior Barranquilla*, da Colômbia. No período em que o jogador estava lá, nasceu sua filha, Katia, que anos depois representaria a seleção brasileira de vôlei nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. O local de nascimento permitiu à Katia ainda sonhar com uma segunda participação olímpica, pela Colômbia, em 2016, mas o país não conseguiu a classificação.

Até 2004, nenhum atleta nascido nos Estados Unidos (país que adota o *jus soli* como critério para concessão de nacionalidade) havia representado o Brasil em Jogos Olímpicos. Em apenas quatro edições olímpicas, porém, o país passou a ser o maior “exportador” de atletas para o Brasil, com sete nomes. Dentre estes, cinco são filhos de brasileiros. Maia (2008) demonstra que, em 2007, os Estados Unidos eram o país com a maior comunidade brasileira no exterior, sendo estimado que 1,2 milhão de brasileiros viviam por lá. Segundo o autor, com exceção dos Estados Unidos, os principais destinos da emigração brasileira são países que em outros tempos geraram migrantes para o Brasil, demonstrando um fluxo de retorno.

7.11 Casamento: uma porta para o sonho olímpico

Em toda história olímpica, cinco atletas que representaram o Brasil tornaram-se brasileiros após se casarem com nativos do país: Samantha Harvey (pentatlo moderno), Ives Alonso (polo aquático), Adam Imer, Chris McPherson e Joaquin Lopes (hóquei sobre a grama).

O fenômeno não é uma exclusividade local, tanto que Jansen, Oonk e Engbersen (2018), ao listar os casos de naturalização esportiva pelo mundo, citam a figura do *jus matrimonii* como um elemento importante. No caso brasileiro, apesar de não conceder

imediatamente ao cônjuge a nacionalidade brasileira, o Estatuto do Estrangeiro indica o matrimônio como um facilitador – reduzindo o tempo de permanência no país para o requerente de quatro anos para apenas um.

Além da legislação civil, é importante destacar que nos cinco casos em que este processo foi adotado, houve o apoio das respectivas entidades de regulação do desporto (Confederação Brasileira de Pentatlo Moderno, Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos e Confederação Brasileira de Hóquei Sobre Grama).

Samantha Harvey, a pioneira dentre os atletas citados, tentou participar dos Jogos Olímpicos pelo país natal – os Estados Unidos, mas esbarrou em problemas políticos. A opção pelo Brasil veio em virtude de uma relação pessoal e esportiva, tendo em vista que o marido dela, treinador de tiro esportivo, atuava nos Estados Unidos. Ou seja, uma migração originada pelo esporte, de um profissional altamente qualificado, que deixou o Brasil por ter uma melhor oportunidade no exterior, mas que, após algum tempo, teve a oportunidade de regressar. A rede de contatos construída pelo marido de Samantha foi fundamental para que ela fosse inserida no sistema esportivo brasileiro.

Da mesma maneira que ocorreu com ela, em outros três casos os atletas conheceram seus futuros cônjuges fora do Brasil: a esposa de Adam Imer estava estudando na Austrália; a de Ives Alonso, em Cuba; Chris McPherson, que é inglês de nascimento, conheceu a esposa no Chile. Encontros “ao acaso”, que puderam ocorrer graças à facilidade de deslocamento de algumas pessoas pelo globo, mas que geraram ligações duradouras e com implicações não apenas profissionais, mas principalmente pessoais.

Apesar de já ter atuado como jogador de polo aquático no país natal, Ives não vislumbrava seguir a carreira no Brasil. O país seria um ponto de passagem, para férias, pois o destino planejado era a Europa. A condição profissional da esposa o fez fixar-se em São Paulo, onde encontrou uma rede formada por outros profissionais cubanos, que atuavam nas comissões técnicas de duas das principais equipes do Brasil. Quando o projeto da CBDA rumo aos Jogos de 2016 ganhou força, Ives já era um residente no Brasil e poderia pleitear a naturalização, seguindo os trâmites legais. O apoio da entidade esportiva acabou sendo um facilitador no processo. O caso carrega semelhanças ao de Chris McPherson. Durante uma viagem a turismo, ele conheceu uma brasileira no Chile e com o avanço do relacionamento, fez a opção em migrar para o Brasil em 2009. A mudança não estava relacionada com um projeto esportivo, mas o hóquei sobre a grama era algo que fazia parte da vida de Chris em seu país natal. Quando o processo de naturalização foi iniciado, independentemente da

questão esportiva, Chris já era uma pessoa com o direito de pedir a nacionalidade, pelo matrimônio e tempo de residência no Brasil.

Essas situações diferem um pouco dos outros dois atletas. Adam Imer, apesar de ter vivido por algum tempo no Brasil e de ser casado com uma brasileira, estava radicado na Austrália quando decidiu entrar com o pedido de naturalização. Ele diz que o principal motivador para a decisão foi justamente o desejo da esposa. *“Tatiana, definitivamente, Tatiana! Temos um relacionamento muito forte. E eu me dou muito bem com a família dela, e aproveitei todo o tempo que vivemos e passamos no Brasil, mas, sim, se eu tivesse que escolher uma pessoa que me motivasse a isso, é definitivamente a Tatiana!”*. (IMER, 2017)

Já Joaquin Lopez admite: o casamento foi uma consequência do desejo de tornar-se atleta olímpico. Vivendo no Rio de Janeiro há pouco tempo, ele buscou uma maneira de agilizar o processo de naturalização antes dos Jogos Olímpicos de 2016. O casamento e o apoio da CBHG foram fundamentais para que se concluíssem os trâmites.

“Chegou um amigo aqui e falou: ‘O Joaquim, você pode fazer tal, tal e tal coisa’ tem que ir a um escritório e um cartório. Falei: ‘beleza vou copiar mensagem pra minha namorada’. Chegou a mensagem, ela olhou assim e me falou: ‘nossa, que romântico que você é, me está propondo casamento?’ Eu não sabia que era casamento isso, mas, então, eu falei: ‘Será?’; ‘Sim, essa convocação é uma unia estável. Dá direito e obrigação pra você’. ‘Desculpa eu não ser tão fofo, mas vai ter que me ajudar nisso’. Então, foi muito engraçado, não falamos pra ninguém da nossa família. Isso foi um domingo. Segunda-feira, estamos no cartório, peguei minha mãe brasileira [uma amiga a qual Joaquin considera mãe] aqui e ela pegou uma amiga e testemunha pum, pum, pum, fomos, assinamos, fotinha, mandamos mensagem a nossa família. Ninguém entendia nada, mas foi um princípio do sonho olímpico pra mim. Depois, consegui fazer o documento com ajuda também da Confederação, que me recomendou no Ministério da Justiça. Foi um tempo, de dezembro de 2015 até agosto de 2016, quando cantei o hino e jurei, como que nasce um brasileiro. O juiz ainda falou: ‘eu nunca assinei uma naturalidade tão rápida. Parabéns está tudo dentro da lei’, se juntou toda essa força, essa energia, que eu tinha pra virar brasileiro”. (LOPES, 2016)

No caso de Joaquin, o desejo de se tornar um atleta olímpico interferiu na decisão pessoal e acelerou a decisão do casamento. Já com Samantha, que já era casada com um brasileiro, a decisão foi pessoal, mas envolveu uma mudança de rumos, tendo em vista que ambos moravam nos Estados Unidos e decidiram vir ao Brasil, onde as condições eram mais favoráveis. Mudanças que ocorrem com profissionais de outros campos de trabalho na contemporaneidade, marcada cada vez mais por fluxos rápidos e heterogêneos – um

apontamento curioso é a “origem” destes cinco atletas: um da América do Norte, um do Caribe, um da América do Sul, um da Europa e um da Oceania. Em todos os casos, a relação pessoal se conectou com um apoio institucional das respectivas confederações, o que reforça a importância destas instituições como agentes facilitadores.

Bauman (2008, p.187) sinaliza que “As colocações individuais na sociedade e os lugares aos quais os indivíduos podem ganhar acesso e nos quais podem desejar se estabelecer estão se derretendo com rapidez e dificilmente podem servir como alvos para ‘projetos de vida’”. Nesse contexto, a cidadania do cônjuge acaba sendo uma moldura ideal, mesmo que momentânea, para que a identidade do atleta, “líquida”, se forme e atenda a um projeto pessoal – o de participar de uma edição olímpica.

7.12 *Jus sanguinis*: ancestralidade e oportunidade

Em termos quantitativos, um dos dados mais chamativos relacionado à delegação que representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de 2016 é o número de atletas que usaram fatores consanguíneos para adquirir a nacionalidade: 16 ao todo. Destes, cinco fizeram a iniciação esportiva no Brasil (Amanda, Tess, Patrícia, Rosângela e Luísa) e os outros onze começaram a praticar a modalidade nos países de nascimento.

Em um grupo tão grande, é possível encontrar perfis distintos. Adrian Delgado e Paulo Salemi, por exemplo, acumulavam passagens pelas seleções de base de polo aquático de Espanha e Itália, respectivamente, e não haviam recebido oportunidades nas equipes adultas. Ambos deixam claro que sempre tiveram o desejo de participar de uma edição dos Jogos Olímpicos e receberam suporte da CBDA ao demonstrarem o interesse em representar o país – a condição econômica da entidade antes dos Jogos os ajudou na decisão, pois, conforme relata Paulo, os atletas tinham um vínculo formal com a entidade. “*O meu contrato com a seleção era até Olimpíada, então, contrato fechou logo depois da Olimpíada.*” (SALEMI, 2016)

Foi a apenas um ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro que o remador Xavier Vela Maggi decidiu buscar a vaga olímpica pelo Brasil. Após ver o irmão conseguir a classificação pela Espanha, e ciente da possibilidade que existia em virtude de fatores hereditários, decidiu cruzar o Atlântico e iniciar uma corrida contra o tempo em busca da vaga olímpica, que era um sonho antigo. “*Na verdade, foi uma decisão complicada, porque eu tinha uma empresa com o meu irmão, e o sonho de tudo mais que aqui me vieram a oferecer,*

então, eu cheguei um dia e falei para mim que era agora ou nunca” (Maggi e Giareton, 2017).

Mesmo tendo representado a Espanha em competições anteriores, o remador fez valer o passaporte brasileiro em busca da realização pessoal de se tornar um atleta olímpico. Nicolau (2017) constata que um dos grandes desafios para as federações internacionais das modalidades é regular a questão de esportistas “binacionais”, aqueles que por fatores hereditários reúnem condições de representar dois países em eventos internacionais. Em virtude do princípio da nacionalidade esportiva única, eles acabam tendo de optar por um país, mas como se pode ver com o exemplo de Xavier Vela Maggi, esta escolha pode ser feita tardiamente, ou mesmo modificada entre um ciclo e outro – como observado nos casos do irmão de Xavier, Pau, que após 2016 passou a representar o Brasil, e de Felipe Perrone, do polo aquático (que jogou pela Espanha, Brasil e depois voltou à Espanha).

De maneiras distintas, o apoio das confederações nacionais foi crucial para que atletas nascidos no exterior com ascendência brasileira representassem o Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio. Foi o caso da CBHG, tendo em vista que o hóquei sobre a grama do Brasil contou com três atletas brasileiros por motivo de ancestralidade. Entretanto, eles têm perfis distintos.

Um dos jogadores convocados, Ernst Onnes, já havia construído uma carreira internacional em clubes. Após começar a jogar na Holanda, seu país natal, passou por Chile e Espanha. Foi durante os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, que ele vislumbrou a possibilidade de defender o Brasil. O pai de Ernst nasceu aqui, mas as origens da família já eram holandesas – o avô dele trabalhava para um banco holandês que o transferiu para o Brasil na década de 1940, ou seja, um fluxo de um profissional altamente qualificado, em uma empresa globalizada, na primeira metade do século XX. Este profissional (o avô de Ernst), apesar de ter tido filhos no Brasil, obteve a oportunidade de retornar ao país de origem. E, mesmo frágeis, as conexões com o país foram mantidas, uma vez que o pai de Ernst, por ter nascido aqui, tinha a nacionalidade brasileira – o que o possibilitou ao filho participar de uma edição olímpica.

Tal qual Ernst, os irmãos Patrick e Yuri nasceram na Holanda e começaram a jogar quando crianças, pois o esporte fazia parte do cotidiano da família. Como costumavam passar férias no Brasil – tendo em vista que a mãe manteve laços fortes com a família que continua vivendo por aqui, eles tiveram o primeiro contato com a seleção brasileira durante a juventude e participaram de eventos por seleções de base do Brasil. Quando ambos foram convocados pela primeira vez, em 2008, não havia uma perspectiva de participação olímpica do hóquei sobre a grama do país. Yuri considera que, apesar do hóquei ser uma modalidade mais

tradicional na Holanda, a participação pelo Brasil carrega para ele significados que vão além do aspecto esportivo. *“O hóquei na Holanda é realmente grande, então, há muita competição, é mais difícil entrar e, por isso, nunca joguei pela seleção holandesa. Mas, para ser sincero, acho que isso faz para mim, é mais especial. Eu nunca, nunca mais quero mudar, porque acho que essa é a melhor maneira de ter conexão com o país da minha mãe e de conhecer um pouco mais sobre o país também. Sempre quis essa conexão e gostei, isso é perfeito! E toda a família da minha mãe mora no Brasil, ou grande parte dela, então, é muito interessante [...] Acho que é disso que eu mais gosto, porque adoro ver a cultura para interagir as pessoas. Eu tenho minha família, é claro, mas, como muitos jogadores do time brasileiro, eles são realmente amigos íntimos agora, parece que eu tenho outra família lá também, no time, e eu acho que é realmente ruim para isso. A conexão está sempre em seu coração, sabe, é muito mais, é melhor estar lá do que apenas ler ou ouvir histórias sobre isso. Sim, para mim, é perfeito!”*. (van Heijden, 2017). Uma curiosidade, revelada por Patrick, é que durante os Jogos Olímpicos do Rio, os familiares que moravam no Brasil não foram até a Capital Fluminense acompanhar o torneio. Já os parentes holandeses vieram em peso: 27 pessoas, para torcer pelos irmãos.

Nas seleções brasileiras de rúgbi, masculina e feminina, havia três atletas que nasceram em outros países e que só começaram a atuar pelo Brasil às vésperas dos Jogos Olímpicos. As conexões de Laurent Cohuet não foram apenas familiares. A presença de um técnico francês – Pierre Paparemborde, que era da mesma cidade de origem, ajudou no processo de escolha. De modo similar aos jogadores de hóquei sobre a grama, Laurent começou a praticar o rúgbi na infância, por causa da influência dos familiares do país natal – a modalidade é popular na França.

Quem também começou a jogar rúgbi nos primeiros anos de vida foi Juliano Fiori, nascido na Inglaterra e que representou o Brasil na olimpíada em 2016. O primeiro contato dele com a seleção ocorreu de maneira curiosa: após o pai dele abordar membros da CBRu no aeroporto, avisando que tinha um filho que praticava a modalidade de maneira semiprofissional, em 2010. Apesar de ter nascido na Inglaterra, Juliano se define como uma pessoa de identidade complexa. *“Eu sempre tinha uma conexão muito forte com o Brasil, mesmo morando ali na Inglaterra, eu sempre senti uma conexão, através da família, mas também, uma criança com uma identidade confusa, o Brasil sempre foi um país com o qual eu me associei. Principalmente em questões de cultura e esporte.”* (FIORI, 2016)

A definição de identidade confusa de Juliano tem origem nas múltiplas origens de seus pais. O pai, nascido no Brasil, se refugiou no Chile durante a ditadura militar brasileira. Lá,

conheceu a mãe de Juliano, que nasceu na China e era filha de um diplomata belga. Em 1973, com o acirramento da ditadura chilena, eles partiram para a Europa – inicialmente a intenção era que se estabelecessem na Itália, mas eles acabaram ficando na Inglaterra. Mesmo após o fim da ditadura no Brasil, o pai de Juliano estava estabelecido na Europa e eles não retornaram, apesar de manterem contato com o país. Na análise de Juliano, a participação olímpica não se resumiu a uma disputa esportiva. *“Eu tenho falado com ele [com o pai] sobre isso. Sobre esse momento de estar num país que, de fato, é o país dele, que ele nasceu, mas, ao mesmo tempo, um país que ele se afastou não por vontade própria, com apenas 15 anos, ele não mora no Brasil desde 15 anos, mas mesmo assim ele tem essa ligação. Então, é tipo um círculo que fecha, uma coisa ele sai do país, mas o filho dele que volta pra representar o país. E numa olimpíada que é um momento esportivo muito importante. Ele falou que se orgulhava de mim.”*. (FIORI, 2016).

Do mesmo modo que o pai de Juliano, os pais de Isadora Cerullo, que atuou na seleção feminina de rúgbi do Brasil no Rio de Janeiro, deixaram o país durante o período da ditadura militar. Assentados nos Estados Unidos, eles mantiveram poucas ligações com o país de origem e Isadora relata que esteve poucas vezes no Brasil durante a infância e a juventude. O desejo de se reconectar ao país aumentou na juventude, ao ver o irmão mais velho fazer pesquisas na Amazônia. *“Mas fiquei com essa curiosidade mesmo de, mas eu sou brasileira, né? Tipo, meus pais são de lá, a maioria da minha família ainda está aqui. E eu sabia, em algum momento eu queria visitar o Brasil. Meu irmão mais velho, quando estava na faculdade, passou quase todos os verões da faculdade no Brasil fazendo pesquisa. E ele só voltava com histórias ou dos nossos tios, ele visitou a Amazônia, então, ele tinha foto, várias fotos, tipo, de lugares que eu nunca imaginei e que era possível eu conhecer também.”* (CERULLO, 2016).

No momento em que recebeu o convite para fazer testes pela seleção brasileira, Isadora tinha uma carreira acadêmica promissora nos Estados Unidos. E, apesar da decisão representar um retorno ao local de origem dos pais, ela conta que enfrentou resistência da família. *“Quando eu me mudei pra cá, minha mãe, ela jura que ela não lembra disso, meu voo pra mudar pra cá saiu de Washington D.C e eu morava, meus pais moram na Carolina do Norte. Então, ela dirigiu para mim, é uma viagem de cinco horas de carro. E, durante essas cinco horas, ela só meio que me atormentava, falando que eu não sabia o que eu estava fazendo, que com certeza eu ia me arrepender, que eu não conheço o Brasil, que é muito difícil, que eu ia odiar aqui. Pô, meus pais trabalharam tanto pra construir uma vida nos Estados Unidos, porque eu estava voltando pra lá? Ela jura que ela não falou nada disso,*

mas foram cinco horas [...] Eu sei agora que ela estava só um pouco preocupada de não entender muito bem a decisão que eu estava tomando, porque era, tipo, sair de um caminho meio certo, de uma carreira bem planejada e jogar um esporte que ela não entendia e nem sabia bem que eu jogava. Mas, enfim, era muito dessa ideia de que eles saíram do Brasil no momento em que o país não tinha muito a oferecer pra eles e agora tinha uma coisa boa nos Estados Unidos. E eu estava com essa ideia louca de querer conhecer o Brasil e acho que ela tinha medo que eu ia só me decepcionar de tentar buscar alguma coisa aqui que não existia. [...] E eu mesmo, pensando agora, não sabia muito bem o que eu estava esperando encontrar no Brasil. Era, sim, esse sonho olímpico e também essa oportunidade de me aproximar da família, mas também, tipo, a família que eu não conhecia bem.” (CERULLO, 2016).

Superada a barreira inicial, Isadora conseguiu o apoio dos familiares na decisão. Eles, inclusive, chegaram a acompanhar alguns torneios dos quais ela participou. A presença de Isadora no país ajudou com que os pais e irmãos dela viessem ao Brasil. *“Minha família é muito de conhecer um lugar através do que tem pra oferecer de cultura. Então, eles depois de muitos anos, tipo, passaram uma semana livres em São Paulo e foram pra quase todos os museus, foi bem o rolê da minha família.” (CERULLO, 2016).*

Ao prefaciар a obra “Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI” (Rubio 2019, p.11), Isadora compartilha um pouco de sua experiência como atleta transnacional

Ao longo desse tempo morando no Brasil, também tive o privilégio de me conhecer melhor, de me reconectar com minhas raízes latinas, de descobrir um sentimento de pertencimento ao Brasil – este, para mim, maior do que aquele previsto em lei [...] Longe de ter sido a gringa contratada para injetar talento no time, lutei para conquistar uma vaga na seleção e achar meu espaço dentro de um grupo tão diverso e especial. Não é só a busca do tal pertencimento, mas também sentir que estava contribuindo ao grupo. Foi a coisa mais difícil da minha vida, lutando contra o tempo para chegar onde eu sonhava estar; descobrir; desafiar e redefinir meus limites; ser cortada e me lesionar; me superar.

Outras duas atletas com ascendência brasileira que estiveram no Rio de Janeiro foram as esgrimistas Nathalie Moelhausen e Katherine Muller, que têm origens na Itália e Estados Unidos, respectivamente. Nathalie já tinha uma carreira consolidada pela Itália, país pelo qual chegou a participar de uma edição olímpica, e vivia um momento de indefinição da carreira. O apelo da avó, que nasceu no Brasil, mas se radicou na Itália, onde trabalhava como cantora, foi decisivo para que ela fizesse a transição na nacionalidade esportiva. Apesar de defender a Itália, desde os 19 anos, ela morava na França, onde encontrou condições de treinamento que julgava mais adequadas. Mesmo com o apoio da família e da CBE, Nathalie enfrentou

dificuldades nas primeiras disputas após optar pela nacionalidade brasileira – dentre os obstáculos, ela teve de reiniciar a pontuação no ranking mundial zerada. *“Essa transição foi difícil sim, porque no momento você não é mais ninguém num país, e você não é ainda ninguém no outro, então, isso é complicado e você sabe que o único jeito de poder valorizar o teu trabalho é por meio do resultado, porque as pessoas podem entender.”* (MOELLHAUSEN, 2016).

Mesmo com as adversidades, Nathalie conseguiu garantir a classificação olímpica com antecipação. Uma situação bem diferente de Katherine Miller, que só teve a vaga confirmada às vésperas dos Jogos. Conforme relato na seção 7.7.1, Katherine precisou aguardar a resolução do caso da esgrimista Émese Takács, que teve a naturalização suspensa pela justiça brasileira. Katherine, que é filha de pai brasileiro, construiu a trajetória como esgrimista nos Estados Unidos, mas chegou a participar de alguns torneios no Brasil.

Ao ter a oportunidade de fazer um intercâmbio durante o curso universitário, ela escolheu o Brasil como forma de aproximar-se da cultura do pai. O esporte acabou a ligando ao país. *“Eu tenho essa conexão familiar com o Brasil, pelo meu pai, pelas histórias da minha avó, da comida que comemos, a comida brasileira sempre em ocasiões especiais. Mas é tudo diferente. A esgrima se tornou a maneira que eu posso ficar mais próxima do país. Eu mesma. E onde eu faço meus próprios amigos, tenho amigos. A esgrima me aproximou de pessoas, me deu uma comunidade no Brasil, minha própria comunidade. Me sinto muito orgulhosa de ser uma representante do Brasil, de representar o Brasil no mundo. Fazer isso é algo que me deixou orgulhosa. E isso realmente fortalece a conexão com o país. Outra coisa: eu tenho dois irmãos. E meu irmão mais novo, quando comecei a defender o Brasil, ele também o fez. E ele veio para as competições, está na seleção júnior, há dois anos, e representa o Brasil em outros países, é muito especial”.* (MILLER, 2019).

Ianni (2001) elucida que o aumento do fluxo de pessoas permitiu uma hibridização cada vez maior, que leva a uma possibilidade de escolha com qual sociedade o sujeito melhor se identifica. Almeida (2019) indica que há casos nos quais a representação olímpica acaba sendo um instrumento que promove a aproximação de alguns atletas com o local de origem dos ancestrais. As trajetórias acima demonstram que, em muitas oportunidades, as ligações antepassadas são evocadas como forma de ligação com lugares nos quais as pessoas nunca estiveram, mas com os quais construíram uma relação afetiva. Ao compreender a identidade como um conceito construído e não como simplesmente algo adquirido ou imposto, percebe-se que a relação familiar anterior e o modo como houve a saída dos pais destes atletas do país teve, em alguns casos, impacto direto na construção dessa identificação.

Montagna (2017) defende que a construção identitária ocorre no contato com outros indivíduos e que a mesma pode ser reconfigurada de acordo com a maneira que se age com aqueles que estão próximos. Tal linha de pensamento é corroborada por Mendes (2002). Segundo ele, não apenas as semelhanças, mas também os acidentes e as distinções como formadores de identidade. No caso dos atletas analisados, é possível sinalizar o momento da migração como um desses rompimentos com o Brasil. Todavia, tal ruptura nunca é definitiva e deixa marcas nos sujeitos e em seus descendentes – no caso, os filhos e netos, que se tornaram atletas e depois acabaram por representar o Brasil em uma edição olímpica.

Retomando Houlihan (2010), existem identidades turvas, fundidas e ambíguas na atualidade, em virtude das facilidades de deslocamentos e comunicação. Santos (2002) aponta a existência de comunidades de sentimento, universos simbólicos transnacionais que são vivenciados pelos indivíduos que migram. Ou seja, mesmo morando em um local diferente daquele em que nasceram, carregam consigo alguns fatores que os ligam a seus locais de origem. No caso dos atletas aqui citados, o que se nota é um “retorno” a um país no qual não nasceram, mas que faz parte de suas histórias de vida por conta de seus antepassados.

Hall (2006, p.48) elucida que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Não é apenas o fator hereditário que “fez” estes competidores brasileiros, mas houve um processo de construção. Havia o desejo de se tornar olímpico, mas essa construção extrapolou o domínio esportivo. Hall ressalta a importância dos símbolos e representações para a construção de identidades. Com relação aos esportes, nada é mais representativo que uma participação olímpica. O autor descreve o processo de identificação como uma articulação, uma sutura. Não existiria uma identidade originária que acompanhe o indivíduo por toda sua vida – construída, a identificação carrega marcas do tempo e dos locais pelos quais o indivíduo convive.

8 Considerações – a compreensão da epígrafe

*Laço bom é aquele que prende sem nó
Se dobra, se encontra, formando o nós
(Ana Livia / Vinícius - Laços e Nós, Cancioneiro Espírita)*

Diferentemente de um nó, um laço carrega em si um tanto de personalidade. Se for pedido a um grupo de pessoas que façam uma série de laços, sem lhes dar mais instruções, o retorno virá em inúmeros formatos diferentes. São construções individuais, que carregam algo em comum, mas muitas particularidades. As construções identitárias operam da mesma maneira. Plasmadas no contato com o outro, são formadas pela união de partes e por divergências. E, de maneira distinta de um nó, que prende dois pontos de maneira firme, um laço é carregado de leveza. Pode ser duradouro, mas há a possibilidade de ser efêmero, acabando em poucos instantes. Laços, muitas vezes, podem deixar quem os vê confuso, por não saber onde começam e terminam. O fio da meada nem sempre está visível.

Laços e nós é uma música que tem como tema a família. Ao abordar os participantes dos Jogos Olímpicos, sejam atletas, membros de delegações ou pessoas que trabalham na construção do evento, o COI adota o termo “família olímpica”. Mas Rubio (2017, p.104) sentencia: “As questões olímpicas em específico, sejam os Jogos ou todo o universo que gravita em torno desse evento que se constitui como a face pública do Olimpismo, podem hoje ser entendidas e compartilhadas para além do círculo restrito da família olímpica”. A leitura sobre o movimento olímpico exige, necessariamente, que seja feita uma extrapolação para além do desempenho atlético e das disputas ocorridas durante os Jogos Olímpicos.

Milton Santos (2000) reitera a necessidade de se construir “uma outra globalização” – menos perversa e mais inclusiva. A fluidez da qual tanto se fala e a facilidade em superar as barreiras da comunicação e da distância, infelizmente, não está acessível a todos. Apesar da existência das verticalidades, estruturas que balizam as vidas, é preciso estar atento às horizontalidades – os espaços “vazios”, onde muitos vivem e poucos são observados. Se no momento da competição todos estão sendo vistos, é na intimidade do treino e do cotidiano que o atleta constrói o contato com outros companheiros de disputas, técnicos e com o espaço onde habita. Por mais individual que pareça, é uma construção coletiva. E a compreensão desta coletividade só é possível quando se abre para a escuta.

Trabalhar com narrativas biográficas oportuniza ao indivíduo trazer à tona a interpretação pessoal do trajeto por onde passou. O exercício de rememorar não é

simplesmente uma lembrança do passado, mas uma interpretação da própria história, sob a ótica do presente.

Ao falar de uma mudança de nacionalidade, há ruptura – lida-se com um “antes” e um “depois”. Como define Hall, a construção de identidade é um processo de articulação, tal qual uma sutura. A analogia não poderia ser mais clara. Uma costura na pele – aquilo que para muitos é uma forma única, mas que para alguns, precisou ser novamente unido. Cicatrizes podem existir. São marcas de um processo – que podem carregar dores e sensações. Mas em um alguns casos passam despercebidas, o que não as torna inexistentes.

Rubio (2016) afirma que o esporte contemporâneo tenta se reestruturar após as profundas alterações causadas pelo profissionalismo. Mais que um simples produto comercial, a Agenda 20+20 busca resgatar um caráter dos Jogos Olímpicos que faça a extrapolar as disputas por medalhas. Em vez de batalhas, esses eventos carregam a potencialidade da representação e, em um universo onde é possível circular e transformar a sua nacionalidade, é natural que alguns indivíduos queiram mostrar quais foram as escolhas e oportunidades que encontraram.

Ignorar os aspectos profissionais e comerciais do esporte atual, mais que utópico, é ingênuo. Para os treinadores, por exemplo, a questão da representação nacional não é um problema. Em várias equipes olímpicas é possível encontrar técnicos comandando equipes de países diferentes de sua nacionalidade civil. Aos atletas, no entanto, essa mobilidade ainda é considerada problemática. O profissionalismo permite que o esporte, mesmo com um caráter representativo, não crie necessariamente uma ligação identitária. É preciso abrir os olhos para além dos aspectos econômicos e compreender o fenômeno por diferentes óticas. Os dados apresentados por Jansen (2018) mostram que o número de atletas que trocam de nacionalidade e participam dos Jogos Olímpicos são semelhantes – até um pouco menores – do que o de pessoas que trocam de nacionalidade em geral.

Ao discorrer sobre os simbolismos envolvidos nos Jogos Olímpicos, MacAllon (2010) aponta para dimensões pessoais, nacionais e universais. Rowe (2009) lembra que os meios de comunicação não criaram o discurso de representação nacional, mas são responsáveis, muitas vezes, por potencializá-lo. Mesmo com tantas mudanças, o imaginário nacional segue como uma das bases do Movimento Olímpico. Mais que um critério de admissibilidade, a questão nacional está posta em discursos e associações feitas pela mídia e por parte dos atletas. Todavia, generalizações são causadoras de injustiças. Deixam marcas em pessoas e grupos.

Ao explicar o trabalho com estilhas biográficas que formam mosaicos, Rosina (2018) ajuda a compreender que a construção baseada em narrativas biográficas carrega em si algo

de artesanal e autoral. Apesar de serem histórias pessoais, as 52 narrativas apresentadas carregam um pouco da trajetória do pesquisador, que precisou fazer escolhas e definir a maneira de organizá-las. E construir um mosaico é algo totalmente diferente de montar um quebra-cabeça. Não se trata de uma forma feita, na qual as peças estão simplesmente desorganizadas, e sim de uma figura que só toma forma durante o seu processo de construção.

Mais que simplesmente “enquadrar” os indivíduos na categorização sugerida por Maguire (2007), as narrativas mostram que cada sujeito é formado por uma série de individualidades, que o coloca em diversos locais simultaneamente. Ao longo de um século, tendo em vista que a primeira participação brasileira em Jogos Olímpicos ocorreu em 1920, o Brasil teve meia centena de atletas que “escolheram” ser brasileiros. O processo de pertencimento ao time nacional passou por diferentes tipos de construção.

A seu modo, as duas modalidades com mais pódios olímpicos para o Brasil, vela e judô, contaram com a contribuição de competidores que nasceram em outros países e se naturalizaram. No caso do judô, esta contribuição é personificada em Chiaki Ishii, pois, conforme Nunes (2011) retrata, além de ter conquistado a primeira medalha para o judô olímpico nacional, ele trabalhou com técnicos e atletas brasileiros, modificando a maneira como a modalidade é praticada por aqui. É fundamental destacar que a vinda de Ishii para o Brasil não está descolada de um contexto da vinda de outros japoneses para o país, que possibilitaram a adaptação dele por aqui. O grande número de colônias nipônicas formadas no Brasil ao longo do século XX foi decisivo na disseminação do judô pelo país. Pioneiro? Nômade? Residente? Mais que encaixar Ishii em uma classe ou discutir a brasilidade dele, é essencial compreender a sua relevância para a modalidade.

O mesmo raciocínio pode ser adotado para vários velejadores. Tanto na primeira conquista de medalha (bronze em 1968) quanto na primeira conquista de uma medalha de ouro (em 1980), havia atletas nascidos em outros países (Burkhard Cordes e Lars Björkstom). Para além desses personagens, a presença de imigrantes nessa modalidade no Brasil se faz pelo YCSA, que teve papel fundamental no desenvolvimento da modalidade no país. O clube recebeu os medalhistas e outros imigrantes, pois se tornou um ponto de encontro da comunidade germânica, que migrou em grande número para São Paulo. A formação de colônias e instituições ajuda que os imigrantes mantenham laços com os seus locais de origem, mas fomenta o desenvolvimento de novas práticas culturais no local de destino – no caso da vela, no Brasil.

Outra vertente importante é a ligação entre fatores históricos e a migração de indivíduos que vieram a se tornar atletas olímpicos, como já apontou Giglio (2013). Nesse

ponto, a Segunda Guerra Mundial deve ser destacada como um marco. Afinal, apesar de o Brasil ter cortado relações com alguns países, foi neste momento que vários imigrantes procuraram a América do Sul, onde o conflito não ocorria efetivamente, como forma de abrigo, ou de reconstrução de vida. Muitos desses imigrantes se fixaram, trazendo alguns costumes de seus locais de origem, mas incorporando práticas que já eram comuns por aqui. Anos depois, com a Guerra Fria, vê-se que o Brasil serviu como ponto de refúgio para Aladar Szabó, que deixou a Hungria durante o período. Do mesmo modo, só é possível compreender a passagem de Eduard Soghomonyan pelo Brasil, em 2016, se houver uma compreensão sobre a diáspora armênia pelo mundo.

Apesar de a Carta Olímpica citar o caráter individual dos Jogos, a representação nacional é um critério de admissibilidade. E assim, um atleta de alto nível, como Rodrigo Pessoa, que se define como “cidadão do mundo”, por não ter laços com apenas uma nação, escolhe o Brasil, terra dos pais, como pátria olímpica. Uma união com a família, que vai em direção distinta ao movimento feito por Fernando Meligeni, que se “divorcia” da pátria dos pais – é a nacionalidade construída como ruptura.

Conforme problematizam Rubio (2010); Almeida et.al (2020) e Proni (2004), as mudanças pelas quais o esporte passou no final dos anos 1980 foram intensas, com o fim do amadorismo. Muito antes disso, Aladar Szabó já era um profissional que devido ao seu talento esportivo teve as fronteiras – e por que não dizer a cortina de ferro – derrubadas para que pudesse atuar. Quase no mesmo período, os irmãos Mindaugas e Radvilas encontravam problemas com a justiça desportiva para jogar basquete, não devido a suas origens étnicas, mas pela acusação de “profissionalismo”. Contradições que fazem parte da história do esporte.

A nova dinâmica do esporte mundial, com a aceitação do paradigma do profissionalismo, alia-se a uma facilidade muito maior de deslocamento de algumas pessoas pelo globo. Não só no esporte, mas na sociedade como um todo, este é um período no qual as identidades individuais são construídas e reconstruídas com o impulso não apenas do desejo, mas pela conveniência e por fatores socioculturais.

Há cada vez mais pessoas com identidades múltiplas: nascidas em um lugar, mas ligadas por fatores hereditários ou sentimentais a outros; que se movem e deixam o local de nascimento sem nenhuma identidade; ou que constroem uma nova relação de pertencimento aos lugares após anos vivendo lá. Um nômade do esporte, como Larry Taylor, que após sair dos Estados Unidos passou por México e Venezuela, encontra no Brasil uma nova nação, a qual desejou representar.

Em tempos de liquidez, laços de ancestralidade que eram efêmeros ganham a força de discurso oficial para justificar que atletas representem o país. Dessa maneira, foram construídas as seleções brasileiras de polo aquático e hóquei sobre a grama, em 2016, com vários atletas que aproveitaram o momento para se tornarem brasileiros. Maridos ou filhos de brasileiras, que tinham pouco ou nenhum contato com o país, mas que fizeram um uso instrumental de suas nacionalidades – o apoio das entidades de administração do desporto mostrou-se fundamental. Uma via de mão dupla, haja vista que as confederações vislumbraram um ganho esportivo (no caso do hóquei sobre a grama, a participação pioneira em uma edição olímpica; do polo aquático, a melhor classificação final na história dos Jogos Olímpicos).

A abertura para a escuta mostrou que alguns laços que pareciam efêmeros ganharam força e foram ressignificados com a participação olímpica. Isadora Cerullo e Juliano Fiori, filhos de pais que deixaram o Brasil durante a ditadura militar, um dos momentos mais cruéis da história do país, retornam para serem representantes nacionais em pleno Rio de Janeiro. Nas palavras de Juliano, “um círculo que se fecha”.

Outro dado que se deve atentar é para uma ausência dentro do grupo estudado. Nenhum dos 52 migrantes internacionais que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos nasceu na África. Diversas políticas foram implementadas pelo governo brasileiro no início do século XX estimulando a vinda de migrantes da Europa, com o intuito de embranquecimento da população. O site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dá uma demonstração disso. Ao citar a entrada de migrantes por nacionalidade no Brasil entre os anos de 1894 e 1933, há uma divisão que engloba alemães, espanhóis, italianos, japoneses, portugueses, sírios e turcos e “outros”, categoria na qual estão incluídos todos os africanos. No período seguinte, entre 1933 e 1959, a lista é dividida entre alemães, espanhóis, italianos, japoneses e “outros”. Conforme se vê, a migração esportiva está ligada a fatores sociais e a ausência de nascidos na África dentre os naturalizados brasileiros em Jogos Olímpicos é um dos reflexos da política migratória do país nos séculos XX e XXI.

Por fim, a apresentação das trajetórias, algo que só foi possível de ser feito devido à valorização da escuta, viabilizou discutir a formação de identificações e identidades. Cabe aqui uma nova digressão à metodologia, não apenas aplicada neste trabalho, mas desenvolvida ao longo de duas décadas pelo GEO-USP, que foi a ferramenta principal que tornou possível a realização deste trabalho. Durante esse período, mais de 1,3 mil entrevistas foram realizadas por diferentes pesquisadores. A espinha dorsal do projeto sempre foi a

mesma: a busca pela compreensão da história de vida dos atletas que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, por mais que todos tivessem também seus objetivos específicos.

Tal trabalho pode ser dividido em dois instantes diferentes, mas interligados: o primeiro é o contato com os entrevistados, o momento da entrevista. O segundo, a análise das falas, construída com diferentes referenciais. Estes dois momentos se interligam: o modo como as entrevistas são realizadas, o momento da carreira do entrevistado (ou de sua pós-carreira) e a forma como ele é abordado são elementos significativos para o resultado dos estudos. É fundamental admitir que, por mais que se busque a impessoalidade, há traços dos entrevistadores que podem ser percebidos nas diferentes abordagens. O desafio encarado pelos membros do GEO-USP ao longo dos últimos anos foi minimizar essa interferência, possibilitando uma abordagem ampla e dialógica, com todos os sujeitos que após uma participação olímpica aceitaram compartilhar histórias e momentos com pesquisadores. O banco de dados retrata não apenas a diversidade de sujeitos que representaram o Brasil em competições esportivas, mas carrega um pouco da história dos pesquisadores que trabalharam na construção dele. A consciência de compor um projeto abrangente permite que este material seja compartilhado entre vários colegas, e que forme um todo maior que a simples soma das partes. Foi este todo que permitiu, em alguns casos, optar por não voltar a atletas já anteriormente entrevistados. Todavia, é gratificante saber que caso necessário retornar a algum entrevistado, haveria um clima de receptividade – fruto de um contato humanizado realizado desde o início.

Não foi feita uma busca de depoimentos, ou seja, falas que confirmassem hipóteses pré-estabelecidas. Trabalhar com narrativas, como propõe o GEO-USP, é abrir-se para o aprendizado e ter a consciência de que o caminho das memórias, muitas vezes, é percorrido em estradas sinuosas, com idas e vindas, que exigem uma velocidade menor, mas que nos recompensam com uma paisagem construída pouco a pouco. São nas “curvas” da memória que o atleta se reencontra não apenas com os pontos já conhecidos de todos – conquistas, disputas de grandes eventos e momentos midiáticos – mas com aquilo que muitas vezes passa despercebido: as horas de treino, os instantes de solidão, as incertezas e as conexões entre elementos pessoais e profissionais. Afinal, a trajetória esportiva não é algo que ocorre à parte do restante da vida do atleta.

Tal como um navegador em uma prova de rali, a missão dos membros do GEO-USP durante uma entrevista é deixar que os pilotos (atletas) sintam-se confortáveis e seguros para explorar de melhor maneira o terreno de suas memórias. Uma boa entrevista é aquela que permite, ao final da estrada, uma série de reflexões sobre como foi percorrer este caminho:

“nossa, eu nunca havia pensado sobre isso”; “tem coisas aí que eu acho que nem lembrava”; “há quanto tempo eu não falava disso”; frases que foram ouvidas após os encontros e que tiveram o potencial de mudar a visão sobre determinados fatos, mas que ajudaram os entrevistados a dar novas cores a elementos que estavam opacos na memória. Voltando à analogia com o rali, nem sempre é fácil passar pelos obstáculos, mas como pesquisadores há a responsabilidade de não deixar os entrevistados de um modo pior do que estavam antes da entrevista. Se as barreiras que surgirem na estrada da memória mostram-se muito duras, é preciso sensibilidade para ajudar que nossos pilotos as contornem da melhor maneira possível.

Sobre o método, a responsabilidade do pesquisador não termina no momento da entrevista. Lapidar a pedra que foi “retirada” de uma mina por um colega de grupo exige alguns cuidados. A transcrição das falas é uma ferramenta necessária, mas muitas vezes é preciso recorrer aos vídeos para que seja possível encontrar as nuances que a linguagem oral traz e a escrita, infelizmente, não é capaz de traduzir com precisão. Ao tomar tais cuidados, é possível imergir nas histórias dos sujeitos. Descobrir não apenas fatos sobre eles, mas oferecer uma visão macroscópica de elementos deste fenômeno que é o esporte. Para isso, é preciso saber ouvir, buscar o diálogo, não apenas a confirmação de teorias ou hipóteses.

Como todo método, existem limitações. Em um universo tão grande de entrevistados, há falas “prontas”, discursos pasteurizados – fenômeno que se ampliou nos últimos anos, tendo em vista que um dos componentes trazidos pela profissionalização foi o treinamento de mídia aos atletas. Obstáculos que a pesquisa impõe e com os quais é preciso ter paciência para lidar. Em algumas circunstâncias, o silêncio ou a ausência de explicações são reveladores.

O referencial adotado, somado às narrativas, permitiu conhecer a trajetória de 52 atletas que nasceram em outros países e representaram o Brasil em Jogos Olímpicos, sendo possível discutir a ligação deles com o país. Para captar a relação deles com o Brasil é preciso compreender que as identidades não são como “nós”, que os amarram a um lugar. A identidade é um laço que se constrói, mas também se desfaz. Pode ser reconstruída ao longo do tempo, trabalhada e desenhada de acordo com o momento histórico e o espaço.

Um laço é diferente de uma amarra. E, conforme nos mostra Bauman, os nossos laços de identificação tendem a ser cada vez mais fluidos.

REFERÊNCIAS

- ADAIR, D.; ROWE, D. No Beyond boundaries? ‘Race’, ethnicity and identity in sport. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 45, n. 3, p. 251–257, 2010.
- AGERGAARD, S.; RYBA, T. V. Migration and Career Transitions in Professional Sports: Transnational Athletic Careers in a Psychological and Sociological Perspective. **Sociology of Sport Journal**, v. 31, n. 2, p. 228–247, 2014.
- ALMEIDA, W. D. de. Nova interface, novos conhecimentos. In: RUBIO, K. (Ed.). **Narrativas biográficas: da busca à construção de um método**. 1. ed. São Paulo: Laços, 2016a. p. 71–90b.
- ALMEIDA, W. D. de. Boxe: os atletas e a “luta” olimpismo x profissionalismo. **Revista Vozes, Pretérito e Devir**, v. 5, n. 3, p. 200–219, 2016b. Disponível em < <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/99>>
- ALMEIDA, W. D. de. O impacto dos migrantes internacionais no esporte olímpico brasileiro. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 18, n. 2, p. 70–84, 2018. Disponível em < <https://doi.org/10.5628/RPCD.18.02.70>>
- ALMEIDA, W. D. de. The Olympic representation as a rescue of a family identity. In: GEORGIADIS, K. (Ed.). **Olympic Studies**. 25. ed. Athens: International Olympic Academy and the International Olympic Committee, 2019. p. 177–186.
- ALMEIDA, W. D. de; FRANCESCHI NETO, V. Entre o direito de transmitir e o de informar. In: RUBIO, K. (Ed.). **Do pós ao neo olimpismo**. 1. ed. São Paulo: Laços, 2019. p. 145–160.
- ALMEIDA, W. D. de et al. Following the agenda of others: IOC communication in the Olympic postponement. **Olimpianos - Journal of Olympic Studies**2, v. 4, p. 64–83, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.30937/2526-6314.v4.id96>>
- ALMEIDA, W. D. de; RUBIO, K. Internationalism and the first editions of the Modern Olympics. **International Sports Studies**, v. 40, n. 2, p. 34–46, 2018. Disponível em < <https://doi.org/10.30819/iss.40-2.04>>
- ALMEIDA, W. D. de; RUBIO, K. Nacionalidade esportiva vs. nacionalidade estatal: o desafio de atletas transnacionais em um mundo global. **Educación Física y Deporte**, v. 39, n. 2, p. xx–xx, 2020. Disponível em < <https://doi.org/10.17533/udea.efyd.v39n2a05>>
- ALMEIDA, W. D. de; RUBIO, K. Mindaugas e Radvilas: : Dois brasileiros nascidos na Lituânia. **Revista Brasileira De Educação Física E Esporte**, v. 31, n. 4, p. 869–876, 2017a. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700040869>>
- ALMEIDA, W. D. de; RUBIO, K. Three Athletes, Two Countries and a Single Club: The Process of Identity Formation of Immigrant Sailors in Brazil. **Open Access Library Journal**, v. 4, n. e3477, p. xx–xx, 2017b. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.4236/oalib.1103477>>
- ALMEIDA, W. D.; RUBIO, K. Novos brasileiros nos jogos olímpicos: a presença de migrantes internacionais na delegação do país na Rio-2016. **Revista brasileira Ciência e Movimento**, v. 26, n. 1, p. 131–142, 2018. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.18511/rbcm.v26i1.7690>>

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas - Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, D. G. do N.; ALMEIDA, W. D. de. Coberturas esportivas em web-rádio. In: TURTELLI, S. R. (Ed.). **Esporte em foco**. 1. ed. Bauru: Cultura Acadêmica, 2010. p. 43–53.

Athletismo: O Campeonato Brasileiro. **Correio da Manhã**, p. 10, 15 set. 1929.

BAIRNER, A. Assessing the sociology of sport: On national identity and nationalism. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4–5, p. 375–379, 2015.

BARTHOLO, T. L.; SOARES, A. J. G. Identidade, negócio e Esporte no mundo globalizado o conflito entre Guga e os patrocinadores na olimpíada de Sydney. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, v. 28, n. 1, p. 55–72, 2006.

BASSANEZI, M. S. C. B. et al. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1930**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2008.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. São Paulo: Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2008.

BICUDO, F. **A entrevista-testemunho: quando o diálogo é possível**.

BILLINGS, A. C. et al. From Pride to Smugness and the Nationalism Between: Olympic Media Consumption Effects on Nationalism Across the Globe. **Mass Communication and Society**, v. 16, n. 6, p. 910–932, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15205436.2013.822519>>.

BORGESE, A. Labor and Immigration Issues in Sports. **The Sport Journal**, v. 12, 24 jul. 2009.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, MARIETA DE MORAES; FIGUEIREDO, J. P. A. B. DE (Ed.). **Usos e Abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. **Estatuto do estrangeiro : regulamentação e legislação correlata**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BURDSEY, D. ‘If I Ever Play Football, Dad, Can I Play for England or India?’: British Asians, Sport and Diasporic National Identities. **Sociology**, v. 40, n. 1, p. 11–28, 1 fev. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038038506058435>>.

CABO, Á. do. É só um jogo, pelo menos por enquanto. A semifinal de polo aquático Hungria x URSS nas Olimpíadas de Melbourne e o contexto político húngaro em 1956. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 4, n. 1, p. 1–14, 2011.

CAMPBELL, R. Staging globalization for national projects: Global sport markets and elite athletic transnational labour in Qatar. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 46, n. 1, p. 45–60, 9 jul. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690210368887>>.

CAPELO, R. **Naturalização de atleta vira ação de marketing no Bauru**. Disponível em: <https://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/naturalizacao-de-atleta-vira-acao-de-marketing-no-bauru_19549.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CARTER, T. F. Re-placing sport migrants: Moving beyond the institutional structures informing international sport migration. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 48, n. 1, p. 66–82, 29 nov. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690211429211>>.

CARTER, T. F. Family Networks, State Interventions and the Experience of Cuban Transnational Sport Migration. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 42, n. 4, p. 371–389, 1 dez. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690208089832>>.

CARVALHAES, S. A. C. Um olhar sobre os evangélicos armênios da capital paulista. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, v. 32, 2016. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/nures/article/view/28748>>.

CENTRE, O. S. **Olympic Congresses**. [2011: s.n.]. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document_Library/OlympicOrg/Olympic-StudiesCentre/List-of-Resources/Resources-available/Archives/EN-Olympic-Congresses.pdf#_ga=2.182756902.1248340396.1497633505-1089814504.1494857147>.

CHEN, Y.-W.; TAN, T.-C.; LEE, P.-C. The Chinese Government and the Globalization of Table Tennis: A Case Study in Local Responses to the Globalization of Sport. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 10, p. 1336–1348, 3 jul. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523367.2015.1036239>>.

CHIBA, N.; EBIHARA, O.; MORINO, S. GLOBALIZATION, NATURALIZATION AND IDENTITY: The Case of Borderless Elite Athletes in Japan. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 36, n. 2, p. 203–221, 1 jun. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/101269001036002005>>.

CHOI, Y. Running for Korea: Rethinking of sport migration and in/flexible citizenship. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 55, n. 3, p. 361–379, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690218807364>>.

COMMITTEE, I. O. **Olympic Charter**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.olympic.org/documents/olympic-charter>>.

COSTA, G. **Importado do polo aquático recorre ao Youtube para aprender hino brasileiro**. Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/06/02/importado-do-polo-aquatico-recorre-ao-youtube-para-aprender-hino-brasileiro.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

COSTA, S. Nação, comunidade imaginada pela mídia? O futebol-espetáculo e as identidades nacionais. In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador. **Anais...** Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/SergioRobertoMendoncaCosta.pdf>>.

DAADOUCH, C. Quand le sport jongle avec les nationalités. **Plein droit**, v. 108, n. 1, p. 3–6, 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=PLD_108_0003>.

DELEVEAU, S. **Você será um cavaleiro, meu filho: a saga Pessoa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

DÓCZI, T. Gold fever(?): Sport and national identity – The Hungarian case. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 47, n. 2, p. 165–182, 3 fev. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690210393828>>.

ENGH, M. H.; AGERGAARD, S. Producing mobility through locality and visibility: Developing a transnational perspective on sports labour migration. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 8, p. 974–992, 18 nov. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690213509994>>.

EVANS, A. B. Contesting far flung fields: Sociological studies of migration and acculturation through sport. In: **Acculturation: psychology, processes and global perspectives**. New York: NOVA Science Publishers, 2014. p. 67–86.

FAGGIANI, F. et al. O Fenômeno do Expatriado no Contexto Esportivo. **Psicol. cienc. prof. [online]**, v. 36, p. 738–747, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300738&nrm=iso>.

FARAH, P. D. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, v. 0, n. 114 SE-Dossiê Interculturalidades, 16 set. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142365>>.

FERREIRA JÚNIOR, N. de S. **A transição de carreira dos bicampeões mundiais de basquetebol: uma análise com base em narrativas biográficas**. 2014. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39133/tde-20022015-093152/pt-br.php>>.

FIOCRUZ. IHERING, HERMANN FRIEDRICH ALBRECHT VON. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/iheherm.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRANCESCHI NETO, M. de. **A participação do Brasil no movimento olímpico internacional de 1896 a 1925**. 1999. Universidade Gama Filho, 1999. Disponível em: <http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=1244&listaDetalhes%5B%5D=1244&processar=Processar>.

FROTSCHER, M. causa desta decepção me tornei brasileiro convicto. In: X Encontro nacional de história oral. Testemunhos: história e política, Recife. **Anais...** Recife: 2010. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270045282_ARQUIVO_Artigorecife2.pdf>.

GANGAS, D. **Olympic Movement & International Politics: Facts & Thoughts. An Introductory Treatise**. Athens: . International Olympic Academy, 2016.

GIDDENS, A. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GIGLIO, S. S. **COI x Fifa: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos**. 2013. Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39133/tde-21012014-133735/pt-br.php>>.

GIULIANOTTI, R.; BROWNELL, S. "Olympic and world sport: making transnational society?." **The British journal of sociology**, v. 63, n. 2, p. 199–215, 2012. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22670644/>>.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**: Textos para Discussão Cedeplar-UFMG. [s.l.] Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, maio 2004. . Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/RePEc:cdp:texdis:td231>>.

GOMES, M. B. Entrevista Biográfica. In: o III Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto) biográfica, Natal. **Anais...** Natal: 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-gomes-entrevista.pdf>>.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>>.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. DA (Ed.). **Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A Editora, 2006.

HALL, S. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARDY, S. Reviewed Work: The Sports Process: A Comparative and Developmental Approach by Eric G. Dunning, Joseph A. Maguire, Robert E. Pearton. **Journal of Sport History**, v. 21, n. 1, p. 83–85, 1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43610597>>.

HARGREAVES, J. Olympism and Nationalism: Some Preliminary Consideration. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 27, n. 2, p. 119–135, 1 jun. 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/101269029202700203>>.

HELAL, R.; SOARES, A. J. O Declínio da Pátria de Chuteiras: futebol e identidade nacional na Copa do Mundo de 2002. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, **Anais...Compós**, 2012.

HOBBSBAWM, E. J. E. **Nações e nacionalismo desde 1780 programa, mito e realidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, E. J. E. **A era do Capital, 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOBBSBAWM, E. J. E. **A era dos Impérios, 1875-1914**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HOGAN, J. Staging The Nation: Gendered and Ethnicized Discourses of National Identity in Olympic Opening Ceremonies. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 27, n. 2, p. 100–123, 1 maio 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0193732502250710>>.

HOULIHAN, B. Mechanisms of international influence on domestic elite sport policy. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 1, n. 1, p. 51–69, 20 mar. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19406940902739090>>.

HOULIHAN, B. Sport, National Identity and Public Policy. **Nations and Nationalism**, v. 3, n. 1, p. 113–137, 1 mar. 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1354-5078.1997.00113.x>>.

HOULIHAN, B. Sport and Globalization. In: KAREN, D.; ROBERT, E. (Ed.). **The Sport and Society Reader**. Washington: Routledge, 2010.

HOULIHAN, B.; ZHENG, J. The Olympics and Elite Sport Policy: Where Will It All End? **The International Journal of the History of Sport**, v. 30, n. 4, p. 338–355, 1 fev. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09523367.2013.765726>>.

HOULIHAN, B.; ZHENG, J. Small states: sport and politics at the margin. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 7, n. 3, p. 329–344, 3 jul. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19406940.2014.959032>>.

HUBERT, H. **Estudo sumário da representação do tempo na religião e na magia**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

IANNI, O. **A sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IORWERTH, H.; HARDMAN, A.; JONES, C. R. Nation, state and identity in international sport. **National Identities**, v. 16, n. 4, p. 327–347, 2 out. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14608944.2014.897316>>.

ISHII, C. **Os pioneiros do judô no Brasil**. São Paulo: Évora, 2015.

JANSEN, J. Nationality swapping in the Olympic Games 1978–2017: A supervised machine learning approach to analysing discourses of citizenship and nationhood. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 54, n. 8, p. 971–988, 10 maio 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690218773969>>.

JANSEN, J.; ENGBERSEN, G. Have the Olympic Games become more migratory? A comparative historical perspective. **Comparative Migration Studies**, v. 5, n. 1, p. 11, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s40878-017-0054-2>>.

JANSEN, J.; OONK, G.; ENGBERSEN, G. Nationality swapping in the Olympic field: towards the marketization of citizenship? **Citizenship Studies**, v. 22, n. 5, p. 523–539, 4 jul. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1477921>>.

JARVIE, G.; MAGUIRE, J. **Sport and Leisure in Social Thought**. London & New York: Routledge, 1994.

JESUS, G. M. de. Imigrantes Desportistas: os alemães no Sul do Brasil. **Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 94, n. 108, p. xx–xx, 2001.

JESUS, G. M. de. À geografia dos esportes: uma introdução. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 3, n. SE-Articles, 13 fev. 2007. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/55310>>.

JOHN, A.; JACKSON, S. Call me loyal: Globalization, corporate nationalism and the America's Cup. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 46, n. 4, p. 399–417, 1 dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690210384658>>.

JUNGBLUT, A. L. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 97–121, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100005&nrm=iso>.

KAREN, D.; WASHINGTON, R. E. **The sport and society reader**. New York & London: Routledge, 2010.

KILPP, C. E.; ASSMANN, A. B.; MAZO, J. Z. O “abrasileiramento” das associações esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, p. 77–85, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000100008&nrm=iso>.

KILPP, C. E. **O Turnen e o esporte nas associações teuto-brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul**. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61129>>.

KOLUMNE, G. **Predstavljamo – Josip Vrljić**. Disponível em: <<http://www.dance.hr/gostujuce-kolumne/2431-predstavljamo-josip-vrlic.html?tmpl=component&print=1&layout=default&page=>>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

KOSTAKOPOULOU, D.; SCHRAUWEN, A. Olympic citizenship and the (un)specialness of the national vest: rethinking the links between sport and citizenship law. **International Journal of Law in Context**, v. 10, n. 2, p. 143–162, 2014. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/article/olympic-citizenship-and-the-unspecialness-of-the-national-vest-rethinking-the-links-between-sport-and-citizenship-law/677CF8A7C829856B863BA902C9A61E6F>>.

KOTRE, J. **Luvaz Brancas: como criamos a nós mesmos através da memória.** São Paulo: Mandarim, 1997.

LEE, J. W. **Korean sporting nationalism in the global era: South Korean media representation of the 2004 Athens summer Olympic games**. 2016. Disponível em: <https://repository.lboro.ac.uk/articles/thesis/Korean_sporting_nationalism_in_the_global_era_South_Korean_media_representation_of_the_2004_Athens_summer_Olympic_games/9608999>.

LEE, J. W.; MAGUIRE, J. Global Festivals Through a National Prism: The Global—National Nexus in South Korean Media Coverage of the 2004 Athens Olympic Games. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 44, n. 1, p. 5–24, 1 mar. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690208101483>>.

LEE, J. W.; MAGUIRE, J. Road to Reunification? Unitary Korean Nationalism in South Korean Media Coverage of the 2004 Athens Olympic Games. **Sociology**, v. 45, n. 5, p. 848–867, 1 out. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038038511413429>>.

LEE, S. Global Outsourcing: A Different Approach to an Understanding of Sport Labour Migration. **Global Business Review**, v. 11, n. 2, p. 153–165, 1 jun. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/097215091001100203>>.

LEME, T.; ROTSTEIN, G. **Fechadão, croata-brasileiro começou a jogar polo no mar e quer deixar legado.** Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/07/fechadao-croata-brasileiro-comecou-jogar-polo-no-mar-e-quer-deixar-legado.html>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

LE MOS, D. L. R. **A história social do movimento olímpico brasileiro no início do Século XX.** 2008. Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39133/tde-11082008-093623/en.php>>.

LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**, v. 3, n. 6, p. 1–11, 2001.

LOUREIRO, H. de A. C. COMUNISMO, NACIONALISMO E POLÍTICA NA DIÁSPORA: **Revista Hades**, v. 1, n. 1, p. 1–16, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hades/article/view/7959>>.

LUCAS, C. J. P. **The Olympic Games, 1904.** [1905: s.n.]. Disponível em: <<http://library.la84.org/6oic/OfficialReports/1904>>.

MACALOON, J. J. Olympic games and the theory of spectacle in modern societies. In: GIRGINOV, V. (Ed.). **The Olympics : a critical reader.** London: Routledge, 2010.

MACCLANCY, J. **Sport, Identity and Ethnicity.** Oxford: Berg, 1996.

MACEDO, R. L. O Esporte no Estado Novo: Vigilância, formação e controle em época de guerra. In: ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS SOCIOCULTURALES DEL DEPORTE (ALESDE): ESPORTE NA AMÉRICA LATINA: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2007.

MACNEILL, M. Estudos de mídia do esporte e a (re) produção de identidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 1, p. 9–38, 2006.

MAGUIRE, J. **Sport And Globalisation Entry For: Sport And Development Web-Based Platform.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://assets.sportanddev.org/downloads/81__sport_and_globalisation.pdf>.

MAGUIRE, J.; PEARTON, R. The impact of elite labour migration on the identification, selection and development of European soccer players. **Journal of Sports Sciences**, v. 18, n. 9, p. 759–769, 1 jan. 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02640410050120131>>.

MAGUIRE, J. “Política” o “Ética”: deporte, globalización, migración y políticas nacionales. **E.F Deportes**, v. 12, n. 111, 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd111/deporte-globalizacion-migracion-y-politicas-nacionales.htm>>.

MAGUIRE, J. Assessing the sociology of sport: On globalization and the diffusion of sport. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4–5, p. 519–523, 8 maio 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690214547374>>.

MAGUIRE, J. Un desafío al complejo deportivo-industrial: ciencias humanas, apoyo y servicio. **E.F Deportes**, v. 10, n. 71, 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd71/deportiv.htm>>.

MAGUIRE, J. Globalización y creación del Deporte Moderno. **E.F Deportes**, v. 9, n. 67, 2003. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd67/global.htm>>.

MAIA, O. A. . Brasileiros no Mundo: O ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: I Conferência “Brasileiros no Mundo”, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MARCHI JÚNIOR, W. O ESPORTE “EM CENA”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um Modelo Analítico. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**; v. 5, n. 1 (2015), 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/43890>>.

MARCHI JÚNIOR, W.; ALMEIDA, B. S. de; SOUZA, J. de. **Introdução à sociologia do Esporte**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019.

MARQUES, R. F. R. Contribuições da Obra de Pierre de Bourdieu para a Pesquisa em Sociologia do Esporte no Século XXI. In: Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte / II Encontro Paulista de Sociologia do Esporte, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2015.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. (Alesde, Ed.) In: 1º ENCONTRO DA ALESDE “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2008.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. **R. da Educação Física/UEM**, v. 20, n. 4, 2009.

MARQUES, R. F. R.; MARCHI JÚNIOR, W. Migration for Work: Brazilian Futsal Players’ Labor Conditions and Disposition for Mobility. **Journal of Sport and Social Issues**, p. 0193723520928592, 15 jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0193723520928592>>.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, p. 3–22, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001&nrm=iso>.

MARTINI, S. R. de B. **Memórias dos atletas olímpicos dos clubes sul-rio-grandenses (1960-1972)**. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79519>>.

MATSUKI, E. **Esperança do Brasil na luta, armênio Eduard Soghomonyan estreia nesta segunda**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/esperanca-do-brasil-na-luta-armenio-eduard-soghomonyan-estreia-nesta>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

MÁXIMO, J. Memória do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 13, p. 179–188, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300009&nrm=iso>.

MCGOVERN, P. Globalization or Internationalization? Foreign Footballers in the English League, 1946-95. **Sociology**, v. 36, n. 1, p. 23–42, 1 fev. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0038038502036001002>>.

MEDINA, C. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. **Cadernos (Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos)**, v. 5, p. 52–60, 1994.

MELIGENI, F.; KFOURI, A. **Aqui Tem!** São Paulo: Ediuuro, 2008.

MELO, A. A Imigração Armênia no Brasil. In: Congresso internacional de história, Maringá, Maringá. **Anais...** Maringá: 2011.

MELO, V. A. Memória e história: desafios metodológicos para os estudos do esporte. In: RUBIO, K. (Ed.). **Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos**. São Paulo: São Paulo: Képos, 2014.

MELO, V. A. de; FORTES, R. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**; v. 12, n. 22 (2010): Dossiê 04: História dos esportes, 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1180>>.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. DE S. (Ed.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIDDLETON, T. R. F. et al. Navigating times of harmony and discord: The ever-changing role played by the families of elite immigrant athletes during their acculturation. **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, v. 9, n. 1, p. 58–72, 2020.

MONTAGNA, P. Alma migrante. **Revista USP**, v. 0, n. 114 SE-Dossiê Interculturalidades, 16 set. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/142371>>.

MORAES, A. S.; SILVA, M. M. A. Alexandre I, filho de Amintas: a narrativa herodotiana e a etnicidade macedônia nas guerras greco-pérsicas. **Phoenix**, v. 22, n. 2, p. 29–42, 2016. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/547c/6d600e8d6448b2ba9f89d883eb5a272f8713.pdf>>.

MOTTA, D. dos S. **Migrações Internacionais: A afirmação do indivíduo enquanto sujeito de direito internacional para a concretização do direito humano e fundamental de migrar**. 2012. Centro Universitário de Brasília, 2012.

MÜLLER, N. **Pierre de Coubertin (1863-1937); Olympism: Selected Writings**. Lausanne: International Olympic Committee, 2000.

NICOLAU, J. **Direito internacional privado do esporte: estudos sobre uma disciplina em construção**. 2017. Universidade de São Paulo, 2017.

NUNES, A. V. **A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais**. 2011. Universidade de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, A. Uma questão de identidade! Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado. **Revista USP**, v. 0, n. 114 SE-Dossiê Interculturalidades, 16 set. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/142370>>.

OLIVEIRA, I. Imigrantes e refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013.

ORLOWSKI, J.; WICKER, P.; BREUER, C. Labor migration among elite sport coaches: An exploratory study. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 53, n. 3, p. 335–349, 2 jun. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690216649778>>.

ORTIZ, R. Imagens do Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 28, p. 609–633, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000300008&nrm=iso>.

PAIVA, O. da C. Migrações Internacionais pós Segunda Guerra Mundial: A Influência dos EUA no Controle e Gestão dos Deslocamentos Populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: Encontro Regional de História, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2008.

PATARRA, N. L. Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos. In: **Brasileiros no Mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 295–322.

PAVERCHI, S. R. **Memória da diáspora armênia nos relatos de seus descendentes no Brasil e Argentina (cidades São Paulo e Buenos Aires)**. 2015. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-13092016-150759/en.php>>.

PETRIK, T. **1932: Uma aventura olímpica na terra do cinema**. São Paulo: Livros, PTK, 2013.

POLI, R. The Denationalization of Sport: De-ethnicization of the Nation and Identity Deterritorialization. **Sport in Society**, v. 10, n. 4, p. 646–661, 1 jul. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17430430701388798>>.

POLI, R. Understanding globalization through football: The new international division of labour, migratory channels and transnational trade circuits. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 45, n. 4, p. 491–506, 9 jul. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690210370640>>.

POPOVIC, S.; BJELICA, D. Do Significant Achievements of National Football Team Can Strengthen National Identity in Montenegro? **Montenegrin Journal of Sports Science and Medicine**, v. 3, n. 1, p. 31–33, 2014. Disponível em: <<http://www.mjssm.me/?sekcija=abstract&artid=100>>.

POULTON, E.; MAGUIRE, J. Plastic or fantastic Brits? identity politics and English media representations of 'Team GB' during London 2012. **JOMEC journal**, v. 1, n. 2, p. 1–30, 2012.

PRONI, M. W. A metamorfose dos jogos olímpicos (1896-1996). In: Encontro Regional de História, **Anais...** ANPUH, 2004.

REIBEL, E. **Soprando as Velas YCSA 70 anos 1930 – 2000**. São Paulo: Yacht Club Santo Amaro, 2000.

RIDER, T. C. No Title. **Eastern Europe's Unwanted: Exiled Athletes and the Olympic Games, 1948-1964.**, v. 40, n. 3, p. 435–453, 2013. Disponível em: <<https://www.muse.jhu.edu/article/537278>>.

RIOS-NETO, E.; AMARAL, E. F. . A Gestão Migratória e o Paradoxo da Grandeza. In: **Brasileiros no Mundo**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 447–461.

ROSINA, D. **Entre narrativas, fragmentos e estilhas: construções de atletas brasileiros sobre os jogos olímpicos do México de 1968**. 2018. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39136/tde-20022019-100804/en.php>>.

ROWE, D. Media and Sport: The Cultural Dynamics of Global Games. **Sociology Compass**, v. 3, n. 4, p. 543–558, 1 jul. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2009.00225.x>>.

ROWE, D. Sport and the Repudiation of the Global. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 38, n. 3, p. 281–294, 1 set. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/10126902030383002>>.

RUBIO, K. O esporte para além da competição. **Olimpianos - Journal of Olympic Studies**, v. 1, n. 2, 2017.

RUBIO, K. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. **Revista USP**, v. 0, n. 108 SE-Dossiê Jogos Olímpicos, 28 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/118234>>.

RUBIO, K. Memórias e narrativas biográficas de atletas olímpicos brasileiros. In: RUBIO, K. (Ed.). **Preservação da memória: a responsabilidade social dos Jogos Olímpicos**. São Paulo: Képos, 2014.

RUBIO, K. **Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** scielo , 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1807-55092010000100006>>

RUBIO, K. . **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: Sesi-SP, 2015.

RUBIO, K. **Do pós ao neo olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI**. São Paulo: Laços, 2019.

RUBIO, K. Memória, esquecimento e meta-história: entre Mnemosine e Lethe. In: RUBIO, K. (Ed.). **Narrativas biográficas: da busca à construção de um método**. São Paulo: Laços, 2016. p. 39–56.

RUBIO, K. Da Europa para a América, a Trajetória do Movimento Olímpico brasileiro. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 9, n. 200, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-200.htm>>.

RYBA, T. V; STAMBULOVA, N. B.; RONKAINEN, N. J. The Work of Cultural Transition: An Emerging Model. **Frontiers in Psychology**, v. 7, p. 427, 2016. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2016.00427/full>>

SARTORI, Ana Lúvia; Oliveira, Vinícius. **Laços e Nós**. In. Cancioneiro Espírita. Franca, 2001. CD, Faixa 10.

SALLES, M. R. R. ; PAIVA, O. C.; BASTOS, S. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: SALLES, M. et al. (Ed.). **Imigrantes Internacionais no pós Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembí Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013. p. 11–22.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Ed.). **Globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SATER, Almir; TEIXEIRA, Renato. **Tocando em frente**. In. Ao vivo. São Paulo, Sony Music, 1992. CD. Faixa 2.

SCANDURRA, Edgard. **Dias de Luta**. In. Ira! Vivendo e Não aprendendo. Rio de Janeiro, WEA, 1996. Disco de Vinil, Faixa 3. Lado A.
<<https://www.frontiersin.org/article/10.3389/fpsyg.2016.00427>>.

SHACHAR, A. Picking Winners: Olympic Citizenship and the Global Race for Talent. **Immigr. & Nat'lity L. Rev**, v. 32, 2011.

SILVA, D. V. da; RIGO, L. C.; FREITAS, G. da S. **Considerações sobre a migração, a naturalização e a dupla cidadania de jogadores de futebol** *Revista da Educação Física / UEM* scielo , , 2012.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. DA (Ed.). **Identidade e diferença - A perspectiva dos Estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

Skate Guard. Disponível em: <<http://skateguard1.blogspot.com/2014/08/horatio-tertuliano-torrome-argentinas.html>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Ed.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus Editora, 2000. p. 133–159.

SOCA, D. W. S. Deporte y migración: aportes para su comprensión desde el caso uruguayo. **Revista da ALESDE**, v. 2, n. 2, p. 33–43, 2012.

SOUZA, J. U. O clube e suas múltiplas faces: notas sobre futebol, imigração e pertencimento. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 2, p. 505–533, 2012.

SPIRO, P. J. The End of Olympic Nationality. In: RUBENSTEIN, K. (Ed.). **Allegiance and Identity in a globalised world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

TAVARES, O. **Esporte, Movimento Olímpico e Democracia: o atleta como mediador**. 2003. Universidade Gama Filho, 2003.

TELLES, S. de C. C. **A identidade do jogador de polo aquático e o mito da masculinidade**. 2002. Universidade Gama Filho, 2002.

VALDERRAMA, C. B. F. de. Transnacionalismo. Emergencia y fundamentos de una nueva perspectiva migratoria. **Papers. Revista de Sociologia**; Vol. 85 (2007): **Nuevas migraciones, nuevas aproximaciones sociológicas**, 2007. Disponível em: <<https://papers.uab.cat/article/view/V85-blanco>>.

VAN BAKEL, M.; SALZBRENNER, S. Going abroad to play: Motivations, challenges, and support of sports expatriates. **Thunderbird International Business Review**, v. 61, n. 3, p. 505–517, 1 maio 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/tie.22020>>.

VAN HILVOORDE, I.; ELLING, A.; STOKVIS, R. How to influence national pride? The Olympic medal index as a unifying narrative. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 45, n. 1, p. 87–102, 24 fev. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690209356989>>.

VECCHIOLI, D. **CBDA contrata jogadores para polo aquático na Rio-2016**. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,cbda-contrata-jogadores-para-polo-aquatico-na-rio-2016-,1714404>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

VELASCO ARROYO, J. C. **Transnacionalismo migratorio y ciudadanía en mutación** Progesa Ediciones, , 2009. . Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10261/19107>>.

VELOSO, R. C.; RUBIO, K. Objetos biográficos: tempos vivos para as narrativas. In: RUBIO, K. (Ed.). **Narrativas biográficas: da busca à construção de um método**. São Paulo: Laços, 2012. p. 229–242.

VÉRAS, M. Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo. **Revista USP**, v. 0, n. 114 SE-Dossiê Interculturalidades, 16 set. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142367>>.

Vinícius e Del Vecchio fizeram Szabo se enamorar do Brasil. **O Globo**, 30 maio 1959.

WASHINGTON, R. E.; KAREN, D. Sport and Society. **Annual Review of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 187–212, 1 ago. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.187>>.

WRESTLING, C. B. de. **COMUNICADO: CBW convoca atletas para seletiva olímpica e Pan de Wrestling 2020**. Disponível em: <<http://cbw.org.br/comunicado-cbw-convoca-atletas-para-seletiva-olimpica-e-pan-de-wrestling-2020>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

YCSA. **Scheidt indica o rumo para futuros campeões da vela!** Disponível em: <<http://www.ycsa.com.br/noticia.php?id=272>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

ZHENG, J.; TAN, T.-C.; BAIRNER, A. Responding to globalisation: The case of elite artistic gymnastics in China. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 54, n. 5, p. 536–556, 18 set. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1012690217730679>>.

Entrevistas

ALONSO, Ives. Entrevista [2017] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (27 min.).

BACHES, Adrian. Entrevista [2018] Entrevistador: Aline Scarso. Barcelona (Espanha). 6 Arquivos mp4 (31 min.).

BJÖRKSTROM, Lars; WELTER, Alex. Entrevista [2003]. Entrevistadora: Katia Rubio. São Paulo-SP, 1 arquivo mp4 (1h32min)

BORGES, Luísa. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (12 min.).

CANTO, Flávio. Entrevista [2009]. Entrevistador: Alexandre Velly Nunes. Rio de Janeiro (RJ). 1 arquivo mp4 (59min.).

CERULLO, Isadora. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 2 Arquivos mp4 (89 min e 50 min.).

CORDES, Burkhard. Entrevista [2016] Entrevistadores: William Douglas de Almeida e Katia Rubio. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (76 min.).

COUHET, Laurent. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (17 min.).

CUATTRIN, Sebastian. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 1 Arquivo mp4 (53 min.).

ERZBERGER, Peter. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (22 min.).

EVANGELISTA, Marcos Antônio. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 1 Arquivo mp4 (19 min.).

FIORI, Juliano. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 1 Arquivo mp4 (52 min.).

FREITAS, Patrícia. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 2 Arquivo mp4 (10 min e 22min).

GIJSEN, Guido. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Porto Alegre-RS. 2 Arquivos mp4 (43 min.).

GORAUSKAS, Mindaugas. Entrevista [2017]. Entrevistador: William Douglas. Piracicaba-SP. 2 arquivos mp4 (50 min.)

HARVEY, Samantha Celes. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida e Júlia Amato. São Paulo. 1 Arquivo mp4 (61 min.).

HENDRIKSEN, Klaus. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (39 min.).

IMER, Adam. Entrevista [2017] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (23 min.).

ISHII, Chiaki. Entrevista [2003]. Entrevistadora: Katia Rubio. São Paulo, SP. 1 Arquivo mp4 (26min)

LIN, Gui. Entrevista [2015]. Entrevistadora: Katia Rubio. São Paulo (SP) 1 arquivo mp4 (32min.).

LOPEZ, Joaquin Eduardo. Entrevista [2016]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 1 Arquivo mp4 (24 min.).

MARINHO, Denis Antônio. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 1 Arquivo mp4 (15 min.).

MCPHERSON, Christopher Paul. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (22 min.).

MELIGENI, FERNANDO. Entrevista [2011]. Entrevistador: Paulo Nascimento. São Paulo (SP). 2 arquivos mp4 (1h11min).

MILLER, Katherine. Entrevista [2019] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (29 min.).

MIRSHAWKA, Victor. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (60 min.).

MOELLHAUSEN, Nathalie. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (31 min.).

OLIVEIRA, Amanda; OLIVEIRA, Tess Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (16 min.).

ONNES, Ernst Rost. Entrevista [2017] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (20 min.).

PESSOA, Rodrigo. Entrevista [2011]. Entrevistadora: Katia Rubio. Bruxelas (BEL). 1 arquivo mp4 (32min.).

RODERBOURG, Hilde. Entrevista [2016]. Entrevistador: William Douglas de Almeida. Valinhos-SP. 1 Arquivo mp4 (31 min.).

SALEMI, Paulo. Entrevista [2016] Entrevistador: Dhênis Rosina. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (42 min.).

SANTOS, Vitor. Entrevista [2013]. Entrevistador: Carlos Rey Perez. Sertãozinho, SP. 1 arquivo mp4 (1h14min.).

SOGHOMONYAN, Eduard. Entrevista [2019] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo. 42 Arquivos ogg (23 min.).

SUCAR, Antônio Salvador. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (24 min.).

SZABÓ, Isabella. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ. 33 Arquivos mp4 (34 min.).

SZUBSKI, Sebastian. Entrevista [2014] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Rio de Janeiro-RJ, 2014. 1 Arquivo mp4 (56 min.).

TAYLOR, Larry James. Entrevista [2014]. Entrevistador: Carlos Rey Peres. Bauru (SP) 1 arquivo mp4 (20min.)

TODESCO, Francisco. Entrevista [2016] Entrevistador: William Douglas de Almeida. Viamão-RS. 1 Arquivo mp4 (27 min.).

VAN HEIJDEN, Yuri. Entrevista [2017] Entrevistador: William Douglas de Almeida. São Paulo-SP. 1 Arquivo mp4 (25 min.).

Informe o E-mail

Informe a Senha

(LOGIN)

Esqueceu a senha? Cadastre-se

v3.2

Você está em: [Público](#) > [Buscar Pesquisas Aprovadas](#) > [Detalhar Projeto de Pesquisa](#)

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

☐ DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título Público: MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS
Pesquisador Responsável: Katia Rubio
Contato Público: Katia Rubio
Condições de saúde ou problemas estudados:
Descritores CID - Gerais:
Descritores CID - Específicos:
Descritores CID - da Intervenção:
Data de Aprovação Ética do CEP/CONEP: 26/02/2015

☐ DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
Cidade: TABOÃO DA SERRA

☐ DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética Responsável: 5391 - USP - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo / EEFE-USP
Endereço: Av. Profº Mello Moraes, 65
Telefone: (11)3091-3097
E-mail: cep39@usp.br

☐ CENTRO(S) PARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA☐ CENTRO(S) COPARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA [Voltar](#)

plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf;jsessionid=217DC5F516D37D56EC89AAB0C7D87753.server-plataformabrasil-svjpgdf132

Suporte a sistemas: 136 - opção 8 e opção 3, solicitar ao atendente suporte Plataforma Brasil.
Fale conosco: Clique para enviar mensagem para a Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Educação Física e Esporte

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS

Pesquisador Responsável: Profa. Dra. Katia Rubio

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: EEFÉ-USP

Telefones para contato: (11) 30913181 - (11) 30913151 - (11) 91387466

Nome _____ do _____ voluntário:

Idade: _____ anos, R.G. _____, Responsável legal (quando for o caso):
 _____ R.G. Responsável legal:

O Sr. ^(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa "MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS, de responsabilidade da Profa. Dra. Katia Rubio.

O presente projeto tem como objetivo recuperar a memória dos atletas olímpicos que representaram o Brasil em várias edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e por meio dessas histórias individuais discutir a formação da identidade do atleta, a importância desse ator social no cenário brasileiro e o movimento de construção e manutenção do imaginário esportivo brasileiro.

Com o consentimento do atleta as entrevistas são registradas em vídeo e posteriormente transcritas para análise.

A pesquisa não oferece risco ao participante e espera-se com essa pesquisa fazer um levantamento das modalidades medalhistas, da trajetória de seus atletas no cenário nacional – e o reconhecimento por parte da população de seus feitos – e analisar a política das Federações e Confederações Esportivas naquilo que se refere à influência desse procedimento na formação de novos atletas. Montar um banco de dados – em forma de imagem e de textos – com a memória do esporte nacional e a partir desses dados construir uma Enciclopédia dos atletas olímpicos brasileiros.

As informações coletadas serão publicadas com o consentimento do participante.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

São Paulo, _____ de _____ de _____

 Nome e assinatura do participante

 Testemunha

Informações relevantes ao pesquisador responsável:

Res. 196/96 – item IV.2: O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

ANEXO III

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

Brasília, 21 de outubro de 2014.

PROCESSO: 08018.007456/2014-27

NOME: JOSIP VRLIC

ASSUNTO: Naturalização Ordinária

Senhor Chefe,

Versa o presente sobre processo administrativo relativo a pedido de Naturalização Ordinária, prevista no art. 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, consoante o que dispõe a Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81, tendo como postulante o nacional croata **JOSIP VRLIC**.

Vale ressaltar que o visto permanente concedido ao senhor Josip teve como base a Resolução Normativa 27/98.

O art. 112 da Lei do Estrangeiro estipula as condições para a concessão da naturalização e um dos requisitos está contido no inciso III, qual seja, a residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido.

Dá análise dos autos, verifica-se que o senhor Josip não cumpre tal requisito, visto que o despacho concessivo da permanência foi publicado no Diário Oficial da União de 17 de julho do ano em curso.

No caso em tela não se vislumbra, também, a possibilidade de ser aplicado o contido no inciso III, do art. 113 da lei retro mencionada, eis que o interessado tem apenas quatro meses de residência regular no País, senão vejamos:

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, item II, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

EMBRANCC

II -

III – haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça.

Neste caso, de acordo com o parágrafo único do art. 113, a residência tem que ser de um ano, no mínimo.

Tendo em vista o acima exposto, amparado no fato do estrangeiro não atender as exigências do art. 112, inciso III, c/c com o artigo 113 da Lei nº 6.815/80, elevo o pleito à consideração superior sugerindo, salvo melhor juízo, o arquivamento do processo por falta de amparo legal.

Atenciosamente,

João Bosco de Souza

De acordo. Arquive-se nos termos propostos.

Brasília, de outubro de 2014.

WELINTON MARTINS RIBEIRO
Chefe de Divisão, Substituto

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PARECER Nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU
PROCESSO Nº 08018.001509/2014-04

INTERESSADO: Secretaria Nacional de Justiça

ASSUNTO: Consulta a respeito da possibilidade de naturalização de atletas

Ementa: Pedido de manifestação sobre a possibilidade de concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização, de que trata o art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos. Conclusão pela possibilidade da concessão da nacionalidade (por naturalização) aos atletas estrangeiros, por prestação de serviço relevante, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano no país, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima-citado.

Senhor Coordenador de Estudos e Pareceres,

1 - RELATÓRIO

Por meio do Mem. n. 057-GAB/Deest/SNJ/MJ, de 27 de janeiro de 2014, o Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça encaminha a esta Consultoria Jurídica manifestação da sua Divisão de Estudos e Pareceres (Parecer n. 003/2014-DEEST/SNJ/MJ), acerca da possibilidade de concessão da nacionalidade brasileira por meio da naturalização a atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, solicitando a elaboração de manifestação sobre o tema.

2. No Parecer supracitado, o DEEST relata que foi consultado pelo Comitê Olímpico Internacional - COI, acerca da viabilidade de concessão de nacionalidade brasileira, por meio de naturalização com base na possibilidade de redução do prazo

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

de residência no País, prevista no art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80. Aduz que a questão surgiu quando das tratativas preparatórias dos grandes eventos esportivos que o Brasil irá sediar.

3. Em sede de análise jurídica, dispõe que nos termos da legislação anteriormente citada, há possibilidade de redução do prazo ordinário de 04 anos de residência no País, para 01 (um) ano, com vistas à concessão da nacionalidade brasileira por naturalização, desde que, a critério do Ministério da Justiça, o interessado presta serviços relevantes ao País.

4. Assim, conclui que existe possibilidade de redução de prazo de residência para atletas e que não há óbice para que se entenda, no âmbito do Ministério da Justiça que atividades desportivas podem ser enquadradas como serviços relevantes ao país. Por fim, sugere que o encaminhamento dos autos a esta Consultoria Jurídica para manifestação definitiva acerca da possibilidade de aplicação do art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80 aos atletas que ingressem no País em razão dos grandes eventos esportivos que se aproximam.

5. O processo foi encaminhado a esta Coordenação de Estudos e Pareceres e distribuído a esta signatária, em 28/01/2014, para elaboração de manifestação.

6. É o relatório. Passo à apreciação jurídica.

II. ANÁLISE JURÍDICA

7. Diante do que foi relatado, trata-se de solicitação de análise quanto à possibilidade de aplicação do inciso III do artigo 113 da Lei 6.815/80 aos atletas que ingressem em nosso país para os grandes eventos esportivos.

8. Por pertinência, transcreve-se o teor dos artigos 112 e 133 da mencionada Lei, com destaque em negrito para os dispositivos mais importantes, *verbis*:

"Art. 112 - São condições para a concessão da naturalização: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - residência contínua no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando;

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CJ/MJ
Fls. 07

Assessoria de Nacionalidade e Naturalização
Fls. 72
Rubrica
MJ-SNJ-DE

V - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

VI - bom procedimento;

VII - inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão, abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano; e

VIII - boa saúde.

§ 1º não se exigirá a prova de boa saúde a nenhum estrangeiro que residir no País há mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

§ 1º Verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de quaisquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos artigos 112 e 113 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida.

§ 2º verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de qualquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos arts. 113 e 114 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida. (Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

§ 3º A declaração de nulidade a que se refere o parágrafo anterior processar-se-á administrativamente, no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, concedido ao naturalizado, para defesa, o prazo de quinze dias, contados da notificação. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, item III, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81) (grifo)

I - ter filho ou cônjuge brasileiro;

II - ser filho de brasileiro;

III - haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça; (grifo)

IV - recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística; ou

V - ser proprietário, no Brasil, de bem imóvel, cujo valor seja igual, pelo menos, a mil vezes o Maior Valor de Referência; ou ser industrial que disponha de fundos de igual valor; ou possuir cota ou ações integralizadas de montante, no mínimo, idêntico, em sociedade comercial ou civil, destinada, principal e permanentemente, à exploração de atividade industrial ou agrícola.

Parágrafo único. A residência será, no mínimo, de um ano, nos casos dos itens I a III; de dois anos, no do item IV; e de três anos, no do item V. (grifo)

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

9. Como cediço, a naturalização ocorre quando um país concede a qualidade de nacional a um estrangeiro que a requeira. É uma forma de adquirir uma nacionalidade diversa da nacionalidade de origem.

10. É certo afirmar que os pedidos de naturalização de atletas em época de grandes eventos, em especial as olimpíadas, tem por escopo naturalizar atletas estrangeiros, a fim de que possam competir pelo país que lhes concedeu a naturalização. Isso ocorre, de forma freqüente, em vários países, como é o caso da Grã-Bretanha.

11. Quanto ao tema, há notícias veiculadas na mídia, em relação ao trabalho de muitas confederações esportivas que, em razão das Olimpíadas de 2016, têm buscado a naturalização de atletas estrangeiros, muitos deles descendentes de brasileiros, para reforçar a participação brasileira em esportes como o pólo aquático, a luta olímpica, a canoagem, a esgrima, o hóquei na grama, e o rúgbi, dentre outros.

12. Feltas estas considerações, cumpre aduzir que o ponto central a ser avaliado é se, ao representar o Brasil nesses eventos desportivos, estarão os atletas estrangeiros exercendo atividade relevante para o país, a fim de que possam ser enquadrados no item III do artigo 113 da Lei 6.815/80.

13. Bem, diante da importância dos eventos esportivos de grande monta, como é o caso dos jogos olímpicos, ousa dizer que há efetivamente o desempenho de serviço relevante para a nação, uma vez que tais eventos mobilizam todo o país e apresentam grande repercussão mundial.

14. Nessa linha, concluo, s.m.j., que não há óbice para que seja concedida a nacionalidade brasileira (por naturalização) a atletas estrangeiros em razão dos grandes eventos esportivos, nos termos do artigo 113, inciso III da Lei n. 6.815/80, devendo ser observado o critério de, no mínimo, 01 (um) ano de residência no Brasil, consoante o disposto no parágrafo único do mesmo artigo.

III. CONCLUSÃO

15. Ante as razões anteriormente descritas, concluo pela ausência de óbice à concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização de que trata o art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima citado.

É o parecer.

A consideração superior.

Brasília, 05 de janeiro de 2014.

Adriana Villas Boas de Araújo Lima
Advogada da União

EM BRANCO

Continuação do Parecer nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPACHO Nº 21 /2014/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 08018.001509/2014-04

Senhora Consultora Jurídica,

Aprovo o PARECER Nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, acolhendo suas conclusões.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Rogério Pereira
Advogado da União

Coordenador de Estudos e Pareceres/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ

DESPACHO DA CONSULTORIA JURÍDICA/MJ Nº 33 /2014

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 08018.001509/2014-04

Adoto o PARECER Nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU.

A SNJ/DEEST, em resposta à consulta formulada.

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Giselle Favetti
Giselle Cibilla Silva Favetti
Advogada da União
Consultora Jurídica

0252674

08018007456201427

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho nº 297/2015/SNAT/DINAT/DEEST/SNJ

Em, 18 de março de 2015.

Trata-se de processo administrativo relativo a pedido de Naturalização Ordinária, prevista no art. 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal consoante o que dispõe a Lei 6.815/80, em que é requerente o nacional croata **JOSIP VRLIC**, atleta profissional de Pólo Aquático da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos.

Compulsando os autos verifica-se que o nacional croata obteve a autorização de permanência no Território Nacional, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração, nos autos do processo nº 46094.003922/2014-81, com base na Resolução Normativa nº 27 de 25 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2014, conforme documento acostado nos autos fls 22.

Por meio de despacho do Senhor Diretor Adjunto, do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça foi deferida a permanência definitiva no País, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de julho de 2014, Seção I, página 33, juntado nos autos às fls 21.

De acordo com o artigo 112, inciso III, do Estatuto do Estrangeiro o requerente deverá ter a residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores ao pedido.

Consoante os termos da lei supracitada, em seu artigo 113, inciso III, existe a possibilidade de redução do prazo ordinário de 04 (quatro) anos de residência no País para 01 (um) ano, com vistas à concessão da nacionalidade brasileira por naturalização, desde que, a critério do Ministério da Justiça, o Interessado preste serviços relevantes ao País.

Em 05 de janeiro de 2014, com parecer nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, concluiu-se que pela ausência óbice à concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização de que trata o artigo 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima citado.

De todo o exposto. Detemino o deferimento do processo e a inclusão do mesmo em portaria coletiva de naturalização ordinária, tendo em vista ter cumprido com todos os requisitos pertinentes ao pleito.

Documento assinado eletronicamente por **WELINTON MARTINS RIBEIRO, Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização - Substituto**, em 18/03/2015, às 15:55, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **0252674** e o código CRC **EC6CEC36**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

IOSEBA BADIOLA SANCHO - V860613-Y, natural da Espanha, nascido em 18 de janeiro de 1985, filho de Jose Antonio Badiola Plazaola e de Rosario Maria Sancho Barrenechea, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.011378/2014-37);

LARA MAALLAWI - V618045-C, natural do Líbano, nascida em 23 de fevereiro de 1989, filha de Saïd Maallawi e de Naïfi Abou Ghawch, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.026039/2013-10);

SALAM REFAAT FARES - V545530-9, natural do Líbano, nascida em 28 de maio de 1983, filha de Refaat Fares e de Elham Rachid, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.128513/2013-38) e

TIMO EBELING - V308263-T, natural da Alemanha, nascido em 22 de janeiro de 1973, filho de Hans Friedrich Ebeling e de Brigitte Marianne Ebeling, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003860/2014-19).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIA Nº. 50, DE 27 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MANUEL LUIZ CAÇADOR - W659133-F, natural de Portugal, nascido em 17 de dezembro de 1948, filho de Manoel Luiz e de Maria Emilia Caçador, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.004173/2015-01).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIAS DE 8 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº. 54 -CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DORIAN DEL SOCORRO GOMEZ GUTIERREZ - V350699-2, natural Colômbia, nascida em 2 de novembro de 1965, filha de Jose de Jesus Gomez e de Maria Isaura Gutierrez, residente Sergipe (Processo nº 08354.002414/2014-89);

FERNANDO MANUEL FERREIRA RIBEIRO - V830957-K, natural de Portugal, nascido em 24 de junho de 1975, filho de Manuel Fernando de Sousa Ribeiro e de Maria Elisabete Ferreira Mendonça de Sousa, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.008869/2013-27);

JAKELYN ORTIZ PIMENTEL - V713917-0, natural da Bolívia, nascida em 6 de agosto de 1981, filha de Gertrudis Pimentel Aguirre e de Juan Bautista Ortiz Faldin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042187/2014-53);

WU PAO CHEN - Y262940-R, que ao amparo no art. 115 da lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se KAMILA WU PAO CHEN, natural da República Popular da China, nascida em 4 de abril de 1986, filha de Wu Chia Ting e de Tseng Shu Fen, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.013890/2011-00);

KRZYSZTOF KOPEC - V222869-I, natural Polônia, nascido em 29 de setembro de 1969, filho de Andrezej Kopec e de Halina Kopec, residente Pará (Processo nº 08362.002743/2014-21);

MAHMOUD YOUSEF ABDELHAMID AMWAS - V724120-V, natural Palestina, nascido em 2 de março de 1984, filho de Yousef Abdelhamid Mwas Mwas e de Asia Ata Mohamad Mwas, residente Amazonas (Processo nº 08240.024123/2013-48);

MIGUEL ANINO NIETO - V883413-F, natural da Espanha, nascido em 20 de junho de 1986, filho de Antonio Miguel Anino Munoz e de Carmen Nieto Leon, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.008159/2013-05);

RUI PEDRO DE FREITAS - V344960-3, natural de Moçambique, nascido em 9 de maio de 1981, filho de Bento Manuel V Salema de Freitas e de MARIA CECÍLIA PEDRO, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003781/2014-91) e

VICENTE FERMIN VILELA RAMIREZ - V805026-N, natural do Equador, nascido em 15 de agosto de 1977, filho de Segundo Fermin Vilela e de Isabel Tomaza Ramirez Zambrano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.008488/2013-67).

Nº. 55 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI MUSA HAMIDEH MUSTAFA - Y234451-D, natural da Síria, nascido em 10 de abril de 1976, filho de Musa Hamideh Mustafa e de Aisheh Mahmud Ismael, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08437.006665/2013-31);

CESARE VILLONE - V545963-F, natural da Itália, nascido em 21 de setembro de 1959, filho de Elio Villone e de Maria Angiolillo, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.000386/2013-12);

FELIX ALFREDO QUENTASI ZURITA - V252822-Q, natural da Bolívia, nascido em 23 de setembro de 1994, filho de Felix Quentasi Escobar e de Irenia Noemi Zurita de Quentasi, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.011520/2013-72);

ISSAM FAOUR - V606227-M, natural do Líbano, nascido em 25 de fevereiro de 1982, filho de Hussein Faour e de Fadia Faour, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.012552/2014-79); JUAN JOSE JIMENEZ GARCIA - V317589-Z, natural da Bolívia, nascido em 23 de janeiro de 1971, filho de Julio Jimenez Ovando e de Cristina Garcia Montano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.117838/2013-95);

MALIK ISA - Y236089-V, natural da Síria, nascido em 5 de março de 1972, filho de Nabeh Isa e de Ramzah Isa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.001103/2014-66); MIKHAIL VIATCHESLAVOVICH PRIMENKO - V226297-H, natural da Rússia, nascido em 20 de janeiro de 1987, filho de Viatcheslav Primenko e de Elena Primenko, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.008804/2013-64); e

ROSA MARIA FLORES VALDIVIA - V308500-4, natural do Peru, nascida em 11 de dezembro de 1961, filha de Juan Flores Salazar e de Justina Valdivia Beteta, residente no Estado do Acre (Processo nº 08797.000232/2008-16).

SAMIR YOUSEF BAKRI YOUSEF QEDAN - Y263070-C, natural da Jordânia, nascido em 21 de agosto de 1972, filho de Yousef Bakri Yousef Qedan e de Naimeh Nemer Assad, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08792.000985/2013-39).

Nº. 56 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AKINKUNMI TIMOTHY AJAGBE - V634550-7, natural da Nigéria, nascido em 14 de julho de 1977, filho de Alidu Ajagbe e de Mary Sikeola Ajagbe, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.015886/2014-11);

ALEJANDRO ANIBAL ALMEIDA MALDONADO - V568795-K, natural do Equador, nascido em 31 de agosto de 1982, filho de Anibal Gabriel Leonardo Almeida Gonzalez e de Nancy Yolanda Maldonado Andrade, residente no estado de São Paulo (Processo nº 08505.028831/2014-81);

CHU CHIH CHENG - Y237345-Y, natural da China (Taiwan), nascido em 11 de dezembro de 1990, filho de Chu Jui Tang e de Kao Ni Na, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.020025/2013-83);

DOMINIK MATTHIAS ETSCHIED - V426608-C, natural da França, nascido em 15 de outubro de 1980, filho de Udo Matthias Etscheid e de Elke Driesch Etscheid, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08501.013414/2013-92);

ELOY PEREZ FERNANDEZ - V520276-Y, natural da Espanha, nascido em 11 de julho de 1980, filho de Isauro Perez Cardero e de Melita Fernandez Novoa, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.002547/2012-44);

GERALD HEMERY MOUSSOUNDA - V490889-3, natural da República do Gabão, nascido em 23 de setembro de 1985, filho de Nyama Egeune e de Manfoumbi Charlotte, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.015783/2014-42);

GERMAN ALBERTO MONSALVES BORQUEZ - V189294-G, natural do Chile, nascido em 2 de agosto de 1976, filho de Luis Alberto Monsalves Arous e de Ana Maria Borquez Borquez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.002409/2014-87);

JOSE ANTONIO RAMOS ALVAREZ - V208663-K, natural da Cuba, nascido em 22 de janeiro de 1975, filho de Jose Ramos Jacomino e de Ramona Alvarez Fernandez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.002315/2014-05) e

LEPKINA SVETLANA - V692471-E, natural da Rússia, nascida em 27 de julho de 1982, filha de Alexandre Ivanovich Lepkin e de Ludmila Afanassievna Lepkina, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08091.002845/2011-31).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIA Nº. 57, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

EMESE TAKÁCS - V973079-0, natural da Hungria, nascida em 28 de abril de 1978, filha de Robert Takács e de Judit Daru, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.014140/2015-44);

JOSIP VRLIC - G013772-K, natural da Croácia, nascido em 25 de abril de 1986, filho de Dominik Vrlc e de Marica Vrlc, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007456/2014-27);

MARIA JOSÉ ESTEVEZ GOMES - V299637-0, natural da Argentina, nascida em 1 de março de 1974, filha de Rubén Romeo Estevez e de Maria de Las Mercedes Acuña, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.000257/2012-06);

OXANA KUIMOVA que ao amparo do artigo 115 da lei nº 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se OKSANA KUIMOVA - V497852-S, natural da Rússia, nascida em 9 de março de 1983, filha de Vyacheslav Kazakov e de Raisa Kazakova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.128517/2013-16);

SABHA AHMAD MOHAMMAD ABDEL HAQ - V586463-6, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 24 de abril de 1986, filha de Ahmad Mohmmad Khairallah e de Enam Mohmud, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000261/2014-26);

SLOBODAN SORO - G013771-M, natural da Sérvia, nascido em 23 de dezembro de 1978, filho de Ratko Soro e de Mirjana Soro, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08455.061218/2014-16);

YENIFER OKUDA DE CHAVES - V586705-8, natural do Paraguai, nascida em 24 de agosto de 1988, filha de Misuo Okuda e de Mirta Catalina Martinez de Okuda, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.022570/2014-69), e

YOVANNA JUANA YAPURA MEDINA - V647832-D, natural da Bolívia, nascida em 17 de dezembro de 1985, filha de Benedicto Yapura Gonsayo e de Julia Medina Murillo, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.023335/2013-54).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

**DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS**

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009.

Processo nº 08114.002019/2014-29 - AMARA POURQUET MIRO

DEFIRO o presente pedido de restabelecimento de permanência no País, nos termos do art. 3º, da Resolução Normativa nº 05/1997, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo nº 08502.000684/2013-23 - ANTONIO CARVALHO

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s).

Processo nº 08270.014086/2014-93 - LEODINILDE PINTO CAETANO até 13/06/2015

Processo nº 08376.001174/2014-47 - QUINTAO AMARAL -até 23/05/2015

Processo nº 08270.016638/2014-06 - KAROL MARIA ORINGA SIMOES -até 27/06/2015

Processo nº 08270.017575/2014-05 - FARA VAZ até 13/06/2015

Processo nº 08270.016623/2014-30 - JEAN ETIENNE ROMARICLEANDRE MORLIGHEM até - 06/06/2015

Processo nº 08505.041535/2014-75 - MYUNG JOO SHIN até 18/06/2015

Processo nº 08270.016616/2014-38 - NOE MALECO DE OLIVEIRA - até 03/06/2015

Processo nº 08270.016600/2014-25 - BENEDITO GASTAO MENDES até 06/06/2015

Processo nº 08505.041508/2014-01 - HENRY FIGUEREDO LOSADA até 18/06/2015

Processo nº 08270.016601/2014-70 - GUILHERME GEREMIAS PRATA até 03/06/2015

Processo nº 08270.016598/2014-94 - DITUZAYA PANGUI-LA DA SILVA -até 05/06/2015

Processo nº 08270.017494/2014-05 - FLORINDA FRANCISCO ADULAI SEIDI até 16/05/2015

Processo nº 08386.014329/2014-96 - AMARILDA LUIANA BERNARDO DA COSTA até 08/08/2015

Processo nº 08386.014348/2014-12 - WALTER ADRIAN THOMPSON SOSA até 28/07/2015

Processo nº 08386.014322/2014-74 - JOSE EDUARDO QUISSUA QUINDUMBO, CHISSOLA FILOMENA ALFREDO SEBASTIAO QUINDUMBO até 05/08/2015

Processo nº 08386.014346/2014-23 - DIONICIO JAVIER CARDUS CHAVEZ até 17/08/2015

Processo nº 08376.001521/2014-31 - MARIA HENRIQUE CANDIDO até 30/07/2015

Processo nº 08460.012468/2014-45 - MARIA JOAO DA FONSECA TEIXEIRA até 15/07/2015

Processo nº 08505.036999/2014-60 - SILVANA HIPATIA SANTANDER PARRA até 29/06/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041600033 Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

Brasília, 21 de outubro de 2014.

Processo: 08455.0061218/2014-16
Interessado: SLOBODAN SORO
Assunto: Naturalização Ordinária

Senhor Chefe,

Versa o presente sobre processo administrativo relativo a pedido de Naturalização Ordinária, prevista no art. 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal, consoante o que dispõe a Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81, tendo como postulante o nacional sérvio **SLOBODAN SORO**.

Vale ressaltar que o visto permanente concedido ao senhor Slobodan teve como base a Resolução Normativa 27/98.

O art. 112 da Lei do Estrangeiro estipula as condições para a concessão da naturalização e um dos requisitos está contido no inciso III, qual seja, a residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido.

Dá análise dos autos, verifica-se que o senhor Slobodan não cumpre tal requisito, visto que o despacho concessivo da permanência foi publicado no Diário Oficial da União de 17 de julho do ano em curso (fls. 50).

No caso em tela não se vislumbra, também, a possibilidade de ser aplicado o contido no inciso III, do art. 113 da lei retro mencionada, eis que o interessado tem apenas quatro meses de residência regular no País, senão vejamos:

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, item II, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições:

I -

II -

III - haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça.

Neste caso, de acordo com o parágrafo único do art. 113, a residência tem que ser de um ano, no mínimo.

Tendo em vista o acima exposto, amparado no fato do estrangeiro não atender as exigências do art. 112, inciso III, c/c com o artigo 113 da Lei nº 6.815/80, elevo o pleito à consideração superior sugerindo, salvo melhor juízo, o arquivamento do processo por falta de amparo legal.

Atenciosamente,

João Bosco de Souza

De acordo. Arquive-se nos termos propostos.

Brasília, de outubro de 2014.

WELINTON MARTINS RIBEIRO
Chefe de Divisão, Substituto.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PARECER Nº 027 /2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU

PROCESSO Nº 08018.001509/2014-04

INTERESSADO: Secretaria Nacional de Justiça

ASSUNTO: Consulta a respeito da possibilidade de naturalização de atletas

Ementa: Pedido de manifestação sobre a possibilidade de concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização de que trata o art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos. Conclusão pela possibilidade da concessão da nacionalidade (por naturalização) aos atletas estrangeiros, por prestação de serviço relevante, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano no país, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima citado.

Senhor Coordenador de Estudos e Pareceres,

I - RELATÓRIO

Por meio do Mem. n. 057-GAB/Deest/SNJ/MJ, de 27 de janeiro de 2014, o Diretor Adjunto do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça encaminha a esta Consultoria Jurídica manifestação da sua Divisão de Estudos e Pareceres (Parecer n. 003/2014-DEEST/SNJ/MJ), acerca da possibilidade de concessão da nacionalidade brasileira por meio da naturalização a atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, solicitando a elaboração de manifestação sobre o tema.

2. No Parecer supracitado, o DEEST relata que foi consultado pelo Comitê Olímpico Internacional - COI, acerca da viabilidade de concessão de nacionalidade brasileira, por meio de naturalização com base na possibilidade de redução do prazo

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

de residência no País, prevista no art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80. Aduz que a questão surgiu quando das tratativas preparatórias dos grandes eventos esportivos que o Brasil irá sediar.

3. Em sede de análise jurídica, dispõe que nos termos da legislação anteriormente citada, há possibilidade de redução do prazo ordinário de 04 anos de residência no País, para 01 (um) ano, com vistas à concessão da nacionalidade brasileira por naturalização, desde que, a critério do Ministério da Justiça, o interessado presta serviços relevantes ao País.

4. Assim, conclui que existe possibilidade de redução de prazo de residência para atletas e que não há óbice para que se entenda, no âmbito do Ministério da Justiça que atividades desportivas podem ser enquadradas como serviços relevantes ao país. Por fim, sugere que o encaminhamento dos autos a esta Consultoria Jurídica para manifestação definitiva acerca da possibilidade de aplicação do art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80 aos atletas que ingressem no País em razão dos grandes eventos esportivos que se aproximam.

5. O processo foi encaminhado a esta Coordenação de Estudos e Pareceres e distribuído a esta signatária, em 28/01/2014, para elaboração de manifestação.

6. É o relatório. Passo à apreciação jurídica.

II. ANÁLISE JURÍDICA

7. Diante do que foi relatado, trata-se de solicitação de análise quanto à possibilidade de aplicação do inciso III do artigo 113 da Lei. 6.815/80 aos atletas que ingressem em nosso país para os grandes eventos esportivos.

8. Por pertinência, transcreve-se o teor dos artigos 112 e 133 da mencionada Lei, com destaque em negrito para os dispositivos mais importantes, *verbis*:

" Art. 112. São condições para a concessão da naturalização: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ser registrado como permanente no Brasil;

III - residência contínua no território nacional, pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização;

IV - ler e escrever a língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando;

EM BRANCO

Continuação do Parecer nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

V - exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família;

VI - bom procedimento;

VII - inexistência de denúncia, pronúncia ou condenação no Brasil ou no exterior por crime doloso a que seja cominada pena mínima de prisão abstratamente considerada, superior a 1 (um) ano; e

VIII - boa saúde.

§ 1º não se exigirá a prova de boa saúde a nenhum estrangeiro que residir no País há mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

§ 1º Verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de quaisquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos artigos 112 e 113 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida.

§ 2º Verificada, a qualquer tempo, a falsidade ideológica ou material de qualquer dos requisitos exigidos neste artigo ou nos arts. 113 e 114 desta Lei, será declarado nulo o ato de naturalização sem prejuízo da ação penal cabível pela infração cometida. (Renumerado e alterado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

§ 3º A declaração de nulidade a que se refere o parágrafo anterior processar-se-á administrativamente, no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, concedido ao naturalizado, para defesa, o prazo de quinze dias, contados da notificação. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

Art. 113. O prazo de residência fixado no artigo 112, Item III, poderá ser reduzido se o naturalizando preencher quaisquer das seguintes condições: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81) (grifo)

I - ter filho ou cônjuge brasileiro;

II - ser filho de brasileiro;

III - haver prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil, a juízo do Ministro da Justiça; (grifo)

IV - recomendar-se por sua capacidade profissional, científica ou artística;
ou

V - ser proprietário, no Brasil, de bem imóvel, cujo valor seja igual, pelo menos, a mil vezes o Maior Valor de Referência; ou ser industrial que disponha de fundos de igual valor; ou possuir cota ou ações integralizadas de montante, no mínimo, idêntico, em sociedade comercial ou civil, destinada, principal e permanentemente, à exploração de atividade industrial ou agrícola.

Parágrafo único. A residência será, no mínimo, de um ano, nos casos dos Itens I a III; de dois anos, no do Item IV; e de três anos, no do Item V. (grifo)

EM BRANCO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

9. Como cediço, a naturalização ocorre quando um país concede a qualidade de nacional a um estrangeiro que a requeira. É uma forma de adquirir uma nacionalidade diversa da nacionalidade de origem.

10. É certo afirmar que os pedidos de naturalização de atletas em época de grandes eventos, em especial as olimpíadas, tem por escopo naturalizar atletas estrangeiros, a fim de que possam competir pelo país que lhes concedeu a naturalização. Isso ocorre, de forma freqüente, em vários países, como é o caso da Grã-Bretanha.

11. Quanto ao tema, há notícias veiculadas na mídia, em relação ao trabalho de muitas confederações esportivas que, em razão das Olimpíadas de 2016, têm buscado a naturalização de atletas estrangeiros, muitos deles descendentes de brasileiros, para reforçar a participação brasileira em esportes como o pólo aquático, a luta olímpica, a canoagem, a esgrima, o hóquei na grama, e o rúgbi, dentre outros.

12. Feitas estas considerações, cumpre aduzir que o ponto central a ser avallado é se, ao representar o Brasil nesses eventos desportivos, estarão os atletas estrangeiros exercendo atividade relevante para o país, a fim de que possam ser enquadrados no item III do artigo 113 da Lei 6.815/80.

13. Bem, diante da importância dos eventos esportivos de grande monta, como é o caso dos jogos olímpicos, ousa dizer que há efetivamente o desempenho de serviço relevante para a nação, uma vez que tais eventos mobilizam todo o país e apresentam grande repercussão mundial.

14. Nessa linha, concluo, s.m.j., que não há óbice para que seja concedida a nacionalidade brasileira (por naturalização) a atletas estrangeiros em razão dos grandes eventos esportivos, nos termos do artigo 113, inciso III da Lei n. 6.815/80, devendo ser observado o critério de, no mínimo, 01 (um) ano de residência no Brasil, consoante o disposto no parágrafo único do mesmo artigo.

III. CONCLUSÃO

15. Ante as razões anteriormente descritas, concluo pela ausência de óbice à concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização de que trata o art. 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima citado.

É o parecer.
À consideração superior.

Brasília, 05 de janeiro de 2014.

Adriana Villas Boas de Araújo Lima
Advogada da União

0252471

08455061218201416

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho nº 101/2015/SNAC/DINAT/DEEST/SNJ

Em, 18 de março de 2015.

Trata-se de processo administrativo relativo a pedido de Naturalização Ordinária, prevista no art. 12, inciso II, alínea "a" da Constituição Federal consoante o que dispõe a Lei 6.815/80, em que é requerente o nacional servo **SLOBODANSORO**, atleta profissional de Pólo Aquático da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos.

Compulsando os autos verifica-se que o nacional servo obteve a autorização de permanência no Território Nacional, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração, nos autos do processo nº 46094.003923/2014-26, com base na Resolução Normativa nº 27 de 25 de novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2014, conforme documento acostado nos autos fls 51.

Por meio de despacho do Senhor Diretor Adjunto, do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça foi deferida a permanência definitiva no País, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de julho de 2014, Seção I, página 33, juntado nos autos às fls 50.

De acordo com o artigo 112, inciso III, do Estatuto do Estrangeiro o requerente deverá ter a residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores ao pedido.

Consoante os termos da lei supracitada, em seu artigo 113, inciso III, existe a possibilidade de redução do prazo ordinário de 04 (quatro) anos de residência no País para 01 (um) ano, com vistas à concessão da nacionalidade brasileira por naturalização, desde que, a critério do Ministério da Justiça, o Interessado preste serviços relevantes ao País.

Em 05 de janeiro de 2014, com parecer nº 027/2014/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, concluiu-se que pela ausência óbice à concessão da nacionalidade brasileira, por meio da naturalização de que trata o artigo 113, inciso III, da Lei n. 6.815/80, aos atletas ingressos no Brasil em razão dos grandes eventos esportivos, devendo ser observada a residência de no mínimo 01 (um) ano, conforme dispõe o parágrafo único do artigo acima citado.

De todo o exposto. Detemino o deferimento do processo em tela e a inclusão do mesmo em portaria coletiva de naturalização ordinária, haja vista ter preenchido todos os requisitos necessários para a situação pleiteada.

Documento assinado eletronicamente por **WELINTON MARTINS RIBEIRO, Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização - Substituto**, em 18/03/2015, às 15:24, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **0252471** e o código CRC **96D02E6B**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

IOSEBA BADIOLA SANCHO - V860613-Y, natural da Espanha, nascido em 18 de janeiro de 1985, filho de Jose Antonio Badiola Plazaola e de Rosario Maria Sancho Barrenechea, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.011378/2014-37);

LARA MAALLAWI - V618045-C, natural do Líbano, nascida em 23 de fevereiro de 1989, filha de Saïd Maallawi e de Naïfi Abou Ghawch, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.026039/2013-10);

SALAM REFAAT FARES - V545530-9, natural do Líbano, nascida em 28 de maio de 1983, filha de Refaat Fares e de Elham Rachid, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.128513/2013-38) e

TIMO EBELING - V308263-T, natural da Alemanha, nascido em 22 de janeiro de 1973, filho de Hans Friedrich Ebeling e de Brigitte Marianne Ebeling, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003860/2014-19).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIA Nº. 50, DE 27 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MANUEL LUIZ CAÇADOR - W659133-F, natural de Portugal, nascido em 17 de dezembro de 1948, filho de Manoel Luiz e de Maria Emilia Caçador, residente no Distrito Federal (Processo nº 08000.004173/2015-01).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIAS DE 8 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº. 54 -CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

DORIAN DEL SOCORRO GOMEZ GUTIERREZ - V350699-2, natural Colômbia, nascida em 2 de novembro de 1965, filha de Jose de Jesus Gomez e de Maria Isaura Gutierrez, residente Sergipe (Processo nº 08354.002414/2014-89);

FERNANDO MANUEL FERREIRA RIBEIRO - V830957-K, natural de Portugal, nascido em 24 de junho de 1975, filho de Manuel Fernando de Sousa Ribeiro e de Maria Elisabete Ferreira Mendonça de Sousa, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.008869/2013-27);

JAKELYN ORTIZ PIMENTEL - V713917-0, natural da Bolívia, nascida em 6 de agosto de 1981, filha de Gertrudis Pimentel Aguirre e de Juan Bautista Ortiz Faldin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042187/2014-53);

WU PAO CHEN - Y262940-R, que ao amparo no art. 115 da lei 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se KAMILA WU PAO CHEN, natural da República Popular da China, nascida em 4 de abril de 1986, filha de Wu Chia Ting e de Tseng Shu Fen, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.013890/2011-00);

KRZYSZTOF KOPEC - V222869-I, natural Polônia, nascido em 29 de setembro de 1969, filho de Andrezej Kopec e de Halina Kopec, residente Pará (Processo nº 08362.002743/2014-21);

MAHMOUD YOUSEF ABDELHAMID AMWAS - V724120-V, natural Palestina, nascido em 2 de março de 1984, filho de Yousef Abdelhamid Mwas Mwas e de Asia Ata Mohamad Mwas, residente Amazonas (Processo nº 08240.024123/2013-48);

MIGUEL ANINO NIETO - V883413-F, natural da Espanha, nascido em 20 de junho de 1986, filho de Antonio Miguel Anino Munoz e de Carmen Nieto Leon, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.008159/2013-05);

RUI PEDRO DE FREITAS - V344960-3, natural de Moçambique, nascido em 9 de maio de 1981, filho de Bento Manuel V Salema de Freitas e de MARIA CECÍLIA PEDRO, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.003781/2014-91) e

VICENTE FERMIN VILELA RAMIREZ - V805026-N, natural do Equador, nascido em 15 de agosto de 1977, filho de Segundo Fermin Vilela e de Isabel Tomaza Ramirez Zambrano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.008488/2013-67).

Nº. 55 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI MUSA HAMIDEH MUSTAFA - Y234451-D, natural da Síria, nascido em 10 de abril de 1976, filho de Musa Hamideh Mustafa e de Aisheh Mahmud Ismael, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08437.006665/2013-31);

CESARE VILLONE - V545963-F, natural da Itália, nascido em 21 de setembro de 1959, filho de Elio Villone e de Maria Angiolillo, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.000386/2013-12);

FELIX ALFREDO QUENTASI ZURITA - V252822-Q, natural da Bolívia, nascido em 23 de setembro de 1994, filho de Felix Quentasi Escobar e de Irenia Noemi Zurita de Quentasi, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.011520/2013-72);

ISSAM FAOUR - V606227-M, natural do Líbano, nascido em 25 de fevereiro de 1982, filho de Hussein Faour e de Fadia Faour, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.012552/2014-79); JUAN JOSE JIMENEZ GARCIA - V317589-Z, natural da Bolívia, nascido em 23 de janeiro de 1971, filho de Julio Jimenez Ovando e de Cristina Garcia Montano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.117838/2013-95);

MALIK ISA - Y236089-V, natural da Síria, nascido em 5 de março de 1972, filho de Nabeh Isa e de Ramzah Isa, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.001103/2014-66); MIKHAIL VIATCHESLAVOVICH PRIMENKO - V226297-H, natural da Rússia, nascido em 20 de janeiro de 1987, filho de Viatcheslav Primenko e de Elena Primenko, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.008804/2013-64); e

ROSA MARIA FLORES VALDIVIA - V308500-4, natural do Peru, nascida em 11 de dezembro de 1961, filha de Juan Flores Salazar e de Justina Valdivia Beteta, residente no Estado do Acre (Processo nº 08797.000232/2008-16).

SAMIR YOUSEF BAKRI YOUSEF QEDAN - Y263070-C, natural da Jordânia, nascido em 21 de agosto de 1972, filho de Yousef Bakri Yousef Qedan e de Naimeh Nemer Assad, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08792.000985/2013-39).

Nº. 56 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AKINKUNMI TIMOTHY AJAGBE - V634550-7, natural da Nigéria, nascido em 14 de julho de 1977, filho de Alidu Ajagbe e de Mary Sikeola Ajagbe, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.015886/2014-11);

ALEJANDRO ANIBAL ALMEIDA MALDONADO - V568795-K, natural do Equador, nascido em 31 de agosto de 1982, filho de Anibal Gabriel Leonardo Almeida Gonzalez e de Nancy Yolanda Maldonado Andrade, residente no estado de São Paulo (Processo nº 08505.028831/2014-81);

CHU CHIH CHENG - Y237345-Y, natural da China (Taiwan), nascido em 11 de dezembro de 1990, filho de Chu Jui Tang e de Kao Ni Na, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.020025/2013-83);

DOMINIK MATTHIAS ETSCHIED - V426608-C, natural da França, nascido em 15 de outubro de 1980, filho de Udo Matthias Etscheid e de Elke Driesch Etscheid, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08501.013414/2013-92);

ELOY PEREZ FERNANDEZ - V520276-Y, natural da Espanha, nascido em 11 de julho de 1980, filho de Isauro Perez Cardero e de Melita Fernandez Novoa, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08286.002547/2012-44);

GERALD HEMERY MOUSSOUNDA - V490889-3, natural da República do Gabão, nascido em 23 de setembro de 1985, filho de Nyama Egeune e de Manfoumbi Charlotte, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.015783/2014-42);

GERMAN ALBERTO MONSALVES BORQUEZ - V189294-G, natural do Chile, nascido em 2 de agosto de 1976, filho de Luis Alberto Monsalves Arous e de Ana Maria Borquez Borquez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.002409/2014-87);

JOSE ANTONIO RAMOS ALVAREZ - V208663-K, natural da Cuba, nascido em 22 de janeiro de 1975, filho de Jose Ramos Jacomino e de Ramona Alvarez Fernandez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.002315/2014-05) e

LEPKINA SVETLANA - V692471-E, natural da Rússia, nascida em 27 de julho de 1982, filha de Alexandre Ivanovich Lepkin e de Ludmila Afanassievna Lepkina, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08091.002845/2011-31).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

PORTARIA Nº. 57, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de junho de 2014, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715/81, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

EMESE TAKÁCS - V973079-0, natural da Hungria, nascida em 28 de abril de 1978, filha de Robert Takács e de Judit Daru, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.014140/2015-44);

JOSIP VRLIC - G013772-K, natural da Croácia, nascido em 25 de abril de 1986, filho de Dominik Vrlc e de Marica Vrlc, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08018.007456/2014-27);

MARIA JOSÉ ESTEVEZ GOMES - V299637-0, natural da Argentina, nascida em 1 de março de 1974, filha de Rubén Romeo Estevez e de Maria de Las Mercedes Acuña, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.000257/2012-06);

OXANA KUIMOVA que ao amparo do artigo 115 da lei nº 6.815 de 1980, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se OKSANA KUIMOVA - V497852-S, natural da Rússia, nascida em 9 de março de 1983, filha de Vyacheslav Kazakov e de Raisa Kazakova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.128517/2013-16);

SABHA AHMAD MOHAMMAD ABDEL HAQ - V586463-6, natural dos Estados Unidos da América, nascida em 24 de abril de 1986, filha de Ahmad Mohmmad Khairallah e de Enam Mohmud, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000261/2014-26);

SLOBODAN SORO - G013771-M, natural da Sérvia, nascido em 23 de dezembro de 1978, filho de Ratko Soro e de Mirjana Soro, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08455.061218/2014-16);

YENIFER OKUDA DE CHAVES - V586705-8, natural do Paraguai, nascida em 24 de agosto de 1988, filha de Misuo Okuda e de Mirta Catalina Martinez de Okuda, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.022570/2014-69), e

YOVANNA JUANA YAPURA MEDINA - V647832-D, natural da Bolívia, nascida em 17 de dezembro de 1985, filha de Benedicto Yapura Gonsayo e de Julia Medina Murillo, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.023335/2013-54).

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

**DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS**

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009.

Processo nº 08114.002019/2014-29 - AMARA POURQUET MIRO

DEFIRO o presente pedido de restabelecimento de permanência no País, nos termos do art. 3º, da Resolução Normativa nº 05/1997, do Conselho Nacional de Imigração.

Processo nº 08502.000684/2013-23 - ANTONIO CARVA-LHO

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s).

Processo n.º 08270.014086/2014-93 - LEODINILDE PINTO CAETANO até 13/06/2015

Processo n.º 08376.001174/2014-47 - QUINTAO AMARAL -até 23/05/2015

Processo n.º 08270.016638/2014-06 - KAROL MARIA ORINGA SIMOES -até 27/06/2015

Processo n.º 08270.017575/2014-05 - FARA VAZ até 13/06/2015

Processo n.º 08270.016623/2014-30 - JEAN ETIENNE ROMARICLEANDRE MORLIGHEM até - 06/06/2015

Processo n.º 08505.041535/2014-75 - MYUNG JOO SHIN até 18/06/2015

Processo n.º 08270.016616/2014-38 - NOE MALECO DE OLIVEIRA - até 03/06/2015

Processo n.º 08270.016600/2014-25 - BENEDITO GASTAO MENDES até 06/06/2015

Processo n.º 08505.041508/2014-01 - HENRY FIGUEREDO LOSADA até 18/06/2015

Processo n.º 08270.016601/2014-70 - GUILHERME GERE-MIASPRATA até 03/06/2015

Processo n.º 08270.016598/2014-94 - DITUZAYA PANGUI-LA DA SILVA -até 05/06/2015

Processo n.º 08270.017494/2014-05 - FLORINDA FRANCISCO ADULAI SEIDI até 16/05/2015

Processo n.º 08386.014329/2014-96 - AMARILDA LUIANA BERNARDO DA COSTA até 08/08/2015

Processo n.º 08386.014348/2014-12 - WALTER ADRIAN THOMPSON SOSA até 28/07/2015

Processo n.º 08386.014322/2014-74 - JOSE EDUARDO QUISSUA QUINDUMBO, CHISSOLA FILOMENA ALFREDO SEBASTIAO QUINDUMBO até 05/08/2015

Processo n.º 08386.014346/2014-23 - DIONICIO JAVIER CARDUS CHAVEZ até 17/08/2015

Processo n.º 08376.001521/2014-31 - MARIA HENRIQUE CANDIDO até 30/07/2015

Processo n.º 08460.012468/2014-45 - MARIA JOAO DA FONSECA TEIXEIRA até 15/07/2015

Processo n.º 08505.036999/2014-60 - SILVANA HIPATIA SANTANDERPARRA até 29/06/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015041600033

Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRF4 anula naturalização de esgrimista húngara que competiria pelo Brasil nas Olimpíadas

07/07/2016

A atleta húngara naturalizada brasileira Emese Takács não fará mais parte da equipe brasileira de esgrima nas Olimpíadas. A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu ontem (6/7) dar provimento liminar ao recurso impetrado pelo chefe da equipe brasileira de esgrima, Giocondo Cezar Cabral.

Cabral ajuizou uma ação popular em abril deste ano na Justiça Federal de Curitiba contra a União e a atleta pedindo a suspensão imediata da portaria que concedeu naturalização à estrangeira. Segundo o chefe da equipe, a atleta não preencheria os requisitos exigidos pela lei.

O autor apontou entre as irregularidades para cadastrar para obter a naturalização a ausência de prazo mínimo de residência com nua no Brasil, o casamento fraudulento com um brasileiro e a ausência de domínio do idioma nacional. Para Cabral, tudo teria sido feito como uma forma de competir nos Jogos Olímpicos, visto que Emese não se classificou para competir pela Hungria.

A liminar foi concedida em primeira instância e a União apelou ao tribunal pedindo sua suspensão. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), os motivos do autor são pessoais, tais como a inconformidade com a redução de vagas de atletas brasileiras membros da equipe.

No tribunal, a relatora do caso, desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, deferiu o pedido da União e restabeleceu a naturalização. Cabral recorreu com agravo interno contra a decisão, juntando novos documentos, que incluíam comentários e fotos na rede social Facebook que demonstrariam que Emese segue morando na Hungria e é, inclusive, casada com um compatriota.

Tendo em vista a relevância de uma decisão em caráter de urgência, devido à proximidade das Olimpíadas, a desembargadora submeteu o recurso à 4ª Turma. Por maioria, o colegiado reformou a decisão da relatora e novamente suspendeu os efeitos da portaria que naturalizava a atleta.

Segundo o desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, que proferiu o voto vencedor, “manter a situação fálica atual importa permitir que a ré represente o Brasil na Olimpíada de 2016, ao mesmo tempo em que recria da delegação olímpica uma brasileira que - não fosse a naturalização da ré - integraria essa equipe”, destacou o desembargador.

Leal Júnior ressaltou que, caso fique confirmada a fraude, a manutenção da atleta na equipe brasileira terá prejudicado de forma irreversível as esgrimistas Amanda Simeão Neto e Katherine Miller, que seriam as ocupantes da vaga no papel de titular e reserva.

“No instante em que atletas brasileiras deixam de integrar a delegação olímpica e não participam desses Jogos Olímpicos de 2016, estão sendo privadas de experiência em competições internacionais e de real possibilidade de evoluírem e melhorarem dentro do esporte respectivo”, avaliou o desembargador.

O magistrado frisou que há indícios de que Emese segue treinando e residindo na Hungria, sendo um deles o retorno da carta precatória de citação enviada a ela. Segundo o oficial de Justiça, não havia ninguém no

24/03/2020 TRF4 anula naturalização de esgrimista húngara que competiria pelo Brasil nas Olimpíadas

endereço e vizinhos disseram desconhecer a estrangeira. “Tudo indica, com o retorno ao país de origem e com a permanência no Brasil por poucos dias durante o ano, que há desvio de finalidade e intenção de fraudar a legislação brasileira”, concluiu.

https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=12034 2/3